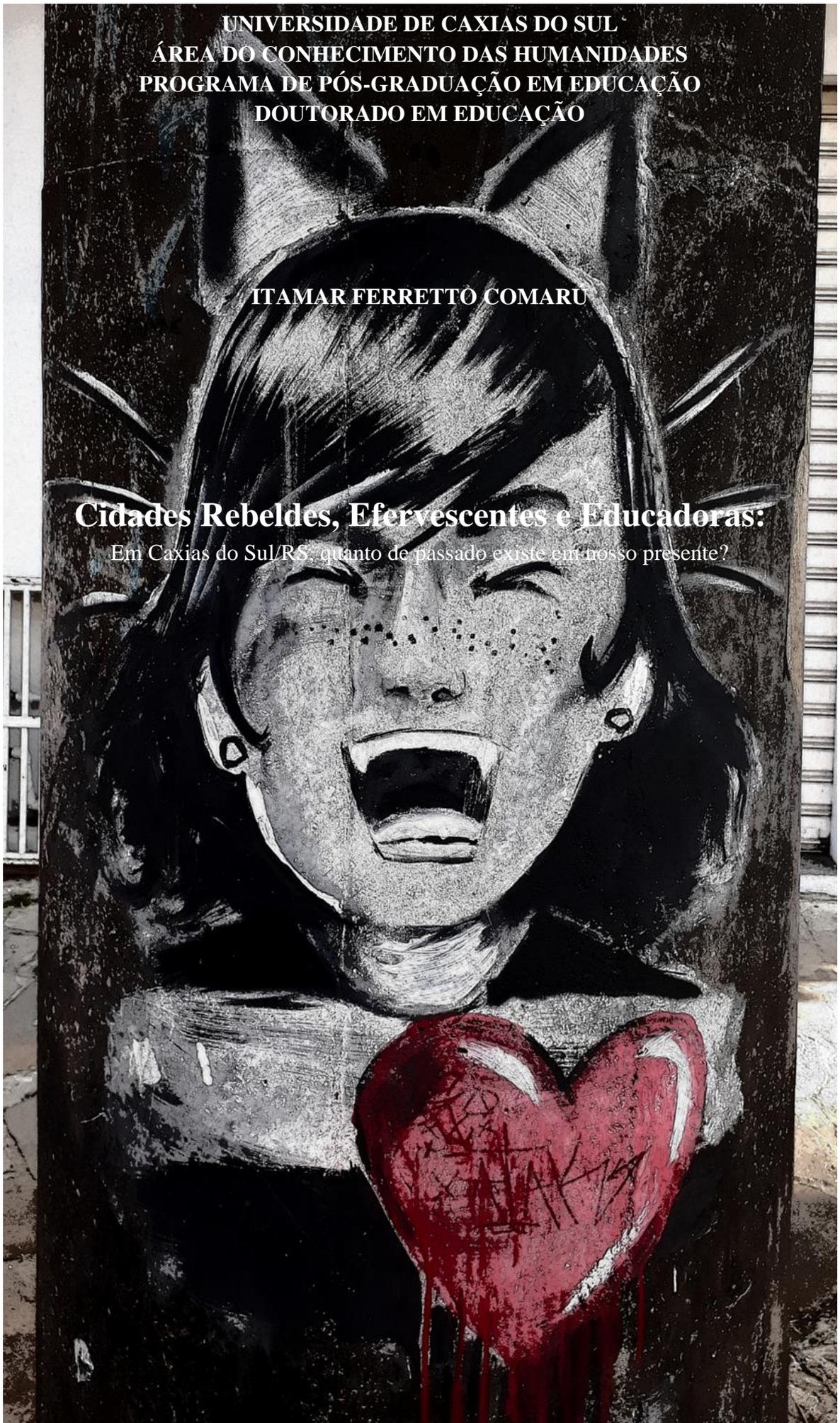


UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ITAMAR FERRETTO COMARU

Cidades Rebeldes, Efervescentes e Educadoras:

Em Caxias do Sul/RS, quanto de passado existe em nosso presente?



ITAMAR FERRETTO COMARÚ

Cidades Rebeldes, Efervescentes e Educadoras:
Em Caxias do Sul/RS, quanto de passado existe em nosso presente?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul – UCS como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Educação.

Orientadora: Dr^a. Terciane Ângela Luchese

Linha de pesquisa: História e Filosofia da Educação

Caxias do Sul
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

C728c Comarú, Itamar Ferretto
Cidades rebeldes, efervescentes e educadoras [recurso eletrônico] : em
Caxias do Sul/RS, quanto de passado existe em nosso presente? / Itamar
Ferretto Comarú. – 2020.
Dados eletrônicos.
Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-
Graduação em Educação, 2020.
Orientação: Terciane Ângela Luchese.
Modo de acesso: World Wide Web
Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>
1. Educação - História - Caxias do Sul (RS). 2. Exclusão social. I. Luchese,
Terciane Ângela, orient. II. Título.
CDU 2. ed.: 37(816.5CAXIAS DO SUL)(091)

“Cidades Rebeldes, Efervescentes e Educadoras: em Caxias do Sul/RS, quanto de passado existe em nosso presente?”

Itamar Ferretto Comarú

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 26 de novembro de 2020.

Banca Examinadora:

Dra. Terciane Ângela Luchese (presidente – UCS)

Dr. Geraldo Antônio da Rosa (UCS)

Dra. Nilda Stecanela (UCS)

Participação por videoconferência

Dr. Danilo Romeu Streck (Unisinos)

Participação por videoconferência

Dra. Zita Rosane Possamai (UFRGS)

[...]

Um preto, um pobre
Uma estudante
Uma mulher sozinha
Blue jeans e motocicletas
Pessoas cinzas normais
Garotas dentro da noite
Revólver, cheira cachorro
Os humilhados do parque
Com os seus jornais

Carneiros, mesa, trabalho
Meu corpo que cai do oitavo andar
E a solidão das pessoas
Dessas capitais
A violência da noite
O movimento do tráfego
Um rapaz delicado e alegre
Que canta e requebra
É demais!

Cravos, espinhas no rosto
Rock, hot dog
Play it cool, baby
Doze jovens coloridos
Dois policiais
Cumprindo o seu duro dever
E defendendo o seu amor
E nossa vida
Cumprindo o seu duro dever
E defendendo o seu amor
E nossa vida

Belchior, Alucinação, 1976.

Aos meus pais; à *Negra*, amiga, esposa e companheira de **todas** às horas; aos nossos filhos Arthur e Valquíria, doces bárbaros, que nos apresentam, dia a dia, o melhor da vida e do amor.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora doutora Terciane Ângela Luchese, por acreditar em uma proposta de trabalho que, por vezes, surgia tensa e conflituosa perante múltiplos campos estabelecidos na própria cidade ou região. Exemplo de seriedade profissional e intelectual, orientou-me com grande atenção, carinho, segurança e generosidade.

Aos professores doutores Nilda Stecanela, Sérgio Haddad, Geraldo Antônio da Rosa, Jaime José Zitkoski e Danilo Romeu Streck, pelos generosos apontamentos, direcionamentos e sugestões quando do exame de qualificação.

À professora doutora Zita Possamai pelo generoso aceite em participar da banca de defesa da tese.

Às professoras Tânia Maineri e Bibiana Calixto Argenta, pelo acolhimento, solidariedade e empatia.

À educadora Marisa Formolo, por me apresentar a contextualização histórica da Cidade Educadora de Caxias do Sul. Extremamente gentil e generosa, não se furtou em abrir as portas de sua casa para dirimir dúvidas e ampliar o conhecimento sobre o tema.

À Negra, Fabiana Ferreira Santos, esposa, amiga e companheira de todas as horas, desde o primeiro dia em que a vi em um dos tantos corredores da vida universitária... sem o seu carinho, apoio e dedicação tal jornada não teria sido possível. Quando vejo, nossos filhos, Arthur e Valquíria adentram o escritório – tanto de modo sorrateiro (somos fantasma minhas buuuuu) quanto escandalosamente ensandecidos - e antes mesmo que eu tenha tempo de reclamar, olham com força e ternura dentro dos meus olhos dizem: “Podemos te ajudar, pai? Nem que seja para ficar aqui no cantinho, só te olhando trabalhar... deixa, vai...”. Eles são a maior manifestação de alegria, carinho e amor que se pode perceber... tudo vale por eles e, aqui, peço-lhes infinitas desculpas, tanto pelos momentos de ausência quanto pelas promessas não cumpridas em virtude de dar continuidade ao desenvolvimento da pesquisa.

À minha sogra, Iracema Santos, por muito ajudar nos cuidados com as crianças.

Ao meu sogro, Pedro, pessoa simples, alegre e forte, que tanto compreendia quanto fazia perceber a importância do ‘religar-se’.

E, por fim, aos meus pais, em especial a minha mãe Ângela, pelo amor incondicional quanto pelos inúmeros exemplos de como ser forte e perseverante ao longo da vida.

Odoýá!

RESUMO

Ao problematizar um documento da década de 1950 em que se se faziam perceber determinadas ações de xenofobia e racismo desenvolvidas por algumas barbearias de Caxias de Sul, um outro ponto seria percebido: haveria, ali, uma aparente rede de restrições que limitaria tanto o fluxo quanto o acesso a determinados espaços da cidade contemporânea. Em comum entre as tensões pretéritas e contemporâneas ter-se-ia a similaridade dos sujeitos submissos às intolerâncias, opressões ou humilhações e os seus locais de origem. Valendo-me do paradigma indiciário e dos pressupostos teóricos da história cultural, o estudo percebe, por meio da análise da historicidade local e de seus espaços de memória, a possibilidade de se tensionar uma instigante força social e pedagógica contra as conflitantes generalizações, exclusões e apagamentos sociais ali percebidos. A cidade é memória, história e vida. Ela é, acima de tudo, dinamismo, movimento e representação humana, seja ela coletiva ou individual. Logo, também pode apresentar as mais diversas estruturas de opressão e invisibilidade, por vezes sedimentadas tanto em seus espaços educativos quanto de apresentação/representação de memórias ou de fluxos em constante transformação. A historicidade que apresento ao longo de meu estudo tensiona a memória tradicional ao passo que percebe o potencial educativo das cidades como elo para a educação contemporânea; uma educação que se aventure pela urbe, disposta a iluminar as zonas de sombra em que se acondicionam as exclusões sociais e ampliar o volume das polifonias que, por vezes, não são vistas ou ouvidas; uma educação perturbadora perante o estabelecido social, desafiadora das desigualdades. Assim, considero que minha tese surge indissociável da historicidade que compõe o espaço, objeto de reflexão perante as ações e decisões humanas ali desenvolvidas, com reflexos contundentes tanto na relação entre seus cidadãos quanto com os produtos ou espaços culturais de representação decorrentes de tais decisões. Assim, ao considerar os processos históricos de formação e transformação da cidade de Caxias do Sul, o fluxo humano e as sociabilidades existentes, o uso democrático da cidade e de seus equipamentos culturais e, por fim, os próprios desafios sociais e pedagógicos observados tanto no cotidiano urbano quanto no campo escolar da cidade, considero que o objetivo geral da minha tese é contribuir para um maior entendimento da cidade como possibilidade educadora, potencializando as relações entre os campos pedagógico, histórico, social e cultural da cidade de Caxias do Sul/RS, com suas efervescentes continuidades e/ou rupturas. A tese que orienta minha pesquisa é a de que a historicidade ali percebida desvela uma impactante rede de ações e representações deseducadoras perante determinados grupos sociais, especialmente àqueles identificados como periféricos, por vezes destacados como detentores de um capital social, político ou simbólico inferior frente às representações sociais dominantes. Logo, tais ações evidenciam uma importante fragilidade enquanto Cidade Educadora, que se vê inserida em um complexo contexto de impotência sobre determinados campos sociais e espaços culturais da sociedade. Considero que refletir sobre tais historicidades e suas decorrências possibilita pensar a cidade em meio a tensões educacionais desviantes ao campo tradicional, o que a configura como educadora em uma potência elevada frente à problematização histórica e contemporânea, pois tais exclusões e invisibilidades que tencionam a diversidade social, cultural e étnica ali existente fazem-se perceber desde os primórdios da colonização do espaço até o tempo presente.

Palavras-chave: Cidades Educadoras. Historicidade Urbana. Exclusão. Caxias do Sul/RS.

ABSTRACTO

Al problematizar un documento de la década de 1950 en el que ciertas acciones de xenofobia y racismo eran percibidas por algunas peluquerías de Caxias de Sul, se advertiría otro punto: allí habría una aparente red de restricciones que limitarían tanto el flujo como la acceso a determinados espacios de la ciudad contemporánea. En común entre tensiones pasadas y contemporáneas estaría la similitud de sujetos sometidos a intolerancia, opresión o humillación y sus lugares de origen. Utilizando el paradigma indicativo y los supuestos teóricos de la historia cultural, el estudio realiza, a través del análisis de la historicidad local y sus espacios de memoria, la posibilidad de tensar una fuerza social y pedagógica instigadora contra las generalizaciones, exclusiones y contradicciones. borrones sociales percibidos allí. La ciudad es memoria, historia y vida. Es, ante todo, dinamismo, movimiento y representación humana, sea colectiva o individual. Por tanto, también puede presentar las más diversas estructuras de opresión e invisibilidad, en ocasiones sedimentadas tanto en sus espacios educativos como en la presentación / representación de recuerdos o flujos en constante transformación. La historicidad que presento a lo largo de mi estudio enfatiza la memoria tradicional mientras me doy cuenta del potencial educativo de las ciudades como vínculo con la educación contemporánea; una educación que se aventura por la ciudad, dispuesta a iluminar las zonas de sombra en las que se acomodan las exclusiones sociales y ampliar el volumen de polifonías que a veces no se ven ni se escuchan; una educación inquietante ante el establishment social, desafiando las desigualdades. Así, considero que mi tesis surge inseparable de la historicidad que conforma el espacio, objeto de reflexión ante las acciones y decisiones humanas que allí se desarrollan, con reflejos llamativos tanto en la relación entre sus ciudadanos como con los productos o espacios culturales de representación que resultan de tales decisiones. Así, al considerar los procesos históricos de formación y transformación de la ciudad de Caxias do Sul, el flujo humano y la sociabilidad existente, el uso democrático de la ciudad y sus equipamientos culturales y, finalmente, los desafíos sociales y pedagógicos observados tanto en la cotidiana urbana y en el ámbito escolar de la ciudad, considero que el objetivo general de mi tesis es contribuir a una mayor comprensión de la ciudad como posibilidad educativa, potenciando las relaciones entre los campos pedagógico, histórico, social y cultural de la ciudad de Caxias do Sul / RS , con sus continuidades y / o rupturas efervescentes. La tesis que guía mi investigación es que la historicidad allí percibida desvela un entramado impactante de acciones y representaciones educativas ante determinados grupos sociales, especialmente aquellos identificados como periféricos, a veces resaltados por tener un capital social, político o simbólico menor en comparación con representaciones sociales dominantes. Por tanto, tales acciones muestran una importante debilidad como Ciudad Educadora, que se encuentra insertada en un complejo contexto de impotencia sobre determinados campos sociales y espacios culturales de la sociedad. Considero que reflexionar sobre tales historicidades y sus consecuencias permite pensar en la ciudad en medio de tensiones educativas desviadas del campo tradicional, lo que la configura como educadora en un alto poder frente a la problematización histórica y contemporánea, como tales exclusiones e invisibilidades que tienden a la diversidad social. , culturales y étnicos existentes son visibles desde el inicio de la colonización del espacio hasta la actualidad.

Palabras clave: Ciudades Educadoras. Historicidad urbana. Exclusión. Caxias do Sul / RS.

ABSTRACT

When problematizing a document from the 1950s in which certain actions of xenophobia and racism were perceived by some barber shops in Caxias de Sul, another point would be noticed: there would be, there, an apparent network of restrictions that would limit both the flow and access to certain spaces of the contemporary city. In common between past and contemporary tensions, there would be the similarity of subjects subject to intolerance, oppression or humiliation and their places of origin. Based on the indicative paradigm and the theoretical assumptions of cultural history, the study realizes, through the analysis of local historicity and its memory spaces, the possibility of tensioning an instigating social and pedagogical force against conflicting generalizations, exclusions and social deletions perceived there. The city is memory, history and life. It is, above all, dynamism, movement and human representation, whether collective or individual. Therefore, it can also present the most diverse structures of oppression and invisibility, sometimes sedimented both in its educational spaces and in the presentation / representation of memories or flows in constant transformation. The historicity that I present throughout my study emphasizes traditional memory when perceiving the educational potential of cities as a link with contemporary education; an education that ventures through the city, willing to illuminate the shadow areas in which social exclusions are accommodated and to expand the volume of polyphonies that are sometimes not seen or heard; worrying education before social establishment, challenging inequalities. Thus, I consider that my thesis arises inseparable from the historicity that makes up the space, an object of reflection in the face of the human actions and decisions developed there, with remarkable reflections both in the relationship between its citizens and with the products or cultural spaces of representation resulting from it. such decisions. Thus, when considering the historical processes of formation and transformation of the city of Caxias do Sul, the human flow and the existing sociability, the democratic use of the city and its cultural facilities and, finally, the social and pedagogical challenges observed both in the In the urban daily life and in the school field of the city, I consider that the general objective of my thesis is to contribute to a greater understanding of the city as an educational possibility, enhancing the relationships between the pedagogical, historical, social and cultural fields of the city. the city of Caxias do Sul / RS, with its effervescent ruptures and / or ruptures. The thesis that guides my research is that the historicity perceived there reveals an impacting network of educational actions and representations before certain social groups, especially those identified as peripheral, sometimes highlighted as having a lower social, political or symbolic capital in relation to the representations dominant social. Therefore, such actions show an important weakness as an Educating City, which is inserted in a complex context of impotence over certain social fields and cultural spaces of society. I believe that reflecting on such historicity and its consequences makes it possible to think of the city in the midst of educational tensions far from the traditional countryside, which configures it as a high-power educator in the face of historical and contemporary problematization, such as such exclusions and invisibilities that tend to social and cultural diversity. and ethnic groups are visible from the beginning of the colonization of space to the present.

Keywords: Educating Cities. Urban historicity. Exclusion. Caxias do Sul / RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Alguns dos colonizadores de parte do Rio Grande do Sul, membros da Família Boff em 1904 _____	94
Figura 02 – Vinícola Rossato, empresa criada pelos irmãos imigrantes Paolo, Antônio e Marcelino Rossato _____	96
Figura 03 – Alguns dos trabalhadores não identificados da Vinícola Rossato _____	97
Figura 04 – Caxias do Sul – Material de divulgação da Semana da Etnia Italiana de 2013 ____	98
Figura 05 – A praça central de Caxias do Sul quando da chegada do trem em 1910 _____	114
Figura 06 – Domingos Mancuso em 1908 _____	115
Figura 07 – O trem se aproxima de Caxias do Sul _____	117
Figura 08 – O registro fotográfico de Domingos Mancuso quando da chegada do trem _____	118
Figura 09 – O telegrama que informava a elevação da vila de Caxias para a categoria de cidade _____	119
Figura 10 – Registro de Mancuso quando da construção da estrada de ferro _____	121
Figura 11 – Trabalhadores da estrada de ferro em pose perante o olhar observador de Mancuso _____	122
Figura 12 – A estrada aproxima-se de Caxias empurrada pelas próprias locomotivas ____	123
Figura 13 – Cartão postal desenvolvido com base na fotografia que representava a chegada do trem _____	124
Figura 14: Casa de correção de Porto Alegre _____	132
Figura 15 – A praça central de Caxias do Sul em 1915, cinco anos após a chegada do trem _	138
Figura 16: Metalúrgica Abramo Eberle LTDA, localizada na zona central de Caxias do Sul _____	151
Figura 17 – Grupo de trabalhadores negros atuando na sessão de polimento da MAESA____	153
Figura 18 – Vista do bairro do Burgo, próximo a zona central de Caxias do Sul _____	155
Figura 19: Destaque para a beleza da eugenia das mulheres caxienses _____	158
Figura 20 – O fluxo urbano dos transeuntes se intensifica _____	164
Figura 21: Guilherme Mano, importante líder trabalhista português _____	172
Figura 22 – O prédio do Patronato Agrícola, a ‘baixada do patronato’ e parte de seu entorno _____	182
Figura 23 – Baixada do Patronato _____	183
Figura 24 - Crianças atendidas pelo Patronato Agrícola de Caxias do Sul _____	184
Figura 25 - ‘Favela do Cemitério’ próxima ao bairro São Pelegrino e Zona Central ____	186
Figura 26 – Crianças ocupam as ruas da Zona do Cemitério _____	188
Figura 27 - ‘Favela do Cemitério’ próxima ao bairro São Pelegrino e Zona Central ____	189

Figura 28 – Crianças ocupam as ruas da Zona do Cemitério _____	190
Figura 29 – O espaço das crianças _____	191
Figura 30 – Membros do grupo Camisas Negras fascistas em Caxias do Sul/RS _____	202
Figura 31 – Visita de Enrico Ferri, quando deputado socialista italiano, à cidade de Caxias do Sul/RS _____	204
Figura 32 - <i>Società Italiana Príncipe di Piemonte</i> . Na diagonal inferior direita, vê-se o cartaz <i>Mussolini Fala</i> _____	205
Figura 33 – O industrial Abramo Eberle recebendo uma comenda fascista _____	207
Figura 34 – Manchete do Jornal A Época em 23/08/1942 _____	209
Figura 35 – Comemorações em apoio ao Estado Novo de Getúlio Vargas na praça central da cidade _____	211
Figura 36 – Comissão organizadora do Monumento _____	216
Figura 37 – Os que merecem o monumento _____	220
Figura 38 – Galeria dos pioneiros _____	220
Figura 39 – A percepção dos indígenas como destroços humanos _____	223
Figura 40 – Imigrantes italianos no Rio de Janeiro sob as lentes da revista O Cruzeiro _____	227
Figura 41 – Imigrantes italianos, RJ _____	228
Figura 42 – Comendador Torelli _____	228
Figura 43 – Primeiro croqui do Monumento _____	229
Figura 44 – Caringi preparando o molde do Monumento _____	229
Figura 45 – Getúlio Vargas em visita ao ateliê de Caringi _____	230
Figura 46 - O casal de imigrantes _____	232
Figura 47 – Corredor de acesso ao saguão da cripta _____	233
Figura 48 – Saguão da cripta, atual espaço cultural Antônio Caringi _____	234
Figura 49 – Porta de acesso a cripta _____	235
Figura 50 – Obras de cantaria e afrescos _____	236
Figura 51 – Praça e monumento a Abramo Eberle, defronte ao Monumento ao Imigrante _____	237
Figura 52 – Cerimônia de inauguração do Monumento ao Imigrante _____	238
Figura 53: Exposição de animais e outros objetos no primeiro museu de Caxias do Sul _____	240
Figura 54 – Vista frontal do Pavilhão Histórico Cultural _____	242
Figura 55 – Parte da exposição existente no Pavilhão _____	242
Figura 56 – Antônio Maragno de Lacerda _____	244
Figura 57 – Manchete de Lacerda na Câmara Municipal _____	253
Figura 58 – Contracapa da obra O Círculo Vicioso, de Antônio C. M. de Lacerda _____	258
Figura 59 – Tesourinha atleta do Vasco da Gama/RJ _____	267
Figura 60 – Casal indígena é preso ao comercializar produtos na zona central _____	275

Figura 61 – Grupo de caçadores	277
Figura 62 - Olhares altivos	280
Figura 63 – Olhares desviantes	280
Figura 64 – Portão de acesso lateral ao Instituto de Educação Cristóvão de Mendonça	283

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – O mapa destaca a localização da cidade de Caxias do Sul _____ p. 21

Mapa 02 – Espaço territorial do município de Caxias do Sul _____ p. 21

Mapa 03 – Mapa global das Cidades Educadoras associadas a AICE em 2020
_____ p. 80

Mapa 04 – A divisão das Zonas de Colonização representadas em italianos e alemães
_____ p. 92

Mapa 05 - Em linha reta, pouco mais de 380m separam a Zona do Cemitério do antigo Patronato
Agrícola _____ p. 183

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Ato Administrativo
AICE	Associação Internacional de Cidades Educadoras
CDCE	Carta das Cidades Educadoras
DW	Deutsche Welle
ECA	Estatuto da criança e do adolescente
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FI	Folder Institucional
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
N/I	Não identificado/a
PRL	Partido Republicano Liberal
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicação
RCI	Região Colonial Italiana
RS	Rio Grande do Sul
S/A	Sem Autoria
S/D	Sem data
SEPLAN	Secretaria Municipal do Planejamento de Caxias do Sul.
TI	Texto Informativo
UC	Universidade de Coimbra - Portugal
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Jornais e revistas utilizados ao longo do estudo _____ p. 53

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – O barbeiro dos negros _____ p. 301

SUMÁRIO

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
2 - O CAMINHO TEÓRICO METODOLÓGICO PERCORRIDO AO LONGO DA PESQUISA	38
3 - PARA ALÉM DA AUTORITÁRIA CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO	60
3.1 A CIDADE EDUCADORA DEPOIS DE SUPERADA A NEVOA CINZENTA DOS AUTORITARISMOS	72
4 - SUBTERRÂNEOS VISÍVEIS	85
4.1 A REGIÃO COMO PRODUÇÃO CULTURAL E AS TERRITORIALIDADES IMAGINADAS	87
4.2 A CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO COLONIAL ITALIANA, A RCI	93
5 - NAS RAIAS DO DELÍRIO: A CIDADE QUE CHEGA ENTRE APITOS, GRITOS E OLHARES LACRIMAIS	103
6 - SITUAÇÕES URBANAS E COLONIAIS: RASCUNHOS PEDAGÓGICOS DA CIDADE INTOLERANTE?	129
6.1 <i>MA, VEGNARA IL GIORNO...</i> FLUXOS SOCIAIS, POBREZA E O DESEJO DA HIGIENIZAÇÃO EUGÊNICA	136
6.2 ...E A VIDA QUE PARECIA ENCARDIDA E TOSCA QUER PARECER LIMPA E POLIDA	156
6.3 FAÍSCAS PORTUGUESAS	167
6.4 ...ELES SOBREVIVEM AO MINUANO DA VIDA	173
6.5 ...E CHUPANDO A LARANJA PODRE, AMARGA COMO A VIDA	184
7 - ENTRE VITRINES MUSEAIS E MONUMENTALIDADES: BREVES NOTAS SOBRE A HISTORICIDADE DE DOIS CENÁRIOS PEDAGÓGICOS	195
7.1 NAS ONDAS DO FASCISMO	198
7.2 O MONUMENTO SERÁ UM POEMA DE PEDRA	214
7.3 MUSEUS, DISCURSOS E SOMBRAS	239
8 – ENCAMINHAMENTOS FINAIS: A CIDADE QUE SE REPETE?	265

1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’. Falam de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais (FREIRE, 2016, p. 92).

‘Cidades Rebeldes, Efervescentes e Educadoras: em Caxias do Sul/RS, quanto de passado existe em nosso presente?’ é um estudo que ambiciona tratar, principalmente, das possibilidades e desafios de utilizar o potencial educativo das cidades como elo para a educação contemporânea; uma educação que se aventure pela urbe, disposta a iluminar as zonas de sombra em que acondicionam as exclusões sociais e ampliar o volume das polifonias que, por vezes, não são vistas ou ouvidas; uma educação perturbadora perante o estabelecido social, desafiadora das desigualdades.

Ele teve início quando, por acaso, deparei-me com um intrigante documento¹ que relacionava algumas barbearias da localidade de Caxias do Sul/RS com possíveis ações de xenofobia e racismo perante certos grupos sociais existentes na cidade de origem imigrante, um espaço² que fora colonizado por vários grupos, com origens majoritariamente europeias,

1 Intitulado *O barbeiro dos negros*, o documento relata algumas situações presenciadas por João Spadari Adami, barbeiro e historiador, autor de várias obras sobre a história local, articulista em impressos jornalísticos e que, hoje, nomeia o Arquivo Público Municipal da localidade. Tal documento foi encontrado em um equipamento pedagógico denominado *caixa de memória*, desenvolvido pelo Museu Municipal local e disponibilizado aos professores para ser utilizado nas escolas. O documento, que registrava o ocorrido, integrava a caixa de memória dos afrodescendentes. Segundo Sales, a “essência do projeto ‘Caixas de Memória’ está na exploração de um kit de material teórico e prático, oferecido pelo museu para que o professor leve para a sala de aula. A filosofia da ‘Caixa de Memória’ é baseada na pedagogia sociointeracionista, que pressupõe a construção do conhecimento pela criança enquanto o educador participa como mediador. Logo, o bom aproveitamento dos materiais contidos na caixa depende fundamentalmente da capacidade do educador na exploração destes materiais. Por este motivo, o projeto prevê assessoria às escolas interessadas em trabalhar com a caixa através de oficinas, palestra e encontros. O kit é composto por dois tipos de materiais: um conjunto destinado à exploração pelo educando, mediado pelo educador, e outro voltado para a instrumentalização do educador. O conjunto destinado à observação, registro, exploração e apropriação é formado por documentos arquivísticos: escrituras, cartas, bilhetes, jornais, convites, receitas entre outros; e documentos museológicos: exemplares de trabalhos manuais (bordados, tricô, flores de papel, bonecas de pano etc.) e objetos como lampiões, talheres, lousa, estatuária de santos e outros” (SALES, 2006, p. 61). Além dos afrodescendentes, há a caixa dos indígenas, italianos, alemães, ex-combatentes da FEB e do trem. Quando da devolução, comentei sobre a relevância social de tal documento. Ele não seria localizado após nova retirada do equipamento. Sua fotocópia segue como anexo nº 01.

2 Segundo Santos, em “todos os tempos, a problemática da base territorial da vida humana sempre preocupou a sociedade. Mas nesta fase atual da história, tais preocupações redobram, porque os problemas também se acumularam. [...] o espaço tem um papel privilegiado, na medida em que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre o passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam” (SANTOS, 2011, p. 44 - 59). Assim, ao longo de meu estudo, ele será percebido como um produto histórico, um “conjunto de objetos e de ações que revelam práticas sociais dos diferentes grupos que vivem num determinado lugar, interagem, sonham, produzem, lutam e o (re)construem” (CASTROGIOVANI, 2000, p. 07).

embora ali também houvesse grupos de outras origens étnicas, como africanos, afro-brasileiros, indígenas, alemães, poloneses, portugueses, franceses, dentre outros tantos.

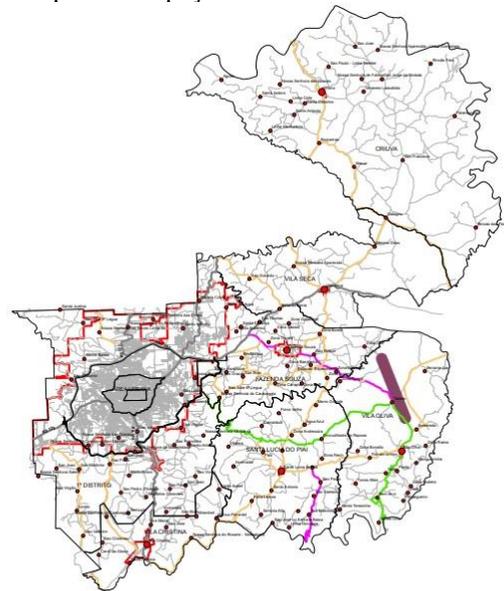
Geograficamente, a cidade encontra-se localizada no extremo Sul do Brasil, na região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Considerada, quando de sua colonização, uma “área de assentamento de colonos italianos [foi] em 1975 [...] denominada pelo pesquisador italiano Mario Sabbatini de *Regione di Colonizzazione Italiana*, termo traduzido por Região Colonial Italiana, a chamada RCI” (FILIPPON, 2007, p. 24). O mapa, a seguir, procura identificá-la territorialmente perante a América do Sul e o próprio Brasil.

Mapa 01 – Localização da cidade de Caxias do Sul/RS.



Fonte: googlemaps.com.br

Mapa 02 – Espaço territorial de Caxias do Sul/RS.



Fonte: SEPLAN.

Retomando o documento, nele, percebiam-se algumas das obscuras tensões sociais ali enfrentadas pelos cidadãos negros, fossem eles habitantes da própria cidade ou visitantes ocasionais. Assim, tal qual uma fina e afiada lâmina, ele parecia ferir alguns dos ideários amplamente propagados em tal espaço, dentre os quais faziam parte a hospitalidade, o acolhimento e a própria percepção de que ali todos poderiam desenvolver-se econômica e socialmente mediante o esforço de seu próprio trabalho, ao passo que desvelava a aguda segmentação social que atingia tais grupos. Logo, o registro elaborado no princípio da década de 1950 convertia tais imagens, por sua vez, em ações de intolerância, preconceito, racismo e xenofobia contra uma espécie de *outro* que não fazia parte do campo social dominante. Abalava, assim, a tão propagada hospitalidade/cordialidade praticada tanto pelo imigrante europeu, quanto pelos próprios descendentes, além de encontrar eco, meio século posterior ao seu registro, quando da chegada de novos imigrantes; porém, muito diferentes dos padrões

historicamente enaltecidos ou glorificados, pois agora tais grupos seriam originários do continente africano e asiático, além de países localizados na América Central e do Sul. Ter-se-ia, portanto, revigorado o problema da cor, dentre outras imprevisíveis tensões, como a de classe social ou os próprios modos de viver ou comportar-se no convívio social.

Em aula, entretanto, ao problematizar tal documento com os estudantes da rede municipal de ensino³ dessa mesma cidade, meu entusiasmo ante tal processo histórico logo seria contraposto por um outro ponto, amplamente destacado por eles: o entendimento, quase generalizado, de que haveria em tal localidade uma possível rede de restrições sociais que, inclusive, lhes cercearia o livre fluxo perante os espaços urbanos e, até mesmo, o livre acesso a determinados espaços da cidade contemporânea.

O que eles problematizavam, com certa contundência, seria a restrição imposta por determinado *Shopping Center*⁴ da localidade que optara por coibir a presença de alguns grupos de adolescentes em seu espaço interno, possivelmente, por considerá-los ameaçadores ou indisciplinados. Desse modo, agora, tais jovens deveriam apresentar seus documentos de identificação pessoal na portaria do estabelecimento para conseguir adentrá-lo. Alguns não teriam o livre acesso permitido, sendo impedidos por determinação da administração geral ou pela própria ação dos responsáveis pela segurança do estabelecimento que, em alguns casos, seriam moradores das mesmas regiões da cidade onde tais jovens residiam.

3 Localizada no loteamento Vila Ipê, bairro Santa Fé, a EMEF Ruben Bento Alves iniciou suas atividades em 1981. O loteamento possui Unidade Básica de Saúde, Escola Estadual de Ensino Médio, Centro Comunitário, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Horta Comunitária, Clube de Mães e Escola de Educação Infantil. “Há também um pequeno espaço para lazer com uma quadra de futebol e um parque infantil”. A maioria das famílias é originária de outras cidades, sendo que a baixa escolaridade é ponto comum. Muitas têm “apenas as mães como [...] responsáveis pelos filhos, por vezes ajudadas pelas avós”. A baixa escolaridade atua diretamente nas relações de trabalho, de modo que “somente uma das pessoas da família tem trabalho fixo, com carteira assinada; o restante [cuida] de crianças, trabalha informalmente, recicla para obter renda”. Ali, os jovens perceberiam a escola como local de socialização e possibilidade de obter um futuro melhor, embora o abandono escolar e a rotatividade, “apesar do investimento da escola no retorno e na permanência”, sejam representativos. (PPP-RUB, 2016, pp. 03-05). Em tal região da cidade, a intensidade dos problemas decorrentes da criminalidade afetaria diretamente os jovens. Além disso, ao passo que a violência banaliza-se, nota-se o representativo aumento populacional: enquanto dados oficiais do Censo 2010 ainda consideravam a base populacional do bairro Santa Fé com uma quantidade pouco superior a 20.000 pessoas, o Jornal Pioneiro, de abril de 2017, destacava que sua população teria aumentado para mais de 60.000 pessoas. Por fim, tal espaço seria palco para ações violentas de toda ordem e o líder municipal em mortes vinculadas à criminalidade geral e ao tráfico de drogas. (PIONEIRO, 22/04/2017, <http://especiais-pio.clicrbs.com.br/olhaipornos/index.html>).

4 Fazem referência ao Shopping Center São Pelegrino, atual Bourbon Shopping São Pelegrino, localizado no bairro São Pelegrino. Considerado um dos bairros tradicionais da cidade, ostenta boa estrutura voltada ao setor gastronômico, além de parques, comércio tradicional e diversos espaços sociais. Entretanto, a grande quantidade de pedintes, moradores de rua e usuários de drogas, especialmente de *crack*, tensiona sua imagem tradicional perante o tempo presente.

Aparentemente, a medida valeria somente aos finais de semana, quando a intensidade de fluxo de tais grupos aumentaria, tanto no espaço interno do shopping, quanto ao longo de seu entorno. Segundo o superintendente do referido espaço:

Os finais de semana são quando têm acúmulo maior desses menores no lado de fora. Temos um trabalho bacana dentro do shopping, e não registramos problemas. Geralmente, as turmas ficam no entorno, na rua, no bairro, tanto que achamos por bem-fazer esse procedimento em conjunto com a comunidade. Temos apoio dos comerciantes de rua, da Igreja, da associação dos moradores do bairro São Pelegrino, de lojistas para ajudar na questão da segurança, de todo o bairro e entorno Embora o shopping refute qualquer discriminação, a abordagem será pelo critério pessoal de cada funcionário, o que pode provocar desconforto no público sem relação com a norma. Os seguranças foram orientados a pedir documentação de adolescentes na entrada. O que não está claro é como eles saberão diferenciar, pela aparência, um adolescente de 16, 17 anos de um jovem com 18 anos, 19 anos [explicaria o autor da matéria] (PIONEIRO, 15/05/2015, s/p, grifos meus).⁵

A intempestividade de tal medida rapidamente se mostraria polêmica e, poucos dias após sua implementação, o poder judiciário local se declararia contrário a ela, salientando sua completa ilegalidade, pois tal imposição afrontaria a “Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código de Defesa do Consumidor” (PIONEIRO, 19/05/2015).⁶ Desse modo, caso a determinação judicial de liberar o acesso para todos aqueles que desejassem ingressar em tal espaço não fosse cumprida, o shopping deveria “pagar multa de R\$ 2 mil por pessoa barrada [pois] Apesar de ser iniciativa privada, legalmente o shopping não pode restringir a entrada por ser considerada área de acesso público” (PIONEIRO, 19/05/2015, s/p).⁷

Embora ainda em diálogo com o tema anteriormente proposto, a problematização havia tomado outro rumo, visto que saímos das zonas de intolerância urbana de meados dos anos 1950 e debatíamos, agora, as intolerâncias e exclusões no tempo⁸ presente. Dessa forma, tal qual propunha Freire (2013), a vida cotidiana invadiu a sala de aula,⁹ de modo que a atividade propiciou uma instigante e desacomodadora¹⁰ interação entre os estudantes, de tal sorte que, ao

5 <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/noticia/2015/05/o-foco-e-protoger-os-jovens-diz-direcao-de-shopping-que-restringe-entrada-de-adolescentes-em-caxias-4761431.html>

6 <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/05/justica-de-caxias-entende-que-proibir-menores-em-shopping-e-inconstitucional-4763944.html>

7 <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/05/justica-de-caxias-entende-que-proibir-menores-em-shopping-e-inconstitucional-4763944.html>

8 O tempo será aqui percebido como uma “representação da realidade social, o que quer dizer que é produzido pela vida social dos homens [...], tempo social refere-se a uma noção de tempo determinada, gerada pelos homens vivendo em sociedade, contraindo entre si relações de cooperação ou oposição, articulando-se em estruturas de poder e produzindo ideias, valores e crenças” (PESAVENTO, 1991, p. 15).

9 Paulo Freire considerava importante “trazer a vida [...] para dentro de suas salas de aula. Fazendo uma leitura crítica da cotidianeidade, analisar, com os educandos, os fatos chocantes, os descompassos de nossa democracia” (FREIRE, 2013, p. 248).

10 Almeida Neto e Lourenço consideram que os “conflitos relacionais, relações de gênero, inclusão, racismo, deficiência física, cidadania, diversidade, violência, questão étnico-racial, trabalho infantil, religião/laicidade e

longo das manifestações dos estudantes, abundavam “exemplos de discriminação retirados da experiência do dia a dia, discriminação de raça, de classe, de sexo; exemplos de desrespeito à coisa pública, de violência, de arbítrio” (FREIRE, 2013, p. 248), o que nos permitiu analisá-los “como pontos de contradição [...] à autenticidade da vida democrática” (FREIRE, 2013, p. 248).

Em comum entre as tensões percebidas e as temporalidades decorridas ter-se-ia tanto a similaridade dos sujeitos submissos às intolerâncias, opressões ou humilhações quanto o direcionamento para seus locais de origem: as regiões periféricas da localidade. Percebi, por fim, na fala dos estudantes, uma tomada de consciência dos problemas vividos pelo próprio grupo perante uma cidade que lhes impunha barreiras, físicas ou simbólicas, restringindo-lhes a democracia do livre acesso ou impondo-lhes veladas restrições perante o deslocamento, a circulação ou a própria visibilidade a certos espaços do mesmo território em que viviam.

Nota-se que, como destaca Agier (2011), haveria “algo de mais profundo que a matéria das interações, que pode ser menos consciente ou à qual os atores dão menos atenção: é a forma de cidadania¹¹ que se estende em relação à cidade e em relação aos outros na cidade” (AGIER, 2011, p. 91), em meio às estruturas sociais que lhes são postas, ou mantidas ou reedificadas por eles mesmos sem maiores criticidades ou interrogações e que dialogariam tanto com os espaços sociais, culturais ou pedagógicos quanto com a própria paisagem urbana. Essas estruturas acham-se permeadas de mecanismos de produção e reprodução simbólica que, por vezes, parecem desconsiderar tanto a existência cidadã¹² quanto a própria amplitude dos grupos sociais ali existentes.

Desse modo, ao longo da aula, percebíamos conjuntamente que o constrangimento da limitação opressora também seria educativo, mas simbolizava algo que poderia, e deveria, ser superado. Reconhecíamos a petulância das exclusões, as limitações impositivas do ir e vir ou

culturas juvenis referem-se a questões candentes com as quais os professores, alunos, pais e outros sujeitos escolares se deparam cotidianamente, da Educação Infantil ao Ensino Médio, e que, no entanto, não constam nas propostas curriculares convencionais. Racismo, violência sexual e de gênero, intolerância religiosa e discriminação existem na sociedade e na escola, todos sabem, mas frequentemente não são vistos como questões a serem tratadas no currículo, ainda que apareçam frequentemente nos discursos educacionais” (ALMEIDA NETO; LOURENÇO, 2017, p. 17).

¹¹ O estudioso aborda a “cidadania no sentido de que as ações, as interações e suas representações são definidas a partir de uma dupla relação: a dos cidadãos entre si e a deles com a cidade como contexto social e espacial. Essas situações podem mudar em cada implicação situacional” (AGIER, 2011, p. 91).

¹² Deveríamos compreender a cidadania, segundo Araújo, para além das relações sociais e políticas, não desconsiderando o “desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas, científicas e culturais exerce na conquista de uma vida digna e saudável para todas as pessoas. [...] lidar com a dimensão comunitária, dialogar com a realidade cotidiana e as normas sócio morais vigentes nos remete ao trabalho com a diversidade humana, à abordagem e ao desenvolvimento de ações que enfrentem as exclusões, os preconceitos e as discriminações advindos das distintas formas de deficiência, e pelas diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero. Conceber esse trabalho na própria comunidade onde está localizada a escola, no bairro e no ambiente natural, social e cultural de seu entorno, é essencial para a construção da cidadania efetiva” (ARAÚJO, 2007, p. 11 – 14).

os simbólicos encerramentos territoriais ao passo que atentávamos mais cuidadosamente para os próprios encontros, as relações de troca, as aprendizagens resultantes deles. Não descuidávamos das subseqüentes tensões sociais decorrentes das ausências, da tão necessária democracia ou de uma possível formação educativa que valorize o respeito, a existência e a vida em coletividade. Tais caminhos pareciam destacar que a mudança de pensamento necessitaria de ações políticas aliadas à própria transformação social ou, talvez, à própria busca pela transformação social incitando a mudança e aprimoramento das políticas públicas voltadas para uma educação cidadã que ambicionasse uma melhor qualidade de vida para todos seus habitantes. Por fim, percebíamos, na cidade, uma instigante contribuição “para essa formação [pois] seu próprio arranjo espacial forma valores, induz a determinados comportamentos, apresenta informações sobre seus diferentes lugares e atividades”, visto que, tal qual propõe Cavalcanti (2008), compreender a cidade em tal perspectiva,, salientaria sua “relação com a formação de cidadãos e busca explicitar projetos de formação de cidadania, orientados por princípios democráticos, abertos para a diversidade, para o usufruto coletivo dos espaços urbanos, para a vida coletiva” (CAVALCANTI, 2008, p. 08). Além disso, as cidades estariam interligadas a complexos processos e representações históricas - perceptíveis em suas ruas, nos patrimônios materiais e imateriais, nos seus monumentos e museus - que apresentam, ante o fluxo humano, a existência das múltiplas camadas de tempo que lhes constituem. Assim, compreender uma cidade que se quer educadora no tempo presente pressupõe analisar em profundidade as historicidades que lhe compuseram enquanto construção social.

Assim, seja ela pretérita ou contemporânea, não haveria um¹³ único imaginário a partir do qual pensar as cidades já que elas seriam uma intensa convergência de “experiencias, memorias y realidades cada vez más diversas - y a veces hasta incompatibles -, que deben aprender a reconciliar lo universal con lo particular. Así como no existe una única cultura global, la propia noción de cultura implica conflicto, confrontación y divergência” (HUYSSSEN, 2006 s/p¹⁴). A cidade afloraria como a própria efervescência da diversidade e, como tal,

¹³ As cidades parecem distanciar-se cada vez mais da imaginada Zora, uma localidade que “não se elimina da cabeça [e] é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do universo” (CALVINO, 2001, p. 09). Em Zora, as diversidades evidenciadas por Huyssen (2006) não se fariam comumente presentes, embora entre “cada noção e a cada ponto de itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação de memória” (CALVINO, 2001, p. 09). Portadora de uma memória sem vida, diálogo ou relações de troca com o outro, Zora tanto fala quanto reproduz sempre o mesmo discurso de si... Assim, como destacaria Calvino (1990), os “homens mais sábios do mundo são os que conhecem Zora de cor. Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definiu, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo” (CALVINO, 2001, p. 09).

¹⁴ <https://www.lanacion.com.ar/835600-las-grandes-urbes-del-siglo-xxi-entre-lo-local-y-lo-global>

borbulharia perante compreensões, percepções e entendimentos dos mais diversos, de maneira que pareceria cada vez mais necessário distanciar-se de antigas convergências que limitam sua força perante múltiplos campos, dentre os quais o pedagógico, o histórico ou o cultural. A abrangência de problematizar a si e a cidade ante o mundo e o espaço em que vive empoderaria a diversidade cultural, logo humana, assim como também poderia abalar os muros que separam algumas culturas e sociabilidades.

A cidade, em tal perspectiva, para seus habitantes, visitantes, educadores ou estudantes seria o espaço do estranhamento, logo, um espaço de potencializado conhecimento, múltiplas vivências e diversidade generalizada. Nela, perceber-se-ia a alternância dos tempos, o arrebatamento ou indiferença pelas novidades, a intensidade dos movimentos e comportamentos transformadores, inclusive quando remetem a imaginadas e cultuadas tradições de um passado, por vezes, nem tão distante. A cidade seria tanto palco quanto plateia ou vitrine para os mais variados capitais, sejam eles financeiros, simbólicos, culturais, sociais... (BOURDIEU, 2006) que, assim, lhe fariam perceber tanto como espaço de experiências, trocas ou percepções da própria vida em movimento quanto cenário para a transformação visual perante as novas arquiteturas e os intensificados fluxos humanos. Logo, se compreendida como palco de múltiplas ações, ou alvo para olhares analíticos e interpretativos, a cidade revelar-se-ia permeada de grande valor simbólico desencadeado pelos processos humanos existentes ao longo de sua historicidade.

A resignificação de tais processos envolveria vários fatores, dentre os quais poderiam ser destacados os potencializados processos capitalistas, o próprio sentimentalismo de algo que chega ao tempo presente por meio de múltiplas mãos, olhares ou percepções, a busca da afirmação de si enquanto sujeito, grupo ou comunidade, a luta quase diária pela manutenção dos direitos adquiridos, o necessário empoderamento da cidadania, a busca pelo lazer, cultura, conhecimento ou pelo próprio ócio em uma tarde de sol, sob uma garbosa sombra, em um parque pouco movimentado, com seus filhos brincando ao lado das árvores e monumentos. Logo, observar ou transitar pela cidade e seus múltiplos espaços surge mais importante do que geralmente parece, pois, como assinala Cavalcanti (2007), seria importante, desse modo, tanto conhecer os seus usos quanto os

[...] territórios apropriados e os grupos que deles se apropriam – e conhecer os cidadãos e sua relação com a cidade. Porém, é preciso conhecer também a relação da cidade com seus cidadãos, expressa na gestão e no arranjo urbano, já que ela é organizada e produzida com o objetivo de viabilizar as atividades cotidianas que esses cidadãos realizam, individual e coletivamente (CAVALCANTI, 2007, p. 07).

Por ela deslocar-se, seria perceber a multiplicidade de espaços, ideias, tempos, ações e culturas manifestadas pelos grupos que compõem a própria cidade e seus contínuos processos simbólicos de representação, por vezes, tensos e conflituosos, por outras, festivos e comercializáveis, ambos, entretanto, potencialmente educativos e comuns.

Por outro lado, também acabei por perceber a cidade de Caxias do Sul como o resultado de um intenso e aflito processo histórico, que tem, em sua construção social, espacial e territorial, o potente protagonismo de um velho mundo, um mundo extremamente forte, fundamentado sob a perspectiva de um colonialismo europeu potentemente selecionado e cultuado. Ali, grupos socioeconomicamente frágeis - como poderiam ser percebidos os afrodescendentes, os indígenas ou alguns outros grupos de imigrantes -, são invisibilizados ou até mesmo sumidos da historicidade local, como se fossem práticas comuns de um campo social em constante mutação: a exclusão social, a subalternização e o tratamento inferiorizado ao diferente. Tal qual em Zora, eles deveriam saber o seu lugar perante a sociedade e, assim, seriam direcionados, por meio de consideráveis dispositivos sociais.

A cidade, ali, nasce como a representação imaginada da ordenança, da consumação de um projeto ambicioso: ocupar um espaço parcialmente desocupado, ao passo que importa uma nova possibilidade de mão de obra para um país então escravagista. Logo, surge efervescente perante a diversidade local, pois o fluxo imigrante que a compõe rapidamente nota que ali também existem os europeus que não partiram da península itálica, além dos não europeus. Ela chega-nos como a representação dos imaginários, desejos e anseios de outrem, entretanto, desde a ideia inicial que lhe projetara, é obra coletiva, múltipla, polifônica e conflituosa.

Ao analisar sua historiografia, observei que tanto a cidade pretérita de Caxias do Sul quanto a contemporânea fermentavam fortes tensões e contraposições ao *outro*. O próprio processo colonizador, as transformações da paisagem cultural¹⁵ urbana que, reestilizada, repeliu os pobres de seu espaço urbano central, a posterior organização de seus museus, o erigir dos monumentos, os usos dos espaços públicos como palco para sociabilidades, dentre outras historicidades, poderiam ser entendidos como elementos desencadeadores de conflitos

¹⁵ A paisagem cultural abarcaria “aspectos do patrimônio (cultural, natural, ambiental urbano, material e imaterial), frequentemente geridos separadamente, considerando a interdisciplinaridade. Costura conceitos de memória, história e cultura aos conceitos da geografia, sociologia, antropologia, arqueologia, arquitetura, urbanismo e ecologia, pressupondo a ação integrada do planejamento e gestão territoriais com as políticas ambientais e sociais em suas dimensões culturais e econômicas. Busca conjugar a política de preservação com o processo dinâmico de desenvolvimento das cidades, o que implica, necessariamente, não impedir as mudanças, mas direcioná-las e, portanto, trabalha na perspectiva do desenvolvimento sustentável” (FIGUEIREDO, 2012, p. 265).

sociais, agitações, invisibilidades e ambiciosos controles normativos¹⁶ e pedagógicos que pareciam exponenciar novas representações, sentimentos e urbanidades sobre a mesma cidade.

Logo, perceber a cidade como um local de direito e espaço de cidadania, possibilitaria abrir caminho contra as mais diversas dominações que objetivam normalizar e disciplinar o espaço social em contraponto à valorização dos próprios estudantes e complexidade social na qual eles encontram-se inseridos, com suas diversas características e potencialidades. Assim sendo, em constante construção social e arquitetônica, a cidade surge densa e potente para múltiplos estudos. Dessa maneira, ao analisar os espaços urbanos, dois pontos parecem destacar-se: a dinâmica das produções e/ou representações sociais e as próprias relações com tais produções e/ou representações que acabam por problematizar o espaço em relação aos grupos sociais que as compõem. Nesse contexto, surgia a meus olhos a possibilidade de tensionar a cidade de Caxias do Sul/RS como Cidade Educadora, chancela que recebera¹⁷ no ano de 2002, quando passou a integrar a Associação Internacional das Cidades Educadoras – AICE, entidade com sede na cidade de Barcelona, Espanha. Tais categorias de cidades, segundo o entendimento de Aieta e Zuin (2012), não se limitariam a

[...] vivenciar os recursos pedagógicos somente nas escolas, mas se estende como agente educativo, do mesmo modo que o ambiente escolar comporta responsabilidades genéricas para seu espaço e aos seus cidadãos, cujos objetivos são de satisfazer todos os anseios, tais como: a igualdade e a liberdade, os meios de formação, lazer, desenvolvimento pessoal, de cidadania política e potencialização dos próprios papéis urbanísticos que dela são exigidos (AIETA; ZUIN, 2012, p. 197).

Além disso, segundo os propósitos gerais da própria AICE, as Cidades Educadoras deveriam desenvolver ações, projetos e políticas públicas com fins de melhorar as condições de vida de seus cidadãos, assim como atentarem aos perversos, e nem sempre silenciosos, “mecanismos de exclusão e marginalização [...] assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias” (CDCE/AICE, 2017). Não por coincidência, tais cidades deveriam “ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda

¹⁶ Em dado período, discursos raciais fundamentados em teorias científico-deterministas problematizariam algumas questões sociais enfrentadas na localidade, dentre as quais a prostituição, o alcoolismo e a criminalidade, destacados como uma espécie de ‘degeneração da raça’ local. A solução seria a implementação de um discurso médico-sanitarista-higienista que desvelaria também algumas hipocrisias em meio a discriminações e divisões sociais. Tais discursos, entretanto, não seriam uma especificidade local pois, nesse “contexto, determinismos de toda ordem – sobretudo o racial e o geográfico – tornavam-se a grande moda no Brasil [...] Cientistas como Nina Rodrigues, Silvio Romero, João Batista Lacerda e tantos outros, encastelados em suas instituições (como as faculdades de direito, de medicina, os museus de etnografia e os institutos históricos e geográficos), transformavam a igualdade em balela, e encontravam no cruzamento racial e na mestiçagem o nosso maior e mais profundo infortúnio” (SCHWARCZ, 2010, p. 22).

¹⁷ O município de Caxias do Sul, na pessoa do então prefeito Gilberto José Spier Vargas – *Pepe Vargas* – representante do Partido dos Trabalhadores – PT, ao assinar a carta de admissão, segundo a lei nº 5.817, de 25/04/2002, assumiria os compromissos e proposições constantes na Carta das Cidades Educadoras, documento norteador da AICE.

a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições” (CDCE/AICE, 2017).

Verifica-se que respeitar, empoderar e agregar o *outro* seriam condições fundamentais para uma cidade ser identificada como Educadora. A ausência de tais condições, aparentemente, desvelaria um angustiante espaço deseducador que, atormentado pelas diferenças, reduziria consideravelmente suas potencialidades e possibilidades educativas de forma que, mais do que uma expressão conceitual, a Cidade Educadora deveria ser uma condição existencial, continuamente ambicionada, problematizada e experienciada por todos os grupos sociais que coexistem nela, independente de registros ou credenciamentos internacionais.

Conforme Freire (1992), a cidade converter-se-ia em Cidade Educadora a “partir da necessidade de educar, de apreender, de imaginar... sendo educadora, a cidade é, por sua vez, educada” (AIETA, ZUNIN, 2012, p. 200). Tal entendimento foi manifestado quando da sua participação no II Congresso das Cidades Educadoras, realizado na Suécia, em 1992, onde o educador destacaria, também, que a organização da cidade que se quer educadora estaria condicionada ao “nosso posicionamento político e, obviamente, ao modo como exercemos o poder na cidade e ao sonho e utopia que impregnam a nossa política, no serviço do que e de quem¹⁸ servimos, a política de despesa pública, a política cultural e educativa, a política de saúde, transporte e lazer (AIETA; ZUIN, 2012, p. 200). Tais percepções far-me-iam refletir ainda mais sobre as invisibilidades e possíveis tensões sociais que, do mesmo modo, poderiam ser percebidas em alguns circuitos mais específicos, dentre os quais os próprios espaços sociais, culturais e educativos, visto que, como destaca Sarlo (2004), a cidade “não oferece a todos a mesma coisa, mas a todos oferece alguma coisa, mesmo aos marginais que recolhem as sobras produzidas pelos incluídos” (SARLO, 2014, p. 05).

A cidade, segundo Pesavento (2008), poderia ser percebida como uma “realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos, praças, mas sobre este ‘real’ os homens constroem um sistema de ideias e imagens de representação coletiva” (PESAVENTO, 2008, p. 26). Consequentemente, por meio de inúmeros discursos e imagens de si, os grupos

¹⁸ Morin salienta que, no instante em que nosso planeta apresenta “cada vez mais necessidades de espíritos aptos a apreender seus problemas fundamentais e globais, a compreender sua complexidade, os sistemas de ensino continuam a dividir e fragmentar os conhecimentos que precisam ser religados, a formar mentes unidimensionais e redutoras, que privilegiam apenas uma dimensão dos problemas e ocultam outras. Isso ocorre principalmente na ciência econômica, transformada em rainha e guia dos políticos, que não consegue entender nada que escape ao cálculo, ou seja, as emoções, paixões, alegrias, infelicidades, crenças, esperanças que constituem a essência da existência humana. Nossa formação escolar, universitária, profissional nos transforma a todos em cegos políticos, assim como nos impede de assumir, de uma vez por todas, nossa necessária condição de cidadãos da Terra (MORIN, 2003, p. 12).

reapresentam a “ordem social vivida, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória. Há, pois, um deslizamento de sentido, uma representação do outro que não é idêntica, porém análoga, uma atribuição de significados que expressam intenções, desejos, utopias, mitos” (PESAVENTO, 2008, p. 26).

Dessa forma, uma cidade que se quer educadora deveria, acredito, contrapor historicamente as diversas sujeições impostas pelo tempo presente, abalar as desumanizações a que determinados espaços ou pessoas são frequentemente submetidos, desvelar diferenças e presenças, não desconsiderar os conflitos e tensões sociais, problematizando-os, enfatizando o empoderamento pedagógico perante eventuais preconceitos e intolerâncias, abalando-os, convertendo-os em ferramentas para um possível conhecimento transformador.

Pensar historicamente o campo educativo para além dos muros escolares, pareceu-me um empolgante desafio, pois, na cidade, tanto pertencer quanto ter existência real, por vezes, seria um intenso ato de resistência que se contraporía ao confinamento simbólico quanto à representação cristalizada ou aos poderes estabelecidos. Assim posto, educar em meio a tais espaços surgiria como um ato de resistência, simbólica, política e humana, que, por sua vez, exigiria o contínuo pensar e repensar, além de autoatualizações constantes, visto que a cidade constitui-se por fronteiras e limites de múltiplas ordens e potências que oscilariam entre aceitações, sujeições ou transgressões das mais diversas possibilidades. Educar com e em meio a cidade exige consciência tanto de si quanto dos outros, ordena saberes e fazeres múltiplos, serenidades problematizadoras que se contrapõem às frequentes hostilidades... Perante tais ações, desvelar-se-iam instigantes possibilidades educadoras valorativas do *outro*, pois tanto o respeito à diversidade quanto à multiplicidade de representações de si ou da própria vida em sociedade seriam interligadas às ações ou relações entre presente e passado. Algumas, embora saturadas pelo tempo, ainda indicariam a igualdade ao não-igual... outras, por sua vez, continuariam à espera de um almejado reconhecimento que, acredito, acarrete-lhes vivenciar a educação com alegria e entusiasmo, percebidas tais quais a esperança educadora de Freire (2013) quando, ao refletir sobre sua vida e sua prática pedagógica, destacava a relevância da

[...] perspectiva progressista, em que me colocava e me coloco, implicava ou revelava, de um lado, uma posição ética, uma inclinação quase instintiva ao justo, uma rejeição visceral a injustiça, à discriminação, de raça, de classe, de sexo, à violência, a espoliação, um saber, por outro lado, não livresco, mas não antilivro, antiteoria. Um saber forjando-se, produzindo-se, em processo, na tensa relação entre prática e teoria. A aprendizagem dos educandos tem que ver com as dificuldades que eles enfrentam em casa, com as possibilidades de que dispõem para comer, para vestir, para dormir, para brincar, com as facilidades ou com os obstáculos à experiência intelectual. Tem que ver com sua saúde, com seu equilíbrio emocional. A aprendizagem dos educandos tem que ver com a docência dos professores e professoras, com sua seriedade, com sua competência científica, com sua amorosidade, com seu humor, com sua clareza política, com sua coerência, assim como todas estas qualidades têm que ver com a

maneira mais ou menos justa ou decente com que são respeitados ou não (FREIRE, 2013, p. 140-147).

Compreendi que, para problematizar tais efervescências, impunha-se a escolha de um ponto de partida. De acordo com Lefebvre (2001), a industrialização seria o ponto de partida para quem se dedica às problemáticas urbanas, pois, tal “processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade” (LEFEBVRE, 2001, p. 03). Em meu caso, contudo, tal percepção induziria à perpetuação de um discurso potente e glorificador sobre alguns poucos grupos em detrimento de outros tantos ali existentes, uma vez que, na cidade de Caxias do Sul, junto ao processo de industrialização, edificou-se a ideia ‘do’ imigrante progressista, promotor do desenvolvimento transformador, ideia basilar do campo social local e que contrapõe potentemente a multiplicidade humana percebida no próprio campo. Além disso, como sublinha Pesavento (1994), verifica-se que, na cidade, a “dura realidade do mundo urbano demonstra que ‘uns são mais iguais que os outros’... Os ventos do progresso; embalam a crença nas virtudes redentoras do trabalho, mas a vida demonstra que há um abismo entre a labuta de um banqueiro e a de um operário na forja” (PESAVENTO, 1994, p. 08).

Assim, dentre as possibilidades de adentrar pedagogicamente em tal espaço, a que me chamou a atenção foi o caminho proposto por Agier (2011) quando destaca que seriam as “pessoas que fazem a cidade, os grupos sociais que fazem a cidade, e não a cidade que faz sociedade” (AGIER, 2011, p. 55). Tal perspectiva, segundo Cordeiro e Frúgoli (2011), tornaria possível reconhecer a cidade a “partir dos cidadãos e de sua experiência cotidiana, de seus lugares de vida e situações concretas – dos bairros, das ruas, das redes de sociabilidade, das dinâmicas identitárias apreendidas *in situ*, através da pesquisa direta que dá visibilidade ao que não se vê, não se sabe, nem imagina” (CORDEIRO; FRÚGOLI, 2011, p. 19).

Desse modo, meu estudo opta por considerar as pessoas e suas ações frente a efervescência urbana como outros possíveis agentes da transformação da sociedade, atuando em uma espécie palco social onde tanto vivem quanto edificam e conjugam a cidade de modo a percebê-la como lugar de experiência coletiva. Creio que, se assim percebida, a cidade surgiria tanto como palco pedagógico da pluralidade quanto espaço onde se daria a reinvenção do pensamento e a reelaboração dos olhares perante o espaço onde vivemos e sociabilizamos, aprofundando e problematizando complexidades sociais de toda ordem, em meio às intensas relações históricas, sociais e políticas.¹⁹

¹⁹ Ou as pessoas somente transitariam pela cidade apenas para trabalhar e não a perceberiam como uma espécie de ser vivo, fruto das mais complexas ações humanas? Viveriam a cidade que guarda a riqueza e a diversidade cultural

Parecia cada vez mais instigante adentrar em uma cidade que surgia incerta, sorrateira, quase ausente de problematizações históricas, sociais ou pedagógicas e que, quando presente, desvelaria experiências potencializadoras do tradicionalismo colonial perante a percepção da diversidade urbana pretérita ou contemporânea. Igualmente, os possíveis mecanismos de exclusão emergiam como uma espécie de névoa sobreposta ao palco principal elencado por mim, uma névoa fria, que dificultaria tanto a interação social quanto o próprio *ser* e *estar* no espaço urbano, mas que tanto não poderia ser isolada da sua própria historicidade pois, como afirma Agier (2003), seria importante “apreender o sentido no contexto cultural, histórico, sociológico, local, etc. da situação [pois o] que é interessante na situação é conseguir mostrar em que o contexto é inerente à situação; é estabelecendo a relação situação-contexto que se pode atingir certo nível de compreensão” (AGIER, 2003, p. 57).

Assim, considero que minha tese surge indissociável da historicidade que compõe o espaço, objeto de reflexão perante as ações e decisões humanas ali desenvolvidas, com reflexos contundentes tanto na relação entre seus cidadãos quanto com os produtos ou espaços culturais de representação decorrentes de tais decisões. Como pesquisador, tal percepção faz parte de minha trajetória desde que ingressei no curso de História/UCS, quando me dediquei a analisar as relações de força, poder e representação que constituem os espaços museais; a seguir, ampliei-a durante o mestrado, quando me empenhei a investigar o modelo de desenvolvimento urbano proposto por uma localidade que se intitulava a ‘Terra da Longevidade’, mas que desconsiderava a própria longevidade de sua paisagem urbana, hipervalorizando o novo verticalizado como modelo preponderante e explicativo das novas representações locais em contraposição a sua própria logomarca, valorativa dos idosos locais, com suas memórias e patrimônios culturais.

Nunca posso esquecer as dificuldades enfrentadas por mim e pela minha família, quando, por certo período da minha infância, vivemos pauperrimamente em uma precária casa de madeira, sem água ou energia elétrica, onde as janelas ostentavam velhas embalagens plásticas de açúcar em vez de vidros... ou como professor, anos depois, quando percebi que, além das dificuldades de toda ordem, nas periferias, far-se-ia também verificar a energia e a vibração social manifestas nas lutas simbólicas pelo fim das invisibilidades, pela busca do respeito e dignidade, optei por desenvolver um doutoramento em Educação que abarcasse tais tensões históricas, tal qual tentara realizar em sala, quando do racismo apresentado no caso dos

ou apenas *na* cidade que surge como mero dormitório para o trabalho diário? Perceber-se-á a diversidade, a alteridade, a vida em movimento ou, por fim, a obra social complexa e contraditória que, aparentemente, constitui a cidade, ou somente transitariam sob o espaço em que sobrevivem para o trabalho comercial ou industrial?

antigos barbeiros e do controle social imposto pelo *shopping center* aos jovens que se deslocavam pela cidade vindos das periferias, a cidade em sua dimensão educadora, com suas intrincadas lutas pela ocupação e inclusão socio territorial, pela memória e representação de si, pelo próprio fluir das desigualdades sociais.

Desse modo, ao considerar (1) os processos históricos de formação e transformação da cidade de Caxias do Sul; (2) o fluxo humano e as sociabilidades existentes; (3) o uso democrático da cidade e de seus equipamentos culturais e, por fim, (4) os próprios desafios sociais e pedagógicos observados tanto no cotidiano urbano quanto no campo escolar da cidade, considero que o objetivo geral da minha tese seria contribuir para um maior entendimento da cidade como possibilidade educadora, potencializando as relações entre os campos pedagógico, histórico, social e cultural da cidade de Caxias do Sul/RS, com suas efervescentes continuidades e/ou rupturas. A tese que orienta minha pesquisa é a de que a historicidade de Caxias do Sul desvela uma impactante rede de ações e representações deseducadoras perante determinados grupos sociais, especialmente àqueles identificados como periféricos, por vezes destacados como detentores de um capital social, político ou simbólico inferior frente às representações sociais dominantes. Logo, a historicidade de tais ações evidencia uma importante fragilidade enquanto cidade integrante da AICE, que se vê inserida em um complexo contexto de impotência sobre determinados campos sociais e espaços culturais da sociedade. Assim, entendo que refletir sobre tais historicidades e suas decorrências possibilita pensar a cidade em meio a algumas tensões educacionais desviantes perante o campo tradicional, o que a configura como educadora em uma potência elevada frente à problematização histórica e contemporânea, pois tais exclusões e invisibilidades que tencionam a diversidade social, cultural e étnica ali existente desde a colonização do espaço, fazendo-se perceber até o tempo presente.

Tais reflexos estariam personificados tanto nos espaços de fluxo que constituem a cidade, quanto nos fixos, como a escola ou demais instituições que possibilitem ações pedagógicas de toda ordem. Desse modo, as proposições enfatizadas pela AICE encontrariam representativas dificuldades para se efetivarem em tal espaço, visto que, valendo-se de certos mecanismos, selecionadas histórias e memórias passaram, ou ainda passam, por adaptações e reorientações de toda ordem para propagar sua própria continuidade perante os mais diversos públicos. Entretanto, os tempos são outros. Tanto a cidade antiga quanto a que se quer contemporânea fazem-se polifônicas, local onde vozes emergentes ainda buscam seu espaço e, como tal, devem ser ouvidas, afinal, tanto a Educação quanto as possibilidades educativas estão presentes em toda a parte. Se assim percebida, a cidade surgiria tanto como dinâmico palco pedagógico da pluralidade quanto provável espaço onde se daria a reinvenção do pensamento

e a reelaboração dos olhares perante o espaço onde vivemos e sociabilizamos, aprofundando e problematizando complexidades sociais de toda ordem, em meio as intensas relações históricas, sociais e políticas...

Assim, procuro problematizar a cidade e alguns de seus espaços educadores pelo viés da historicidade que a constitui, enfatizando conflitos, exclusões e silenciamentos desenvolvidos sob determinados grupos que (con)vivem nos espaços da cidade, por vezes identificados como perigosas minorias, mas que seriam, inegavelmente, a grande maioria humana que historicamente lhe constitui. Percebe-se que a cidade imaginada por alguns impõe sob muitos *outros* uma possível idealização de si ao longo de seus espaços urbanos e culturais manifesta nas tensões entre espaço, representação, poder e reflexão. Como se pode supor, tais ações validariam políticas excludentes e reducionistas da pluralidade social que, por sua vez, também acabariam por propiciar intrincadas manifestações de ruptura, mesmo que ‘subterrâneas’, que influenciariam diretamente tanto a cultura quanto a própria educação a ser proposta por uma cidade educadora ativa, contemporânea, mas que tenha a coragem de não banalizar suas tensões sociais pretéritas com a intenção de desenvolver uma cidade educadora efêmera, pautada unicamente em ações casuísticas ou pontuais.

Especificamente, considero que valorizar a historicidade de tais tramas surge significativo, pois possibilita **problematizar** a cidade enquanto espaço educador diverso e criativo, permeado de historicidades. De igual modo, tal historicidade possibilita tanto **compreender** a longevidade dos processos de exclusão ali existentes, quanto, por meio de velhas tramas sociais, **valorizar** as diferenças e coletividades, destacando sua importância perante as sociedades de ontem e hoje, que poderiam colaborar tanto para uma leitura crítica do passado quanto para a própria compreensão do tempo presente. Além disso, tais diferenças, em seu fluxo histórico e contínuo, poderiam **reafirmar** a contínua necessidade de educar-se contra o racismo, a intolerância e o preconceito de qualquer ordem, ampliando o olhar com a intenção de **relacionar** a cidadania e a democracia como fatores fundamentais para a educação contemporânea. Por fim, considero importante **descrever** a historicidade de alguns espaços da cidade que hoje são utilizados pedagogicamente, relacionando-os com os demais objetivos do presente estudo.

Para tal, almejei compreender a cidade como uma intensa construção histórica, logo uma viva ação sociocultural, resultado de múltiplas mãos, olhares e sonhos (ROLNIK, 1995), espaço geral da coexistência, das relações de troca, da autonomia individual tanto quanto da coletividade participativa; espaço tanto da responsabilidade e ações colaborativas, quanto da ausência de empatia, do desrespeito, das polarizações simplificadoras, das invisibilidades

constrangedoras e de certos esquecimentos selecionados que meu estudo também ambicionou explorar, uma vez que, como destaca Zitkoski (2016), teríamos, ante o campo educacional que nos é percebido, a “necessidade de pensar a vida concreta das pessoas em sua cidade, bairros, ruas e locais de moradia” (ZITKOSKI, 2016, p. 13). Assim sendo, o estudioso salienta que os problemas enfrentados pela educação brasileira “requerem o cultivo de um olhar que transcenda os muros escolares e se volte para o potencial da vida em sociedade na perspectiva de construirmos a cidadania efetiva a partir de um processo socioeducativo que desenvolva uma cultura emancipatória e novas sociabilidades” (ZITKOSKI, 2016, p. 13).

Por fim, destaco que meu estudo se trata de uma pesquisa qualitativa, com perfil exploratório e descritivo, inserido no campo da História Cultural, voltado para uma educação distante de qualquer censura ou autoritarismo. Nele, faço uso tanto de fontes escritas e materiais quanto da análise do espaço selecionado para estudo, percebendo, em seus espaços de fluxo, museus e monumentos, as tensões decorrentes das práticas e representações historicamente ali desenvolvidas. Ao longo da pesquisa, passei a ser responsável pela diretoria de Museus Municipais de Caxias do Sul, o que propiciou novas possibilidades de análise sobre tais espaços.

Além de pesquisas bibliográficas e revisões de literatura, utilizei documentos produzidos tanto pelo poder público local quanto por órgãos nacionais e internacionais voltados ao campo da Educação, História, Cultura, Urbanismo, Turismo... Destaco que, por fontes materiais, considerei os registros fotográficos, as revistas ilustradas e os impressos jornalísticos, ambicionando tanto a percepção quanto a representação e a visualidade do local selecionado para estudo, ao longo do tempo. Considero que o uso de tais fontes acarretou a ampliação das percepções e entendimentos sobre as práticas e representações do cotidiano ali percebido, atuando tanto como selecionados testemunhos quanto elementos indícios para um outro tempo. Em diálogo com as fontes brevemente apresentadas, ambiciono desenvolver uma trama social tal qual propunha Pesavento (1994), para quem seria somente “pela trama das relações humanas que podemos enveredar pela trilha de decifração dos símbolos inscritos no discurso” (PESAVENTO, 1994, p. 105), de modo que, sendo flexível com as linearidades²⁰ históricas, tanto se dialogue quanto se interliguem os vários tempos que compõem os campos da história, cidade, sociedade e educação da localidade de Caxias do Sul.²¹ Sendo assim, tanto a cidade

20 Segundo Ianni, seria necessário reconhecer que a “trama da história não se desenvolve apenas em continuidades, sequências, recorrências. A mesma história adquire movimentos insuspeitados, surpreendentes. Toda duração se deixa atravessar por rupturas. A mesma distância das continuidades germina possibilidades inesperadas, hiatos inadvertidos, rupturas que parecem terremotos” (IANNI, 1999, p. 11).

²¹ Em alguns momentos utilizo exemplos regionais ou de cidades próximas à Caxias do Sul com a intenção de melhor contextualizar os temas abordados. Assim, sigo indícios perceptíveis ante a historicidade das relações

antiga quanto a contemporânea fazem-se polifônicas, permeada por vozes emergentes que ambicionam seu espaço e que, acredito, merecem ser ouvidas.

Assim, terminado o capítulo 1 (um), ressalto que meu estudo está estruturado em outros sete capítulos que desenvolvem os seguintes temas: capítulo 2 (dois), **O caminho teórico metodológico percorrido ao longo da pesquisa**, onde apresento a metodologia, as fontes e os demais elementos utilizados na pesquisa, em que se visualiza que o esforço necessário para melhor compreender exige tanto movimentos ágeis frente à polifonia de vozes que se manifestam quanto atentas reflexões diante daquilo que elas silenciam ou gritam sem cessar. Exigiria também um caminho, por vezes múltiplo, com idas e vindas, perante a possibilidade de se valer das múltiplas fontes e discursos de um outro tempo no capítulo 3 (três), **Para além da autoritária cidade do pensamento único**, destaco o contexto de surgimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras – AICE, além de evidenciar que educar, na cidade, exigiria um alargamento de tempo para melhor compreender o que ocorre perante as mais diversas temporalidades que lhe constituem; uma ampliação que permita ouvir eventuais silenciamentos, visualizar as esquinas teóricas que levam a outros caminhos, as ruas que se iluminam ou escurecem frente as caminhadas exploradoras, os espaços educativos que esperam o adentrar daqueles que os percebam como uma espécie de gramática do mundo, locais que educam sobre vidas e tempos de ontem e hoje; o capítulo 4, **Subterrâneos visíveis**, traz uma abordagem sobre o processo de colonização desenvolvido na região Nordeste do Rio Grande do Sul, percebendo-o como um intenso e potente processo de produção cultural, um conjunto de práticas cotidianas realizadas por setores de uma sociedade, que utilizam meios e fatores sociais internos ou externos; ciências e disciplinas variadas; imaginários e representações desses imaginários; manifestações de poder e construções discursivas, criando, assim, uma possível oficialidade; o capítulo 5 (cinco) , **Nas raias do delírio: a cidade que chega entre apitos, gritos e olhares lacrimais**, onde abordo o surgimento da cidade de Caxias do Sul e da imagem social da cidade, em que a velocidade simbolizaria a energia e a potência da nova sociedade que se formava; no capítulo 6 (seis), **Situações urbanas e coloniais: rascunhos pedagógicos da cidade intolerante?**, procuro abordar as complexas relações sociais que acabam por produzir memórias e tradições perpassadas aos mais variados grupos sociais da localidade. Conflituosas, tais relações possibilitariam o rebentamento de ora claros e vibrantes,

desenvolvidas entre os grupos ali existentes evidenciadores dos fluxos humanos, dos preconceitos sociais aplicados aos grupos identificados como não-europeus, da ampliação da criminalidade, do fascismo, da louvação de alguns pela eugenia, das implicações decorrentes do Estado-Novo, do abandono e da prostituição das crianças pobres, da marginalização das periferias, da monumentalidade de si, dos embates ante a constituição do campo museal local, das intolerâncias e preconceitos renovados ante a sociedade do tempo presente...

ora disfarçados ou sorrateiros, conflitos percebidos nas tensões desveladas diante de determinadas ideias, ações culturais, comemorações ou festividades percebidas nos espaços da cidade que parecem fomentar gritantes ações de invisibilidade, apagamento e exclusão perante seus contextos urbanos; capítulo 7 (sete), **Entre Vitrines Museais Monumentalidades: breves notas sobre a historicidade de dois cenários pedagógicos**, problematiza a constituição de dois espaços educadores existentes na cidade de Caxias do Sul, aqui percebidos como palcos que tanto desvelam a construção quanto a transmissão de memórias e identificações, e que seriam úteis para apresentar e/ou convencer pedagogicamente, visitantes e visitados, sobre aquilo que se considerou importante frente à polifonia da historicidade local, o primeiro trata-se do Museu público da cidade, criado em 1947, e o Monumento Nacional ao Imigrante, iniciado em 1949. Desse modo, logo notei que tais espaços também comungariam de seus elementos marginais, irregulares ou invisibilizados em meio a cidade diversa e permeada de desigualdade econômica, social e cultural; por fim, o capítulo 8 (oito) surge dedicado aos **Encaminhamentos Finais** da tese.

A capa de meu estudo é um grafite desenvolvido pelo artista Lucas Leite. Dedicado a arte urbana, o criador da menina Elichat, uma criança com orelhas de gato, foi preso em meados de 2019 ao reproduzir sua criação em uma praça do bairro São Pelegrino. Dentre tantas manifestações artísticas que apresentam a menina nas mais diferentes situações e contextos, optei por utilizar uma que, para mim, parece simbolizar o grito pela visibilidade, ação, movimento e liberdade da sociedade. Como manifestou o artista, após o encarceramento, **“Logo saiu uma daquelas notícias clássicas do jornalismo diário: ‘Suspeito de pixação é detido na Praça das Feiras’.** No mesmo veículo, em dezembro de 2018 fomos entrevistados pela abertura de uma exposição de 20 artistas da cidade, a qual conduzimos e fizemos a curadoria. De artista a suspeito em menos de 6 meses. Observamos com vontade de mudar uma cidade (e um país) que não compreende as nuances da arte urbana. Pixação, grafite, vandalismo, tanta coisa. Questionamos em nós mesmos que espaço ocupamos dentro da cidade. Desenhamos no chão, na luz do dia. Priorizamos a relação com quem nos vê. Faz parte da nossa arte o encontro, o olhar que muda do início ao fim do avistamento, o próprio estar. Não nos interessa causar incômodo, muito menos desafiar quaisquer instituições cheias de poder: interessam-nos seres humanos, mudança de percepção e arte”²². A imagem aqui utilizada encontra-se pintada em um poste, defronte a Metalúrgica Abramo Eberle S/A – MAESA.

²² Parte da nota oficial sobre a detenção do artista. A nota integral pode ser lida em <https://www.facebook.com/elichatelichat>

2

O CAMINHO TEÓRICO METODOLÓGICO PERCORRIDO AO LONGO DA PESQUISA

Falar de método é falar de um como, de uma estratégia de abordagem, de um *saber-fazer*. Formulada a pergunta, que constrói o tema como objeto a partir de um referencial teórico dado, como trabalhar os indícios ou traços que chegam desde o passado? (PESAVENTO, 2007, p. 37)

Ao publicar, em 1989, a obra *‘Mitos, emblemas e sinais’*, Carlo Ginzburg destacaria que: “Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em práticas regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo [...] elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição” (GINZBURG, 2001, p. 179).

Ante a percepção do estudioso, nota-se que o esforço necessário para melhor compreender exige tanto movimentos ágeis frente à polifonia de vozes que se manifestam quanto atentas reflexões diante daquilo que silenciam ou gritam sem cessar. Exigiria também um caminho, por vezes múltiplo, com idas e vindas, perante a possibilidade de se valer das múltiplas fontes e discursos de um outro tempo, de onde o pesquisador retira a carne (BLOCH, 2001) que recomporia, parcialmente, o corpo de um tempo que foi. Criaria, assim, a nova representação de algo que já lhe chega, de igual modo, como a própria representação.

Entretanto, seria um olhar que se renovaria perante as próprias imagens, conceitos e proposições daquilo que foi até então representado e que seria passível de ser (re)observado tanto perante a percepção de um outro tempo quanto pela criatividade investigativa e analítica do pesquisador, por meio de novos temas ou questões impostas pelo tempo presente. Assim, a pesquisa desenvolver-se-ia como uma espécie de diálogo indutivo ante a multiplicidade de sinais ou indícios, desviante de quaisquer dogmatismos metodológicos preexistentes, valorativa do olhar analítico, perceptivo e reflexivo daquele que se propõe a conhecer.

“Tudo o que nos rodeia é objeto de observação”, afirmava Diderot (2005). Dessa forma, os “objetos que nos são mais familiares podem ser maravilhosos para nós; tudo depende da maneira de olhar. Se é distraída, nos engana; se é penetrante e refletida, aproxima-nos da verdade” (DIDEROT, 2005, p. 27). Não intento adentrar em reflexões sobre a existência ou não de verdades perante objetos científicos, tema já problematizado por outros tantos estudiosos. Por minha vez, considere a afirmativa de Diderot instigante, pois reafirma, ao passo que encaminha, a necessidade constante de atenção diante do selecionado objeto de pesquisa ao qual nos dedicamos; uma atenção perceptiva que direciona, principalmente, para a reflexiva escolha, a atenciosa análise com suas diferentes responsabilidades e consequentes abdições perante o desenvolvimento do estudo que se propõe realizar.

Segundo Marc Bloch (2001), o objeto principal dos estudos históricos seria, “por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. [ou melhor, os próprios seres humanos] Mais que o singular, favorável a abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade” (BLOCH, 2001, p. 54). Por vezes, há quem considere que o objeto do historiador seria o próprio passado, porém, Le Goff (2001), intrincando seu pensar ao de Bloch (2001), reafirmaria: “Seu objeto não é o passado: ‘A própria noção segundo a qual o passado enquanto tal possa ser objeto de ciência é absurda.’ Seu objeto é ‘o homem’, ou melhor, ‘os homens’, e mais precisamente ‘homens no tempo’” (LE GOFF, 2001, p. 24). Além disso, se considerada como superada uma possível visão unificadora e ampliada a percepção sobre as atuais fragmentações e diversidades de toda ordem, poder-se-ia afirmar que o objeto seria o ser humano e toda sua possível complexidade criadora e representativa de si. Segundo essa tendência, para Sandra Pesavento (1995), a tarefa do historiador “seria captar a pluralidade dos sentidos e resgatar a construção de significados que preside o que se chamaria a ‘representação do mundo’. Mais do que isto, tomamos por pressuposto que a história é, ela própria, a representação de algo que teria ocorrido um dia” (PESAVENTO, 1995, p. 280).

Seria possível, desse modo, distinguir “o que se chamaria ‘passeidade’ (o real acontecido) da ‘história’, entendida como narrativa que ‘representa’ através de texto e imagem” (PESAVENTO, 1995, p. 280), então percebidas como fontes, rastros e/ou evidências sobre determinados acontecimentos que, quando problematizadas, tornam possível que se elabore a representação de um tempo que foi. Assim, tais fontes seriam compreendidas como representações “do ocorrido, tanto na sua feitura original, a trazer a marca da temporalidade que os construiu no passado, como fato ou personagem, em um momento dado, quanto na sua construção desde o presente, a participar de uma rede de possíveis e plausíveis para a elucidação de um problema” (PESAVENTO, 2008, p. 11). Assim sendo, se “tais fontes são portadoras de razões, intenções, estratégias e sensibilidades de uma outra época, tais elementos presidem também o olhar do historiador que, desde o presente, os vai manipular e analisar” (PESAVENTO, 2008, p. 11). Dessa maneira, segundo Pesavento (1998), interpretar “processos sociais e processos simbólicos implica um entrecruzamento de olhares que, por sua vez, parte de alguns pressupostos que norteiam uma questão aberta já a algum tempo” (PESAVENTO, 1998, p. 09).

Olhares observadores dialogariam com testemunhas, ou com testemunhos elaborados, que atentaram e, assim, segundo seus entendimentos, também relataram, por meio de registros dos mais diversos tipos, aquilo que viram ou ouviram; representações documentais elaboradas de um tempo propiciam que se olhe indiretamente para aquilo que observamos, de modo que

não analisamos diretamente tais acontecimentos, mas apenas o que os possíveis registradores optaram por preservar deles. Como assinala Le Goff (1990), “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1990, p. 535).

Talvez, por isso, as lentes que possibilitam a observação possam parecer confusas, embaçadas, quando não, propriamente, fragmentadas, pois vemos pelo olhar de um outro, algo próximo ao entendimento de Halbwachs (2006) quando, ao rememorar seu deslocamento pela cidade de Londres, nas primeiras décadas do século XX, percebia e lembrava, ao passo que refletia:

Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho (HALBWACHS, 2006, p. 31).

Um entendimento similar possuía Bloch (2001), para quem toda compilação de “coisas vistas é, em uma boa metade, de coisas vistas por outro. O que me fornecem elas senão, mais ou menos inabilmente expressa, a imagem que meus interlocutores formam do que acreditam eles mesmo pensar ou aquela que pretendem me apresentar em seus pensamentos?” (BLOCH, 2001, p. 70). Assim, percebe-se que os fatos históricos retomados “por documentos e imagens – já chegam à nossa contemporaneidade como a representação de algo que já foi. A representação seria [...] uma presentificação criada pelo historiador, que teria por ofício representar o já representado ou reimaginar o imaginado” (PESAVENTO, 1998, p. 10). Desse modo, a “força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade” (PESAVENTO, 2007, p. 22). Decorreria “daí, portanto, a assertiva de Pierre Bourdieu, ao definir o real como um campo de forças para definir o que é o real” (PESAVENTO, 2007, p. 22). Em tal contexto, a pergunta proposta pelo pesquisador surgiria como fundamental, pois os “textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p. 79).

Assim, seria a “própria pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado” (SCHWARCZ, 2001, p. 08).

Entendi, assim, que fontes, vestígios ou indícios não bastariam por si só... seria necessário fazê-los “falar”, pois, distante de tal processo, elas revelariam “somente a existência de um outro tempo, de um antigo” (PESAVENTO, 2007, p. 63). A “crítica do testemunho, que trabalha sobre realidades psíquicas, permanecerá sempre uma arte de sensibilidade. Não existe, para ela, nenhum livro de receitas. Mas é também uma arte racional, que repousa na prática metódica de algumas grandes operações de espírito” (BLOCH, 2001, p. 109). Assim, o historiador partiria do “fato, fonte, documento, tomado como acontecimento singular, para compor o contexto, ou parte de uma tessitura contextual, conjunto de relações e fatos interativos, para chegar ao acontecimento” (PESAVENTO, 1998, p. 11). Tais reproduções/representações possibilitaram ampliar as percepções e entendimentos sobre as práticas e representações do cotidiano, atuando tanto como selecionados testemunhos, quanto pontes indiciosas para um outro tempo. Explorarei, a seguir, um pouco sobre os usos e possibilidades de tais fontes.

Minha pesquisa vale-se do *paradigma indiciário*, popularizado pela micro história italiana, e que, conforme Pesavento (2007), propiciaria ao pesquisador atuar de maneira dedutiva, sendo movido pela suspeita, procurando traços, pistas e vestígios no *corpus* de análise. O pesquisador prestaria, nesse contexto, atenção às evidências, procuraria ir além daquilo que está posto, é dito ou apontado. Surgiria como importante o exercício de um olhar atento “para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos” (PESAVENTO, 2007, p. 64).

Justo na aparente imobilidade do fato, os historiadores buscavam surpreender a dinâmica da História, unindo o dado arquivístico à multiplicidade das relações sociais. Por meio de um entrecruzamento máximo de relações, os historiadores da *micro história* acabam por demonstrar que o social passado não é um dado posto, um fato definido, mas algo reconstruído a partir de interrogações e questões postas. Recusando evidências, trabalhando com detalhes e traços secundários, tais historiadores se voltam para a preocupação de atingir, no micro, a dinâmica da vida, construindo versões sobre o passado por meio da pesquisa empírica exaustiva, que tanto combina uma espécie de descrição densa, aquela do viés antropológico, quanto a do método indiciário anunciado por Ginzburg (PESAVENTO, 2007, p. 43).

Assim sendo, o objeto de pesquisa do micro historiador poderia “ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência [...] ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que está disposto a examinar” (BARROS, 2007, p. 169).

Tal postura possibilitaria ao estudioso partir em busca dos “sintomas, dos fenômenos paralelos que emitem sinais e dão a ver sentidos” (PESAVENTO, 2007, p. 64), porém, sem se ater ao primeiro plano de visualização, ao que parece ser ou que se dá a ver em uma primeira

impressão. Ele buscaria, diante disso, pelo “segundo plano, vai na procura dos detalhes que cercam a cena principal, analisa cada elemento em relação ao conjunto” (PESAVENTO, 2007, p. 64). Dessa maneira, a micro história “procura enxergar aquilo que escapa a macro história tradicional, empreendendo para tal uma ‘redução da escala de observação’ que não poupa os detalhes e que investe no exame intensivo de uma documentação” (BARROS, 2007, p. 169).

Para tal, ao optar por tal metodologia, o pesquisador deveria, portanto, montar, “combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário” (PESAVENTO, 2007, p. 65). Tal construção far-se-ia perceber no próprio texto final elaborado pelo pesquisador, e que, segundo Barros (2007), surgiria como outro ponto relevante aos que se valem de tal metodologia. Nessa perspectiva, a “preocupação dos micro historiadores em evitar generalizações simplificadoras os leva habitualmente a novos modelos de estruturação do texto, que nem sempre coincidem com os que têm sido empregados pela historiografia tradicional” (BARROS, 2007, p. 176). Desse modo, não seria raro para seus adeptos experimentarem novas possibilidades textuais para desenvolver seus estudos, pois a micro história trabalharia com a ideia de que “expor o texto de uma determinada maneira é favorecer certa maneira de ver, e por isto alguns dos principais expoentes desse [...] modo de abordar a História costuma dar tanta importância aos aspectos mais propriamente literários de suas narrativas ou sínteses históricas” (BARROS, 2007, p. 176).

Para desenvolver tal trama, optei pelos princípios teóricos da história cultural e etnográfica. De acordo com Barros (2007), o “fato de que um trabalho esteja inscrito no âmbito da História Cultural [...] não impede naturalmente que ele esteja articulado a esta abordagem que é a micro história” (BARROS, 2007, p. 172). Assim, a história cultural, em tal situação, “refere-se a *dimensão social* examinada; micro história refere-se a uma determinada *abordagem historiográfica*” (BARROS, 2007, p. 172). A história cultural procuraria “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, de modo que, embora “as representações sociais aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1988, p. 17).

Ainda segundo Chartier (1988), as percepções do social não são, de modo algum, “discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas), que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1988, p. 17). O historiador etnográfico, por sua vez, “estuda a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo. Tenta descobrir sua cosmologia, mostrar como se

organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam em seu comportamento” (DARNTON, 2001, p. 14). Ao historiador “deveria ser possível descobrir a dimensão social do pensamento e extrair a significação de documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho” (DARTON, 2011, p. 17). Trata-se do passado e de seus indícios, um passado que, em conformidade com Baudelaire (1996), “é interessante não somente pela beleza que dele souberam extrair os artistas para quem constituía o presente, mas igualmente como passado, por seu valor histórico. O mesmo ocorre com o presente” (BAUDELAIRE, 1996, p. 08).

Hoje, muitas representações do passado encontram-se presentificadas nos registros fotográficos, tais quais as pinturas vitorianas seriam destacadas por Baudelaire (1996). Em comum entre ambas, fotografias e pinturas, o entendimento da manifestação artística como elemento indicativo, suporte indicioso, de um outro tempo, um tempo que foi. Assim, seja pela qualidade artística de antigos pintores, ou pelas imagens fotografadas da vida em movimento, épocas e sociedades pretéritas tornam-se representadas no tempo presente, com sua amplitude de singularidades, entendimentos e possibilidades de releituras, tal qual o documento de Adami que deu início a minha pesquisa.

Aparentemente, sobre a potência silenciosa das imagens fotografadas, desvelar-se-iam redes complexas de imaginários sociais, permeados de significados, intencionalidades ou ambições que dialogariam, inclusive, com o próprio fazer fotográfico. A visualidade registrada seguiria, assim, um caminho permeado de intencionalidades que encontraria seu ponto de partida justamente no olhar do próprio fotógrafo que, perante seus interesses, selecionaria o tempo a ser capturado perante a eternidade. Desse modo, a fotografia seria, segundo Kossoy (2001), “memória enquanto registro de aparência dos cenários, personagens, objetos, fatos; documentando vivos ou mortos, é sempre memória daquele preciso tema, num dado instante de sua existência/ocorrência” (KOSSOY, 2001, p. 131).

Assim compreendidas, as fotografias, “antes de serem cópias da realidade, são ‘textos’, afirmações e interpretações sobre o real” (ACHUTTI, 1997, p. 25). Seu uso, em consonância com Mauad e Lopes (2012), possibilitaria deslocar-se do “objeto, da ruína, do papel, da imagem, para as práticas sociais que produziram os objetos, construíram aquilo que hoje é ruína, utilizaram os papéis e criaram as imagens” (MAUAD; LOPES, 2012, p. 264), de modo que, na “busca pelo sentido de evidência, indaga-se sobre a sociedade que a gerou, ao mesmo tempo que se atribui valor de conhecimento a essa evidência” (MAUAD; LOPES, 2012, p. 264).

Aparentemente potencializado tal entendimento, Meneses (2012) destaca a necessidade indispensável do pesquisador romper as “limitações nas quais se deixa com frequência

aprisionar pela redução da imagem apenas a ‘documento visual’ e a tarefas taxonômicas e de leitura iconográfica” (MENESES, 2012, p. 243). Desse modo, segundo o estudioso, seria fundamental a familiarização daquele que se dedica ao uso das fotografias com

[...] as inúmeras variáveis que definem a natureza da imagem e a multiplicidade de significados e papéis que ela pode assumir historicamente, e, ainda que não deva percorrer todos os caminhos previstos, não pode ele se furtar a uma cartografia em que são incessantes os desdobramentos fornecidos pela antropologia, pela sociologia, pela história, pela história das técnicas, pela história da arte, pela psicologia e psicanálise, pelas ciências da percepção e da cognição, da comunicação, da informação e da computação, pela neurofisiologia e neuroestética, pela filosofia e pela estética, pela semiótica e pela linguística, pelos estudos culturais, de cultura material, de cultura visual... (MENESES, 2012, p. 243).

Assim, do mesmo modo que as obras artísticas destacadas por Baudelaire (1996), quando da sua reflexão sobre os pintores do século XIX tornar-se-iam potencializadas evidências históricas pela captura de mundos em transição, a fotografia também seria possuidora de tal poder capturando as mudanças que agora seriam percebidas como indícios de um outro tempo. Assim, a “evidência histórica e a imagem são constituídas por investimentos de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)apresentar o passado (MAUAD; LOPES, 2012, p. 263).

Entretanto, a percepção das efervescências sociais, as dinâmicas modificações das paisagens urbanas, as transformações dos meios de transportes ou as novas sociabilidades seriam encontradas de modo silencioso nas imagens. Dessa forma, a proposta metodológica de Mauad (2004) surgiria como importante orientação perante algumas silenciosas representações históricas, permeadas por sentidos ocultos, que não se fazem ver em um primeiro momento, mas exigem uma atenta percepção, a compreensão da existência de uma relação de diálogo entre aquele que fotografa, o que é fotografado e aquele que vê. Emerge, assim, o exercício do olhar que caça, busca, almeja... Um olhar similar ao do ogro, tal qual referenciado por Bloch (2001), um olhar que vislumbra e problematiza o contemporâneo pela intenção pretensa da renovação do pensamento social; que mergulhe no tempo da história e da imagem que o representa, um olhar que leia, ouça as vozes que gritam perante as distâncias do tempo, na expressão dos olhares capturados, nas mudanças sociais e estruturais das cidades e sociedades.

Para analisar e compreender aquilo que as imagens poderiam exteriorizar, Mauad (2004) propõe a multiplicidade do olhar perante a fragmentação imaginária das imagens fotografadas, valendo-se, assim, da divisão do todo visual em múltiplos espaços, delimitados por ela como 1 - espaço fotográfico, 2 - espaço geográfico, 3 - espaço do objeto, 4- espaço da figuração e 5 - espaço da vivência. Logo, quando espatifada a imagem, seus pedaços desvelariam outros contextos e ações; aparentemente facilitaríamos a percepção, a re/construção do entendimento

contemporâneo sobre determinado tema ou problema, a própria complexidade daquilo que é visualizado. Ao descrever os pontos abordados em cada espaço fotográfico, Mauad (2004) organiza seu entendimento da seguinte maneira:

I – Espaço fotográfico: Compreende o recorte espacial processado pela fotografia. Incluindo-se a natureza do espaço, como se organiza, que tipo de controle pode ser exercido na sua composição e a quem este espaço está vinculado: amador ou profissional. Nessa categoria estão sendo considerados os itens contidos no plano da expressão. Respectivamente: tamanho, formato, enquadramento, nitidez e o produtor. II – Espaço geográfico: Compreende o espaço físico representado na fotografia. Procura-se caracterizar os lugares fotografados, a trajetória de mudanças ao longo dos anos que a coleção cobre e nessa trajetória as oposições cidade e campo, fundo artificial e natural e espaço interno e externo. Nessas categorias estão incluídos os itens: local retratado, ano e atributos da paisagem, todos contidos no plano do conteúdo. III – Espaço do objeto: Compreende os objetos fotografados tomados como atributos da imagem fotográfica. Analisa-se a partir dessa categoria a lógica existente na representação dos objetos, sua relação com a experiência vivida e com o espaço construído. Estão incluídos na sua composição os itens tema da foto, objetos retratados, atributos das pessoas e atributos da paisagem. IV – Espaço da figuração: Compreende as pessoas retratadas, a natureza deste espaço, a hierarquia das figuras e outros atributos. O item pessoas retratadas, do plano de conteúdo, e atributos das pessoas, do plano de conteúdo, e a distribuição dos planos e objetivo central, do plano de expressão, integram essa categoria. V – Espaço da vivência: Compreende o tema da foto. As atividades que mereciam ser fotografadas e os tipos de fotos que destas surgiam. Os índices tema da foto, local retratado, figuração, produtor e as principais opções técnicas compõem esta categoria (MAUAD, 2004, 19 – 36).

A riqueza percebida ao longo da explanação sobre os *espaços fotográficos* parece exercitar potentemente tanto o olhar, quanto o tempo e suas complexas relações de memória. Para Kossoy (2001), a “perpetuação da memória é, de uma forma geral, o denominador comum das imagens fotográficas: o espaço recortado, fragmentado, o tempo paralisado; uma fatia de vida (re)tirada de seu constante fluir e cristalizada em forma de imagem” (KOSSOY, 2001, p. 133). Assim, independente da tipologia fotográfica²³, verifica-se que algumas *tocam* o observador, arrepiam, causam repulsa ou atração, fazendo pensar. Com elas, percebemos a fragmentação social, as memórias e esquecimentos, a modificação das paisagens ou as continuidades e descontinuidades que se fazem presentes nos cotidianos urbanos ou rurais. A fotografia faz com que percebamos as mutações sociais perante o passar dos tempos; transformações que suplantaram a solidez de padrões, regras e costumes, fazendo emergir novas sociedades que recriam constantemente as referências que lhes representam, tanto para si quanto para os outros, amparadas em possíveis mecanismos de atração ou repulsa. Entretanto, as fotografias estarão ali, lembrando justamente desse *outro tempo*.

23 Que dentre outras, poderiam ser jornalísticas, publicitárias, públicas, individuais, documentais, urbanas, com seus fixos e fluxos, de estúdio...

Segundo Barthes (2012), o que a fotografia reproduz ao infinito “só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (BARTHES, 2012, p. 14). Dessa forma, as representações desse *outro mundo*, captadas pelo fotógrafo, reproduzem a dinamicidade e a policromia das sociedades antigas ou contemporâneas, pelas mais diversificadas tecnologias.

Em certo sentido, quando observamos fotografias antigas, um ponto ganha força e se ressalta: o retorno daqueles que já se foram, uma espécie de retorno virtual dos mortos. Uma cidade *que já morreu*, mas que vive dispersa nas memórias dos antigos moradores; indivíduos ou famílias em pose quase cerimonial para o ato fotográfico, aparentemente fechados em si mesmos, silenciosos, mas com o olhar expressando grande representatividade, prestes a adentrar para a eternidade da imagem que os representará; os prazeres das festividades que animam a vida, lembrados para sempre por meio das imagens que ativam a memória, ou aquele não menos importante *click* de um instante do cotidiano... Assim, Barthes (1984) consideraria a fotografia tal como um “teatro primitivo, [...] um Quadro Vivo, a figuração da face imóvel e pintada sob a qual vemos os mortos” (BARTHES, 1984, p. 54).

Tal visualidade, geralmente, não revela decomposições corpóreas, permeadas de vermes visíveis e odores inimagináveis; contudo, ela permite tanto a decomposição quanto a recomposição do próprio corpo social, que rompe com a conformidade perante a intensidade do novo corpo que se desvela, amplia enquanto proporção e, por fim, move-se sem cessar.

Desaparece, assim, a imobilidade instantânea do passado, ao passo que surge um novo mundo que cerca, absorve o pesquisador, ou o próprio estudante, transpondo-o para uma temporalidade distante, no entanto, em diálogo contínuo com o presente, afinal, problematizará sociedades, memórias ou discursos. Entretanto, para “que se possa reconectar a fotografia à realidade que a principiou, é preciso reconstruir as partes perdidas das conexões, o que torna a recepção um ato culturalmente interpretativo e subjetivo, mas, sob muitos aspectos, relacionado com as referências contidas na imagem” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2007, p. 99). Assim, percebe-se que tamanha potencialidade existencial e representativa, por vezes, é resultado singular de temperamentos e condutas igualmente particulares. Se algumas fotografias surgiram, embora permeadas de intencionalidades e sentidos, como singularidades existenciais, percebidas nas sensibilidades dos olhares marcados, tensionados, objetivos, porém sensíveis, mesmo que aos seus interesses, a imagem e os interesses do fotógrafo dialogariam potentemente com as efervescências sociais em que se encontravam inseridos.

A partir das reflexões realizadas sobre as imagens, compreendi que outras pistas preciosas relacionadas ao cotidiano estariam nos periódicos locais, além de algumas revistas

ilustradas então editadas na capital do Estado, como a Revista do Globo, que voltava seus olhos para as intensas transformações que se desencadeavam nas cidades do interior até meados dos anos 1960. Segundo Luca (2008), tais revistas contariam com uma apresentação

[...] cuidadosa, de leitura fácil e agradável, diagramação que reservava amplo espaço para as imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, instantâneos da vida urbana, conselhos médicos, moda, regras de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas e literatura para crianças, tais publicações forneciam um lauto cardápio que procurava agradar a diferentes leitores, justificando o termo variedades. Pode-se supor que tal uso cumpria função estratégica: diante do relativamente míngua público leitor/consumidor, o sucesso do negócio revista dependia de se conseguir ampliar ao máximo os possíveis interessados, daí o recurso a uma rubrica ampla, que permitia incluir de tudo um pouco (LUCA, 2008, p. 122).

Ainda segundo Luca (2008), tais revistas seriam ao “mesmo tempo femininas, masculinas, infantis, esportivas, pedagógicas e educacionais, humorísticas, dedicadas ao rádio, teatro e cinema, étnicas, religiosas, científicas, literárias, voltadas para interesses do comércio, lavoura ou indústria, sem esquecer o mundo do trabalho” (LUCA, 2008, p. 122). Sob essa ótica, tais periódicos possibilitam uma ampla abrangência perante o espaço local, servindo como marco e influência para diversas localidades e grupos sociais.

Assim, nas palavras de seu primeiro diretor, o político, poeta, tradutor e crítico literário Mansueto Bernardi²⁴, a Revista do Globo ambicionaria “ser um aparelho de recepção e transmissão, no Estado, de todas as ondas notáveis do pensamento contemporâneo [...] porque se propõe a registrar e divulgar [...] tudo o que no Rio Grande houver e doravante ocorrer, digno de registro e divulgação” (BERNARDI, 1929, Preâmbulo). Além disso, ainda segundo Bernardi (1929), a Revista do Globo desejaria, também,

[...] constituir uma ponte de ligação mental e social entre o Rio Grande e o resto do mundo. Cumpre que irradiemos para além das próprias fronteiras as nossas ideias. Cumpre que nos demos a conhecer melhor. Cumpre fazermos circular, a par dos outros, lá fora, os nossos legítimos valores espirituais. Cumpre que saibamos o que se faz, o que se diz, o que se pensa, o que se inova e se renova longe de nós e em torno de nós. Cumpre contribuirmos com o nosso capital de saúde e juventude, de idealismo e de optimismo para a formação e o surgimento da mentalidade nacional. Cumpre, em suma, que nos afirmemos (BERNARDI, 1929, Preâmbulo).

24 Nascido na Itália, até os doze anos seria analfabeto. Em 1919, depois de estudar, e ser naturalizado brasileiro, foi nomeado oficial da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Também atuou como oficial de gabinete e secretário da presidência do Estado; prefeito de São Leopoldo; diretor da Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul e diretor da Casa da Moeda do Brasil. Entre 1918 e 1930, foi fundador e diretor da *Revista do Globo*, administrador da *Livraria do Globo* e um dos fundadores do *Almanaque do Globo*, onde atuaria como crítico literário. Traduzia autores alemães, italianos e norte-americanos, além de selecionar os que seriam publicados. Divulgou Erico Verissimo, Mario Quintana e Pedro Vergara, dentre outros. Participou da Revolução de 1930, chefiada por Getúlio Vargas. Integralista, foi preso, mas posto em liberdade a pedido de Vargas. Destituído do cargo de diretor da Casa da Moeda, ingressaria na Secretaria do Interior e da Justiça do Rio Grande do Sul. Aposentou-se pouco tempo depois, regressando a Veranópolis, antiga Alfredo Chaves, onde se estabelecera quando emigrara da Itália com sua família em 1888. Ali morreria em 1964. (adaptado de Germann, 2008, p. 28).

A Universidade de Caxias do Sul – UCS possui, em sua Biblioteca Central, a série completa das publicações da referida revista, que se iniciaram em 1929 e findaram no ano de 1967, o que facilita a pesquisa e a percepção das mudanças gerais relacionadas à cidade de Caxias do Sul. A relação entre os temas destacados por Luca (2008), quando aborda a grande quantidade dos temas representados nas revistas ilustradas, também pode ser notada nos impressos jornalísticos locais. Sob tal aspecto, as manifestações e transformações sociais, políticas, culturais, comportamentais, ideológicas, escolares, urbanísticas seriam amplamente defendidas e aprofundadas em suas páginas, de modo a dialogar intensamente com um mundo em transformação, caracterizando a época em meio a todo tipo de interesses sociais, empresariais, trabalhistas, religiosos ou particulares. Enquanto alguns glorificavam as estagnações, mudanças ou as próprias renovações que se desencadeavam na sociedade de então, outros, por meio de outros impressos, condenavam-nas veementemente. Enquanto alguns abririam espaço para intensas manifestações de xenofobia e racismo, outros defenderiam a diversidade e a dignidade humana; por vezes, em comum entre ambos, certas zonas de silêncio. E, desse modo, elas possibilitam a problematização intensa do passado sociocultural local, com suas continuidades e descontinuidades perante o tempo presente.

No Brasil, segundo Luca (2008), o pioneirismo de pesquisas voltadas para o campo sociocultural, tendo como fonte importante os próprios impressos jornalísticos, coube a Gilberto Freyre²⁵ que,

[...] por meio dos anúncios de jornais estudou diferentes aspectos da sociedade brasileira do século XIX, [entretanto] a produção de vários pesquisadores, formados segundo padrões de excelência acadêmica e que ocupavam lugar de destaque no meio universitário – caso de Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nícia Vilela Luz e Leôncio Martins Rodrigues –, não dispensava a ida aos jornais, seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção, preços) ou demográfica, seja para analisar múltiplos aspectos da vida social e política, sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade (LUCA, 2008, p. 117).

No espaço em que desenvolvo meu estudo, os dados dos mapas estatísticos da “Colônia Caxias de 1884 [permitem constatar que] 67% dos homens sabiam ler, ou, pelo menos, assinar seu nome, e o mesmo ocorria com 37% das mulheres. Entre os imigrantes trentinos,

²⁵ Em ‘O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX’, Freyre destacaria que, por meio dos anúncios jornalísticos, o historiador poderia “reconstituir todo um começo de sociedade pré-brasileiramente nacional. [...] Orgulho-me de [...] ter-me antecipado nessa valorização [...] [que] desde o seu aparecimento [...] começou a ser história social e, até, antropologia cultural [...] À utilização de anúncios para reconstituições e avaliações sociais, no Brasil, continuei a aplicá-la a sucessivas fases do desenvolvimento quer social, quer cultural [...] causadas por importações de artigos de várias espécies, modificadores de rotinas tradicionais [...] para as quais persuasivos anúncios de jornais contribuíram como que didaticamente. Ensinando. Instruindo. Demonstrando vantagens” (FREYRE, 2012, p. 10).

provenientes do império austro-húngaro, o número de alfabetizados era superior a 87% do total” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 20). Diante desses dados, identifica-se a existência de um público leitor desde as origens da localidade, como de igual modo percebe-se a própria tensão perante o conteúdo impresso em tais publicações.

Ainda segundo Pozenato e Giron (2004), os “testemunhos da época são claros. Era comum a destruição das tipografias em que eram impressos jornais de cunho político. A violência, pois, não ficava apenas nas palavras, mas concretizava-se em ações de sabotagem contra os órgãos considerados como inimigos políticos” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 20). Logo, os sujeitos envolvidos em sornateiras sabotagens, ou em atentados destemidos, não diferenciavam os jornais que combatiam das próprias tipografias que os imprimia. Todos seriam percebidos como inimigos de todos, sentimentos potencializados, principalmente, pelos modos de compreender o mundo de então. Em outros termos, o inimigo, na verdade, seria o pensamento dissonante daquilo que se ambicionava como correto ou tradicional. Sobre tais ações, Gardelin (1999) destacaria que os

[...] conflitos políticos verificados nesse período não se limitavam ao espaço de discussão fornecido pelas páginas dos jornais, prolongando-se e, conflitos e lutas contra a própria liberdade de imprensa. Assim, não surpreende que as forças em luta na cena política não descartem de suas táticas a violência contra o jornalismo (GARDELIN, 10/03/1999, p. 03).

A percepção das tensões e agressividades existentes no campo social, evidenciadas perante os impressos locais, ressaltam a necessidade de atentar aos eventuais interesses que tais publicações ambicionavam concretizar ou representar. Além de apreender para si o espírito do público leitor, dando-lhes a ler aquilo que consideravam digno de atenção perante um novo mundo social que ambicionavam edificar ou representar, os impressos jornalísticos destacavam o que compreendiam como a própria cultura contemporânea de um acelerado tempo em contínua transformação. Como se poderia supor, as oposições seriam óbvias, e valeram-se das mesmas ferramentas midiáticas. Desse modo, considere importante seguir os procedimentos e recomendações apresentados por Luca (2008), que considera fundamental, ao nos debruçarmos sobre tão instigante material,

[...] construir uma longa e representativa série; localizar a(s) publicação(coes) na história da imprensa; atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão, papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade; assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; Caracterização o grupo responsável pela publicação; Identificar o público a que se destinava; Identificar as fontes de receita; Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida

Desse modo, examinei, especificamente, três longas séries de impressos jornalísticos: ‘O Momento’, publicado entre os anos de 1933 e 1951, foi um jornal com uma linha editorial nacionalista, voltada aos interesses do Partido Republicano Liberal – PRL e ao governo de Getúlio Vargas. Tal semanário salientaria em seu primeiro editorial a ambição de ser

[...] o porta-voz da direção do P. R. L. deste município, defensor dos interesses da comuna, o propugnador do seu progresso, divulgador dos sucessos que de qualquer forma nos interessem, orientador sincero, um catecismo da educação cívica. Jamais baixaremos da altura serena da defesa dos princípios para o plano inferior das polêmicas pessoais, se bem que nessa defesa aos postulados do P. R. L. não darem quartel a ninguém. Queremos que a geração que surge se forme em um ambiente de amor pela pureza do regime, pela fortaleza e progresso moral e material do país” (O MOMENTO, 06/01/1933, nº 01, p. 01).

Sua linha de ação “era bastante conservadora, e as notícias locais eram apresentadas sem uma separação clara entre notícia e divulgação e doutrinação político-partidária” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 101). Encerrado o regime do Estado Novo (1937-1946), a Igreja Católica local assumiria o jornal, reestruturando-o ideologicamente por “interferência direta do bispo de Caxias, que temia o avanço do comunismo” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 113), destacado continuamente como um relevante inimigo para a sociedade caxiense de então.

Outro jornal analisado foi o semanário ‘A Época’, publicado entre os anos de 1938 e 1956. Sua fundação teria sido “uma reação nacionalista caxiense”, mas com um “estilo diferente de O Momento, que reunia as forças produtivas da cidade. A Época foi fundado por um grupo de jovens que percebia o anacronismo do outro periódico, que representava o tipo de imprensa²⁶ que marcou o período da República Velha (1889 – 1930)” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 101). Desse modo, ao longo de seu primeiro editorial, assinalava em letras maiúsculas: “A Época surgiu com uma missão definida: JORNAL DA MOCIDADE EM PRÓL DAS ASPIRAÇÕES COLECTIVAS” (A ÉPOCA, 02/10/1938, nº 01, p. 01, grifo no original). Assim, destacava que suas páginas traduziriam aquilo

[...] que sentem e pensam os jovens de Caxias diante dos assuntos de interesse geral. Suas colunas serão um perene estímulo para o desenvolvimento intelectual dos moços caxienses. Todas as causas justas encontrarão em ‘A Época’ uma mão leal e amiga. As vozes que se erguerem no pedestal do Direito, terão um abrigo para todas as horas, boas ou más. ‘A Época’ procurará registrar o ritmo do progresso de Caxias, na multiplicidade do seu trabalho, na sua vida social e as manifestações de seu intelecto. ‘A Época’ aspira vida e ação num ambiente de paz e ordem. Saberá ser tolerante, mas justo; amigo, mas severo; simples, mas forte. ‘A Época’ é independente e livre (A ÉPOCA, 02/10/1938, p. 01).

26 As estudiosas salientam a prática de relacionar as notícias da comunidade com a política partidária local, regional e estadual.

Cabe sublinhar que, embora a Igreja fizesse uma campanha “cerrada contra os socialistas, não defendia no seu periódico [O Momento] as ideias de extrema direita. Assim, o grupo dos integralistas não encontrava espaço suficiente na imprensa local. E foi com o objetivo de propagar o integralismo que foi fundado um novo jornal” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 114), intitulado ‘O Pioneiro’, publicado a partir de 1946, e em atividade até o tempo presente.

Tal periódico, “formado por membros da antiga Ação Integralista Brasileira, que se reuniram após a democratização sob a sigla do Partido de Representação Popular (PRP), que era comandado por Plínio Salgado, desencadeou intensa campanha contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 114). Como afirma Elvo Marcon, um dos antigos fundadores do Pioneiro, ele seria “na verdade [...] um jornal organizado com objetivos políticos e dentro de uma organização partidária” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 115), mas que, “por conveniência comercial e [...] jornalística e para evitar que ele fosse apenas [...] representativo de uma [...] facção política, procurou-se dar a ele uma feição de independência” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 115). Procurava-se, desse modo, disfarçar que “todos os seus integrantes, os sócios que participavam da iniciativa, os que emprestavam o dinheiro, a participação material, para instalação do jornal fossem todos elementos ligados ao Partido de Representação Popular (POZENATO, GIRON, 2004, p. 115).

Assim, com sua maquiada existência, ele fundamentava-se em combater os socialistas e comunistas existentes na localidade, além de todas as possíveis publicações e manifestações voltadas a tais campos, bem como daqueles que se comprometiam a defender os direitos dos trabalhadores caxienses. Desse modo, as “disputas entre integralistas e comunistas ocuparam grandes espaços na imprensa regional, mas a maioria da população, que não tinha as posições extremadas dos dois grupos, preocupava-se mais com a recém-adquirida liberdade política” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 118). Além disso, enquanto “na imprensa regional mantinham-se as velhas discussões políticas, a sociedade sofria várias modificações. Um período histórico estava sendo ultrapassado e uma nova era começava, marcada por profundas e intensas modificações econômicas e sociais” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 118). Em tal contexto, até ser vendido para o grupo Rede Brasil Sul de Comunicação – RBS, em 1993, o Pioneiro sempre atuou como forte apoiador do conservadorismo local e regional. Durante o governo militar, por exemplo, após a publicação do Ato Institucional nº 5, “adotou a mais reacionária das atitudes, aplaudindo de forma descarada o governo militar” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 139).

A venda do jornal então pertencente a Empresa Jornalística Pioneiro para a RBS acarretou que, pela

[...] primeira vez na história da imprensa caxiense, uma empresa da capital passou a dirigir o maior jornal diário da região, evidenciando a formação de uma corporação jornalística que não mais representa as posições da imprensa regional, mas passou a fazer parte de um grupo de amplitude nacional. Com a venda do Pioneiro, a região perdeu o espaço que garantiu durante décadas, sua autonomia de opinião, que foi substituída pela da empresa (POZENATO, GIRON, 2004, p. 155).

Outros jornais publicados em Caxias do Sul surgiram como complementares em tal processo analítico. Assim, a grande diversidade permitiu identificar impressos com linhas editoriais amplas e distintas, alguns dedicados à defesa da religiosidade cristã, outros ao próprio integralismo, fascismo e comunismo, aos governos estabelecidos no momento, especialmente o de Getúlio Vargas. Alguns, por vezes críticos, seriam especializados em humor ou variedades sociais, outros salientariam as mudanças percebidas na vida social com seus novos padrões culturais. Diante desse panorama, apresento a seguir, um quadro com a relação dos jornais e revistas utilizados em maior número e suas informações gerais:

Quadro 01 – Jornais e revistas utilizados ao longo do estudo.

Título	Local	Início	Término	Periodicidade	Linha editorial
O Momento	Caxias do Sul	1933	1951	Semanal	Nacionalista, Pró-Vargas
A Época	Caxias do Sul	1938	1956	Bimestral e depois semanal	Nacionalista, Pró-Vargas
O Pioneiro	Caxias do Sul	1948	Ainda em atividade	Semanal	Integralista. Atualmente político e variedades.
Revista do Globo	Porto Alegre	1929	1967		Política e variedades

Fonte: Adaptado de Pozenato e Giron (2004).

Digitalizados, eles hoje encontram-se disponíveis para acesso público na rede mundial de computadores, de modo que os *sites* do Arquivo Público Municipal João Spadari Adami, Memorial da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul e da própria Biblioteca Nacional, permitem o acesso, pesquisa e reprodução dos jornais publicados em Caxias do Sul, assim como de outros tantos documentos que foram utilizados ao longo de meu estudo.

O problema da cidade fechada em si mesma, considerada até mesmo sitiada, segundo alguns estudiosos regionais, teria de ser enfrentado. A Caxias do Sul do século XXI é cosmopolita, tanto em seu fluxo humano quanto industrial e empresarial; entretanto, a sofisticação, o empreendedorismo e a própria industrialização que ainda atrai novos habitantes em busca de uma ambicionada vida melhor não torna, aparentemente, a cidade mais educadora,

dinâmica, alegre ou festiva. Torna-a, ao contrário, fria e conservadora perante os grupos que nela ainda se percebem como esquecidos ou marginalizados. Daí a necessidade de historicizar algumas transições percebidas ao longo do tempo na cidade. Ao buscar por teses e dissertações que abordassem a cidade como possibilidade educadora, entre os anos de 2002 e 2018, ou seja, do ano em que o município de Caxias do Sul optou por fazer parte da AICE até o tempo presente, os resultados encontrados no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT -, especificamente na Biblioteca Geral Brasileira de Teses e Dissertações²⁷ apresentaram poucos resultados quanto à cidade de Caxias do Sul e suas possibilidades educativas, entretanto desvelaram alguns estudos que colaboraram para ampliar caminhos e problematizações.

Os poucos que se dedicam às Cidades Educadoras percebem-nas como proposições pedagógicas atualizadas, poderosas, mas que desconsideram a historicidade conflituosa que, por vezes, antecede tais ações contemporâneas desenvolvidas por determinados grupos sociais. Destaco a tese de Valter Morigi, desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que “constitui-se em um estudo sobre as políticas públicas que podem transformar-se em alternativa à lógica fragmentada na forma de pensar e projetar a vida nas cidades” (MORIGI, 2014, p. 09). Foi, até então, a única tese que encontrei onde seria abordado diretamente o tema das Cidades Educadoras. A dissertação de Simões, desenvolvida na Universidade de Coimbra, Portugal, dedica-se a analisar, dentre outros pontos, a Associação das Cidades Educadoras –

27 Temas relevantes como ‘cidades educadoras’, surgiram duas vezes como tese. ‘Cidade – educação’ ampliam os números para quarenta e um estudos; os ‘espaços educativos’ surgiram como assunto em quatro teses. A relação ‘cidade – escola’ foi assunto em nove pesquisas de doutorado, enquanto a ‘educação não-formal’ se fez ver por cinquenta e quatro vezes, dentre as quais destaco a tese relacionada ao município de Caxias do Sul: Jovens e cotidiano: trânsito pelas culturas juvenis e pela escola da vida, de Nilda Stecanela, desenvolvida na UFRGS, na área de Educação. As ‘redes educativas’ surgiram em três teses e doze dissertações. A ‘Associação Internacional das Cidades Educadoras – AICE’ não teve resultados encontrados. ‘Escola – comunidade’ surgiu em vinte e quatro teses e cento e trinta dissertações. Por fim, ‘educação popular’ foi encontrado em cento e quarenta e oito teses e trezentas e setenta e duas dissertações. A localidade se fez presente quando a relacionamos com outros temas, dentre eles a ‘educação’, onde, dos 34.705 estudos realizados até então, vinte e quatro dissertações remetem ao município enfatizando temas como: educação de jovens e adultos, docência, educação patrimonial, direito a educação, meio rural, diocese local, aprendizagens ativas, belas artes, colégios locais ou regionais, educação ambiental, relações educacionais entre o corpo e a dança, formação de professores, uniformes escolares, deficiências intelectuais, música, estudo da química, ensino médio, televisão e as medidas de proteção aos jovens caxienses. O tema das ‘políticas públicas’ surge em nove estudos voltados para o déficit público, eco ambiente, pesquisas avaliativas, leitura, educação ambiental, perigo moral, dança e o direito a educação. O tema ‘cidade’, quando pesquisado em diálogo ao município de Caxias do Sul, teve três resultados encontrados, dentre os quais a tese de Marcelo Caon intitulada ‘Cidade e patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado no Brasil e Argentina.’ Desvinculada dos temas propostos, Caxias do Sul surgiu em cento e dezenove estudos, nos mais variados temas e campos do conhecimento. Desse modo, em doze teses de doutorado e cento e sete dissertações de mestrado, encontram-se estudos relacionados a hospitalidade e migrações, faculdades, indústrias, Educação de Jovens e Adultos - EJA, bacias de captação, aeroporto, festejos farroupilhas, setor metal mecânico, centro de memória do judiciário, museu municipal e educação patrimonial, deficientes auditivos, gerenciamento empresarial, distritos locais, áreas de risco, crescimento econômico e desigualdade social, festa da uva, crescimento urbano, déficit público, nomes das ruas, formação urbana, aprendizagens ativas, diocese paroquial, cooperativismo médico, alimentação, eventos, escolas religiosas, turismo, memória e cidade, trabalho, território, representação dos imigrantes, casamentos e fracasso escolar.

AICE, as “origens conceituais da rede, os princípios de atuação, a evolução, as lógicas de organização e as atividades desenvolvidas, procurando respostas quanto às motivações das cidades, aos resultados obtidos, às potencialidades e debilidades deste tipo de organizações” (SIMÕES, 2010, p. 09).

Agnes Dantas Ferreira, em sua dissertação desenvolvida na Universidade Federal do Espírito Santo, problematiza a “importância do saber em diversos campos, como a Filosofia, a Sociologia, a Educação, e, sobretudo a Arquitetura e o Urbanismo, destacando a necessidade de se pensar a cidade segundo esse estatuto do saber” (FERREIRA, 2012, p. 08). Mota, por sua vez, ao desenvolver sua tese na Universidade Federal do Pará – UFPA, analisa o pensamento decolonial de Paulo Freire e Orlando Borda, considerando-os como antecedentes do “debate da decolonialidade na América Latina e que a constituição de uma pedagogia decolonial em nosso continente se fortalece com as contribuições pedagógicas políticas, epistemológicas e sociológicas que estes autores forneceram para a educação popular” (MOTA, 2015, p. 09).

A tese de Kátia Danailof, desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, destaca a “*educação do corpo*, no caso, [e] às formas de educação mediadas pelo lugar que ocupam os sujeitos, estejam eles na escola, nas ruas e, no que tange à presente pesquisa, nos Parques Infantis de São Paulo” (DANAIOF, 2006, p. 06). Zita Possamai, em sua tese desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, problematiza “a relação fotografia e cidade, a partir da análise e da interpretação das imagens fotográficas de Porto Alegre veiculadas através de álbuns editados nas décadas de 1920 e 1930” (POSSAMAI, 2005, p. 08). Em linha semelhante, Tomazzoni, em sua dissertação de mestrado desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, aborda os álbuns fotográficos oficiais intitulados ‘Obras do Estado Novo em Caxias’, elaborados durante as transformações urbanas realizadas entre os anos de 1935 e 1947. Tais imagens representam alguns

[...] flagrantes dos serviços de pavimentação e saneamento, bem como constroem uma nova imagem da malha urbana da cidade surgida das reformas urbanas realizadas. [O estudo problematiza] como a cidade é ordenada e transformada em cenário e em uma narrativa, que busca defender e legitimar o processo de modernização do espaço urbano de Caxias durante aquela administração (TOMAZONI, 2011, p. 05).

Celma Paese, em sua dissertação desenvolvida na UFRGS, percebe a “compreensão das diversas maneiras de caminhar como um ato de ler e escrever o espaço urbano auxilia na compreensão dos processos que transformaram a cidade e à sua arquitetura através dos tempos, até o surgimento das mídias eletrônicas e do ciberespaço” (PAESE, 2006, p. 03). Também desenvolvida na UFRGS, a tese de doutoramento de Nilda Stecanela problematiza “como os

jovens da periferia urbana vivem, percebem e concebem sua condição juvenil na ocupação de seus tempos livres e como e quais conhecimentos eles constroem em suas redes de sociabilidade” (STECANELA, 2008, p. 09). Sua pesquisa foi desenvolvida em uma região periférica da cidade de Caxias do Sul, identificada como Zona Leste, especificamente no bairro Reolon. Tal qual a região que serviu de ponto de partida para meu estudo, a Zona Norte, “alguns moradores da comunidade, em entrevista aos professores da escola, dizem que, *para conseguir emprego, é difícil, pois se fala que é Reolon, acham que é marginal*” (STECANELA, 2008, p. 198, grifo no original). Tal pesquisa destaca-se tanto pela potência que possui quanto pela sensibilidade que manifesta ao dar força e voz para uma parte da população da cidade que, costumeiramente, é negligenciada ou propriamente invisibilizada.

Quanto aos documentos problematizados ao longo de minha pesquisa, ressalto que eles dialogam com temas, contextos ou possibilidades tão diversas quanto as próprias memórias que representam, ou procuram representar; dialogam, principalmente com a cidade e suas elaboradas representações. Para Abreu (2014), a “valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades deste final de milênio” (ABREU, 2014, p. 27). Passados quase vinte anos do início dos anos 2000, tal característica parece não ter perdido força; surge, inclusive, revigorada por meio de múltiplas possibilidades mercadológicas, históricas ou pedagógicas. Ao refletir sobre algumas possíveis tensões decorrentes da hipervalorização do passado, Abreu (2014) enfatiza o pensamento de Lowenthal (1996), para quem “as sociedades podem acabar sendo ‘possuídas pelo passado’, o que resulta não raro na distorção da história e em conflito social” (ABREU, 2014, p. 30).

Coexistem então numa cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas. Ao eternizarem-se em registros permanentes, essas memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu. Há algo mais a considerar. Nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas. Muitas se perderam no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade produziu. E fragmentos muito especiais, pois estão geralmente ligados a estruturas de poder (ABREU, 2014, p. 39).

Para Tedesco (2004), quando adentramos ao fecundo campo das memórias, acabamos por movimentar entendimentos ou concepções há muito tempo existentes, “por que não dizer, intencionalizadas, com representações sociais e fatos históricos naturalizados e/ou pouco explicados em termos de origem, objetivo, intencionalidades, manifestas em condições de existência do passado, na atualidade e com intenções projetivas (TEDESCO, 2004, p. 10). Assim sendo, tal qual pondera Pierre Nora (1993), a memória é vida, “ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações

sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p. 09).

Entendimento similar encontra-se nos estudos de Pollak (1992), para quem a memória seria um “fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). Desse modo, os subsídios que mediam ou referenciam as memórias, sejam “objetais, de consciência coletiva e individual, de políticas de lembrança e de esquecimento, etc., servem de suporte à cultura, à identidade social e étnica, à tradição, à possibilidade de materialização de formas simbólicas da vida cotidiana, bem como os dramas e tramas históricos” (TEDESCO, 2004, p. 28).

Andreas Huyssen (2000) considera que a emergência da memória seria um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes da atualidade, mais representativo, inclusive, que as aspirações de *futuro* em prol dos *passados presentes*, de modo que a memória, como produto de comercialização, tornou-se um interessante filão para a indústria cultural. Desse modo, para Huyssen (2000), desde a década de 1970, observar-se-ia, na Europa e nos Estados Unidos (e porque não em certos lugares do Brasil e da América Latina), um culto à memória que abrangeria desde os modos de ser e vestir, passando por livros, séries de televisão, restaurações e conservações dos centros urbanos, cidades, museus, arquiteturas, incluindo então a possibilidade da musealidade doméstica, pela popularização de equipamentos a baixo custo, que permitem fotografar, filmar ou conservar tudo, o tempo todo (HUYSSSEN, 2000).

Entretanto, para o estudioso, na contemporaneidade, o foco na “memória e na temporalidade também contrasta totalmente com muitos outros trabalhos inovadores sobre categorias de espaço, mapas, geografias, fronteiras, rotas de comércio, migrações, deslocamentos e diásporas, no contexto de estudos culturais e pós-coloniais” (HUYSSSEN, 2000, p. 09). Dessa forma, em conformidade com Le Goff (1992), apoderar-se da “memoria y del olvido es una de las máximas preocupaciones de las clases, de los grupos, de los individuos que han dominado y dominan las sociedades históricas. Los olvidos, los silencios de la historia son reveladores de estos mecanismos de manipulación de la memoria colectiva” (LE GOFF, 1992, p. 134). Consequentemente, a “memoria colectiva ha constituido un hito importante en la lucha por el poder conducida por las fuerzas sociales.” (LE GOFF, 1992, p. 134).

Segundo Pollak (1989), quando de conflitos ou apagamentos, essas memórias não se apagam em totalidade, elas não são esquecidas, mas “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 12). Verifica-se, assim, que um dos principais

poderes relacionados às memórias seria o da transmissão do discurso, da recordação a outrem das mais variadas formas, seja por meio de relatos escritos, orais ou fotográficos. Assim sendo, aquela memória aparentemente esquecida, ou pretensamente apagada, mesmo que sem uma potência condizente com o discurso hegemônico, estará viva, sendo repassada para os membros dos grupos, para visitantes e visitados, ainda que fragmentada, isolada do todo social, ou não, em um claro conflito de poder sobre o que e como se deve recordar.

Para Huyssen (2000), a propagação “geográfica da cultura da memória é tão ampla quanto é variado o uso político da memória” (HUYSSSEN, 2000, p. 16). Assim, nota-se que a memória, de “onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1990, p. 477). Huyssen (2000), entretanto, considera que tais ações libertadoras deveriam superar os ainda bastante representativos tradicionalismos das memórias coletivas, por ele, considerados insuficientes para problematizar o tempo presente, a fragmentação e a instabilidade. Desse modo, segundo o estudioso, ficaria

[...] claro que velhas abordagens sociológicas da memória coletiva – tal como de Maurice Halbwachs, que pressupõe formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis – não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento. As contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais e étnicos específicos permitem perguntar se ainda é possível, nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela

De acordo com Pollak (1989), o reconhecimento “do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno” (POLLAK, 1989, p. 03). Para o estudioso polonês, orientando de Pierre Bourdieu, em uma “perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 03). Assim, se aplicada perante a memória coletiva, “essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p. 03). Dessa maneira, meu objeto de estudo fez-se claramente compreender perante o pensar de Pollak (1989), para quem, ao se

[...] privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de [...] Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor,

uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 04).

A cidade educadora que ambiciono problematizar precisaria enfrentar o medo, as desconfianças e possíveis intolerâncias tão observadas ao longo de seus espaços... Deveria derrubar os antigos muros das friezas, das certezas e das indiferenças tão praticadas perante *o outro*, aquele entendido como diferente de *mim*; seria potencializar uma cidade educadora que ambicionasse desvelar os processos históricos pouco conhecidos, superar as inquietações vinculadas à violência social, as quais alteram as configurações das moradias e organizações dos espaços, sejam eles públicos ou privados permeados por guardas, muros físicos ou simbólicos, grades e câmeras de vigilância, que marcam as paisagens urbanas contemporâneas, por vezes negando a ocupação da própria cidade em prol de um ideário de segurança social mal percebida na segurança contraditória de um espaço social privado. Seria necessário pensar em uma Cidade Educadora que desse voz, em sua amplitude máxima, às polifonias sociais, aos medos, inquietudes e desencantos que permeiam a sociedade, mas também às esperanças, possibilidades e realizações plausíveis de serem realizadas.

3

PARA ALÉM DA AUTORITÁRIA CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO

Se percebida com olhar crítico ou curiosa atenção, far-se-iam ver indícios de ‘muitas cidades’ dentro da ‘própria cidade’, de modo que tais marcas tanto poderiam ser problematizadas de modo retrospectivo, a fim de ampliar a compreensão histórica da sociedade em que nos encontramos inseridos quanto poderiam, também, ser interrogadas com fins de prospecção de futuro. Inserida, ao mesmo tempo que promotora de tal enredamento, a Cidade Educadora faria perceber que não só o campo da cultura, mas a própria educação, as ações pedagógicas e a tão necessária e contínua socialização do conhecimento fundamentam-se como ambiciosos desafios do tempo presente. Educar na cidade, entretanto, exigiria um alargamento de tempo para melhor compreender o que ocorre perante as mais diversas temporalidades que lhe constituem; uma ampliação que permita ouvir eventuais silenciamentos, visualizar as esquinas teóricas que levam a outros caminhos, as ruas que se iluminam ou escurecem frente às caminhadas exploradoras, os espaços educativos que esperam o adentrar daqueles que os percebiam como uma espécie de gramática do mundo, locais que educam sobre vidas e tempos de ontem e hoje, ávidos por atentas leituras, locais que, enquanto acesso, percepção e educação, com seus próprios conceitos, representações, entendimentos esperam pelo encontro dos diversos saberes e não anulações pedagógico-contemplativas, por vezes, tão evidenciadas

Assim como processo de aprendizado para a alfabetização, também para aprender a ver a cidade e, em geral, o ambiente em que se vive ou aquele que se visita, é preciso ter vontade de ver, e não apenas olhar. E, da parte de quem ensina ou orienta, ter o gosto de ensinar a ver. Óbvio! (BICCA, 2010, p. 11).

Na contemporaneidade, e não me parece que tenha se dado de modo diferente em qualquer outro momento da história humana, tanto o estranhamento em relação ao outro, quanto a complexidade das relações culturais, poderiam constituir-se em uma rede de sociabilidades que teriam como consequência a “aceitação, rejeição, segregação e adaptação” (BURKE, 2008, p. 77). Historicamente, tais efeitos acabaram por ganhar relevância tanto no espaço urbano, palco para as diversidades em fluxo, com suas múltiplas espacialidades e territorialidades, quanto em diversos espaços educativos, dentre eles, as escolas, museus, praças, centros culturais, monumentos; locais ou itinerários, onde, por vezes, tais fluxos fixam-se, mesmo que momentaneamente, consagrando-os como potentes campos educativos, entrelaçados com efervescentes momentos de tensão, troca de experiências e aprendizagens.

Logo, se observada com olhar crítico ou curiosa atenção, far-se-iam ver indícios de ‘muitas cidades’ dentro da ‘própria cidade’, de modo que tais marcas tanto poderiam ser problematizadas de modo retrospectivo, a fim de ampliar a compreensão histórica da sociedade em que nos encontramos inseridos, quanto poderiam, também, ser interrogadas com fins de prospecção de futuro. Por meio de múltiplas imagens, sons, odores, proximidades sociais contrapostas aos distanciamentos de classe, cor, sexo ou de perspectivas esperançosas de vida entre supostos desejos de compaixão ou morte, tornar-se-iam visíveis as diversidades em fluxo, as potencializadas marginalizações e exclusões, o racismo, a xenofobia, o subemprego, a deficiência física ou intelectual, a reinserção dos sujeitos privados de liberdade, a velhice, o fulminar das tradições, as desigualdades visíveis e invisíveis, o temor perante o futuro que se anuncia em relação aos jovens... Inserida, e da mesma forma promotora de tal enredamento, a cidade faria perceber que não só o campo da cultura, mas a própria educação, as ações pedagógicas e a tão necessária e contínua socialização do conhecimento fundamentam-se como ambiciosos desafios do tempo presente.

Educar na cidade, entretanto, exigiria um alargamento de tempo para melhor compreender o que ocorre perante as mais diversas temporalidades que lhe constituem; uma ampliação que permita ouvir eventuais silenciamentos, visualizar as esquinas teóricas que levam a outros caminhos, as ruas que se iluminam ou escurecem frente às caminhadas exploradoras, os espaços educativos que esperam o adentrar daqueles que os percebam como

uma espécie de gramática do mundo, locais que educam sobre vidas e tempos de ontem e hoje, ávidos por atentas leituras, locais que, enquanto acesso, percepção e educação, com seus próprios conceitos, representações, entendimentos esperam pelo encontro dos diversos saberes e não anulações pedagógico-contemplativas, por vezes tão evidenciadas. Talvez por isso, ao retomar o pensamento de Braudel, Le Goff (1992) compreenda as cidades como “transformadores elétricos”, pois elas aumentariam as “tensões, precipitam as trocas, urdem incessantemente a vida dos homens... São os aceleradores de todo o tempo da história” (LE GOFF, 1992, p. 03).

A cidade, nessa perspectiva, surge como um “imenso texto que, questionado, decomposto e reorganizado, resulta na produção de indagações, ideias e conhecimentos muitas vezes traduzidos sob a forma de intervenções no seu território” (CARNEIRO, 2003, p. 07). Desse modo, já não seria a “cidade como essência ou norma que interessa, mas a cidade como processo humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria para a observação e interpretação” (CORDEIRO; FRÚGOLI, 2011, p. 21), decorrente das próprias construções sociais, crenças, memórias, esquecimentos e silenciamentos que a constitui, com seus múltiplos e diferentes espaços, locais que inspirem e dialoguem com toda forma de arte, cultura e educação, apresentando a cidade, e suas possibilidades, como um direito²⁸ de todos, um grande e dinâmico palco problematizador tanto da própria vida contemporânea quanto de seus legados históricos, que não deveriam ser censurados ou combatidos, mas problematizados em sua potência e capacidade histórico-pedagógica, ambicionando uma cidadania plural e inclusiva não só para “crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida” (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS - CDCE, 2017). Neste sentido, como destaca Bellot (2008), a educação seria uma “tarefa partilhada: família e escola, mas também muitos outros agentes não reconhecidos até hoje, formam um novo cenário, um novo ‘sistema’ educativo que vai acompanhar toda a vida do cidadão e que tem que ser revelado, considerado, desenvolvido” (BELLOT, 2008, p. 20).

A percepção da estudiosa dialogaria diretamente com a perspectiva de criar uma “proposta integradora²⁹ da educação formal, não formal e informal que se gera no contexto da

²⁸ Perante a potência dos estudos voltados ao urbano e à cidade, Lefebvre questionava-se sobre “qual eixo e em que horizontes pensar essa estratégia do saber?” (LEFEBVRE, 2001, p. VIII), que ele considerava que uma das opções seria atentar na “direção da entrada para a prática de um direito: o direito à cidade, isto é, à vida urbana, a condição de um humanismo e de uma democracia renovados” (LEFEBVRE, 2001, p. VIII).

²⁹ Se fôssemos pensar na potencialização das ações educativas possíveis no dia a dia, não se poderia deixar de considerar alguns fatores essenciais, tais como a própria “planificação urbana, a cultura, os centros educativos, os desportos, as questões do meio ambiente e da saúde, econômicas e orçamentais, as que se referem à mobilidade e viabilidade, à segurança, aos diferentes serviços, as correspondentes aos meios de comunicação, etc., contêm e

cidade e se destina a todos os que a habitam” (BELLOT, 2008, p. 19), uma ideia que soa inclusiva ao ser humano, integra-o ao meio social, relaciona o cotidiano a uma possível ação educativa que perpassa, desde a formalidade consolidada até os desafiadores e instigantes caminhos da educação informal. A necessidade de tais mudanças dialogaria com as ambições descritas pela própria Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco – quando, ainda nos anos 1970, ponderaria que a educação não mais poderia ser definida em

[...] relação a um conteúdo determinado que se trata de assimilar, mas concebe-se, na verdade, como um processo de ser que, através da diversidade de suas experiências, aprende a exprimir-se, a comunicar, a interrogar o mundo e a tornar-se sempre mais ele próprio. Sendo assim, a educação tem lugar em todas as idades da vida e na multiplicidade das situações e das circunstâncias da existência. Retoma a verdadeira natureza, que é ser global e permanente, e ultrapassa o limite das instituições, dos programas e dos métodos que lhe impuseram ao longo dos séculos (BARROS, 2006, p. 18).

Entretanto, embora tal perspectiva soe agregadora e facilitadora da educação contemporânea, parece importante lembrar que vivemos em uma sociedade pautada pelo capitalismo existencial, logo, pela intensificação diária tanto da concorrência quanto da competitividade presentificadas. Assim, como destaca Santos (2002), ao longo da consolidação do capitalismo, a “concorrência se estabelece como regra. Agora a competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar o seu lugar” (SANTOS, 2002, p. 46). Este seria um outro contexto em que a educação contemporânea encontrar-se-ia inserida: a ideia de ser mais sobre o outro e não de ser mais com o outro. Em tal contexto, a vida parece ganhar um sentido de banalidade perante o cotidiano. Sensibilidades e energias criativas encontrar-se-iam tensionadas e/ou obscurizadas tanto pela velocidade da vida contemporânea quanto pela bestial hostilidade imposta ou acatada por algumas sociedades em seu ideário de contínua repulsa ao outro, aos observados como ‘marginais’ ou percebidos como ‘sujeitos irregulares’ em meio a sociedades que ainda sonham com uma segura e eficaz linearidade.³⁰

incluem diversos valores, conhecimentos e competências que é necessário considerar como vetores de educação para a cidadania. Certificamos que a Cidade Educadora Cidade Educadora Cidade Educadora é um novo paradigma cujo núcleo constitui o conhecimento, a consciência e o desenvolvimento destes vetores educativos presentes nas distintas políticas e atuações, em todos os sectores e também na avaliação dos seus impactos” (BELLOT, 2008, p. 20).

30 Como destaca Morin, na escola, ensinar-se-ia a “isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor e não a recompor” (MORIN, 2003, p. 11). Além disso, segundo o estudioso, também se ensinaria a “eliminar tudo o que causa

Dentre tais caminhos, alguns levariam a graduais abandonos, cerceamentos ou a limitadoras intermediações, que abalariam a própria educação. Eu, enquanto professor, não raro, conversei com pais que nem ao menos sabiam o período escolar que seus filhos estavam cursando, como estava sua aprendizagem, sociabilidade ou o que, mesmo que provisoriamente, imaginavam fazer, ou mesmo já faziam, de suas próprias vidas... O desconhecimento, por vezes, acarretava algumas surpresas. Em comum, entretanto, tais pais teriam o próprio medo de se descobrirem desempregados e não poderem ofertar o mínimo a todos que dependiam de seu emprego.

A potência de tal percepção causava-lhes tanto um grande terror quanto uma quase irreduzível alienação. Assim, tais responsáveis não seriam, propriamente, desconhecedores do desamparo que acarretavam aos filhos; no entanto, em seus entendimentos, viam-se postados, frígidos, frente ao medo do desemprego, da necessidade, da fome, da violência, da perda da própria moradia ou da ampliação da pobreza a que se veriam sujeitados se tivessem outra postura perante o trabalho, a família ou a própria vida.

Neste sentido, tais tensões potencializar-se-iam continuamente nas cidades que, para Santos (1993), mudaram de “conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica” (SANTOS, 1993, p. 51), onde os agentes tornam-se outros, mas que mantêm em comum, perante os que ali habitam ou chegam, a eminência do sonho de prosperidade. Nota-se que as cidades contemporâneas potencializam a sensação da incerteza em meio à dinâmica das transformações, visto que o próprio passar dos dias “desenrola-se para cada um de nós num encadeamento de situações, de interações, que distinguimos espontaneamente de acordo com os lugares, as atividades, os horários e as pessoas que participam ou de acordo com uma combinação específica entre todas essas determinações” (AGIER, 2011, p. 89). Logo, tanto observar quanto transitar pelas cidades surge mais importante do que geralmente parece. O olhar do educador, observando tais caminhos, tanto poderia provocar a curiosidade de seus educandos quanto atentar para a magia simbólica dos espaços e, por meio deles, aguçar ainda mais às percepções e leituras de mundo de seus educandos, de modo que:

Pensar a cidade na perspectiva aqui proposta implica rever esquemas de leitura de mundo, lançar mão de utopias presentes na história da pedagogia e projetar a cidade como espaço distinto daquele que se apresenta ao senso comum, distinto da percepção generalizada de que a cidade é um lugar cada vez mais inseguro, de medo, de perigos, um lugar no qual a única alternativa é isolar-se no âmbito doméstico, como que

desordens ou contradições em nosso entendimento. Em tais condições, as mentes jovens perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes e integrá-los em seus conjuntos” (MORIN, 2003, p. 11).

respondendo a tirania imaginária de um modo de ver e viver o mundo. Na cidade cabem muitas cidades, com as feições que somos capazes de lhe atribuir (MOLL, 2008, p. 217).

Em uma cidade, como Caxias do Sul, historicamente inserida em um contínuo fluxo global de deslocamentos humanos, ganhariam especial possibilidade os próprios estranhamentos, de todos ao olhar de todos, pois as singularidades, ao olhar do *outro*, convertem-se em diversidades e riqueza cultural mediante a comunicação de si e a percepção do *outro*. Como pondera Freire (1998), o ser humano ter-se-ia tornado uma presença no “mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um ‘não-eu’ se reconhece a si própria. Presença que pensa a ‘si mesma’, que se faz presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha”, mas, principalmente, uma presença que também “constata, compara, avalia, valora, decide, rompe” (FREIRE, 1998, p. 20-21). Em tal caminho,³¹ ao longo da cidade, as manifestações artísticas e os eventos culturais, suas edificações, os bens considerados como patrimônios culturais ou naturais, seus museus, monumentos e acervos, as diversas memórias, identidades e identificações, suas praças, bairros ou o próprio fluxo percebido nas ruas ganhariam outros papéis relacionados à socialização e à própria educação.

Nota-se que a cidade apresenta caminhos plurais, como também deveriam ser os pensamentos pedagógicos daqueles que optam por dialogar com ela. Aparentemente, a cidade efervescente não dialogaria com a homogeneidade de planos pré-moldados e medidas avaliativas pautadas em questionamentos positivistas, que se preocupam, basicamente, com a falsa relevância de uma nota. Percebe-se que, em alguns casos, a cidade poderá, até mesmo, ser imprevisível e desafiadora em relação aos saberes consolidados, de modo que se o educador não optar por um conhecimento livre frente às tradicionais medidas controladoras, como poderá realizar qualquer tipo de avaliação com seu educando?

³¹ Para Frange, o “ensino exige uma condição de ensinamento permanente e de aprendizagem, na qual se gestem conhecimentos que, ao darem respostas, induzam a outras perguntas desafiadoras, porém sedutoras” (FRANGE, 2004, p. 199). Nota-se a ambição de uma vida em contínuo movimento, mas que percebe ao longo do intensificado fluxo a possibilidade tanto da aprendizagem quanto do conhecimento... movimentos que, talvez, far-se-iam próximos àqueles propostos por Baudelaire, quando clamava por uma embriaguez generalizada e contínua, que poderia ir muito além do próprio consumo de qualquer bebida alcoólica... “Aí está: eis a única questão. Para não sentirem o fardo horrível do Tempo que verga e inclina para a terra, é preciso que se embriaguem sem descanso. Com quê? Com vinho, poesia ou virtude, a escolher. Mas embriaguem-se. E se por ventura, nos degraus de um palácio, sobre a relva verde de um fosso, na solidão morna do quarto, a embriaguez diminuir ou desaparecer quando você acordar, pergunte ao vento, à vaga, à estrela, ao pássaro, ao relógio, a tudo que flui, a tudo que geme, a tudo que gira, a tudo que fala, pergunte que horas são; e o vento, a vaga, a estrela, o pássaro, o relógio responderão: É hora de embriagar-se! Para não serem escravos martirizados do Tempo, embriaguem-se; embriaguem-se sem descanso. Com vinho, poesia ou virtude, a escolher” (BAUDELAIRE, 2016, p. 119).

A velocidade percebida na cidade, também, pode intimidar um educador conteudista, inseguro frente ao movimento humano, mas decidido ante a regularidade organizadora que impõe em seu domínio escolar, a própria sala de aula. O espaço aberto pode transgredir sujeitos e conhecimentos, logo, como tal o professor agirá em tal momento se for exigido para além da pura informação conteudista? Se ele percebe-se inseguro em ouvir a diferença, flexibilizar, relacionar as duradoras oficialidades com suas intenções e poderes, como dialogará com o conhecimento já adquirido de tais estudantes, por vezes fundamentados em ideias completamente diferentes daquelas agora apresentadas, que, por vezes, contrariam até mesmo alguns valores ou crenças familiares? Segundo Hooks (2017), alguns professores dariam

[...] graves sinais de perturbação quando os alunos querem ser vistos como seres humanos integrais, com vidas e experiências complexas, e não como meros buscadores de pedacinhos compartimentalizados de conhecimento [...] Esse medo existe porque muitos professores reagem de modo profundamente hostil à visão da educação libertadora que liga a vontade de saber à vontade de vir a ser (HOOKS, 2017, p. 27 - 32).

Educar na ou com a cidade poder ser compreendido como a tentativa de mover-se em uma contínua zona tanto de contrapontos aos códigos da ordem estabelecida quanto das novas interpretações que desvelem o que se procura apresentar, pois, como assinala Hooks (2017), para ensinar um “corpo discente diverso, tenho de aprender esses códigos. E os alunos também têm. Esse ato por si só transforma a sala de aula. [...] Muitas vezes, os professores e os alunos no contexto multicultural têm de aprender a aceitar diferentes maneiras de conhecer, novas epistemologias” (HOOKS, 2017, p. 59). Assim, as cidades tornar-se-iam educadoras (oficialmente ou não) perante suas novas necessidades, posturas, entusiasmos, percepções, relações ou adaptações, exigidas tanto de seus habitantes quanto de seus visitantes ocasionais, para o bem ou para o mal, como em qualquer cidade, com seus mais diferentes horizontes e possibilidades em meio aos seus centros históricos, comerciais, bairros promissores ou decadentes, parques, praças, periferias, favelas...

É perceptível que o espaço urbano nos convida à reflexão, além da inevitável necessidade de problematizar e agir sobre pensamentos que pareciam estabilizados, convertidos em tradições cotidianas que se manifestavam, dentre outros campos, nas relações de memória, consumo ou ensino. Transformações que se tornam perceptíveis diariamente perante a efervescência das cidades, naquilo que, poeticamente, João do Rio (2012) denominaria como *A alma encantadora das ruas*. Assim, ao fragmentar a cidade do Rio de Janeiro em ruas, atentando para seus fluxos e fixos, Do Rio (2012) ambicionava compreender as mudanças que se davam no todo da sociedade carioca nas primeiras décadas do século XX.

Inserindo-se em meio ao dinâmico processo transformador da modernidade carioca, aparentemente, João do Rio agia tal qual um observador que tanto dialogava quanto circulava atentamente pelas ruas, vielas, becos e bairros, pois, segundo ele, para imbuir-se da “psicologia da rua [...] é preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos de *flaneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flanar” (DO RIO, 2012, p. 21).

Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com os garotos o lutador do Cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas, conversar com os cantores de modinha das alforjas da Saúde, depois de ter ouvido *dilettanti* de casaca aplaudirem o maior tenor do Lírico numa ópera velha e má; é ver os bonecos pintados a giz nos muros das casas, após ter acompanhado um pintor afamado até a sua grande tela paga pelo Estado; é estar sem fazer nada e achar absolutamente necessário ir até um sítio lóbrego, para deixar de lá ir, levado pela primeira impressão, por um dito que faz sorrir, um perfil que interessa, um par jovem cujo riso de amor causa inveja. É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência (DO RIO, 2012, p. 22).

Ao longo de tal deslocamento, físico e poético, o aparente discípulo de Joaquim Manuel de Macedo (2004) desvela fases obscuras da cidade, “camuflada em becos e vielas que dela fazem parte. Sobretudo, revela por fragmentos o perfil do Rio de Janeiro e de seus habitantes, não dos que frequentavam os salões de Botafogo, mas daqueles que se misturavam na sombra e se configuravam como povo” (OLIVEIRA; GENZ, 2012, p. 12), pois ele potencializava o olhar perante o espaço urbano em confabulação ao humano e, de ambos, elaborava o diálogo pois, para ele, “a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!” (DO RIO, 2012, p. 20). Em suas andanças nota, tal qual Macedo (2004), para além das oficialidades. Conversa com “tatuadores, mendigos, pivetes, na desordem de uma festa livre. [Assim] sai, devagar e a pé, a visitar bodegas reles, lugares bizarros, botequins inconcebíveis” (OLIVEIRA; GENZ, 2012, p. 12).

Ele busca, desse modo, pela vida em movimento, o conhecimento para além dos lugares tradicionais, pois, para tal, a cidade e a rua seriam aparentemente generosas. Logo, amparada na morte e na criação, no esquecimento ou invisibilidade, cidade e rua criam, transformam, desvirtuam, engrandecem e, até mesmo, eliminam. Ela, a rua, “nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento [...] [pois a rua] sente nos nervos essa miséria da criação, e, por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas” (DO RIO, 2012, p. 20), visto que, ali, cada “casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer

as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melopeia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço” (DO RIO, 2012, p. 20).

A percepção do poeta perante a melodia ofegante de uma das classes que, ao passo que edifica, transforma a cidade, ressoa como vozes polifônicas, faces díspares, saberes múltiplos, perceptíveis nos fixos e fluxos das cidades. Assim, as diversidades étnicas, culturais, políticas e econômicas, ali percebidas, lhe potencializaria como Cidade Educadora; uma cidade que, se sabedora de sua diversidade social e histórica, poderia valer-se de seus espaços, almejando uma pedagogia diferenciada, que capta a intensidade tanto da vida quanto da História em movimento. Perceber o *outro* em sua igualdade enquanto ser humano, mas diverso em suas ações, manifestações culturais ou necessidades especiais soa como uma das importantes ambições sociais contemporâneas. Urge a necessidade de aceitar as diferenças e, de igual modo, o rompimento com os pensamentos intolerantes e reducionistas que, por vezes, entram em confronto com a perturbadora percepção da mudança que presenciamos diariamente, tanto na cidade quanto nos espaços escolares.

A dinamicidade social e cultural destacada por João do Rio (2012), entre outros, parece passar defronte à escola, entretanto, raramente adentra. Por vezes, decide bater à porta, espiar pela janela, à espreita, observa o movimento, pensa em dialogar, entretanto, quando chama a atenção, foge, ou é afugentada, tal qual criança travessa. Ocorre, aparentemente, de haver escolas que nem ao menos percebem o mundo, pois lhes falta o exercício, a percepção, do olhar que foca tanto a si, quanto no estudante e na própria cidade/sociedade em que ambos estão inseridos. Assim posto, olhar além dos muros da escola, dos livros didáticos, ou das normas cultas ou repressoras, historicamente observadas nos espaços escolares, perante um mundo que se transforma diariamente acirrará uma luta temporal: o tempo de agora e o tempo da escola.

O tempo *de agora* passa pela cidade, sociedade, comunicação e a aparente necessidade de uma educação integral frente o mundo contemporâneo. A divisão fragmentária do conhecimento não parece encontrar mais lugar no tempo presente. Como evidencia Luchese³² (2017), deveríamos considerar a prática educativa “para além dos espaços, [pois ela] está nas pessoas e nas relações que constroem entre si, com palavras, mas também na gestualidade, no olhar, nos sons, cores e odores que vivemos, cotidianamente, na cidade”. Dessa maneira, segundo a Associação Internacional das Cidades Educadoras – AICE, no tempo presente, a humanidade não viveria somente “uma etapa de mudanças, mas uma verdadeira mudança de etapa. As pessoas devem formar-se para uma adaptação crítica e uma participação ativa face

32 Anotações decorrentes das orientações para o desenvolvimento do presente estudo.

aos desafios e possibilidades que se abrem graças à globalização dos processos econômicos e sociais” (AICE, 2004, p. 03). Com isso, teriam a possibilidade de “intervir, a partir do mundo local, na complexidade mundial, mantendo a sua autonomia face a uma informação transbordante e controlada por certos centros de poder econômico e político” (AICE, 2004, p. 03). Para tal, seria necessário “investir na educação de cada pessoa, de maneira a que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade e a sua responsabilidade” (AICE, 2004, p. 02). Além disso, seria necessário promover

[...] condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitados, capazes de diálogo [...] [e] conjugar todos os fatores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento (AICE, 2004, p. 02).

Não perceber a vitalidade educativa existente entre a cidade, os espaços culturais e as historicidades da própria cidade, fomentaria, aparentemente, uma educação empobrecedora, redutora de conceitos, dimensões e temas de abordagem do mundo com sua pluralidade de práticas, sentidos e leituras, uma vez que a cidade transborda vitalidade e efervescência... A escola, entretanto, por vezes, represa, aterra, coíbe... Ela, a cidade, poderia ser concebida, aos olhos de estudantes, professores e cidadãos, como o gigantismo planetário, condensado *no* lugar. A escola, por sua vez, parece temê-la ante os diversos desafios e conflitos continuamente percebidos... Em meio a tais tensões, soaria como necessária uma “ruptura com concepções tradicionais e/ou conservadoras de educação [percebida como] o ponto de partida necessário para que possamos avançar com políticas educacionais inovadoras e condizentes com as demandas da vida social de nossas cidades” (ZITKOSKI, 2016, p. 14).

Seguindo por caminho semelhante, David Harvey (2013) evidencia que o papel social das cidades fundamentar-se-ia em entender que o “tipo de cidade que queremos não pode ser separada [...] da questão sobre o tipo de pessoas que [...] nos queremos tornar” (HARVEY, 2013, p. 45). O que o estudioso procura destacar é que a cidade revelar-se-ia continuamente como um espaço de energias sociais ativas, que se comunicam e organizam perante as contínuas diversidades, necessidades, inovações e conflitos, sejam eles sociais, econômicos e políticos, que acabariam por ser compreendidos também como problemas educativos, ávidos por soluções que, por vezes, também são políticas.

A política, aqui concebida como ação importante e necessária, levaria à percepção da necessidade de envolvimento dos cidadãos frente às transformações dos múltiplos campos que

dialogam com a própria vida cotidiana, tal qual seria a própria educação. Destaco que, por cidadão, meu estudo procura seguir o entendimento de Milton Santos (1997), para quem, ele seria um “ser individuo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado” (SANTOS, 1997, p. 133). Assim, perceber-se-iam tão fortes “quanto o estado. O indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser seus direitos” (SANTOS, 1997, p. 133). A ambição de se perceber como sujeito consciente, contudo, ver-se-ia continuamente contraposta ante a mutilação da sua cidadania

[...] no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. [...] na remuneração, melhor para uns do que para outros. [...] nas oportunidades de promoção. [...] na localização dos homens, na sua moradia. [...] na circulação. Esse famoso direito de ir e vir, que alguns nem imaginam existir, mas que na realidade é tolhido para uma parte significativa da população. [...] na educação. Quem por acaso passou ou permaneceu na maior universidade deste estado e deste país, a USP, não tem nenhuma dúvida de que ela não é uma universidade para negros. E na saúde também, já que tratar da saúde num país onde a medicina é elitista e os médicos se comportam como elitistas, supõe frequentemente o apelo as relações, aquele telefone que distingue os brasileiros entre os que tem e os que não tem a quem pedir um pistolão. Os negros não têm sequer a quem pedir para ser tratados. E o que dizer dos novos direitos, que a evolução técnica contemporânea sugere, como o direito a imagem e ao livre exercício da individualidade? E o que dizer também do comportamento da polícia e da justiça, que escolhem como tratar as pessoas em função do que elas parecem ser (SANTOS, 1997, p. 134).

A escola e a própria educação desenvolvida em meio aos espaços urbanos teriam um papel fundamental perante a transformação de tal cenário social que, se aqui surge abordado pelo renomado geógrafo ao final do século XX, ainda parece encontrar muito de atualidade em suas considerações. A cidade, “onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo, fadada a ser teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções” (SANTOS, 1993, p. 10). Logo, a cidade que se quer educadora seria continuamente criada e recriada em meio a tais tensões de modo a permitir-se dialogar com a própria pedagogia do conflito que, segundo Gadotti (1985), seria a “teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, mas ao contrário, o afronta, desocultando-o” (GADOTTI, 1985, p. 07). Nesses termos, a cidade utilizaria dispositivos, discursos e imaginários que passariam a ser utilizados dos mais variados modos, inclusive na atividade pedagógica. Em tão complexo campo, as cidades e as próprias urbanidades surgiriam como obras em permanente construção, repletas de importâncias e significados, pois nelas estaria o centro da vida social, política e econômica; nelas, acumulam-se os capitais materiais e imateriais; percebem-se as práticas e as representações dos diversos grupos que as compõem.

3.1 A CIDADE EDUCADORA DEPOIS DE SUPERADA A NEVOA CINZENTA DOS AUTORITARISMOS

Enquanto oficialidade política ou administrativa, as ‘Cidades Educadoras’ surgiram após o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras³³, realizado em Barcelona, Espanha, no ano de 1990. Naquele momento, segundo Maragall (2013), tal cidade “emergia de um longo período caracterizado pela falta de democracia e autogoverno, pela desregulação urbanística, pela falta de investimentos públicos (ou privados), de ambição e de autoestima coletiva. Saímos de uma ditadura e tudo estava por fazer” (MARAGALL, 2013, p. 15). Verifica-se que subterrâneos desejos de liberdade, em meio a decadência dos autoritarismos de Francisco Franco (1892-1975) teriam semeado a ideia de cidades que educassem em contraponto aos desamores, medos, restrições e silenciamentos tão caros aos regimes não democráticos de qualquer ordem, sejam eles explícitos ou não.

Em tal contexto, a Cidade Educadora que então se imaginava olharia para o amanhã, para o tanto que se percebe necessário realizar quando se saturam tais governos ou os próprios interesses daqueles que lhes elegeram ou, até então, apoiaram-nos; governos respaldados por pessoas e/ou setores que ainda acreditam em líderes políticos portadores da salvação, em aventureiros que disseminam soluções mágicas com fins de atender suas reivindicações e persuasões econômicas, políticas, religiosas ou sociais somados aos próprios interesses dos messias recém-descobertos, que acabariam por (re)potencializar intolerâncias e xenofobias por parte daqueles que defendem, de modo vigoroso, aquilo que consideram como a necessária retomada de uma imaginada ‘ordem social’ que, aparentemente, nunca teria existido. Ambicionam, assim, controlar a dinamicidade da vida, suas manifestações, as próprias existências humanas por meio da obscura e fantasiosa imposição teocrática e da sempre danosa constituição de um Estado governamental policialesco.

Com tal intensidade, frenéticos governantes, somados aos seus fanáticos defensores, manifestam-se de modo absurdo, direcionando continuamente ao outro, ao diferente dos padrões instituídos por eles ou credenciados como convenientes a causa de boa parte dos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea em um contínuo discurso de convencimento e massificação popular, ávido por concordâncias públicas e aplausos alienados, que parecem soar como legitimadores de uma pretensa credibilidade governamental. Para tal,

³³ Quatro anos depois, em 1994, na cidade italiana de Bolonha, durante o 3º Congresso das Cidades Educadoras, o movimento iniciado em Barcelona converter-se-ia em Associação, propiciando o surgimento de uma rede mundial de cidades – a Associação Internacional das Cidades Educadoras – AICE –, que discutem “políticas sociais e buscam implementar projetos para transformar a cidade na perspectiva de uma cultura educativa para a solidariedade e a participação cidadã” (ZITKOSKI, 2016, p. 12).

não consideram problemático quando processos legais parecem tramitar distante dos caminhos da justiça; não percebem quaisquer malefícios ao bradarem contra o que consideram privilégios estapafúrdios de certas classes sociais, segundo eles, desviantes da boa moral ou dos bons costumes; criticariam os direitos civis ou as manifestações contrárias à violência policial, que deveria ser acatada e enaltecida, pois sinalizaria um governo forte, combativo ante a criminalidade. Para eles, abraçar tais caminhos seria salvaguardar a própria liberdade de expressão, argumento fundamental para divulgarem mentiras, calúnias, notícias falsas e manipuladoras sob o contemporâneo título de *Fake News*, útil para fomentar o ódio, a irresponsabilidade e a própria desorientação ignorante de seus seguidores ante a própria intensidade da vida atual quanto desmerecem a necessidade de se compreender e dignificar o outro em sua completa existência. Segundo Berman (2007), muitos “movimentos desse tipo, na verdade, valorizam a tecnologia, as comunicações e as técnicas de mobilização de massa do mundo moderno, e as utilizam com o fim de esmagar as liberdades modernas” (BERMAN, 2007, p. 18).

Assim parece ter sido no opressivo tempo do ditador espanhol, fora em outras décadas e regimes políticos, e ainda parece ser no tempo presente, quando o autoritarismo parece querer disciplinar a intensidade da vida. A própria capital do país que dera origem às Cidades Educadoras, Madri, seria exemplo de tais tensões, desveladas publicamente quando houve a exumação dos restos mortais de Franco, pois, junto a ele, seriam também desenterradas histórias, memórias e perturbações que dariam voz a múltiplas complexidades sociais, carregadas de diversos poderes discursivos. Tais tensões também poderiam ser percebidas na publicação desenvolvida pelo jornal alemão DW - Deutsche Welle,³⁴ onde destacar-se-ia que, a exumação do “líder do regime brutal que dominou a Espanha por 36 anos é um ato simbólico potente”, já que, somente agora,

[...] 44 anos após sua morte, [...] Franco [...] está [...] recebendo o reconhecimento nacional que merece: como general responsável pelo primeiro ataque aéreo intencional contra civis, em Guernica (com a ajuda da Luftwaffe de seu amigo Adolf Hitler), durante a brutal e sangrenta guerra civil de 1936-1939. [...] carrasco que mandou [...] executar centenas de milhares de seus opositores, no que o [...] historiador Paul Preston denominou ‘o Holocausto espanhol’. Como um ditador que esmagou a democracia [...] A exumação [...] era mais do que urgente, num país que nunca fechou contas [...] com seu passado autoritário. [...] é vergonhoso que tenha sido necessário tanto tempo para remover os restos [...] do tirano do mausoléu encimado por uma gigantesca cruz, no Vale dos Caídos [...] Construído [...] em grande parte por trabalhadores forçados, para supostamente honrar os tombados durante a guerra civil, [...] o sítio se transformou em local de reunião para apoiadores do fascismo e da extrema direita. Não se trata, em absoluto, do local de reconciliação nacional que Franco alegara que seria, e que hoje em dia alguns políticos conservadores ainda

³⁴<https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-o-tempo-do-ditador-franco-finalmente-acabou/a-50974036> Acesso em 11/06/2020.

afirmam ser. O mausoléu tem sido apenas um doloroso insulto para os espanhóis cujos familiares [...] foram perseguidos por pensar diferente, falar livremente e combater as forças nacional-católicas de Franco, respaldadas pelo partido fascista espanhol. Em muitos casos, esses opositores foram sumariamente fuzilados e despejados em valas comuns, anônimos. Dezenas de milhares deles foram [...] desenterrados e sepultados no monumento. No entanto, a exumação [...] tem sido altamente controversa. [...] [O] jornal espanhol *El Mundo* constatou que um terço dos cidadãos se opunha ao traslado [...] Os descendentes de Franco tentaram [...] sustar a remoção nos tribunais; e políticos conservadores afirmam que desenterrar o passado abrirá novas feridas. [...] após a morte de Franco, em 1975: seus adeptos e opositores acordaram sobre o assim chamado Pacto do Esquecimento, que incluía a anistia política geral para os autores de crimes em massa. Era uma tentativa de olhar adiante, para o futuro. [...] o resultado de longo prazo do pacto foi entrincheirar uma profunda divisão social que tornou aceitável a simpatia autoritária. Há tempo demasiado, a Espanha tem sido um lugar onde o feixe de flechas da Falange ainda é visto em fachadas. [...] [e] cidadãos não se acanham de içar [...] a bandeira nacional franquista; onde ruas são batizadas *Calle del Generalísimo*; e onde existe uma fundação para honrar sua memória e supostas conquistas. Tal aceitação pública de demonstrações autoritárias é inimaginável na Alemanha, mas na sociedade espanhola jamais houve consenso real sobre a condenação da ditadura [...] o mausoléu [...] é o maior símbolo da Espanha de [...] ambivalência em relação ao regime não democrático, e [...] de adoração de um ditador. A exumação [...] mais do que [...] transferir os restos para um local discreto e privado [...] encerra um capítulo da glorificação dele e marca um ponto de virada na memória histórica nacional da Espanha. [...] num ponto em que ela rejeita o legado franquista oficialmente [...] alterando [...] o quadro histórico do país e fornecendo um ponto de partida para as divisões sociais começarem a sarar. Não será um processo bonito – criar consenso histórico em sombrias eras de divisionismo nunca é. Mas é um processo necessário³⁵

Nota-se que as Cidades Educadoras, enquanto ação política organizada, teriam surgido quando superadas as arbitrariedades e atrocidades do autocrático governante madrileno, pois, como destaca Bellot (2013), tais cidades atentar-se-iam fundamentalmente para a boa comunicação, a participação corresponsável dos cidadãos e a avaliação do impacto educativo, sem desconsiderar sua utilidade e eficácia. Logo, ter-se-ia a própria antítese das costumeiras proposições autoritaristas que alguns governos optam por consolidar mediante exacerbados e contundentes mecanismos de controle.

Desse modo, como pode ser constatado na publicação alemã, a História, a Memória e a Educação possibilitariam a constituição de um importante campo para que a Cidade desvele-se tanto de modo pedagógico quanto uma espécie de polo irradiador de poder simbólico, econômico ou político, visto que, como refere Zitkoski (2016), não seria possível pensar a própria educação contemporânea sem que seja direcionado o olhar para o “território que constitui a vida na cidade” (ZITKOSKI, 2016, p. 14), um olhar abrangente, complexo e integrador sobre o mundo social que constitui a Cidade, mas que não desconsidere suas tensões

³⁵ (<https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-o-tempo-do-ditador-franco-finalmente-acabou/a-50974036>, Acesso em 11/06/2020).

e historicidades, uma vez que, conforme Delors (2003): “À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele” (DELORS, 2003, p. 89). Os autoritarismos, entretanto, deixariam rastros,³⁶ quando não caminhos abertos e pavimentados, que não tardariam a encontrar novos sujeitos adeptos a percorrê-los, inclusive nas Cidades Educadoras contemporâneas. Assim, embora o poder público seja concebido por Bellot (2013) como um importante agente

[...] na construção de cidades educadoras [pois os] representantes dos cidadãos escutam, animam, sugerem, coordenam, propõem, lideram e executam, conforme os casos [de modo que a] cidade educadora é, ao mesmo tempo, uma proposta e um compromisso necessariamente partilhados, basicamente, pelos governos locais e pela sociedade civil. Como não podia deixar de ser, para a cidade que se pretende educadora, este fator – a educação em sentido amplo – constitui o eixo fundamental e transversal do seu projeto político (BELLOT, 2013, p. 20)

Ao dialogar com o pensamento de Machado (2003), Aieta e Zunin (2012) seguem pelo mesmo caminho e consideram que, apesar da “diversidade de expressões com que a Cidade Educadora se pode apresentar, emerge neste conceito a centralidade do município seja na organização, promoção e oferta de programas e serviços sociais, culturais e educativos, seja no apoio às várias iniciativas da sociedade civil” (AIETA, ZUNIN, 2012, p. 196). Ocorre que censuras, preconceitos ou restrições de múltiplas ordens poderiam advir tanto de governos, eleitos ou não, quanto dos mais diversos setores da sociedade civil, que organizam sob seus interesses os projetos políticos, culturais e pedagógicos locais, por vezes, visivelmente deseducadores e permeados por intensas ações biopolíticas.

Desse modo, quando um mandatário local opta por apoiar governantes autoritários ou autoritaristas, que Cidade Educadora ele pode propor à complexidade social? Se o governo percebe-se absurdamente próximo a determinados grupos religiosos, como tratará as diversidades locais? Se o governo, eleito ou não, fomenta a intolerância, que práticas educativas podem advir da própria cidade que administra? Se não propõe o diálogo, a cidade será comunicativa para quem? E, finalmente, demonizada a política, quando os eleitores optam por candidatos que se afirmam cada vez mais como ‘não políticos’, validando a crença de que, assim, simbolizariam ‘o novo’, como se daria tal relação entre a própria administração e os mais diversos grupos que compõem a cidade e permeiam a sua existência? Talvez, ao refletir sobre

³⁶ Tais rastros do passado são encontrados em jornais, códices policiais, processos criminais, documentos públicos de caráter mais geral, crônicas, romances, livros de memórias, textos, enfim. Mas também encontramos fotos, charges, caricaturas, em imagens de um outro tempo deixadas para serem vistas e apreciadas pelos olhos de hoje (PESAVENTO, 20008, p. 11).

questionamentos similares, Bellot (2013) enfatize a necessidade da boa comunicação, a participação corresponsável e a avaliação contínua como elementos fundamentais para a edificação de uma Cidade Educadora a “todos e a cada um dos cidadãos [já aos] governos locais, estes devem esclarecer o porquê e o como das suas políticas, isto é, devem fazer da política uma pedagogia” (BELLOT, 2013, p. 21). Logo, seria necessário que os governos locais, compreendidos como elementos basilares a “adesão à Carta se empenhem na criação de um discurso político que convença os cidadãos e os representantes municipais do interesse na colaboração transversal e cruzada do maior número de pessoas e associações da cidade e, também, da totalidade dos departamentos municipais” (BELLOT, 2013, p. 21).

Sem dúvida, a posição de maior influência sobre este processo – como ocorre em todas as políticas transversais – é a que possa e queira ter a pessoa que está à frente do município; a sua convicção é determinante na atitude dos seus colaboradores políticos e técnicos e, portanto, é ela que deve liderar não só nominalmente mas sim, realmente, no processo de adesão, primeiro, e no da aplicação, depois, da Carta das Cidades Educadoras. Os responsáveis municipais devem procurar e desenvolver a dimensão educativa – que é o mesmo que dizer cívica – presente nas diversas políticas locais (BELLOT, 2013, p. 20).

Acredito, contudo, que a criação de um discurso calcado no ambicioso ideário do convencimento, tal qual proposto pela estudiosa, acabaria por relegar ao poder público local, e seus apoiadores, a possibilidade de impor, perante sua autoridade discursiva, o que seria ou não (des)educativo, visto que, em conformidade com Pozo (2013), “toda a ação humana individual ou de grupo tem sempre um valor educativo ou deseducativo porque toda a ação humana não tem um resultado neutro ou indiferente para o desenvolvimento humano e cívico das restantes pessoas” (POZO, 2013, p. 25). Claro que a gestão pública, possivelmente, não agrada a todos, entretanto, em tempos sociais e políticos tão sombrios, onde alguns dos próprios ‘gestores’ parecem fomentar a irracionalidade e a própria opressão, é preciso que se tenha certa atenção com o desenvolvimento de tais processos.

Assim sendo, percebe-se que a abrangência global da Carta das Cidades Educadoras estaria sujeitada a inúmeras intencionalidades governamentais, o que poderia acarretar, segundo se observa em alguns governos, o cerceamento da própria liberdade, seguida de uma conseqüente e potencializada disciplinarização do espaço, além da própria diminuição da capacidade de diálogo com a sociedade local. Desse modo, considero que não deveria ocorrer frente a qualquer cidade que se queira educadora seria justamente a equivocada submissão ao convencimento ou à imposição mediante o ponto de vista de alguém com poder momentâneo de decisão. Se assim fosse, correr-se-ia o risco da imposição da norma mediante convencimentos que também poderiam dialogar com a própria vigilância controladora e, no

limite, na criação ou manutenção de uma cidade educadora inóspita frente à potencializada diversidade, com seus contínuos movimentos e estranhamentos.

A cidade educadora, desse modo, pareceria possuir, ao menos, dois caminhos com maior ressonância: a Cidade Educadora Controlada, enquanto decorrência e vontade do poder público, que, por meio de projetos, leis ou ações direcionadas determinaria o que deve, pode ou será realizado pela população em diálogo às proposições educativas, e a Cidade Educadora Polifônica, onde a população, por meio de seus grupos de ação, coletivos e associações, desenvolveria propostas e atividades com fins culturais e educativos, por vezes, sem qualquer apoio ou relação com o poder público. Aparentemente, tais possibilidades, se, em complexa ou contraditória coexistência, poderiam esforçar-se para transformar a cidade em uma espécie de centro de discussão não conformista sobre a própria vida local, em suas múltiplas possibilidades, de modo a intensificar tanto o envolvimento do poder político-administrativo com as mais diversas territorialidades, quanto, em sentido oposto, traria mais para perto do poder administrativo o diálogo contínuo com os mais diversos campos sociais, culturais e pedagógicos da localidade.

Logo, mesmo que o conceito de Cidade Educadora modifique-se como a “mudança própria das vidas da cidade e dos seus habitantes; isto não implica uma mudança que a ‘subordine’ condescendentemente às crescentes pressões e dificuldades de toda a ordem mas sim uma mudança que a ‘coordene’ ou adapte às novas características e necessidades das cidades” (POZO, 2013, p. 25). Diante das urgências de nosso tempo, talvez, algumas das principais necessidades da Cidade Educadora contemporânea seria a superação tanto do medo quanto da invisibilidade direcionada ao outro, a ampliação do diálogo e a própria comunicação potencializada. Se os discursos mudam conforme mudam as próprias vidas que compõem as cidades, a comunicação educativa, e não o convencimento, surgiria ainda mais importante ao longo de espaços urbanos que parecem desvelar ou acobertar intrincadas questões econômicas, estéticas, sociais, culturais que abarcam qualquer cidade, em qualquer tempo. Assim, a possibilidade de utilizar a cidade como palco educador parece respaldar uma perspectiva mais ampla de nossa própria existência, desvelando que tanto a intensidade quanto a complexidade da vida urbana poderiam ampliar, sobremaneira, os conhecimentos pedagógicos de estudantes e cidadãos e estudantes do século XXI.

No caso de Barcelona, cidade que oficialmente lhes deu origem, segundo Maragall (2013), tal iniciativa não partiria do nada, pois não seria “preciso construir uma cidade: tínhamos apenas que reconstruí-la, refazê-la. Estes eram os ‘verbos’ utilizados naquela época. Porque sabíamos que dentro da cidade existiam os elementos, as ferramentas e, sobretudo, as

“pessoas que tornariam possível a renovação” (MARAGALL, 2013, p. 15). Desse modo, estabelecida a nova ordem social,

[...] nossa missão era criar um ambiente urbano de educação que, respeitando o passado, projetasse a cidade no futuro, um ambiente que sarasse feridas que o planeamento urbanístico não democrático da cidade havia infligido no tecido urbano e social; um ambiente urbano que envolvesse as pessoas e as fizesse sentir orgulhosas, uma vez mais, de pertencerem a esta cidade; um ambiente de consenso entre diferentes parceiros sociais e que aproveitasse a força criadora do mercado livre para o bem comum (naquele tempo os trabalhistas britânicos diziam: ‘não veneramos o mercado, servimo-nos dele’) (MARAGALL, 2013, p. 15).

É possível perceber que reconquistar a liberdade política e social, tomar iniciativas, valorizar a criatividade e a liberdade de pensamento, revitalizar, mudar, dialogar, questionar, ousar, mais que verbos de ação, seriam o próprio cerne de uma possível Cidade Educadora, ideia que, além de assombrar os sujeitos adeptos dos autoritarismos de qualquer ordem, estaria diretamente conectada ou atenta para a “equidade, a cidadania inclusiva, a coesão, a sustentabilidade ou a educação para a paz³⁷” (BELLOT, 2013, p. 20).

Assim sendo, compreende-se que *ser* ou *agir como* uma Cidade Educadora demandaria um comprometimento gradativo de todos os habitantes perante a ambição de envolvê-la tal qual uma intensa totalidade pedagógica e humanística. Frente aos processos sociais, se fosse assim imaginada e/ou problematizada, tornar-se-ia possível a edificação pedagógica de uma cidade mais educadora e cidadã, permeada tanto por ações democráticas quanto de solidariedade entre os diversos grupos que a formam, uma cidade que problematizaria as possibilidades educativas de “todos ao longo da vida, afirmando o local num mundo global, aberta a outras cidades e outros projetos, numa construção e valorização de um trabalho em rede, nacional e internacional” (MORIGI, 2014, p. 28). Entendê-la em tal perspectiva, conforme Cavalcanti (2008), enfatizaria “sua relação com a formação de cidadãos [...] [e explicita possíveis] projetos

37 Sobre qualquer ambição educativa relacionada à paz social, considero importante relembrar o pensamento de Freire quando, diante da UNESCO, destacaria que a “paz se cria e se constitui com a edificação incessante da justiça social. Por isso não creio em nenhum esforço chamado de educação para a paz que, em lugar de revelar o mundo das injustiças, o torne opaco e tenda a cegar suas vítimas” (GADOTTI, 1989, p. 88). Assim, percebe-se que, apesar dos diversos avanços técnicos e científicos, ainda convivemos de modo indiferente com a fome, com a falta de moradia digna, com políticos embusteiros, empresários e industriais exploradores da dignidade humana, com a precarização do trabalho, por vezes, percebido como análogo à escravidão, com egoísmos e preconceitos sociais de toda ordem, com a própria falta de acesso à saúde, aos medicamentos ou à educação de qualidade, com guerras ou sabotagens políticas pautadas por interesses escusos, com a tão sonhada liberação do armamento social, difundindo um hipotético direito à defesa frente o possível inimigo - ação considerada, por vezes, como política de segurança -, com a restrição de mobilidade mediante o fechamento das fronteiras, com o encarceramento, quando não a própria morte, dos que aventuram a desobediência de tais leis, com a desigualdade social defendida por alguns como necessidade, com a corrupção, por vezes, generalizada, com o controle do pensamento mediante absurdos religiosos, políticos ou sociais, com a contínua e celebrada destruição do meio ambiente, com o envenenamento das águas e das plantações, mediante o incessante uso de agrotóxicos, com a falta de vontade política frente às necessidades gritantes enfrentadas pelo povo...

de formação de cidadania orientados por princípios democráticos, abertos para a diversidade, para o usufruto coletivo dos espaços urbanos, para a vida coletiva” (CAVALCANTI, 2008, p. 08).

Dessa maneira, percebo o possível diálogo entre cidade e ensino como uma incitação à complexidade da vida, ao respeito ao *outro* e à própria veneração da diversidade existente nos fluxos e fixos avistados nas cidades e em suas ruas que são, de acordo com Benjamin (1994), a própria “morada do coletivo [...] um ser eternamente inquieto, eternamente agitado, que, entre os muros dos prédios, vive, experimenta, reconhece e inventa tanto quanto os indivíduos ao abrigo de suas quatro paredes” (BENJAMIN, 1994, p. 194). Neste aspecto, educar ante a efervescência da cidade envolveria um diálogo complexo com os espaços que apontam para os rastros deixados pelos movimentos humanos ao longo de seu tempo histórico. Assim, deslocamentos, trajetos, lugares e possibilidades pedagógicas dialogariam com as próprias histórias, memórias e percepções das transformações potencializadas perante o emaranhar dos mais diversos campos do conhecimento e das próprias multiculturalidades.

No Brasil, hoje, vinte e uma cidades fazem parte da AICE: Belo Horizonte/MG, Camargo/RS, Carazinho/RS, Caxias do Sul/RS, Curitiba/PR, Guarulhos/SP, Horizonte/CE, Mauá/SP, Marau/RS, Mauá/SP, Nova Petrópolis/RS, Porto Alegre/RS, Santiago/RS, Santo André/SP, Santos/SP, São Bernardo do Campo/SP, São Carlos/SP, São Gabriel/RS, São Paulo/SP, Soledade/RS, Sorocaba/SP, Vitória/ES. No continente americano, tais cidades somar-se-iam a outras setenta e cinco, perfazendo o total de noventa e seis Cidades Educadoras, onde a Argentina se destaca ao possuir trinta e uma cidades integradas à referida associação.³⁸ Nota-se que o continente europeu é o espaço majoritário da AICE, possuindo um total de trezentos e noventa e três Cidades Educadoras, com destaque para a própria Espanha, com duzentas e vinte cidades educadoras; Portugal possui oitenta e duas cidades e a França, sessenta e três cidades integradas a AICE. Exemplos de tais Cidades também são encontrados no continente africano, em países como Benim, Marrocos, Togo, Cabo Verde e Senegal, que, nos últimos anos, aproximou-se fortemente de Caxias do Sul por meio de uma intensa onda migratória direcionada ao Sul do Brasil. Por fim, no continente asiático, as Cidades Educadoras são encontradas na Austrália, Filipinas, Nepal, Palestina, República da Coreia, com vinte e quatro Cidades Educadoras, também na Tailândia.³⁹

38 <http://www.edcities.org/listado-de-las-ciudades-asociadas/> Acesso em 10/06/2020.

39 <http://www.edcities.org/listado-de-las-ciudades-asociadas/> Acesso em 10/06/2020.

Mapa 03 – Mapa global das Cidades Educadoras associadas a AICE em 2020.



Fonte: <http://www.edcities.org/mapa-de-las-ciudades-asociadas/>

Nota-se que, independentemente de suas dimensões espaciais ou localizações geográficas, as cidades configurar-se-iam em “importantes elementos para a formação integral [como] sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os fatores deseducativos” (CDCE, 2017). Assim, segundo a Carta das Cidades Educadoras – que baseia seus princípios na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001), sendo revista no III Congresso Internacional (Bolonha, 1994) e no de Gênova (2004) –, todos “habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece” (CDCE, 2017).

Generoso em sua potência, tais Cidades seriam concebidas como uma espécie de extensão ao “direito fundamental de todos os indivíduos à educação [pois] renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida” (CDCE, 2017). Dessa forma, a educação deveria ser permanente, “não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam” (FREIRE, 2001, p. 12), mas porque ter-se-ia, de um lado, a “finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da

história, ter incorporado à sua natureza não apenas *saber que vivia*, mas *saber que sabia* e, assim, saber que podia saber mais” (FREIRE, 2001, p. 12).

Uma educação diariamente (re)inventada e desenvolvida com a intenção de repensar e problematizar as potencializadas complexidades que se fazem perceber entre diálogos e interrogações que circundam os saberes de todos, sem caminhos plenamente definidos ou definidores. Logo, as cidades que se identificam como *educadoras* deveriam, segundo sua carta de princípios, promover a “educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade” (CDCE, 2017). Para tal, essas cidades deveriam “acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem [além de] contribuir para a correção das desigualdades que surjam então da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis” (CDCE, 2017).

Tal percepção se faria perceber ao longo das manifestações realizadas por alguns vereadores, quando da 159ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, em 10 de abril de 2002 que, dentre outros tantos temas, discutiria o próprio ingresso, ou não, da cidade na Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE. Assim, ao solicitar a palavra, o então vereador Alceu Barbosa Velho, anos depois eleito vice-prefeito e prefeito pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, afirmaria que, “Em verdade o que estamos autorizando é o pagamento de 1.500 dólares a essa entidade, o que é sempre interessante, vamos dizer. Mas aqui, Vereador Vanazzi, a Prefeitura está entrando plenamente na globalização da educação. Pena que esteja atrasada, está pagando atrasado” (VELHO, 2002, p. 26). A partir de então, tal vereador passaria a destacar que a própria vinculação do município já teria sido realizada, porém se encontraria com os pagamentos pendentes: “Quer dizer, de repente nós vamos autorizar que o nosso Município faça parte - aliás, ele já faz parte, só que está inadimplente, não pagou... Já estão inscritos. Claro que, para pagar, tem que pedir autorização à Câmara” (VELHO, 2002, p. 26).

Então vereador da oposição, Barbosa Velho, rapidamente afirmaria: “Mas não é só, Vereador. A gente quis saber quais são os objetivos, enfim, o que é. É um intercâmbio de experiências em educação não-formal” (VELHO, 2002, p. 26). Assim, logo após destacar com maior ou menor animação algumas das cidades que já estariam integradas a tal rede, ele proporia um questionamento aos presentes:

[...] o que eu trago à discussão é o seguinte: será que é tão importante assim esse intercâmbio em educação não-formal? O intercâmbio é importante, ninguém é uma ilha, nós não vivemos aqui isolados. Acho que, se Caxias conseguir intercâmbio com

a Alemanha e com os Estados Unidos, seja lá onde for, isso é importante, é um crescimento esse intercâmbio. Agora, o não-formal é que eu fico com um pé atrás. Estamos autorizando efetivamente um convênio com cidades educadoras, mas para uma educação não-formal. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. (VELHO, 2002, p. 26).

Embora receoso com a efetivação da possível parceria, Barbosa Velho (2002) seria o único vereador a questioná-la pedagogicamente. Seus colegas, por sua vez, procurariam elucidar algumas dúvidas existentes quanto ao pagamento ou a própria participação da cidade, além de destacar o que seria fomentado em tal parceria por meio da releitura de alguns pontos do projeto proposto...

Vereador Jerônimo Dani: Peço a palavra. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores. O projeto é simples. Vereador Zoraido Silva: Permite um aparte? V. Exa. poderia informar se tem prazo de validade esse convênio? Vereador Jerônimo Dani: Até podemos verificar aqui. Só gostaria de dizer ao Vereador Alceu Barbosa Velho, que leu algumas palavras em espanhol, e leu muito bem, que o projeto está todo em português, desde a Exposição de Motivos até o projeto de lei em si. Eu até posso, se os nobres pares permitirem, colocar a Exposição de Motivos: 'A Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), com sede em Barcelona, Espanha, conta atualmente com um movimento de 189 cidades em 26 países, representadas por seus governos locais, que assumiram os princípios da Carta Das Cidades Educadoras e se agrupam com a finalidade de trabalhar em projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos habitantes a partir de seu compromisso ativo com a evolução de sua própria cidade. A AICE tem como objetivo fundamental de suas atividades, no âmbito dos municípios, estabelecer uma rede de solidariedade entre as cidades dos países de sua jurisdição, promovendo projetos e intercâmbio de experiências sobre educação, pois entende esta como um processo de crescimento e transformação, permitindo que as pessoas sejam mais livres e solidárias, com maiores possibilidades de levar uma vida plena.' O projeto de lei diz o seguinte: 'Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento no valor de \$US 1.000 (um mil dólares) norte-americanos à *Asociación Internacional de Ciudades Educadoras*, correspondendo à sua quota de admissão como membro da associação. Artigo 2º. O pagamento autorizado pela presente lei será efetuado na entidade bancária indicada e será tomada como base a moeda nacional, devidamente convertida na data do pagamento. Artigo 3º. Fica ratificada a carta de admissão, na qual o Município passa a integrar a AICE, que é parte integrante da presente lei. Artigo 4º. Para atender ao encargo de que trata esta lei servirá de recurso a dotação orçamentária 2051/3132. Artigo 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.' Então, na medida em que aprovarmos esse projeto, Caxias do Sul começa a fazer parte dessa associação enquanto ela existir, não tem data para terminar. No fim há uma carta colocando as quotas. Uma cidade com menos de 50 mil habitantes teria quota de pagamento "x"; [...] entre 250 mil e 500 mil habitantes - é o caso de nossa cidade -, a quota seria, como está aqui registrado, de mil dólares. O projeto é simples, está aqui para ser analisado e votado. Muito obrigado, Sr. Presidente. Presidente Francisco Spianorelo: Em votação o Projeto de Lei nº 274/01. Quem estiver de acordo permaneça como está, quem for contra se manifeste. (Pausa) Aprovado por unanimidade. Encerrada a Ordem do Dia.

O silêncio de todos levaria a aprovação do pagamento e a efetiva oficialização da referida parceria. Entretanto, a fala de Barbosa Velho (2002), aparentemente desconsiderada pelos seus pares, parecia destacar os receios perante aqueles saberes percebidos como não tradicionais ou mesmo convencionais. Assim, como destaca Pereira (2006), por mais que o

[...] debate acerca da educação não formal tenha penetrado e conquistado reconhecimento, inclusive dentro das universidades, ainda nos deparamos com professores ou professoras ‘formados’ que não aceitam o trabalho realizado por educadores populares, sentem-se incomodados, ameaçados ou invadidos em seu espaço de atuação com o trabalho da educação popular, muitas vezes pensam que o saber pertence somente a eles: às pessoas ‘formadas’. Muitos pensam que sabem tudo. Esses professores e professoras, fecham-se a novas possibilidades de descoberta ou troca com os educadores ou educadoras populares. Carregam consigo um tipo de preconceito acadêmico (PEREIRA, 2006, p. 117).

Como se sabe, não vivemos em um espaço social neutro, mas em espaços que manifestam/representam zonas de conflito, geralmente por poder ou pelas representações desse poder, que acaba por selecionar memórias, criar identidades, impetrar costumes, exclusões, manifestados na cultura, nos diversos discursos da localidade ou em sua rede de simbolismos ou significações. Discursos que são contados, mas também silenciados, discursos mantidos à distância, mas que, embora mantidos à distância, não deixam de falar, de lembrar e de ensinar, enfrentando, assim, tanto o esquecimento quanto as sorradeiras tentativas de redução ao silêncio. Em tal contexto, poder-se-ia relembrar o pensamento de Halbwachs (1990), para quem nossas

[...] impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço — aquele que ocupamos, por onde passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir — que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Assim posto, conforme Freire (2001), a “tarefa educativa das Cidades se realiza também através do tratamento de sua memória e sua memória não apenas guarda, mas reproduz, estende, comunica-se às gerações que chegam. Seus museus, seus centros de cultura, de arte são a alma viva do ímpeto criador” (FREIRE, 2001, p. 14).

Falam de épocas diferentes, de apogeu, de decadência, de crises, de força condicionante das condições materiais. Às vezes, sinto um certo descompasso em certas Cidades entre a quantidade de marcos que falam ou que proclamam envaidecidamente feitos de guerra e os que falam da paz, da doçura de viver. Não que esteja defendendo a ocultação dos fatos belicosos que escondem ou explicitam, perversidades incríveis de que temos sido capazes nos descompassos de nossa história. Mostrá-los às gerações mais jovens é também tarefa educativa das Cidades. Mas mostrá-los nem sempre como quem deles se orgulha (FREIRE, 2001, p. 14).

Segundo Bosi (2003), cada geração de moradores de uma cidade tem acontecimentos que funcionam como pontos de atrelamento a sua História, perceptíveis nas estruturas das cidades, que contam passagens da própria vida ou que representam as relações sociais do cotidiano. Assim, o espaço social, como salienta Bourdieu (2008), se retraduziria

[...] no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos *confusa*: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos. A posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado (aquele do qual se diz que está ‘sem eira nem beira’ ou ‘sem residência fixa’, que não tem - quase - existência social), e pela posição relativa que suas localizações temporárias (por exemplo os lugares de honra, os lugares regulados pelo protocolo) e sobretudo permanentes (endereço privado e endereço profissional) ocupam em relação às localizações de outros agentes; ela se exprime também no lugar que ocupa (no direito) no espaço através de suas propriedades (casas, apartamentos ou salas, terras para cultivar, para explorar ou para construir, etc.) que são mais ou menos embaraçosos ou, como se diz às vezes, ‘*space consuming*’ (o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação do poder) (BOURDIEU, 2008, p. 160).

Constata-se, desse modo, que as paisagens e cotidiano das cidades são consequências de práticas, “intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos etc.) em sua complexa rede de trocas” (MAGNANI, 2011, p. 2). Tal complexidade, formadora e transformadora, demonstra que são inúmeros os sentidos e interesses propostos para a composição do urbano e que a imagem do que vemos nada mais é do que a combinação e/ou confrontação de práticas e ações entre eles. De igual modo, seriam as percepções e interesses que constituiriam as Cidades que se querem Educadoras tanto em sua memória quanto em seus espaços de representação.

4

SUBTERRÂNEOS VISÍVEIS

No presente capítulo, abordo o processo de colonização desenvolvido na região Nordeste do Rio Grande do Sul, entendendo-o como um intenso e potente processo de produção cultural, um conjunto de práticas cotidianas realizadas por setores de uma sociedade, que utiliza meios e fatores sociais internos ou externos; de ciências e disciplinas variadas; dos imaginários e das representações desses imaginários; das manifestações de poder e das construções discursivas, criando, assim, uma possível oficialidade. Destaco, dessa forma, algumas de suas representações e produções culturais dominantes, ainda representativas no tempo presente. Desse modo, por meio da historicidade, ambiciono compreender se a Cidade Educadora de Caxias do Sul percebe em si a heterogeneidade étnica e social que, de longa data, lhe constitui.

4.1 A REGIÃO COMO PRODUÇÃO CULTURAL E AS TERRITORIALIDADES IMAGINADAS

De fato [...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens (POLLAK, 1992, p. 201).

Para compreender uma produção cultural, Bourdieu (1989) afirma que “não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto” (BOURDIEU, 1989, p. 20). Entre esses dois pontos, que, para o estudioso, encontrar-se-iam distanciados, dá-se a percepção de um “universo intermediário”, por ele, denominado de campo, um ambiente onde estariam “inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (BOURDIEU, 1989, p. 20) e que se fariam ver - tanto em seus fixos quanto em seus fluxos -, representados ao longo do próprio cotidiano social. Desse modo, a necessidade de melhor compreender os pensamentos históricos e culturais dominantes existentes em Caxias do Sul, levaram-me a aprofundar as leituras sobre as questões históricas, sociais e culturais da própria região Nordeste do Rio Grande do Sul. Em meio a elas, deparei-me com uma coletânea de estudos regionais elaborada por José Clemente Pozenato (2003), que seria, segundo o próprio autor, “um reflexo claro de como certas questões relacionadas com a cultura são, ou foram, pensadas num contexto que se poderia chamar de periférico⁴⁰ com relação aos centros de pensamento da cultura nacional” (POZENATO, 2003, p. 09).

Sabe-se que a voz da periferia raramente tem audiência no grande centro. E talvez não seja tão certo [...] que a renovação, a inovação, em qualquer campo que seja, sempre nascem da periferia. Mas o registro de como se veem as coisas quando elas são olhadas de uma determinada margem, pode ser no mínimo curioso, se não elucidativo, para os interessados em dar atenção, e valor, às diferenças e não apenas a homogeneidade (POZENATO, 2003, p. 09)

Seria o início de uma ampla reflexão sobre as tensões locais e regionais, assim como suas latentes aculturações ou hibridismos, decorrentes das relações entre os grupos que ocupam o referido espaço. Para tal, o estudioso destacaria os ritmos que potencializaram certas transformações locais ao longo do tempo, como o respectivo isolamento⁴¹ inicial do imigrante,

40 O autor problematiza a formação histórica, humana e cultural da região como uma espécie de periferia perante a cultura nacional.

41 No sentido da dinâmica cultural, o fato de ter havido esse isolamento “[...] foi benéfico, permitiu a construção de uma cultura sem maiores traumas, constituindo uma identidade, ao passo que se tivesse havido um processo de aculturação desde o começo, a tendência seria de não construir uma identidade tão diferente. Isto é, não teria

e da própria região, perante a cultura nacional, que levaria os imigrantes a serem definidos por Pozenato (2003) como uma espécie de periferia geográfica, social e cultural perante o novo território, o que favoreceria, inclusive, a “criação [de] um instrumento de comunicação dentro do grupo cultural: uma vez que eram procedentes de diferentes regiões da Itália, com dialetos diferentes, há a necessidade de criar um instrumento comum de comunicação, ou seja, uma nova língua” (POZENATO, 2003, p. 106), identificada como *Talian*⁴² e que, desde 09 de setembro de 2014, estaria inclusa no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sendo portadora da chancela de Referência Cultural Brasileira.

Desse modo, fundamentado em tais aspectos, ao longo de sua reflexão, o estudioso refletiria que a cultura local seria uma manifestação própria, decorrente, especialmente, do já mencionado isolamento político, econômico e social em que se encontravam algum dos novos grupos que chegavam ao Brasil. Assim sendo, o estudioso consideraria que, se

[...] quando os imigrantes chegaram aqui já houvesse estrada de ferro (vamos partir dessa ficção), seguramente todo o processo cultural seria outro. Primeiro, não haveria uma fase de construção de uma cultura. Se iniciaria imediatamente o processo de trocas culturais. Não teria sido criada uma nova língua. Muito cedo teria começado a ser adotada a língua portuguesa na região como língua comum. A organização social seria outra, não se tentaria adaptar o modelo trazido a novas circunstâncias concretas, mas se copiaria a existente na cultura envolvente. É possível também que a própria organização do espaço físico, a construção da casa, o tipo de produção agrícola etc., fossem determinadas também pelo processo de aculturação. Isto é, o que começou a acontecer 30 ou 40 anos depois, teria acontecido com a primeira geração (POZENATO, 2003, p. 107)

Entretanto, em seu entender, a ausência inicial de trocas culturais entre os imigrantes com outros grupos criaria uma clara distinção entre aqueles colonizadores que viviam no espaço urbano, entendidos como uma espécie de camada emergente da imigração, e aqueles que viviam e trabalhavam nas colônias adquiridas quando da chegada ao Brasil, identificados de modo pejorativo, como colonos. “Esse processo [...] vai se ampliando dentro da cidade para diferentes categorias sociais, e acaba de alguma forma [...] iniciando um processo desse tipo em toda zona rural, sempre que essa zona rural tem um a um a necessidade de intercambiar com a cidade, com o centro urbano” (POZENATO, 2003, p. 110).

havido uma cultura de imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul. Teria acontecido o que aconteceu com os italianos do Espírito Santo, de São Paulo e em certa medida de Santa Maria/RS, onde essa identidade cultural é bem menos acentuada, porque o processo de troca entre culturas é muito mais facilitada” (POZENATO, 2003, p. 108).

⁴² Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o *Talian* seria “uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil na região de ocupação italiana direta e seus desdobramentos desde 1875, em especial no nordeste do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo. Sua origem linguística é o italiano e os dialetos falados, principalmente, nas regiões do Vêneto, Trentino-Alto e Friuli-Venezia Giulia e Piemontes, Emilia-Romagna e Ligúria”. In: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/183/> Acesso em 06/04/2018.

Por outro lado, o pesquisador também questionaria se “ainda se pode falar de uma cultura resultante, apenas de raízes italianas” (POZENATO, 2003, p. 105). Para tal, elencaria alguns dos agentes históricos transformadores dessa identidade: “Primeiro é o trem, depois vem o rádio, mais tarde a televisão. Depois de a região ser atravessada pelos meios de comunicação da cultura envolvente, ela começa a sofrer a invasão maciça de grupos culturais” (POZENATO, 2003, p. 110), que seriam atraídos pelas indústrias desenvolvidas em boa parte da Região Colonial Italiana, especialmente na cidade de Caxias do Sul. Eles “vêm dos Campos de Cima da Serra, mas vêm também do litoral Catarinense, vêm também da Fronteira, vêm até do outro lado da Fronteira, a tal ponto que esses grupos culturais, em termos estatísticos, talvez já sejam a maioria” (POZENATO, 2003, p. 110).

Assim, o que me levou a descrever a linha de pensamento do referido estudioso seria a contundência de sua manifestação perante as questões culturais desencadeadas entre os grupos de descendentes dos imigrantes tradicionais e os novos imigrantes, internos ou externos, ali recém-chegados, que ele concebe como uma espécie de sitiamento sociocultural imposto pelo *outro*,⁴³ de modo que, em seu entendimento, “Caxias está sitiada por inúmeros grupos culturais, com as mais variadas bagagens” (POZENATO, 2003, p. 111). Inegavelmente, a proposta de uma cidade sitiada, tal qual destacada por ele, chamaria minha atenção. Ela tanto salientaria a existência de muitos outros grupos existentes para além daqueles tradicionalmente vinculados à imigração ou colonização de um tempo que foi, quanto desvelaria, por sua vez, tensões, invisibilidades ou apagamentos, além de cooperar para potencializarem-se aculturações e hibridismos culturais. Por fim, retomaria a percepção do imigrante vencedor perante tantos outros, que também ambicionavam a vitória, mas que, talvez, fossem vencidos pelas dificuldades.

“Hoje”, afirmaria Pozenato (2003), “a cidade pode ser claramente delimitada: tem um núcleo histórico original, onde o processo que a gente vem descrevendo até agora se mantém, mas é uma cidade sitiada por uma periferia com culturas diferentes” (POZENATO, 2003, p. 111). Tal sitiamento evidenciado pelo estudioso desvelaria um universo social comprometido com um núcleo histórico, seja ele o próprio imigrante europeu, seja a colonização e seus efeitos sociais, políticos ou econômicos ou a própria representação da cidade edificada. Desse modo, segundo o estudioso, a “tendência não é de esse grupo central absorver a cultura da periferia,

43 De acordo com Gastal, em dado momento, os antropólogos teriam descoberto que “esse *outro*, poderia estar bem mais próximo em termos espaciais e, talvez, mais distante em termos da empatia de seus concidadãos: *o outro* estaria nas diferenças étnicas, nas diferenças de gênero, frequentando diferentes *tribos* urbanas, em composições sociais que começam a superar, na sua complexidade, as tradicionais estratificações em classes socioeconômicas que convivem no interior de uma mesma cidade” (GASTAL, 2006, p. 08).

mas ao contrário: a cultura da periferia é que tende a absorver a cultura do centro, que engendrou certos padrões de vestir, de falar, de morar, de comer, de pensar” (POZENATO, 2003, p. 111).

Mas em todo processo de aculturação sempre existe infiltração, nunca se faz a absorção completa de um grupo pelo outro. Quando um grupo cultural é absorvido dentro de outro já existente, o já existente sofre infiltração e se modifica. Assim, estamos assistindo hoje a um processo iniciado lentamente nos anos 1950, mas que se acelera cada vez mais, um processo de transformação cultural que vai afetar profundamente uma série de padrões tidos como sólidos, consistentes, estabelecidos (POZENATO, 2003, p. 111).

Aparentemente, seria diante de tal sítio surgiria a percepção local de centro e periferia, fosse social, urbana, emocional ou ficcional. Desse modo, seriam distinguidos os novos imigrantes, atraídos por uma cidade que se tornou polo regional de desenvolvimento econômico, ao passo que também se tornaria polo de atração para sonhadores, pobres, miseráveis, refugiados, que buscam, tal qual os imigrantes europeus de ontem, uma oportunidade para melhor viver, percepção fundamentada pela constante representação de sucesso daquele imigrante que superou as dificuldades e passou a fazer parte da cultura do centro, a cultura do imigrante vencedor. Entretanto, conforme Agier (2011), a “transformação dos espaços urbanos em fronteiras identitárias, mesmo em sua forma mais completa, a do bairro étnico, é sempre fundada sobre olhares cruzados que põem em jogo diferenças de gostos, de estilos de vida e de comportamentos” (AGIER, 2011, p. 71).

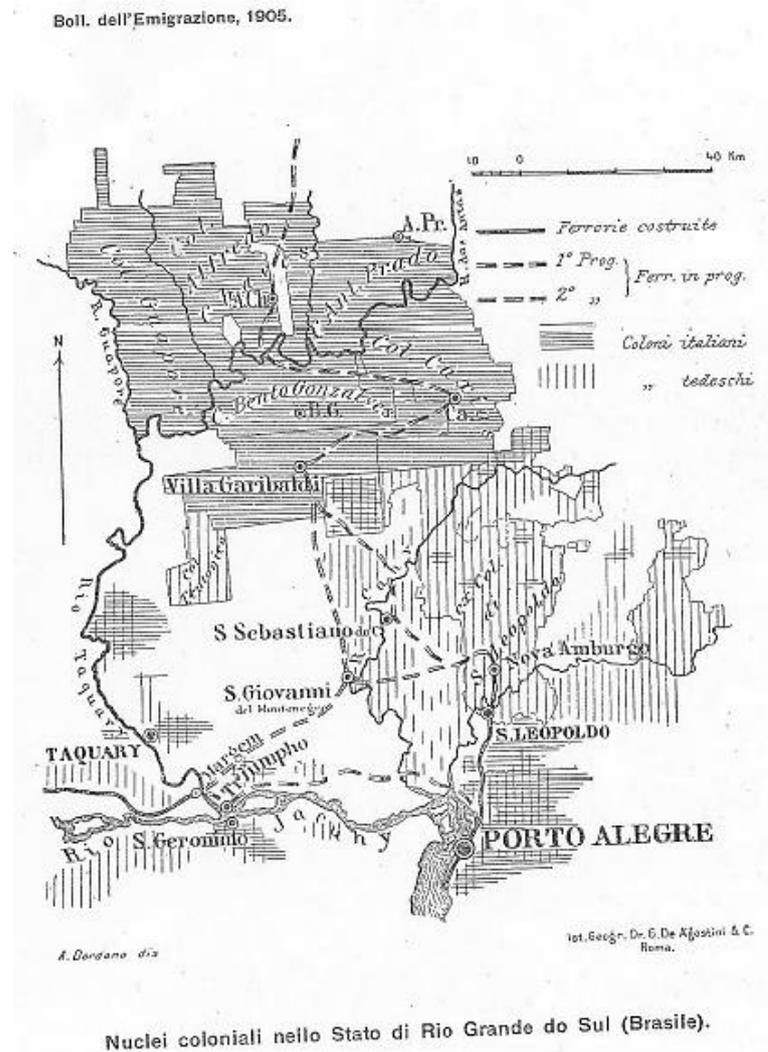
Dessa maneira, em conformidade com o estudioso, o “conjunto desses critérios resulta de uma configuração global de valores morais à escala de cidade. Basta evocar as argumentações da diferença entre vizinhos de rua, de bairro ou de cidade para ver sobre quais princípios se constroem as regiões morais” (AGIER, 2011, p. 71). Criar-se-ia, assim, mais uma distância social do que propriamente territorial, pois “não são os limites espaciais que definem a situação, mas o da interação” (AGIER, 2011, p. 73), logo, fronteiras que, mesmo se percebidas como imaginárias, possuiriam sintomas sociais intensos, como o estigma do local de origem ou moradia, culminando, por vezes, na própria rejeição social, visto que a fronteira imaginada emergiria como uma espécie de controle social, de modo que para “um migrante ou qualquer cidadão, o contexto fenomenológico da interação pode variar de uma situação para outras várias vezes por dia (trabalho, família, lazer, etc.)” (AGIER, 2011, p. 73). Segundo Santos (1994), as regiões são subdivisões do espaço, seja do espaço total, do espaço nacional, seja do espaço local, uma vez que as “cidades maiores também são passíveis de regionalização. As regiões são um espaço de conveniência, meros lugares do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social, que não seja a forma regional” (SANTOS, 1994, p. 48).

Entretanto, a “região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade” (SANTOS, 2006, p. 104).

Neste sentido, para Pozenato (2003), a região não seria “na sua origem, uma realidade *natural*, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade [...], é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja de ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências” (POZENATO, 2003, p. 150), ou campos do conhecimento, que tornaria possível falar em “região histórica, região cultural, região econômica” (POZENATO, 2003, p. 150). Desse modo, de acordo com Bourdieu (1989), a região seria uma representação, uma *realidade* que depende de pensamento e legitimação, de modo que, quando da procura de identidades regionais ou étnicas, não se deveria esquecer que, “na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos” (BOURDIEU, 1989, p. 112), a qual é concebida também mediante “*representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (BOURDIEU, 1989, p. 112).

Assim, Pozenato (2003) complementa: “o que é entendido como uma região é, realmente, uma regionalidade” (POZENATO, 2003, p. 152), um conjunto de práticas cotidianas realizadas por setores de uma sociedade, que se servem de meios e fatores sociais internos ou externos; de disciplinas e ciências variadas; de imaginários e representações desses imaginários; das manifestações de poder e construções discursivas, concebendo, assim, uma possível oficialidade, tal qual o mapa, que segue, elaborado por intermédio de agentes do governo italiano, em 1905, procura evidenciar.

Mapa 04 – A divisão das Zonas de Colonização representadas em italianos e alemães.



Fonte: HERÉDIA; ROMANATO. 2016, p. 612.

“Aproveitando essa incerteza de fronteiras”, Agier (2011) afirma que o “ponto de vista ‘regional’ ganharia, parece-me, em ser aplicado a qualquer espaço, independentemente de seu limite de sua escala. Desse modo, poder-se-ia registrar a maneira como um lugar é definido pelos atores urbanos quaisquer que sejam (desde o planejador até o habitante do fundo de um beco)” (AGIER, 2011, p. 67). Além disso, esse “sentido do lugar supõe a cidade inteira como um contexto de referência. Corresponde a uma cartografia imaginária dos cidadãos que vivem em certas partes da cidade continuando a ter, sobre os outros espaços, pelo menos algumas experiências, ideias ou imagens” (AGIER, 2011, p. 67). Sendo assim, nesse cenário, ganham destaque as questões de memória, os patrimônios imateriais e materiais, as identidades e suas consequentes relações de força e poder, pois não vivemos em um espaço social neutro, mas em espaços que manifestam/representam zonas de conflito, geralmente por poder ou pelas representações desse poder, que acaba por selecionar memórias, criar identidades, impetrar

costumes locais ou regionais, manifestados na cultura, nos discursos da localidade ou em sua rede de simbolismos ou significações.

4.2 A CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO COLONIAL ITALIANA, A RCI

Emigradas de uma Europa em crise, milhares de pessoas deslocavam-se globalmente desde a metade do século XIX. Segundo Hobsbawm (1977), tal fenômeno seria decorrente do “drama do progresso, a palavra-chave da época: maciço, iluminado, seguro de si mesmo, satisfeito, mas, acima de tudo, inevitável. O ‘drama do progresso’ é uma metáfora. Mas, para duas espécies de pessoas era uma realidade literal” (HOBSBAWN, 1977, p. 20). Elas seriam os vitoriosos ou as vítimas do capitalismo que se consolidava.

Para milhões de pobres, transportados para um novo mundo frequentemente através de fronteiras e oceanos, isto significou uma mudança de vida cataclísmica. Para os indivíduos do mundo fora do capitalismo, que eram agora atingidos e sacudidos por ele, significou a escolha entre uma resistência passiva em termos de suas antigas tradições e formas de ser ou então um traumático processo de tomada das armas do Ocidente para voltá-las contra os conquistadores: a compreensão e a manipulação do progresso por eles mesmos. O mundo deste período da história foi um mundo de vitoriosos e vítimas. Seu drama consistiu nas dificuldades não dos primeiros, mas primariamente dos últimos. (HOBSBAWM, 1977, p. 20).

A migração, conforme Foucault (1979), acarretaria um custo social, econômico e psicológico muito forte ao imigrante, porém tal ato de força teria “o que por função? Obter uma melhoria da posição, da remuneração etc., isto é, é um investimento. A migração é um investimento, o migrante é um investidor. Ele é empresário de si mesmo, que faz um certo número de despesas de investimento para obter certa melhoria” (FOUCAULT, 1979, p. 317). Percebe-se, assim, que os processos migratórios simbolizam a pretensão de ruptura perante aflições e dificuldades enfrentadas, almejando, por meio do que se segue ao deslocamento, alguma melhoria social, o retorno do investimento enquanto transformação da vida. Todo migrante, segundo Ianni (2004), seria também “viandante, peregrino, fugitivo, aventureiro, viajante ou retirante. Está em busca de outros ares, terras, perspectivas de vida, modos de ser. Foge do que conhece e busca o que desconhece” (IANNI, 2004, p. 160). Assim, entende-se que todo aquele que migra

[...] sabe de onde parte, mas não sabe onde chega; sabe o caminho que deixa, mas não sabe qual encontra. Lança-se em uma travessia sem fim, acreditando-se sempre o mesmo, mas poucas vezes dando-se conta de que preserva e transforma, reafirma e transfigura, afina e desafina (IANNI, 2004, p. 153).

Amparados tanto pelo desejo de busca, quanto de fuga, a partir do final do século XIX e parte do século XX, o destino de muitos migrantes europeus foi o continente americano, vários

tendo, como destino final, a região Sul do Brasil.⁴⁴ Assim posto, com tal incremento de fluxo humano, o “Brasil dos meados do século XIX não era só constituído por vários Brasis, regionalmente diversos: também por vários e diversos Brasis quanto ao tempo ou à época vivida por diferentes grupos da população brasileira” (FREYRE, 2008, p. 61), de modo que, segundo Holanda (2006), a “tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências” (HOLANDA, 2006, p. 31). Por conseguinte, tal fenômeno não seria diferente no extremo Sul do Brasil, onde seriam estruturadas algumas das Colônias Imperiais de Imigração, a partir do terceiro quartel do século XIX, período em que se daria início a colonização de parte da Região Nordeste do Rio Grande do Sul.

Figura 01 – Alguns dos colonizadores de parte do Rio Grande do Sul, membros da Família Boff⁴⁵ em 1904.



Fonte: blogcaxiaspormancuso.blogspot.com Acesso em 05/03/2018.

44 Conforme Gilberto Freyre, desde o “século XVI os europeus viam com certa suspeita as terras da América e do Brasil tropicais: imaginavam a América do Sul, o trópico americano, o trópico brasileiro, ora como um paraíso, ora como um inferno” (FREYRE, 2000, p. 159).

45 Tal imagem ganharia grande representatividade ao longo do tempo, considerada como um importante documento visual tanto da imigração quanto da colonização de parte do Sul do Brasil. Em setembro de 2013, a imagem ganharia destaque nacional ao ser capa da Revista de História da Biblioteca Nacional.

Em conformidade com Bosi (1992), *colo* é “a matriz de *colônia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar” e, em latim, significaria “*eu moro, eu ocupo a terra, e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo*” (BOSI, 1992, p. 11). Desse modo, a colonização desenvolvida após a migração seria um “processo totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais” (BOSI, 1992, p. 15). Entretanto, segundo o estudioso, tais “agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer” (BOSI, 1992, p. 15). Tal posicionamento desvela que a colonização “não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório” (BOSI, 1992, p. 13).

Neste sentido, Paulo Rossato foi mais um migrante saído da Europa, especificamente de Genova, para o Brasil, em 1883, partindo “de casa com lágrimas nos olhos por deixar minha mãe, meus irmãos e minhas irmãs que tanto me queriam. Chorava por deixá-los, e não por vir a América [pois havia partido] com grande alegria” (DE BONI, 1977, p. 29). Ele seria mais um a ocupar as então desconhecidas terras das Colônias Imperiais de Imigração, em seu caso, a Colônia Caxias, hoje cidade de Caxias do Sul. Estabelecido, escreveria outras tantas cartas⁴⁶ aos familiares enfatizando a fartura assegurada pelo próprio trabalho, pois ali se viveria “muito melhor que na Itália, sem patrões. E quando alguém quer mandar, deve também pagar para tanto” (DE BONI, 1977, p. 35-36). Animado com a nova fase da vida, Rossato escreveria

46 De Boni organizou várias cartas, dentre outros registros, de imigrantes *italianos* estabelecidos na região Nordeste do Rio Grande do Sul, publicando-as em livro intitulado *La Mérica* (1977). Ao longo da obra, surgem indícios, desconfianças, discriminações e hostilidades que, junto aos imigrantes, atravessariam o oceano rumo a América. Luigi Toniazzo, por exemplo, ao enfatizar os imigrantes napolitanos, destacaria que “seria necessário anotar as rixas malditas daqueles nojentos porcos napolitanos, que a todos serviam de fastio por causa de seus modos imundos e sua incivilidade mais que trivial. Assoavam o nariz com as mãos, bem a nossos pés, quando estávamos a comer, sem perceber-se da imprudência e estavam cheios de piolhos como galinhas; coçavam-se no seio das mulheres e estas ficavam a matar os piolhos na presença de todos. E este trabalho era feito sem a mínima vergonha, como se estivessem fazendo bordado” (1977, p. 17). Tal posicionamento foi percebido por De Boni como uma ênfase às rivalidades regionais, além de propiciar a “confirmação de que aqueles a que chamamos de ‘imigrantes italianos’ não tinham o sentimento de ‘italianità’, no grau que se poderia supor” (1977, p. 09). Aparentemente, tal pensamento ainda hoje manter-se-ia vivo na Itália, pois, segundo Galeano, quando os torcedores napolitanos adentram os “estádios de Milão ou de Turim os cartazes insultavam: Napolitanos, bem vindos à Itália, ou exerciam a crueldade: Vesúvio, contamos contigo. E com mais força do que nunca ressoavam os cânticos filhos do medo e netos do racismo: Qual mal cheiro/ até os cães fogem/ os napolitanos estão chegando/ Oh coléricos, terremotados/ com sabão nunca lavados. Nápoles de merda, Nápoles cólera/ és a vergonha de toda a Itália.” (2015, p. 171).

constantemente, ansioso que viessem também seus irmãos e, por fim, toda família. Em seu entendimento, na Itália “éramos servos e aqui somos senhores” (DE BONI, 1977, p. 36).

Figura 02 – Vinícola Rossato, empresa criada pelos irmãos imigrantes Paolo, Antônio e Marcelino Rossato.



Fonte: Jornal Pioneiro, 23/02/2016, Memória.

De migrante empobrecido a comerciante regional, a exaltação do genovês é a mesma reproduzida por outros tantos imigrantes colonizadores. Assim, ela parece dialogar com o processo de tomada das armas proposto por Hobsbawn (1977) ou com o retorno do investimento sugerido por Foucault (1979). Entretanto, sofrimentos, vitórias, lirismos e memórias também servirão para outras finalidades, de modo que algumas poucas e particulares histórias irão se consagrar como potencializados mitos regionais. Dentre eles, a nostálgica reprodução do passado, tanto com seus entusiasmos quanto com suas negações, além da pretensa vontade de poder manifestada na demonstração, para aquele que chega, da nossa força, aquilo que fomos e hoje somos, criando, assim, uma rememoração oficial em diálogo com a imagem essencial: o colonizador imigrante italiano. Dar-se-ia, portanto, a construção do culto a algumas selecionadas lembranças ante a gradual concepção de muitos esquecimentos.

Figura 03 – Alguns dos trabalhadores não identificados da Vinícola Rossato.



Fonte: Jornal Pioneiro, 23/02/2016, Memória.

Desse modo, embora tal espaço tenha sido constituído de modo amplo e multifacetado, soa perceptível que, pelas potencializadas manifestações de regionalidade, ela “reivindica de longa data ser classificada como região com identidade própria” (POZENATO, 2003, p. 149), ou seja, um espaço social-político-geográfico de colonização italiana, com grande destaque, mesmo que temática, ao rural, ao trabalho e ao catolicismo romano, por meio da valorização da cultura única, especialmente aquela que ali se convencionou denominar ‘italiana’, mesmo que para tal seja necessário seu fortalecimento por meio da criação de leis municipais, como a de nº 5.988/2003, que institui em Caxias do Sul a Semana da Etnia Italiana, que deverá “ser comemorada anualmente, se iniciando sempre no dia 20 de maio” (LEI MUNICIPAL Nº 5.988/2003), afinal, como destaca Santos (2013), seriam as “benditas raízes da nossa história” (FOLDER, 2013, p. 02), como salienta o título do informativo relacionado ao evento de 2013.

Figura 04 – Caxias do Sul – Material de divulgação da Semana da Etnia Italiana de 2013.



Acervo: Folder pertencente ao autor.

Para Bosi (1992), a “possibilidade de enraizar no passado a experiência atual de um grupo se perfaz pelas mediações simbólicas. É o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que evoca, a fala que invoca”, de modo que a “ação colonizadora reinstaura e dialetiza as três ordens: do cultivo, do culto e da cultura” (BOSI, 1992, p. 15-19). Assim sendo, cabe destacar aqui dois pontos conflitantes em tal identidade ambicionada: o primeiro relaciona-se com a imagem colonial em contraste à urbana. Ali, a cidade, costumeiramente, seria percebida como elemento perturbador, espaço efervescente das ambições, das práticas duvidosas ou perigosas, especialmente para o imigrante ainda vinculado às lides da terra. Além disso, entre os “próprios colonizadores se estabeleceram parâmetros de defasagem da própria condição de colonizadores [...] entre as pessoas da cidade e da colônia: aqueles sabiam falar e tinham poder, estas não sabiam falar e tinham que obedecer” (BATISTEL, COSTA, 1983, p. 06).

O próprio ex-colono, isto é, o colono que a pouco tempo abandonara a colônia, vendendo suas terras para morar na cidade, voltar-se-ia aos que ficaram na colônia e os indigaria como ‘colonos grossos’, que não sabem falar, não sabem portar-se, não tem os mesmos hábitos da ‘gente da cidade’. Exatamente, o sucesso do ex-colono, na cidade, através das atividades comerciais livres, protegidas por leis favoráveis, passou a ser o explorador mais pernicioso ao colono [...] impondo ao agricultor preços arbitrários para seus produtos, enriquecendo em breve tempo e com a atividade que o colono não considerava trabalho (BATISTEL; COSTA, 1983, p. 06).

O segundo ponto seria o congelamento da pluralidade social, étnica, cultural. O medo do *outro* - e, dessa forma, perceber a transformação, a diferença e as novas possibilidades -

frequentemente causaria temor em certos campos de poder regionais. Assim posto, vinculou-se decisivamente a imagem do colonizador, uma espécie de exemplo social, trabalhador, ordeiro, simpático às leis, mesmo que não os favorecesse, em contraposição ao cidadão advindo de outras localidades ou ao próprio visitante ocasional. Tem-se, dessa forma, a constituição da imagem idílica do imigrante, convencionalmente denominado italiano.

Parece interessante lembrar que, ao final do século XIX e início do XX, tais cidades originárias das antigas Colônias Imperiais seriam ocupadas por estrangeiros que vinham de vários lugares da Europa, Estados Unidos, Oriente Médio. Era uma sociedade em formação, mas vigorosamente caracterizada pela energia e vivacidade do cosmopolitismo e multiculturalismo, aparentemente, muito mais perceptíveis e efervescentes que nos próprios dias atuais. Cabe destacar, neste aspecto, que não foram apenas imigrantes italianos que povoaram a Colônia Caxias, a maior e mais importante Colônia Imperial da região, então afamada como Pérola das Colônias.⁴⁷ Ali, vários países europeus assemelharam-se ao que Holanda (2006) compreende como territórios-ponte, elos entre mundos díspares, estranhos, ligando grandes zonas de transição. Assim, além dos *imigrantes italianos*, viam-se inseridos em tal processo os imigrantes espanhóis, portugueses, alemães, franceses, ingleses, suíços, russos/alemães e austríacos, além dos raramente mencionados negros e indígenas (GARDELIN; COSTA, 1993, pp. 150-163).

Percebe-se que, em relação ao desenvolvimento regional, houve “a contribuição de outras etnias. Se não permaneceram e se preferiram buscar outros centros coloniais, é outra questão. O que importa saber é que eles foram para a colônia. E muitos deles aí enterraram suas esposas, filhos ou maridos e familiares” (GARDELIN, COSTA, 1993, p. 150). Além disso, os estudiosos fazem referência a outros grupos de imigrantes europeus, que já habitavam as terras que deram origem à cidade hoje conhecida como Caxias do Sul. Assim, segundo De Boni e Costa (1982), os

47 Denominação concebida por Júlio de Castilhos, então governador do Estado do Rio Grande do Sul, ao visitar a localidade em 1895. Conforme Pozenato, quando “Júlio de Castilhos esteve em Caxias, em 1895, ele primeiro se surpreendeu com o estágio a que ela havia chegado, mas descobriu também que esse grupo estava abandonado. Já se tinha construído aqui uma ‘pérola das colônias’, mas fechada numa concha. Imediatamente ele determinou que se abrisse uma estrada de ferro que atravessasse toda a região. A justificativa interna é a da ideologia do progresso [...] Mas a verdadeira ideologia do Estado, no meu modo de ver, foi forçar através disso uma aculturação que se percebeu que não existia. O grupo estava isolado e, sem um canal de intercâmbio, ele tenderia a se enquistar dentro da realidade estadual. A produção econômica da região não foi o único motivador para a estrada de ferro” (POZENATO, 2003, p. 107). Entretanto, parece ser possível também compreender que a afirmação do então governador procuraria enaltecer a representação do imigrante ordeiro e trabalhador. Assim, ao passo que ele formula a ideia, acabaria tanto por difundir também a representação da postura esperada ante o imigrante quanto colaboraria para instituir o mito, que seria, desde então, celebrado e enaltificado.

[...] italianos não foram os primeiros a chegar em Caxias do Sul. Já antes deles a região fora percorrida por tropeiros que, em 1864, partindo do Caí, chegaram aos campos de São Francisco de Paula, passando por um descampado antes ocupado por índios e que, por isso, foi chamado de *Campo dos Bugres*. Em 1871, Feijó Júnior comandou uma expedição que explorou a região, recomendando ao governo da Província o aproveitamento daquelas matas para a colonização” (DE BONI, COSTA, 1982, p. 70).

Após as recomendações do explorador Feijó Júnior, imigrantes “estrangeiros estabeleceram-se na depois chamada 1ª Léguas, no Travessão dos Boêmios, já em 1872: eram alemães, provenientes da Boêmia e em 1874 atingiram um total de 54 colonos. A ocupação das terras por italianos deu-se [...] a partir de maio de 1875” (DE BONI, COSTA, 1982, p. 70). A relativização da região perante *o outro* e, de igual modo, a própria territorialização, aparentemente, seriam conscientes, claros e não esconderiam suas intenções étnicas, sociais ou políticas, de modo que os clichês estereotipados contemporâneos sobre certos imigrantes soam numerosos e repetitivos. O jornal O Estafeta, semanário cuja sede fica em Veranópolis, antiga Colônia Imperial Alfredo Chaves, homenagearia os imigrantes italianos destacando que “quando em 20 de maio de 1875 pisaram em solo serrano, com eles desembarcou também toda a cultura do Império Romano, do Cristianismo, dos movimentos humanitários “O ILUMINISMO e o RENASCIMENTO”, acontecidos entre os séculos XV e XVII” (ESTAFETA, 2015, p. 16, grifos no original).

O esforço glorificador do comentarista, entretanto, não soa exatamente como uma inovação ou ato isolado. Enquanto construção social, desde os primórdios da região, os imigrantes italianos e seus descendentes detiveram parte do poder sob os meios de comunicação, especificamente os jornais locais e regionais, que, por longo período, valeram-se da língua italiana para propagar ideias e ideais tanto no campo informacional quanto ficcional, não que outros, de língua portuguesa, não existissem. Tal meio, aliado ao mercado editorial regional, talvez, seja um dos pontos que, em meio a outros tantos, criaram o imaginário de Região Colonial Italiana e sua gradual padronização cultural. Assim, a virtuosa compilação do articulista apresenta para além da maneira como os descendentes de imigrantes italianos pensam ser vistos. Ela destaca, fundamentalmente, como eles identificam-se. Logo, trata-se de uma forte demarcação social, uma representativa diferenciação entre *o nós* e *o outro*.

Neste sentido, De Boni e Costa (1982) compreendem que o sucesso das colônias europeias no Rio Grande do Sul acabou por viciar sua própria trajetória histórica, de modo que se tornou comum descrevê-las “em tons líricos-épicas, quando não em letras de ufanismo”. (DE BONI, COSTA, 1982, p. 93). A “produção agrícola, as indústrias, as cidades diferentes; as festas da uva, os bailes do Chopp, os galletos regados pelo vinho generoso, o chucrute, concorreram

também para consolidar esta visão deturpada da História, apta para granjear votos e aplausos fáceis” (DE BONI, COSTA, 1982, p. 93), fornecedores de “subsídios a uma historiografia barata, cujo erro fundamental é desconhecer o povo anônimo como criador da História” (DE BONI, COSTA, 1982, p. 93).

Dar-se-ia, desse modo, a construção de uma história regional “quando não estória (sic) dos poucos vencedores, dos raros bem-sucedidos, à qual se pressupõe como componente natural indispensável o sofrimento e o fracasso de grande multidão” (DE BONI, COSTA, 1982, p. 93). Entretanto, a potencialização de tais modelos seria os resultados de uma construção bastante recente, desencadeada a partir de meados dos anos 1970, quando se deram os festejos comemorativos em referência ao centenário⁴⁸ da chegada dos primeiros ‘colonos italianos’ a região. Naquela data, por intermédio de alguns pesquisadores dedicados a tal processo histórico, iniciou-se “um trabalho totalmente inédito [...] sobre a imigração italiana. Este trabalho tomou tal forma que acabou afetando a mentalidade de várias comunidades quando, ao resgatar seu passado, valorizou sua história e mostrou a riqueza da caminhada de seus pioneiros” (HERÉDIA, 2011, p. 244).

É nesse período que se desenvolve um movimento científico, artístico, filosófico e midiático que valoriza a região como uma grande construção italiana, calcada no trabalho e na fé. Ocorre que tal produção cultural, ao menos em parte significativa, confundiu as próprias tramas das memórias locais e regionais com ações panfletárias e centralizadoras de superioridade étnica. Neste aspecto, as ações desencadeadas pelos colonizadores de além-mar comoveriam ao serem descritas com intensidade tanto nos campos ficcionais e memorialísticos, quanto no campo científico, dando pouco espaço para outras possibilidades de percepção da vida local ou regional. Desse modo, até que se realizassem tais esforços literários e científicos, os ditos imigrantes colonizadores não seriam amplamente reconhecidos como representantes do antigo Império Romano, do cristianismo de Roma ou de qualquer outro movimento sociocultural mais representativo.

No que se refere à imigração italiana, publicaram-se álbuns comemorativos, pesquisas e publicações diversas que surgiam continuamente, com efervescência. Iniciou-se, assim, um complexo e valoroso processo de valorização das memórias ‘dos’ imigrantes vinculando-os ao vigoroso desenvolvimento empresarial e industrial, além de romantizar as memórias,

48 O período intensificou os estudos e muitos memorialistas publicaram textos sobre histórias de famílias imigrantes, dentre outros campos, que passavam a renovar os processos identitários, potencializando a busca pela cidadania e a própria glamorização da italianidade. A historiografia do imigrante que venceu seria continuamente renovada, desde então, mas recentemente novos historiadores têm-nas revisitado e novas narrativas têm emergido.

direcionando-as para o campo turístico e educacional de várias localidades, com a valorização do que então restava de seu patrimônio cultural, convertido em atrativos turísticos e pedagógicos. De igual modo, festividades locais e regionais passariam a divulgar nacionalmente o valoroso trabalho dos imigrantes italianos. Surgiram, dessa maneira, festas relacionadas à uva, à vindima, ao queijo, ao colono, à maçã, grande parte inspirando-se diretamente na Festa da Uva, surgida em Caxias do Sul em 1931, por inspiração do descendente de imigrantes portugueses Joaquim Pedro Lisboa.

Assim posto, para que adviesse a valorização da região conhecida nacionalmente como *Serra Gaúcha* foi necessário que se desvelasse a imagem negativa referente à regionalidade italiana, representada e/ou perpetuada por imigrantes pobres e sofridos, pois os “agricultores criaram para si o autoconceito de pessoas abandonadas, sofredoras e fadadas à pobreza, pela necessidade de muito trabalho e pela falta de recursos monetários” (BATISTEL; COSTA, 1983, p. 21), que se sentiam diminuídos/desprezados quando comparados aos habitantes dos centros urbanos. A percepção renovada do valor de *si*, aliada à possibilidade de capitalização pelo uso da imagem rural, transformou corações e mentes, determinando que a antiga representação do colono desfavorecido, por vezes desqualificado, se transformasse em um mito que passaria a representar um símbolo de superação, decompondo então essa imagem, antes negativa, em sentimento de orgulho, de valorosa memória relacionada aos antigos colonizadores, aqueles que sofreram, mas venceram as dificuldades.

Transformava-se, assim, a dolorosa realidade do imigrante. Seus olhos, aparentemente voltados para o passado, miram o futuro enquanto construção de um novo mundo social, relacionando-o à cultura moderna, às diversas ciências, à multiplicidade de manifestações artísticas e festivas que são, desde então, utilizadas por inúmeros campos, dentre eles, o turístico e o pedagógico, onde os espaços de memória encontram-se inseridos, como meios perpetuadores da constituída oficialidade.

5

NAS RAIAS DO DELÍRIO: A CIDADE QUE CHEGA ENTRE APITOS, GRITOS E OLHARES LACRIMAIS

No presente capítulo, abordo o surgimento da cidade de Caxias do Sul, onde a velocidade simbolizaria a energia e a potência da nova sociedade que se formava. Essas complexas relações sociais acabariam por produzir memórias e tradições perpassadas aos mais variados grupos da localidade. Conflituosas, por vezes, tais relações possibilitariam o rebentamento de ora claros e vibrantes, ora disfarçados ou sorrateiros, conflitos percebidos nas tensões desveladas ante ideias, ações culturais, comemorações ou festividades contrapostas às ações de invisibilidade, apagamento e exclusão perante seus contextos urbanos. Tais ações, por vezes voltadas para pontuais esquecimentos, aliadas à hipervalorização midiática e social das práticas dominantes, em prol de outros, com menor poder comunicacional – ou de divulgação de suas memórias, ações e percepções –, debatem-se perante os papéis sociais referentes ao ontem e ao hoje. Em ambos os casos, percebe-se a existência de fortes relações de poder perante a demarcação do que se deveria lembrar ou esquecer, cultuar ou esconder, por vezes, desvelando-se os tais conflitos, visto que o ‘social’ seria composto por uma ampla complexidade de grupos fragmentados, com múltiplas memórias coletivas e múltiplos interesses de representação.

Eu somos tristes. Não me engano, digo bem. Ou talvez: nós sou triste? Porque dentro de mim, não sou sozinho. Sou muitos. E esses todos disputam minha única vida. Vamos tendo nossas mortes. Mas parto foi só um. Aí, o problema. Por isso, quando conto a minha história me misturo, mulato não das raças, mas de existências (Mia Couto, 2013, p. 73).

A sensibilidade do poeta Mia Couto (2013) poderia, ao que parece, fazer referência à multiplicidade existencial que temos ao longo da vida; mudanças quanto a nossa postura, entendimentos, comprometimentos. A percepção da vida, a própria existência, aparentemente, proporcionaria uma multiplicidade de *eus* que, se antes soavam fixos no tempo, ‘sou assim, serei assim’, hoje modificam-se cotidianamente perante a velocidade do mundo, da vida, da própria existência. Uma dinamicidade tão potente soa instigante e, aparentemente, propiciaria a curiosidade, uma atenção que, segundo Morin (2013), seria “própria das crianças, mas se os professores não têm paixão, se estão entediados, acabam arrefecendo a curiosidade delas” (MORIN, 2013, p. 10).

Por outro lado, retomando a sensibilidade do poeta, ele poderia fazer referência, se assim desejasse, à multiplicidade das imagens urbanas, às múltiplas imagens e percepções da cidade em que vivemos, visitamos ou que procuramos apreender enquanto possibilidade educadora, com toda sua amplitude de existências humanas, materiais e imateriais. Se assim fosse percebida, talvez, o que dela poderia ser destacado seria, justamente, a mistura, a diversidade, o ‘ser’ múltiplo, tanto no tempo quanto do espaço.

A aparente angústia evidenciada pelo poeta, desse modo, poderia ser percebida em sua amplitude educativa, pois, se relacionada ao espaço da cidade, evidenciaria a “grande variedade de atividades artísticas, intelectuais, religiosas e políticas como partes de um mesmo processo dialético, [além de ser possível] desenvolver uma interação criativa entre elas. Ela cria condições para o estabelecimento de um diálogo entre o passado, o presente e o futuro” (BERMAN, 2007, p. 11). Tudo em uma única cidade, mediante os inúmeros grupos ali coexistentes perante a efervescente diversidade de ‘eus’ ao longo do tempo.

Embora Berman (2007), ao fazer tais reflexões, esteja se referindo ao que compreende como uma ampliação do conceito de modernismo,⁴⁹ definindo-o como “qualquer tentativa feita por mulheres e homens modernos no sentido de se tornarem não apenas objetos mas também sujeitos da modernização, de apreenderem o mundo moderno e de sentirem em casa nele”

49 Trata-se de uma concepção de modernismo mais ampla e mais inclusiva do que as que costumamos encontrar em obras acadêmicas. Ela implica uma visão aberta e abrangente da cultura; é muito diferente da abordagem museológica que subdivide a atividade humana em fragmentos e enquadra-os em casos separados, rotulados em termos de tempo, lugar, idioma, gênero e disciplina acadêmica (BERMAN, 2007, p. 11).

(BERMAN, 2007, p. 11), a possibilidade de relações entre tal entendimento e a conciliação proposta ao que, hoje, compreende-se como Cidade Educadora, parece-me muito relevante, pois, como já foi aqui mencionado, ‘é da vida que se trata’. “Sem dúvida”, afirma Berman (2007), “esta não é a única maneira de se interpretar a cultura moderna ou a cultura em geral. Mas ela faz sentido se queremos que a cultura seja um estímulo à vida atual, e não um culto aos mortos” (BERMAN, 2007, p. 11).

Neste sentido, a imagem social da cidade, se petrificada, seria educadora? Acredito que sim, mas se assim fosse, sua potência seria aparentemente reduzida. Se compreendo que toda cidade possui uma imagem, seja ela contemporânea, logo presente, ou pretérita, talvez até mesmo perdida, ou não, nas memórias e visualidades do tempo, considero que tal percepção pode acarretar a intuição impositiva de referenciais culturais pré-determinados, com seus interesses ou proposições que direcionam o desenvolvimento pedagógico tanto de seus estudantes quanto de seus habitantes. Se questionadas, tais imagens ou percepções fariam pensar, problematizariam o estabelecido, o percebido ou aquilo que é compreendido sem grandes questionamentos, mas também, por outro lado, apresentariam o poder de (re)criar, (re)induzir, (re)petrificar a própria vida.

A imagem ou as imagens da cidade poderiam ser persuasivas, convincentes, ao passo que convenientes. Desse modo, ela poderia propiciar a fundamentação retórica discursiva de algo ou de alguém (grupos, identidades, identificações), quando não se converteria na própria retórica⁵⁰ de algo, tal qual questiona Mateus (2016), valendo-se do pensamento de Aspeitia (2012): “Será que os objetos visuais limitam-se a ilustrar ou sintetizar a argumentação verbal, ou funcionam como verdadeiras teses verbais que procuram o assentimento do interlocutor”? (MATEUS, 2016, s/p⁵¹).

Se percebida como *tese verbal*, as imagens – sejam elas materiais, fixadas nos mais diversos suportes, e, assim, representantes de um tempo ao longo do tempo, ou contemporaneamente, compreendidas ao longo do cotidiano em fluxo –, de algumas cidades tornar-se-iam próximas à cidade de Tamara, tal qual imaginada por Calvino (2001), a qual se oferecia, fazia-se ver ao viajante, de um modo sedutor, mas, ao mesmo tempo, regrado,

50 Averiguar até que ponto as imagens podem, ou não, desempenhar um papel substancial na argumentação, assumindo uma função semelhante às palavras, é a tarefa empreendida pela Retórica Visual. Este campo de estudos procura explicar a retórica para lá das fronteiras estritas do verbal, esclarecendo como funciona a persuasão visual. Foss, Foss e Trapp (1985), por exemplo, expandem o conceito de “retórica” em direção à comunicação. A retórica é vista, pois, como a distintiva capacidade humana de utilizar símbolos para comunicar. A Retórica Visual é a expressão utilizada para descrever o campo de estudo, dentro da Retórica, que se ocupa da natureza e funcionamento dos fenômenos visuais dentro do processo abrangente de persuasão (MATEUS, 2016, s/p).

51 Revista Famecos. Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2016. In: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/21445>

controlado, indutor. Por fim, dessa forma, tanto o transeunte, quanto o próprio estudante percorreriam suas ruas e espaços “como se fossem páginas escritas: [e desse modo] a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes” (CALVINO, 2001, p. 18).

Assim, Berman (2007) atenta que nossas “construções e realizações mais criativas estão fadadas a se transformar em prisões e sepulcros caiados; para que a vida possa continuar, nós ou nossos filhos teremos de escapar delas ou então transformá-las” (BERMMAN, 2007, p. 12). Aqui, a similaridade de seu pensamento ao de Braudel⁵² (1990) chama bastante a atenção e possibilita a percepção de que as “grandes narrativas nacionais e épicas deixam de exercer a primazia de outrora [...] para entrarem em cena novos vetores, expressões de uma sociedade cada vez mais polifônica” (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 15).

Desse modo, as grades poderiam ser rompidas, abalando a reguladora construção identitária que, se contraposta ao tempo presente, acredito - perante o diálogo, a comunicação, o respeito e a própria valorização da instrução dos cidadãos e demais educandos, voltando-se para uma prática de ensino contemporânea, em movimento perante a vida que se desvela nos grandes e pequenos centros urbanos, cada dia mais velozes e dinâmicos -, permitiriam o diálogo entre os mais diversos mundos sociais e culturais com suas múltiplas ideias e percepções. O mundo contemporâneo surge, aparentemente, cada vez menor e mais sofisticado; a diversidade, e a própria alteridade encontram opositoristas em campos de toda ordem, de modo que, por vezes, aquilo que surge como novidade, tanto para cidadãos ou estudantes, não seria nada mais do que a própria manutenção do estabelecido por outros meios ou, simplesmente, como afirma Burke (2008), “uma aparente inovação pode mascarar a persistência da tradição” (BURKE, 2008, p. 39). No caso da região em estudo, a RCI, perceber-se-ia uma tentativa ampla de demonstrar, perante as novas realidades humanas e sociais, a importância das homogêneas tradições do espaço em que tais grupos, ou seus descendentes, agora vivem.

Para Lynch (1997), ao contemplarmos atentamente a cidade, haveria sempre mais daquilo que o “olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas” (LYNCH, 1997, p. 01). Um entendimento próximo ao de Calvino (2001), para quem

52 Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões, de longa duração (BRAUDEL, 1990, p. 14).

a cidade seria “feita [...] das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” (CALVINO, 2001, p. 07). Desse modo, a cidade beberia como “uma esponja dessa onda que se reflui e se dilata. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras” (CALVINO, 2001, p. 07).

Parece instigador refletir se tais indícios, que ora retrocedem aos silêncios absorvidos pelo tempo, ora se verticalizam e emergem, tais quais as memórias subterrâneas problematizadas por Pollack (1989), remeteriam à transformação e à ampliação da dignidade social em toda sua amplitude ou, ao contrário, serviriam somente como os próprios cadeados da grade que aprisiona a imagem, tal qual foi destacado por Berman (2007) e Braudel (1990), perante os novos sujeitos que ali chegam a todo tempo e que acabam por inserir-se em novos ambientes, tanto sociais quanto territoriais, ante a própria cidade. O mesmo, por vezes, poderia ser válido para aqueles que ousam deslocar-se para além de seu espaço territorializado rumo ao espaço em que será, possivelmente, percebido como indesejado.

Essas complexas relações sociais acabam por, ao menos, tentar produzir memórias e tradições que serão perpassadas aos mais variados grupos sociais da localidade, dentre eles, as crianças, os estudantes ou os próprios habitantes como um todo, talvez, desse modo, impactando visitantes, imigrantes ou novos moradores dessa mesma localidade. Conflituosa, por vezes, tais relações possibilitaria o rebentamento de ora claros e vibrantes, ora disfarçados ou sorrateiros, conflitos identitários que seriam mais facilmente percebidos nas tensões desveladas diante de determinadas ideias, ações culturais, comemorações ou festividades verificadas nos espaços da cidade que parecem fomentar gritantes ações de invisibilidade, apagamento e exclusão perante seus contextos urbanos. Tais ações, por vezes voltadas para pontuais esquecimentos, aliadas a hipervalorização midiática e social das práticas dominantes, em prol de outros, com menor poder comunicacional – ou de divulgação de suas memórias, ações e percepções –, debatem-se perante os papéis sociais referentes ao ontem e ao hoje. Em ambos os casos, observa-se a existência de fortes relações de poder perante a demarcação do que se deveria lembrar ou esquecer, cultuar ou esconder, por vezes desvelando-se os tais conflitos, visto que o ‘social’ seria composto por uma ampla complexidade de grupos fragmentados, com múltiplas memórias coletivas e múltiplos interesses de representação.

As tensões manifestam-se, haja vista que a cidade surge como um direito de todos, tal qual se queixava, ao tempo que exigia, Lefebvre (2001). David Harvey (2014), por sua vez, alerta que

[...] o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado. Os financistas e empreiteiros podem reivindicá-lo, e têm todo o direito de fazê-lo. Mas os sem teto e os *sans-papiers* [refere-se a estrangeiros sem documentos, ou seja, imigrantes ilegais, clandestinos] também o podem. Inevitavelmente, temos de enfrentar a questão de os direitos de quem está sendo identificado, e, ao mesmo tempo reconhecer, como Marx afirma n' *O Capital*, que 'entre direitos iguais, o que decide é a força'. A própria definição de 'direito' é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo" (HARVEY, 2014, p. 20)

Henry Lefebvre, de acordo com Harvey (2014), afirmava que a queixa seria “uma resposta a dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa, que fosse menos alienada, mais significativa e divertida” (HARVEY, 2014, p. 11), entretanto, ainda segundo Harvey (2014), “como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis quanto prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível” (HARVEY, 2014, p. 11). O direito à cidade, desse modo, para Harvey (2014), seria

[...] muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades [...] é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados” (HARVEY, 2014, p. 28).

Logo, a ideia do “direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como sabemos). Emerge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p. 15). Assim, será que o estudante, imergindo em um descaminho perante o olhar tradicional da oficialidade, poderia ter abalada as certezas produzidas e propagadas ao longo do tempo por diferentes campos de saber, com suas múltiplas relações entre conhecimento e poder? Acredito que, possivelmente, sim. E esse *possivelmente* seria toda a diferença perante uma alternativa educativa que tem, como palco, a própria cidade, um território com amplas dimensões e possibilidades educadoras e humanizadoras, pois tal como assinala Gadotti (2006), uma “educação sem esperança não é educação. Educação, na cidade que educa, confunde-se com o próprio processo de humanização” (GADOTTI, 2006, p. 138).

Respondendo à questão ‘como o professor pode tornar-se um intelectual na sociedade contemporânea?’, o grande geógrafo brasileiro Milton Santos, falecido em 2001, respondeu: “Quando consideramos a história possível e não apenas a história existente, passamos a acreditar que outro mundo é viável. E não há intelectual que trabalhe sem ideia de futuro. Para ser digno do homem, qual seja, do homem visto como projeto, o trabalho intelectual e educacional tem que ser fundado no futuro. É

dessa forma que os professores podem tornar-se intelectuais: olhando o futuro”. Para isso, precisamos de uma pedagogia da cidade. Em primeiro lugar, precisamos aprender com a cidade. Paulo Freire dizia que o primeiro livro de leitura é o mundo. Para aprender com a cidade, precisamos ler o mundo. Em geral, nós a ignoramos, estreitamos muito nosso olhar e não a percebemos, e algumas vezes até a escondemos, damos as costas para não ver certas coisas que acontecem nela. Não queremos olhar certas coisas da cidade para não nos comprometermos com elas, pois o olhar nos compromete. (GADOTTI, 2006, p. 138).

Perante tal perspectiva, se observarmos e dialogarmos pedagogicamente com o espaço, poderíamos identificar como a vida e o próprio conhecimento dela decorrente seriam multifocais, dispondo, assim, de várias perspectivas e possibilidades direcionadas para múltiplas áreas do saber. Igualmente, ao rever posicionamentos e entendimentos antecipadamente direcionados, tal qual o olhar solidamente edificado, forçosamente direcionado, silencioso quando não repetitivo, míope perante as diversidades de qualquer ordem, poderia, na própria cidade, desfazer algumas das visões dominadoras ou simplificadoras edificadas ao longo dos tempos. Neste sentido, um olhar diferenciado perante a cidade criaria a possibilidade de tornarmo-nos estrangeiros em nosso próprio espaço familiar, cotidiano, educacional, sem o qual ela continuaria sendo percebida como Tamara, cidade imaginada por Calvino (2001), que se apresentava aos visitantes mais desatentos. Misteriosa, direcionadora do olhar, pré-indicativa de caminhos, seleciona o que se deveria ver ou esconder. Deslocar-se, assim, pela cidade, com olhar distraído, seguindo suas próprias indicações, aparentemente congelaria experiências, esvairia sentimentos, permitiria que a complexidade da cidade soasse simples, rígida, monocromática. As conexões aparentam minguar, solidifica-se uma aparente e contraditória simplicidade em meio a desordem da diversidade material e imaterial urbana.

Tal direcionamento, impositivo e alienante, dar-se-ia, segundo Santos (2006), de um modo que, quando “o homem se defronta com o espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS, 2006, p. 222). Um espectro que, por vezes, parece direcionado para alguns habitantes não percebidos como agentes da localidade, talvez nem como propriamente cidadãos, mas como uma espécie de nômades residentes, pessoas que se deslocariam, de seus locais de moradia, para o eventual local de trabalho e, de lá, regressariam ao lar. Em meio ao fluxo, praticariam suas pontuais relações de consumo, o que talvez, lhes acarretaria a falsa percepção de serem cidadãos. Desse modo, a alienação poderia, portanto, ser substituída por uma educação que lhes estilhaçasse perante o espaço tradicional, ao passo que também o estilhaça, desvelando a diversidade e a própria falta da cidadania; um estilhaçar que problematize a vida perante as mãos e as teorias sociais que a edificaram, que materialize as

imaterialidades e invisibilidades dos apagamentos de toda ordem perante as visibilidades seletivas. Tem-se, dessa forma, uma possibilidade de rompimento e transformação. Logo, experimentar a cidade, captar o que ela esconde em si, soa mais difícil do que parece, de modo que a compreender como um campo pedagógico não seria uma novidade, entretanto, ao dar-se a análise e o conseqüente estudo das cidades, tornou-se habitual limitar-se “exclusivamente ao espaço da sala de aula e os recursos pedagógicos utilizados limitam-se aos materiais didáticos bidimensionais” (POSSAMAI, 2007, p.131).

Assim, a cidade, por sua vez, poderia reconstituir a história com informações que não estão presentes em tais obras bidimensionais, de tal sorte que, talvez, a principal delas seja a própria percepção de que história e cidade são frutos de múltiplas mãos, e não somente daqueles que ali se sobressaem ou, em outro tempo, sobressaíram. Percebe-se que, assim, mudariam as informações, os entendimentos e o próprio modo como tais informações e discursos são repassados, pois o passado dialogaria com situações próprias da vida contemporânea, sentidas, intuídas e vividas no dia a dia pelos estudantes; as mudanças da própria sociedade seriam relacionadas às complexidades das vidas que a formam ou formaram, como fragmentos que compõem o todo da cidade. Valoriza-se uma amplitude maior de grupos sociais, que ganhariam voz e visibilidade, visto que se destacaria um tempo histórico que atenta para transformações e problematizações sociais, sem datas determinantes ou cronologias específicas, sabidamente importantes, como talvez seja a própria periodização, entretanto aprofunda-se a realidade social percebida por todos quando se deslocam pelas ruas ou demais espaços da cidade; a percepção de realidades continuamente transformadoras e efervescentes.

Por algum tempo, na região Nordeste do Rio Grande do Sul, uma das grandes efervescências sociais representadas ao longo do século XX seria a própria chegada do trem à localidade de Caxias, em 1º de junho de 1910. Ali, o apitar da locomotiva representaria a conquista do progresso junto a um novo tempo, diferenciado, esperançoso, fundamentalmente transformador. Os olhares sociais, extremamente interessados em um futuro que – que se almejava promissor –, seria também permeado pela estranheza perante as novidades advindas junto ao fumejar das potentes caldeiras. A transformação, esperava-se, chegaria movida a todo vapor e tornar-se-ia referência fundamental para o dinâmico desenvolvimento que a cidade vivenciaria intensamente perante seu campo social, político e econômico, também somadas ao crescimento espacial e demográfico que se dariam a partir daquele apito que, ainda um pouco distante, se fazia ouvir.

Com tal perspectiva, a sociedade de então parecia postar-se, inebriada, perante encruzilhadas que levariam para múltiplos caminhos e interesses; entretanto, em comum,

indicariam para caminhos de mudança ou rupturas, ao mesmo tempo que indicavam a própria reafirmação dos laços. Assim, a colonial representação de si, em breve, ingressaria fortemente no cosmopolitismo transformador que surgira em meio ao vapor fumegante das dinâmicas locomotivas que, em breve, deslizariam pelas estradas de ferro implementadas pela “Compagnie Auxiliaire des Chemins de Feur au Brésil / Empresa Oppitz e Gomes” (CARDOSO; ZAMIN, 2002, p. 74), com sede em Bruxelas, na distante Bélgica.

Para Halbwachs (2006), seria possível que “logo depois de um evento que abalou, destruiu em parte, renovou a estrutura de uma sociedade, comece um novo período. Só perceberemos isto mais tarde, quando uma sociedade nova realmente houver arrancado de si mesma novos recursos e [...] proposto novos objetivos” (HALBWACHS, 2006, p. 104). Em vista disso, acredito que se poderia compreender tal abalo nos emaranhados campos das memórias; percebidas, criadas e recriadas nas sociedades ou nos grupos que compõem os diversos espaços das cidades; registradas em imagens, símbolos ou representações. Hoje, quanto ao trem, vozes, palavras e imagens chegariam do passado, sucedendo contínuas temporalidades, reafirmando a centralidade efervescente da mudança social, urbana e política, tanto local quanto regional. Os jornais de ontem não deixariam de registrar tais mudanças estruturais que se firmariam perante a chegada do trem à localidade e que atingiriam, potentemente, a vida social de toda região. Procurando enaltecer a nova realidade que se anunciava, *O Brasil* (1910), periódico local, destacava-a como a vinda da própria civilização, sendo motivo de grande orgulho para toda a localidade e região.

Desse modo, a “conquista civilizadora do cavalo de ferro” (O BRAZIL, 01/061910, nº 69, p. 01), faria como que, em 1 de junho de 1910, Caxias despertasse “engalada e festiva, numa vibração harmônica de supremo entusiasmo. Estamos no limiar de uma nova era de progresso” (O BRAZIL, 01/06/1910, nº 69, p. 01), enaltecia o esfuziante periódico, vinculado ao Partido Republicano, grupo político promotor da grande obra transformadora que, cerca de um ano antes da efetiva chegada, já destacava que “além das primeiras autoridades do Estado [...] [o trem levaria a Caxias] uma multidão de comerciantes, de capitalistas, de homens empreendedores, em summa, que anseiam por conhecer *de visu* a celebrada ‘perola das colônias’” (O BRAZIL, 06/06/1909, nº 21, p. 01).

A cidade parecia já bem compreender aquilo que estava por acontecer. Ali, casas e quadras “estavam enfeitadas com arcos, colunas de flores, bandeiras, brasões e vários pórticos que reproduziam a saga do imigrante ou agradeciam as autoridades que não mediram esforços para que Caxias também tivesse seu ramal ferroviário” (MEMÓRIA, 2002, nº 23, p. 02). Assim, “decoradas com fino gosto artístico [Na ainda rua, atual avenida, Júlio de Castilhos], via-se

alteroso arco triunfal, sob três colunas, reproduzindo a da esquerda, em scenographia, a efígie de um selvícola, sob a seguinte inscrição: *Campo dos bugres – 1875*; e na da direita *Cidade de Caxias – 1910*” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01). Em atenção à vibrante comemoração que clamava por olhares perante a transformação de um espaço *outrora* tomado por *selvícolas* em uma emergente cidade progressista, ainda que não a fosse oficialmente, as “oficinas pararam, as lojas fecharam suas portas, as enxadas permaneceram nos porões” (MEMÓRIA, 2002, nº 23, p. 02). Foguetes e morteiros espocavam por toda localidade e as bandas Santa Cecília e Independente tocavam animadamente na praça central Dante Alighieri.

A imagem que segue destaca a própria praça central no ano em que o trem adentraria a localidade. Para lá, espaço onde a população já tomava corpo, deslocavam-se as autoridades locais “comerciantes, industrialistas, colégios incorporados, clubs, corporações e populares” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01), e, de lá, partiriam rumo à Estação Férrea, localizada no espaço que viria a tornar-se o bairro São Pelegrino - bairro onde, anos depois, seria edificado o próprio Shopping São Pelegrino, quase ao lado da mencionada estação -, curiosos e esperançosos perante a ambicionada mudança que abriria a localidade ao mundo, com seus contrastes, temores, descobertas e existências. No entanto, o descanso aplicado ao frigidar das enxadas exigia atenção extra das autoridades locais, de modo que, no palco do grande evento que se anunciava, na novíssima estação ferroviária local, tornar-se-ia “necessário que um policiamento rigoroso fizesse deter a multidão, que, a cada momento, tentava penetrar na plataforma ou invadir a linha. Muito a custo, conseguiu-se que os populares, geralmente colonos, se alinhassem em imensas filas ao lado dos trilhos” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01).

Figura 05 – A praça central de Caxias do Sul quando da chegada do trem em 1910



Fonte: AHMJS

A grandiosidade do momento também chamaria a atenção do fotógrafo Domingos Mancuso (1855-1942), que, com seu temperamento singular, experiente e apaixonado pela arte da fotografia, estaria atento ao acontecimento prestes a desvelar-se próximo à área central da localidade. Artista reconhecido, premiado em exposições realizadas na Itália e Uruguai, Mancuso acreditava que “a fotografia devia ser um registro dos tempos atuais para a posteridade” (AHJSA, FG 50/51, 1983, p. 07), um entendimento similar ao pensar de Barthes (2012), para quem o momento registrado, aquilo “que a fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (BARTHES, 2012, p. 14).

Figura 06 – Domingos Mancuso em 1908.



Fonte: blogcaxiaspormancuso.blogspot.com Acesso em 05/03/2018.

Desse modo, Mancuso, tal qual o artista problematizado por Baudelaire (1996), iniciou “contemplando a vida e só muito tarde se esforçou para aprender os meios de expressá-la. Disso resultou uma originalidade extraordinária, na qual o que pode restar de bárbaro ou de ingênuo aparece como nova prova de obediência à impressão, como lisonja à verdade” (BAUDELAIRE, 1996, p. 26). Quanto a Mancuso, sua originalidade estaria em registrar a efervescência das transformações urbanas de Caxias em um período onde o fazer fotográfico em estúdio propiciava um rendimento financeiro muito maior aos profissionais da fotografia. Dessa maneira, costumeiramente, Mancuso abandonaria a segurança de seu estúdio fotográfico para

aventurar-se tanto pela cidade que se transformava dia a dia quanto por seus arredores, ambicionando registrar as aceleradas transformações perante o cotidiano.

Sendo assim, talvez fosse com o olhar de imigrante siciliano, chegado ao Brasil ainda criança; marinheiro, enfermeiro e alferes da guarda nacional quando adulto, que Mancuso percebia as transformações locais, compreendendo-as e registrando-as, agora, como artista fotográfico, estabelecido no que viria a ser tornar a cidade de Caxias do Sul. Ele, aparentemente, almejava a intensidade dos tempos da criação e representação, segundo Kossoy (2001), os “tempos⁵³ da fotografia. O primeiro fixa o acontecimento e paralisa ilusória e intencionalmente a ação. [...] Já com o segundo e definitivo tempo, o da representação, convivemos; sejam enquanto lembranças marcantes [...] sejam enquanto documentos iconográficos” (KOSSOY, 2001, p. 134).

A cidade, em festa, preanunciava o potencial simbólico que o fotógrafo ambicionava registrar: o fumegar festivo da primeira locomotiva que chegaria à localidade, ao passo que tal instantâneo representaria o próprio presente, convertido automaticamente em passado, perante os desígnios esperançosos de futuro sobre um mundo que já se ia; um mundo colonial, ainda potencialmente importante, mas rude, com grandes dificuldades perante os deslocamentos de qualquer ordem, dentre eles, os voltados para fins industriais e comerciais ou da própria busca por atividades de lazer para além da região Nordeste do Rio Grande do Sul. Assim, o silvo da locomotiva inaugural rapidamente aproximava-se, na mesma velocidade que, se acreditava, chegaria o progresso.

⁵³ Desse modo, o “tempo da criação se refere ao próprio fato, no momento em que este se produz, contextualizado social e culturalmente. É, no entanto, um momento efêmero, que desaparece, volatiliza-se, está sempre no passado, insistentemente. No tempo da representação, os assuntos e fatos permanecem em suspensão, petrificados eternamente, perpétuos se conservados” (KOSSOY, 2001, p. 134-135).

Figura 07 – O trem se aproxima de Caxias do Sul



Fonte: AHMJSA

Quando a visão comum superou a distante audição deu-se um “alvorço indescritível em todos os corações” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01). Ali, faziam-se ouvir as “notas do hino nacional e da marcha real italiana; vivas e aclamações [...] ao longe, [...] um disparo de canhão [...] salva de 21 tiros de morteiros” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01). Seriam 15 horas e 40 minutos. Deu-se o *flash*, acionado perante o olhar paciente e vigilante de Mancuso. A visualidade do acontecimento seria “das que não se apagam nunca mais da memória do povo. Sentiram-na até os próprios excursionistas, que prorromperam em aclamações uníssonas, enquanto das janelinhas do comboio, as senhoras agitavam os lenços” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01).

Junto aos primeiros excursionistas vindos de Porto Alegre, chegavam algumas das principais autoridades do Estado, em maioria vinculadas ao campo político e militar. Também estavam presentes na estação os cônsules de Itália e Bélgica. A efervescência era intensa e, após o desembarque, na parte da tarde, os curiosos visitantes deslocavam-se, “em passeios, a carro, pelas ruas da [ainda] vila e arredores” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01). Dessa forma, os olhares curiosos entrecruzar-se-iam de lado a lado e as aproximações tornar-se-iam gradualmente constantes. As multiplicidades de percepções e transformações não tardariam a sedimentar-se em uma sociedade ansiosa por novos caminhos; uma efervescência que destacava

o rompimento de fronteiras territoriais e sociais de toda ordem. Mancuso, por sua vez, corria contra o tempo para também fazer parte da historicidade de tais acontecimentos. Assim, apenas duas horas após o ocorrido, cerca de 17 horas e 40 minutos, “Mancuso & Fonini expunham, no escaparate do Café Marconi, uma nítida vista do majestoso préstito. Essa fotografia foi oferecida ao exmo. dr. Vasco Bandeira” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01).

Figura 08 – O registro fotográfico de Domingos Mancuso quando da chegada do trem.



Fonte: AHMJSA.

De modo geral, o trabalho acelerado do artista o premiaria com o próprio ingresso na história regional, assim como que teria uma importância toda especial para ela: representaria, desde então, perante múltiplos suportes, a imagem do progresso e da própria transformação de um tempo que foi; representaria, também, para a eternidade, as alegrias e as renovadas esperanças de um lugar que, para alguns, ainda seria percebido como um espaço de confinamento de múltiplas ordens (POZENATO, 2008). Se tal imagem coroava, com brilho, um importante acontecimento da história local, a noite reservaria outra surpresa, igualmente respeitável, a ser desvelada em meio as festividades noturnas, onde se dariam os animados bailes realizados nos clubes Recreio Aliança e Club Juvenil, para onde parte da sociedade deslocava-se junto aos visitantes, sendo que, conjuntamente, a outros clubes e associações menos elitistas também estariam em clima festivo, como a própria “Sociedade Operária [que] efetuou, em sua sede social, animado sarau dançante, que ocorreu por entre efusivas demonstrações de alegria” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01).

Assim, ao longo da noite, “era feérico o aspecto das ruas centrais, profusamente iluminadas a lanternas venezianas, ostentando, muitos prédios as respectivas fachadas iluminadas a gás acetileno” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01). A amplitude das alegres festividades propiciava, nas ruas, um fluxo constante entre visitantes e visitados que, animadamente, transitavam entre idas e vindas aos clubes sociais, localizados nas proximidades da praça central e não muito distantes da própria estação ferroviária. Desse modo, em meio a tal circulação, em que regressavam os “amáveis visitantes ao Club Juvenil, quando um telegrama do [então presidente do Estado] dr. Carlos Barbosa [...] dirigido ao sr. intendente, comunicava [...] que Caxias fora elevada a cidade. O despacho [...] lido em pleno salão, foi recebido com palmas, vivas e hurras, tocando o entusiasmo geral as raias do delírio” (O BRAZIL, 11/06/1910, nº 70, p. 01).

Figura 09 – O telegrama que informava a elevação da vila de Caxias para a categoria de cidade.

441 910

Modelo 14

Carimbo da Estação

1-JUN-1910

Rio Grande do Sul

TELEGRAPHO ESTADUAL

Iniciais dos telegraphistas

Ra-jiv

Estação de _____ de _____ de 191__

Telegramma N.º 70 da Estação de 1.º Alfama N.º _____

Apresentado ás 7:25 pm do dia 1.º junho

Demorado por _____

Numero de palavras 39 pagas S.O.N.

Endereço: { Coronel Taveres de Figueiredo
Intendente Municipal - Caxias

Congratulado-me extremamente
com os vossos municipes grande me
honramento e entrada de ferro, communique
vos de accedi appello essa população laran
do Ricardo hoje, que eleva essa villa a
categoria de cidade. Cordias Saudações

Nome do expeditor: { Carlos Barbosa

02 04.02

Fonte: AHMJSA.

A partir de então, a festa estaria completa. Isto posto, a nem tão antiga Colônia Imperial de Imigração Europeia, surgida em 1875, convertia-se em cidade com anseios progressistas em 1910. O trem foi fundamental para tal acontecimento e manteria uma correlação vinculada ao desenvolvimento local e regional por muitos anos. A imagem de Mancuso ganharia, assim, ainda mais potência perante o campo simbólico da historicidade regional, pois expressaria o que tornara tal fato possível, constituindo-se, em uma espécie de certidão de nascimento da cidade.

O fotógrafo, entretanto, parecia importar-se também com outros pontos da trama ferroviária, nem sempre tão destacados ou enaltecidos, dentre eles, o próprio conteúdo humano para que se desse a ambicionada chegada do trem a localidade. Em razão disso, peregrinava continuamente, em espaços inóspitos e interioranos, a documentar o dificultoso labor exigido para que a grandiosa festividade pudesse existir e, ali, seus habitantes urrassem de alegria, como destacava o periódico oficialista. Assim, a ordem e o ritmo dos trabalhadores criariam, visualmente, uma interessante representação do árduo trabalho regional de subjugar a natureza ali existente.

As imagens de Mancuso procuram tanto destacar a ação e adaptação dos trabalhadores diante do desafio que lhes vinha a frente quanto as adversidades do próprio território em que se encontravam. Tem-se, assim, por meio da percepção do artista, a representação tanto da chegada do trem quanto do trabalho arduamente realizado para tal. Desse modo, suas histórias e imagens misturam-se... elas desvelam as relações de trabalho, os novos domínios perante o espaço, a cidade e suas mudanças como novo espaço de vida, a constituição da desordem, a efervescência da diversidade ante o potencializado e atento olhar fotográfico do artista que a representava perante antigas memórias e novos e renovados imaginários sociais. Neste sentido, ao citar Samain (1993), Achutti (1997) destaca que toda “fotografia é um olhar sobre o mundo, levado pela intencionalidade de uma pessoa, que destina sua mensagem visível a um outro olhar, procurando dar significação ao mundo” (ACHUTTI, 1997, p. 36).

Seria, desse modo, que a obra do artista perpassaria o brutalizado esforço dos trabalhadores perante a historicidade do tempo; um vigor ali percebido como possível ponto de atração em suas representações, violentamente contrastivo perante a passividade da pose cerimonial que tais agentes postam-se em grande parte dos instantâneos frente ao expectador participante que era Mancuso. Talvez, se pudessem agora falar, os que ali são representados afirmariam que, na “realidade, só existe um modo de nos valorizarmos: é pelo trabalho, pela obra que fomos capazes de fazer” (COUTO, 2011, p. 26). Além disso, seria preciso aceitar “esta condição sem complexos ou vergonha: somos pobres. Ou melhor, fomos empobrecidos

pela História. Mas fizemos parte dessa História, fomos também empobrecidos por nós próprios. A razão dos nossos atuais e futuros fracassos mora também dentro de nós” (COUTO, 2011, p. 26) e, assim, reafirmariam, sobre si, parte do discurso que seria longamente praticado na região em decorrência, também, do esforço de seu próprio trabalho. Tais imagens, entretanto, nem sempre desvelam ao olhar menos atento a própria diversidade dos trabalhadores, de modo que ali se faz ver uma rica diversidade postada diante do artista que, com seu misterioso equipamento, os imobilizaria perante o tempo.

Desse modo, Mancuso parecia decidido a representar, além das citadas festividades, o próprio processo construtivo da importante obra que transformaria a região de então. Seu olhar, contudo, não parece inocente, de modo que, em tais registros, surgiriam imagens aterradoras de solidão, sofrimento, além de potentes demonstrações do trabalho humano sobre uma natureza, em grande parte, ainda intocada.

Figura 10 – Registro de Mancuso quando da construção da estrada de ferro.



Fonte: caxiasporMancuso.blogspot.com. Acesso em 21/05/2017.

Suas imagens atentam para as diferenças e os diferentes do tempo, do espaço, da vida. Pessoas que, possivelmente, quando não em meio ao penoso trabalho, ou após sua jornada diária, habitavam ou frequentavam a cidade que ajudavam a transformar, assim como transformavam a própria história do Sul do Brasil. Tais imagens falam, têm muito a dizer,

amplificam o entendimento de que ali, de longa data, alguns são mais do que outros. Elas, assim, anunciam algo, deslumbram, tonificam os olhares e as ambições. Seria a própria enunciação da cidade contemporânea, com suas políticas econômicas e culturais desafiando as possibilidades educativas, a vida social; a manutenção do que ali optou-se por denominar como uma espécie de patrimônios culturais que os representa: a valorização da etnia, o culto ao trabalho e o fervor exacerbado da fé. Por vezes, aos outros, o apreensivo silêncio da imagem ou da própria visualidade.

Figura 11 – Trabalhadores da estrada de ferro em pose perante o olhar observador de Mancuso.



Fonte: blogcaxiaspormancuso.blogspot.com Acesso em 21/05/2017.

Após a chegada do trem, as condições históricas, políticas, econômicas e sociais transformar-se-iam rapidamente e, logo, a cidade surgiria, tanto para Mancuso quanto para vários outros fotógrafos, como palco e cenário ante os fluxos sociais, onde os grupos desempenhariam seus papéis perante a transformação cotidiana.

Figura 12 – A estrada aproxima-se de Caxias empurrada pelas próprias locomotivas



Fonte: blogcaxiaspormancuso.blogspot.com Acesso em 21/05/2017.

Em conformidade com Tomazoni (2012), naquele período, o olhar de Mancuso passou a buscar pelas novas representações urbanas e sociais, de modo que “os primeiros momentos que a sua câmera captou da cidade são os momentos em que as mudanças de uma sociedade agrícola para uma industrial se processavam. É neste cenário que Mancuso atuou, preferindo a cidade como tema” (TOMAZONI, 2012, p. 108). Dessa maneira, além de registrar os “acontecimentos que marcaram a população no início do século XX, [fotografava] também as transformações que se processavam na paisagem” (TOMAZONI, 2012, p. 108).

A imagem da cidade mudava na mesma velocidade dos discursos de cidade progressista que lhe eram direcionados. Desse modo, é aqui que ganham destaque as expressões urbanas. Se, primeiramente, a imagem que representava o nascimento da cidade encontrava-se exposta em uma protegida vitrine, logo, não tardaria a tornar-se popularizada por meio inúmeros suportes, dentre os quais os comercializáveis cartões postais. Seria assim que a própria chegada do trem seria convertida em representação de progresso para além das próprias fronteiras da cidade, após Mancuso passar a comercializá-la como cartão postal. Com eles, imagens cruzariam pelas fronteiras da territorialidade. Uma imagem cartonada, com selo e breves espaços de escrita, carregaria múltiplas informações, sentidos e significados, carregaria ideias, representaria a própria construção de identificações sociais ou políticas, com seus saberes,

fazeres, vozes. Neste aspecto, apresentaria, principalmente, a nova cidade que era gradualmente edificada. Mesmo em silêncio, os cartões-postais, segundo Schapochnik (1998), seriam uma espécie de “convite à viagem, uma prenda dedicada àqueles que estão distantes. Imagens cuidadosamente escolhidas servem de moldura a juras de amor, reiteram plasticamente laços de amizade, perplexidade e encantamento” (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 424). Seria a oportunidade de pessoas distantes conhecerem, mesmo mediante fragmentos selecionados e imaginações potencializadas, um outro lugar captado pelo olhar atento do fotógrafo. Desse modo, o viajante seria, agora, aquela pessoa que recebera a própria correspondência e que daria início à: “Viagem virtual por outros mundos, com o recurso de fragmentos de imagens postais e da imaginação. Seria como se lhe fosse dada a oportunidade de compartilhar as vacilações da significação, a magia das perspectivas ou ainda as glórias da conquista de um novo espaço” (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 424), como se evidencia mediante a popularização da chegada do trem em Caxias do Sul e sua posterior conversão em cartão-postal, colorizado e comercializado pelo Estúdio Fotográfico Mancuso.

Figura 13 – Cartão postal desenvolvido com base na fotografia que representava a chegada do trem.



FONTE: AHMJSA

A carta escrita, por vezes, seria então substituída por algumas poucas linhas, de modo que a potência da documentação dar-se-ia pela própria visualidade da imagem, haja vista que o “realismo das imagens estampadas nos postais também cria uma disposição que transfere o

sentido do ‘eu li’ para ‘eu vi’. A posse do cartão daria ao destinatário a chance de sentir-se como Ulisses, Marco Polo, Pero Vaz de Caminha” (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 424).

Dessa forma, a efervescente propagação dos cartões-postais criaria um instigante caminho para a fotografia local, ampliando seus possíveis usos sociais, disseminando-a para além dos estúdios, álbuns ou eventuais decorações residenciais. Ela passava a contar algo, demonstrar o que está a ocorrer perante o espaço habitado. A superação das distâncias que se fazia mediante a troca de tais suportes geraria, de forma análoga, a troca de representações, estimulando novos padrões de consumo entre os grupos locais, permitindo reconhecer as semelhanças e diferenças em relação a outros centros urbanos, criando percepções em diálogo com a proposta educativa do que deveria ser a nova cidade ou sociedade; com posturas e condutas sociais renovadas, cidades potentes, representadas em face à transformação, com vidas ao fundo, algumas à sombra, algumas não vistas, outras esquecidas... Eles percorreriam o tempo, construindo representações desse mesmo tempo, em um novo tempo, que talvez, nem imaginassem, seria a representação do passado, da memória urbana ou colonial então vendida e propagada por estúdios, livrarias ou revistas ilustradas. Serviriam também como elementos de cunho comunicacional pedagógico pois, como destacaria o jornal *A Época*, em 05/10/1941:

No seu programa de difundir em todo território nacional os conhecimentos de educação sexual, o Círculo Brasileiro de Educação Sexual, dirigido pelo ilustre sexologista patricio dr. José de Albuquerque, acaba de fazer, nova emissão de cartões-postais, que estão sendo profusamente distribuídos em todos os Estados da União. De um desses cartões recebemos um exemplar em bela tricomia e com legendas sugestivas, exaltando as finalidades altamente patrióticas da educação sexual do povo brasileiro (*A ÉPOCA*, 1941, nº 150, p. 16).

Assim, ao valer-se de estatísticas oficiais, Schapochnik (1998) destaca que, entre os anos de 1907 e 1912, os correios distribuíram aproximados

[...] 81.963.858 [cartões-postais], em todo Brasil, um país cuja população aproximava-se da cifra de 20 milhões de habitantes. Nacionais e importados (alemães, austríacos e franceses), em preto e branco ou coloridos pancromáticos, apresentando ilustrações ou reproduzindo fotografias, enquadrados em vinhetas *art nouveau* ou *pas-partout* decorativos, os postais passariam a fascinar a população. As imagens fixadas nos cartões produzidos no Brasil remetiam para a diversidade de temas, com destaque para: as paisagens bucólicas, que sublinhavam o exotismo tropical, ou a natureza refigurada nos jardins e praças; o cenário emblematizado pelas pontes e avenidas, o porto ou a estação ferroviária, o casario e os monumentos associados à valorização dos ideais de ‘civilização’ e ‘progresso’, e, ainda, a galeria de retrato dos personagens de destaque na esfera político-cultural e os ‘tipos exóticos’ que habitavam o Brasil (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 430).

Atento aos novos fluxos, experiências, sensibilidades e, muito possivelmente, às possibilidades econômicas, tanto Mancuso quanto os outros fotógrafos existentes na cidade olhavam para a rua, para as praças e prédios da cidade e, principalmente, para as próprias

peessoas. Pareciam perceber que a riqueza das ruas amplifica “a experiência da diversidade, possibilitando a presença do forasteiro, o encontro entre desconhecidos, a troca entre diferentes, o reconhecimento dos semelhantes, a multiplicidade de usos e olhares – tudo num espaço público e regulado por normas também públicas” (MAGNANI, 1993, p. 01), visto que, segundo o entendimento de Schapochnik (1998), seria “justamente nessa quadra de intensas transformações e ajuntamentos no cotidiano e na autoimagem das cidades e de seus habitantes que se firmou o culto ao cartão-postal” (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 430).

Para Harvey (2014), “essa expansão muito recente e rápida do processo urbano”, algo próximo ao que então ocorria em Caxias do Sul,

[...] trouxe consigo incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso a economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana” (HARVEY, 2014, p. 46).

Desse modo, as pessoas, acredito, estariam esfuziantes e, por outro lado, confusas em face das transformações urbanas, com novas ruas, belos edifícios, praças amplas e ajardinadas ganhavam feições contemporâneas, mesmo que dentro de suas limitações, comparadas aos grandes centros do país ou do mundo. O comércio e a efervescência cultural transformadora contrastavam com a vida de um outro tempo, lenta, bucólica. A imagem de progresso extremo propiciava sonhos voltados ao próprio aterrisar dos aviões na localidade, assim, nos

[...] dias que passam, não se pode, de forma alguma, admitir que se denomine uma cidade de moderna, sem que ela possua o seu próprio campo de pouso. É tal a importância da velocidade, da rapidez, no século que vivemos, que está destinado a prejudicar o seu desenvolvimento o centro populoso que não se integra nesse ritmo acelerado que os nossos antepassados desconheciam (A ÉPOCA, 01/10/1939, nº 52, p. 02).

A velocidade passaria a simbolizar o próprio dinamismo e o progresso local, de tal forma que a desaceleração não seria mais possível perante o amplo desejo de prosperidade e da sua própria representação de progresso. O mundo fechado de antes, rapidamente transformado pelos caminhos ferroviários, via-se novamente em caminho de transformação pelos novos e ambiciosos transportes rodoviários e aéreos. Em razão disso, na cidade, era continuamente noticiado que prosseguiam tanto o desenvolvimento de uma nova rodovia que ligaria a cidade ao resto do país quanto continuavam ininterruptos “os trabalhos de construção do Aeródromo Municipal de Caxias [...] [de modo que] pode-se crer que, antes de findar o ano em curso, aterrisarão aviões em Caxias” (A ÉPOCA, 06/11/1938, nº 06, p. 02). Tal dinamicidade poderia ser associada ao longo dos versos de Goethe, destacados por Berman (2007), quando os cavalos

ali mencionados sugeririam “que o bem mais valioso, segundo a perspectiva de Mefisto, é a *velocidade*. Em primeiro lugar, a velocidade tem sua utilidade: quem quer que pretenda realizar grandes empreendimentos no mundo precisará mover-se por todos os lados, com rapidez” (BERMAN, 2007, p. 64). Adotada tal perspectiva, a velocidade simbolizaria a energia e a potência da nova sociedade que se formava em uma marcha transformadora perante o mundo, que, aparentemente, não mais agradava ou, simplesmente, bastava. As novas visualidades do urbano e suas novas condições materiais ativam ainda mais o desejo de desenvolvimento e a busca pela velocidade, que ao mesmo tempo viam-se interligadas diante das manifestações sociais, culturais e políticas de toda ordem.

Assim, desde a fundação, assim como a ocupação, das primeiras Colônias Imperiais de Imigração europeia na região Nordeste do Rio Grande do Sul, os relatos, crônicas e correspondências da época mesclam encantamento, espanto e desagrado pelas assombrosas dificuldades enfrentadas ao longo do dia a dia. Em visita a esse espaço, parece impossível escapar de suas representações; entretanto, é inegável que elas ainda impressionam. Ali, os imigrantes italianos foram maioria. Essa é, sem dúvida, uma das múltiplas razões pelas quais a região foi conhecida como *Região Colonial Italiana*. Entretanto, interpretar o campo simbólico das produções culturais, que condicionam a hierarquizante italianidade a uma memória coletiva majoritária na região, é decodificar os jogos de poder que consolidam sua manutenção e propagação em uma sociedade regional complexa desde suas origens.

Percebe-se, perante as obras que se detêm sobre a história regional, que, durante mais de um século, e talvez até os dias atuais, a difícil relação entre ser humano e natureza propiciou relatos maravilhados a respeito da obtenção da terra, a possibilidade de enriquecimento e empoderamento social, além do brutal enfrentamento com a floresta nativa, então existente naquele espaço, outrora cheia de ameaças e incertezas. Frente a isso, os milhares de imigrantes que enfrentavam o espaço geográfico desconhecido experimentavam, e proferiam com energia, sentimentos dos mais diversos. Como destaca Pesavento (2002), todo “ato fundador tende a sacralização. Assim nascem os ‘mitos das origens’, segundo a narrativa dos pósteros, articulando uma representação glamourizada dos acontecimentos que deram início a um processo que chega até nós” (PESAVENTO, 2002, p. 245), no tempo presente.

O conhecimento organizado segue pela mesma percepção, abrindo caminho para estudos que irão sedimentar tal *período* no *tempo* local e regional, fundamentado em bases visíveis e invisíveis, teorias, memórias, práticas, que tornam possível uma representação contínua e mitológica, enquanto sistemas de pensamento, pesquisa e comunicação, que os tornam visíveis perante a própria localidade, sua transformação histórica, fazendo-o em relação

aos campos tanto da intelectualidade local quanto da população em geral. Seria a manutenção da tradição colonialista que dominará a vida cultural, intelectual, política e teórica até a contemporaneidade. A invenção estará, assim, estruturada e, pedagogicamente, disseminada.

Ainda segundo Pesavento (2002), perceber-se-ia que, da “nação à cidade, o mito das origens articula os cacos da passeidade numa representação convincente e desejável que, ao mesmo tempo em que vai ao encontro das necessidades do inconsciente coletivo, orienta e guia a percepção” (PESAVENTO, 2002, p. 245). Dessa forma, a pujança regional, que consolidaria a criação de mitos uteis para construir um ideário comum de valorização étnica, laboral e religiosa parece possuir alguns indícios desabonadores, que teriam sido esquecidos ao longo do tempo. Desvela-se um clima de medo e receio em face do *outro* ao passo que uma aparente falta de políticas voltadas para as crianças e os jovens de então, que aparecem frequentemente nas páginas dos impressos em situação de vulnerabilidade social. Casos de violências, loucuras e falências também se potencializam. Crianças abandonadas esmolam pelas ruas, os pedintes ganham forma, a miséria não seria mais invisível, a prostituição desvelada tornar-se-ia rotineira.

Feita e refeita, a cidade moderna surge perante a superação do bucólico e contemplativo espaço colonial. Uma realidade que, se realmente existente, não surge pacífica. Sua transmutação desvela conflitos de toda ordem, relacionados ao poder político, religioso e cultural. As múltiplas insatisfações manifestadas pelos agentes principais de tais grupos propiciam conflitos constantes, que chegam a tentativas de assassinatos, fugas mirabolantes, conflitos em espaços públicos, além das frequentes anedotas depreciativas contra os compreendidos como inimigos sociais ali estabelecidos. Em razão disso, registram-se os conflitos entre maçons, padres, imigrantes, visitantes, comerciantes, comerciários, prostitutas, industriais, operários, colonos, mulheres, manifestantes contrários e favoráveis às legislações que concediam direitos sociais e trabalhistas. Eles não seriam exatamente uma raridade e também estampariam às páginas dos mesmos impressos jornalísticos que destacavam as redes de esgoto, a água encanada, a melhoria estética estrutural das casas, prédios e indústrias, a mudança dos costumes... Desse modo, a elite tradicional glorificar-se-ia, na mesma medida em que combateria com a mesma intensidade aquilo que considerava ameaçador a seus investimentos voltados ao capital econômico, político ou cultural, pois o dinheiro passava a concentrar-se nas mãos de alguns poucos e estes poucos passariam a ser percebidos como agentes referenciais perante os campos sociais da localidade, um período em que o progresso basear-se-ia na identidade do imigrante selecionado, invisibilizando ou repelindo o que poderia ser identificado como ‘diferente’.

6

SITUAÇÕES URBANAS E COLONIAIS: RASCUNHOS PEDAGÓGICOS DA CIDADE INTOLERANTE?

Antigamente, produto de imaginários, pranchetas e decisões políticas imperiais de toda ordem, o município de Caxias do Sul, antes simplesmente visualizado perante frias folhas de papel, agora manifestava forma, potência e vivacidade. Ela fez-se ver, perceber, como efetiva construção coletiva, permeada pela transformação social, arquitetônica e urbanística. A cidade passava, portanto, a contar tanto sobre si quanto sobre aqueles que ali vivem ou transitam. Se, possivelmente, a paisagem cultural encanta os que ali chegam ou transitam, tal efervescência potencializa preconceitos e adaptações legislativas voltadas ao embelezamento da urbe, mas que, nem tão subliminarmente, serão úteis para afastarem os indesejáveis do perímetro urbano central. Assim, nas primeiras décadas do século XX, Caxias do Sul seria percebida como um intenso palco perante as dinâmicas transformações que ali aconteciam, de modo que os jornais surgem como representações textuais do cotidiano local. A ambição da vida ‘regularmente regrada’ não atingiria a todos, como será possível perceber ante a venalidade do sexo pago, com suas importantes e transgressoras sociabilidades. Desse modo, se a nova paisagem urbana passa a encantar ainda mais os que ali chegavam, de modo que a própria efervescência urbana acarretava uma potencialização contínua da vida cultural e mundana; uma nova cidade periférica, entretanto, parecia constituir-se para muito aquém dos padrões então ambicionados pelas normativas reguladoras. É o que se perceberá no capítulo que segue.

Eu vejo o futuro repetir o passado/ Eu vejo um museu de grandes novidades o tempo não para/ Não para, não, não para (CAZUZA; BRANDÃO, 1988)

No dia de 26 de dezembro de 1896, o filho de Vincenzo S.⁵⁴ daria entrada na maior e mais famosa instituição prisional do Rio Grande do Sul, a Casa de Correção de Porto Alegre. Ali, seu filho seria descrito, quando dos procedimentos administrativos de encarceramento, como um homem branco, de cabelo grisalho. Seu rosto ovalado daria certo destaque tanto para as sobrancelhas ralas quanto para seus olhos castanhos e o nariz afilado. Tanto a sua boca quanto as orelhas seriam então definidas como regalares. Mãos e pés seriam proporcionais. Por fim, o registro fotográfico e consequente numeração para o álbum dos sentenciados da referida instituição. Aos 48 anos, até então, sua atividade profissional seria a cantaria.⁵⁵

De origem italiana, partira de Belluno para tentar a sorte na Colônia Imperial Dona Isabel, atual cidade de Bento Gonçalves, localizada ao Sul do Brasil, na região Nordeste do Rio Grande do Sul. Sua prisão preventiva havia ocorrido ainda em meados de outubro de 1896. O motivo que o levaria a cumprir a longa sentença de vinte e quatro anos, em regime fechado, ao qual fora condenado não seria banal. Viúvo, teria passado a viver em concubinato com sua própria filha, após violentá-la sexualmente. A imposição de uma rotina sexual⁵⁶ posterior ao então chamado ‘defloramento’ faria com que a jovem engravidasse do próprio pai. A gestação, entretanto, não seria interrompida e seguiria seu curso normal até o fatídico nascimento da criança. Após acompanhar o parto de sua filha e observar fixamente o resultado do incesto que a tempos praticava, Giovanni S. pegou a criança em suas mãos e estrangulou-a com força até consumir-se o óbito do recém-nascido. Conferida a morte, levaria seu corpo ao quintal da casa

54 Embora as fontes aqui utilizadas nominem os agentes envolvidos, optei por preservar vítimas e algozes. Assim, cito somente seus primeiros nomes, desconsiderando a completude de seus sobrenomes. Quanto aos demais agentes públicos, como políticos, policiais, juristas, advogados ou colonistas, dentre outros, os nomes aparecem em completude. Tal ocorrido é apresentado com maiores detalhes na obra *Visões do Cárcere*, de Sandra J. Pesavento, 2009.

55 Cantaria, segundo o Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada, no âmbito da arquitetura, tem sua etimologia originada do “latim *canthus* [...] [e] refere-se às pedras ‘aparelhadas’, ‘lavradas’ e ‘esquadrejadas’ Canteiro [...] é o oficial que corta, desbasta e aparelha as pedras para a construção que irão constituir a cantaria. [...] Os canteiros realizavam [...] serviços que iam da confecção de simples pedras para assentamento em muros a elementos escultóricos fossem obras civis, religiosas ou militares”. <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/restauro/oficios-tradicionais/364-oficio-do-cantel-ou-canteiro.html>

56 Apesar do silêncio e da vigilância, o sexo existia. Ainda no início da colonização, o padre D. Domenico Munari que atendia a colônia de Dona Isabel assim escrevia: “as mulheres (dos imigrantes) alimentam a prostituição, em torno das meretrizes vivem imigrantes italianos de péssimos costumes, ladrões, alcoviteiros ou coisa semelhante.” Muitos foram os casos em que as filhas de imigrantes alimentaram os bordéis do Porto Alegre e Rio de Janeiro. Os filhos sem pais também eram comuns; as mães solteiras eram chamadas de scroa (porca) ou slandra (prostituta); muitas eram expulsas de casa; tinham seus filhos adotados por parentes ou arranjavam casamentos às pressas quando os pais possuíam algum bem. O adultério também era conhecido pela população imigrante (VALDUGA, 2007, p. 97).

que então viviam e o enterraria em uma cova rasa. Descoberto, preso e condenado, deixaria a Casa de Correção de Porto Alegre,⁵⁷ somente em 17 de outubro de 1920, com cerca de 72 anos de idade. Na imagem a seguir, destaca-se a casa de Correção de Porto Alegre, inaugurada em 1855 e demolida em 1965.

Figura 14: Casa de correção de Porto Alegre.



Fonte: Octacílio Freitas. In: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/04/cadeia-na-orla-e-cemiterio-da-matriz-caminhada-passara-por-sitios-arqueologicos-no-centro-de-porto-alegre-cjuug46vn00hh01p7q0xdn26x.html>

Aparentemente, a criminalidade tipificada como comum, a ausência de trabalho, o alcoolismo ou a própria loucura, até então, não faziam parte de sua vida. Talvez, bem ao contrário, possuísse, inclusive, uma atividade relativamente importante se considerarmos que a cantaria seria amplamente necessária em uma sociedade colonial que rapidamente modernizava-se e transformava os espaços até então percebidos como ‘colônias’. O que lhe levava ao encarceramento fora a sexualidade, o incesto, a defloração, o estupro rotineiro, a gravidez incestuosa e o posterior assassinato do fruto de suas violências sexuais. Na Casa de Correção, Giovanni S. tanto não encontraria dificuldade em inserir-se nas mais variadas oficinas

57 Ao valer-se do relatório da Secretaria de Estado de Negócios do Interior e Exterior, editado em 1915, Cruz destaca que a Casa de Correção estaria dividida em 52 xadrezes, um arquivo, uma escola, duas salas para castigos, uma sala para operações, uma farmácia, dois quartos para banho e repouso dos guardas, um consultório médico e três enfermarias: uma dedicada ao tratamento de tuberculosos, outra para as doenças gerais e a terceira para o tratamento de idosos. A Casa de Correção também mantinha duas dependências destinadas à farmácia e a enfermaria dos tuberculosos e uma cozinha para a enfermaria e outra para os guardas (CRUZ, 2017, p. 130).

existentes na instituição, onde os presos exerciam alguns ofícios com o possível intuito de readaptação social, quanto em comunicar-se ou relacionar-se com seus patrícios, pois, ao final do século XIX, os imigrantes⁵⁸ italianos ocupariam o “primeiro posto entre os grupos de estrangeiros na população carcerária da cidade” (CONSTANTINO, 2009, s/p) de Porto Alegre, decorrência direta da precariedade prisional existente em muitas das cidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul, fator que lhes levaria a encaminhar alguns de seus condenados⁵⁹ para a maior cadeia do Estado. Assim, vários dos sujeitos ali encarcerados, fossem eles homens, mulheres ou crianças, seriam originários de Caxias do Sul e de toda a região colonial, caso da situação aqui narrada, como se percebe ao analisar as crônicas e registros policiais então publicados nos jornais locais.

Ao destacar um crime tão bárbaro – dentre outros tantos que seriam possíveis mencionar – , procuro evidenciar que tanto o corpo social da RCI quanto as suas mais diversas realizações não poderiam ser percebidas unicamente como uma idealizada representação de ‘pérola colonial’, de modo que tal região relacionava-se dialeticamente tanto com a reluzente modernidade capitalista que transformava dinamicamente os espaços da nova ordem social-urbano-industrial quanto também se demonstrava embrutecida, violenta, perversa ou ameaçadora frente aos diversos homicídios, agressões, furtos, atentados à propriedade, desobediências e desacatos, estupros, abusos de autoridade, atentados ao pudor, defloramentos, roubo de animais, estelionatos, danos, roubos, tentativas de suicídio, mortes por acidente, lesões com instrumento aviltante, introdução de moeda falsa, irregularidades no desempenho da função pública, infanticídios, tentativas de morte, que então comporiam a estatística criminal dos municípios subordinados a 10ª Região Policial, que abarcaria as cidades originárias das antigas colonizações, dentre as quais Caxias do Sul, Nova Trento, Antônio Prado, Alfredo Chaves, atual Veranópolis, Bento Gonçalves e Garibaldi, ao longo do ano de 1932 e primeiro semestre de 1933, como destacam os registros criminais então publicados na imprensa da época.

Assim, a antiga pérola também passaria a ser vista como um espaço tomado por ‘cancros sociais’, como então destacaria o poeta, político, escritor e jornalista, Cyro de Lavra Pinto em uma composição intitulada “Cancros Sociais”, tornada pública por meio do jornal Caxias, em 1932:

58 A este quadro ainda poderiam ser acrescentadas certas ‘heranças’ do regime monárquico que a República deveria resolver: em 1889, os colonos imigrantes não aceitaram as terras que lhes foram destinadas e voltaram à capital, ficando a perambular pelo Mercado Público, sem teto e sem trabalho, a esmolar ou a biscatear, sujeitos a doenças (PESAVENTO, 1990, p. 37).

59 O aumento dos “crimes e das contravenções de toda a ordem foi um dos maiores problemas da administração urbana do fim do século, assim como também se constituiu numa das maiores preocupações dos habitantes das cidades e uma das formas mais incontestáveis de angústia social” (PESAVENTO, 1990, p. 55).

A corrupção, assustadoramente/ Alastra-se, perverte a mocidade/ Vai afrontando a hodierna sociedade/ Talando lares impunemente/ Parece incrível, mas a realidade/ Nos apresenta, fria e tristemente/ Essa catástrofe que impunemente/ Conspurca as honras e a moralidade/ São vários os males. É uma triologia/ Que aumenta e se avoluma dia a dia/ Numa expansão de horror e de extermínio/ É um agregado incesto e revoltante/ É o despudor que espalha num desplante/ O álcool, o jogo e o mesmo lenocínio (CAXIAS, 31/03/1932, p. 06).

Desse modo, a criminalidade, que passaria a receber constante destaque dos impressos jornalísticos, iria desde simples logros até a planificação e execução de crimes bárbaros e violentos. Preocupado, o delegado de polícia responsável pela região, “Dr. Olmiro de Azevedo [destacaria] que esses delitos, bem como os de lesões graves e homicídios voluntários, têm, em geral, como causa próxima ou remota, o álcool, podendo-se precisar que 95% desses crimes têm aquele agente, largamente usado e abusado na zona colonial (O MOMENTO, 27/07/1933, p. 02). Logo, ao explanar sua percepção sobre a representativa quantidade de crimes praticados, o delegado encontraria neles uma indiciosa linha comum - o consumo exagerado do álcool -, que serviria de elemento potencializador para algumas das bárbaras ações que se via cotidianamente acionado em busca de soluções e esclarecimentos investigativos.

Em Caxias do Sul, entretanto, o consumo de álcool, na medida em que potencializava crimes das mais diversas ordens, também seria percebido como fator de desenvolvimento econômico. Tal constatação advém dos estudos de Herédia e Silva (2017) quando destacam que, em Caxias do Sul, transcorridos apenas dezoito anos da chegada dos imigrantes europeus, já havia “entre os estabelecimentos [comerciais], um grande número de alambiques, botequins e tavernas, o que permite concluir que em 1893 a produção e venda de bebidas já apresentava um forte potencial de crescimento da indústria doméstica de bebidas na zona colonial” (HERÉDIA; SILVA, 2017, p. 01). Assim, ao passo que a produção de bebidas alcoólicas potencializava a economia local e regional, seus efeitos seriam rapidamente percebidos frente aos campos sociais que se encontrariam continuamente imersos em casos de violências e brutalidades das mais diversas categorizações, de modo que, frente a um momento de desatino, elementos até então vistos com certa distinção ou indiferença social poderiam converter-se em ardilosos criminosos, denunciados ou julgados por crimes das mais diversas ordens ou potencialidades. Possibilidades paradoxais para pensar... bem interessantes.

Para além da violência decorrente do uso abusivo do álcool, alguns casos policiais tanto parecem vinculados à própria loucura quanto ao gritante desvelar-se de uma sexualidade reprimida pelos mais variados agentes sociais. Assim, não raro seriam as tórridas paixões que terminariam em casamentos celebrados nas próprias delegacias, perante os olhares atentos e consternados de familiares e policiais. Também, não raros seriam os sequestros com fins

amorosos. Dizia-se que até mesmo alguns padres possuiriam amantes ou abusariam de menores, com trágicas consequências para ambos, pois, superando “até as previsões mais ousadas, o clero colonial também protagonizou inúmeros casos, visto que sacerdotes frequentemente estiveram envolvidos nos mais inusitados escândalos sexuais” (VANNINI, 2008, p. 11).

A potência da prostituição local não tardaria a ser estampada nas páginas dos jornais, assim como se faria também observar nos relatórios policiais, processos judiciais ou nas próprias memórias transcritas. Alguns casos desvelam a auto-exploração sexual como uma necessidade de sobrevivência pessoal ou familiar; outros, por sua vez, fariam funcionar uma representativa rede de exploração, constituída em espaços próprios para o deleite da prostituição organizada. Percebe-se, desse modo, que a ambicionada pureza feminina, cultuada com um misto de rigor, ignorância e vergonha, contrapunha-se à vida sexual masculina, consumidora voraz de tal rede de mulheres e homens venais.⁶⁰ Assim, a proximidade do álcool com a pobreza e a prostituição organizada gerou crimes de diversas ordens e potências com graves consequências sociais. Por outro lado, talvez como tentativa de resposta, o poder público propiciou o desenvolvimento de regramentos sociais que atingiram tanto a própria estética e ocupação do espaço central da cidade quanto procurou reorganizar o espaço invisibilizando ou repelindo seus desviantes.

60 Algumas famílias acreditariam que, por meio da ausência do diálogo ou da educação sexual, conseguiriam manter crianças e jovens distantes de temas considerados indecentes. Assim, quando convidados a falar sobre casamentos, núpcias ou nascimento de crianças, alguns destacariam que “gnanca se sentia mia um pupá e na mama che gavea i fiú i dir na spalaciáda. No te sentíi mia gnené” (nunca se ouvia um pai ou uma mãe que tinha os filhos a dizer frivolidades. Não se ouvia nada disso!) (GIORDANI, 1982, p. 117). Quando as crianças nasciam, destacava-se a ação de uma “vécia lá, te sé che l andava sempre in volta pala colônia...” (velha lá, sabes que ela sempre ia para cá e para lá pela colônia...) (GIORDANI, 1982, p. 117). Tal idosa estaria presente em outros relatos: “a mama dize ache i tozatei i vegnea del bagnado e che na vécia i portava tea sporta. E lora noántri sentíimo coêe ranete a sgnessoear. Lora me fea pecá parchê pensaimo che i iéra túti tuzíti lá in medo al bagnado che i spetava che qualchedúni i ndesse catárlí. E noántri inserca de stí tozatéi. Ma no ghemmo mai cata nó” (a mãe dizia que as crianças vinham do banhado e que uma velha os trazia numa sacola de trança. Então, nós ouvimos o coaxar das rãzinhas. Então, nós tínhamos pena porque pensávamos que eram todas criançinhas lá no meio do banhado, esperando que alguém fosse buscá-las. Mas nunca encontramos” (BATTISTEL, 1982, p. 555). Conversar sobre o sexo ou a sexualidade seria um grande pecado, “parchê no i te dava gnanca la comunion se par acaso se ghe contava chêe brute robe lá ai tozátei. E se no se slevava túti coêi che ghea da végnare, i dava mia a comunion” (porque não te davam nem a comunhão se, por acaso, se contava essas coisas feias aos pequenos. E se não se criava todos os filhos que vinham também não davam a comunhão). Embora a repressão pareça uma prática para crianças e jovens, nem mesmo a proximidade do casamento permitiria qualquer abordagem: “No, nó. Gnanca alora! I se maridava sensa saver gnente lora. Sol se i o savea par fora, ma nó che gheo ghíssimo dito” (Não, não. Nem então! Casavam-se sem saber nada. Só se o sabiam por fora, mas não que os tivéssemos dito) (GIORDANI, 1982, p. 117). Valduga (2007), entretanto, ao valer-se da pesquisa de Favero (1995), enfatiza que em tal período até poderia haver “um ‘relativo’ desconhecimento sobre a sexualidade. Em quase todos os depoimentos de mulheres a respeito do tema, a maioria dizia-se ignorante do assunto até seu casamento. No entanto [...] é preciso não confundir inocência com ingenuidade. Muitas tinham noções das práticas sexuais através de um aprendizado empírico na observação diária do comportamento dos animais a que estavam constantemente em contato. Segundo a mesma autora, algumas mulheres entrevistadas [...] explicitavam em seus relatos ‘ouvirem falar’ de mulheres que haviam se casado grávidas; ou ainda, tomavam conhecimento do assunto em conversas com amigas e parentes próximos. Isto denota um certo saber velado do tema, portanto, parte de um discurso que parece não-permitido, mas que, de certa forma, todas pareciam ter conhecimento” (VALDUGA, 2007, p. 96).

6.1 - *Ma, vegnara il giorno...* fluxos sociais, pobreza e o desejo da higienização eugênica

Em Caxias do Sul, a percepção do sexo como produto a ser consumido parecia atingir todas as classes sociais e transformaria a própria percepção de cidade. Em tal contexto, um dos “redutos mais famosos localizava-se na rua São João. Ali foram construídas várias casas em todo o percurso da referida rua, tanto no lado esquerdo como no lado direito. A rua São João [localiza-se] entre às ruas Visconde de Pelotas e Dr. Montauray” (SCOTTI, 2010, p. 15).

Atentos, os impressos jornalísticos indicavam a possível ‘degeneração’ da sociedade, da mesma forma que indiciavam para algumas ‘perversões’, como a prática do sexo pago com menores e adolescentes carentes. A correlação entre aqueles que comercializavam prazeres aos que podiam pagar passa a estampar as páginas dos impressos como cenas de um cotidiano que contrapõe a engenhosa fabula criada sobre o migrante potentemente religioso, ordeiro e trabalhador, como também seriam, ou deveriam ser, os seus descendentes. Na década de 1930, a cidade desenvolvimentista e progressista seria percebida como uma espécie de espetáculo da modernidade emergente, mas que tanto apresentaria alguns desregramentos quanto procuraria direcionar ao ‘outro’ eventuais comportamentos desviantes ou impróprios que atentavam contra a ordem e a imagem constituída, desestabilizando-a.

O então jurista Jeronymo Neves, ao desenvolver a coluna ‘Caxias de ontem e hoje’, traçaria a conexão entre a chegada do trem e o desencadeado processo transformador. Para ele, antes daquele acontecimento, Caxias possuiria a “fisionomia bucólica dos sítios propícios a vida contemplativa, aonde o corpo e o espírito repousam na paz endêmica das remansosas estancias, no seio acolhedor e tonificante da madre Natureza” (O MOMENTO, 1933, nº 01). Até então, a localidade seria portadora de um aspecto

[...] acentuadamente colonial, impresso na encantadora simplicidade dos costumes rurais, destacando-se na flamante indumentária do colono, muitos dentre eles ostentando ainda custoso terno de veludo, conservados como relíquias trazidas da pátria distante, punha uma nota de suavíssima poesia no concerto de tua laboriosidade incessante fortalecida e temperada por essa disposição de bom humor, que é um dos traços característicos do italiano. A par de tudo isso, o custo insignificante, permitindo o equilíbrio dos orçamentos domésticos às famílias de reduzidos e parcos recursos” (O MOMENTO, 1933, nº 01).

Desse modo, para o comentarista, a cidade contemporânea surgiria como uma espécie de representação ou

[...] laboratório em que se combinam os elementos integradores do progresso e engrandecimento de um povo, entra, atuando preponderantemente e eficientemente a fecunda operosidade desse povo a população de Caxias, pela sua contratação ao trabalho desde o rude amanho da terra ao carinhoso cuidado dispensado aos diferentes ramos de sua atividade industrial, foi, com todas essas predisposições que são o

apanágio da raça, ao fator indispensável ao seu desenvolvimento econômico, propiciando-lhe, facilitando-lhe a benéfica atuação (O MOMENTO, 1933, nº 01).

Em Caxias do Sul, tal mundo foi transformado, principalmente, pela própria chegada da estrada de ferro e do trem à localidade. Dentre tantas, uma consequência importante daquele momento seria a possibilidade de contato entre mundos sociais diferentes, ocasionado, principalmente, pelo intenso desenvolvimento comercial e pelas novas relações com aqueles que poderiam facilmente chegar de terras distantes. Entretanto, as mudanças pareceram, em um primeiro momento, atingir principalmente o espaço urbano da localidade, as colônias permaneceriam ainda, de certo modo, valorizadoras das tradições rurais, com suas relações sociais, políticas e religiosas, profundamente protegidas pelo clero, que atuaria como uma espécie de filtro contra as aceleradas mudanças.

A cultura visual ganharia, em tal cenário, um importante destaque ligando sujeitos, visualidades urbanas e estúdios fotográficos. Ao papel do fotógrafo, então, caberia a sedução da captura do tempo, a cristalização do momento perante o eterno, além de apresentar um interessante objeto a ser consumido enquanto produto de recordação. Ter-se-ia a reprodução superficial das coisas, uma espécie de clichê da superfície social da localidade. Assim “desenvolvida [a imagem] limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes” (LINCH, 1997, p. 07). Desse modo, os fotógrafos mesclaram suas vidas com aquelas existentes no próprio espaço registrado, influenciaram, assim como propiciaram uma maneira de ver o próprio passado e aqueles que, naquele momento, percebiam o efervescente presente. Apresentaram o júbilo da transformação do espaço nativo em urbe materializada, a intensidade das transformações visuais, destacaram os comércios, as fábricas, seus empregados, os passeios centrais, a magia ainda misteriosa dos cinemas ou as atrações culturais chegadas à localidade, os embates políticos que transformavam sentimentos, registravam a própria inquietação das mudanças; por vezes, melancólicas ou ambiciosas imagens cristalizadas nos estúdios profissionais, com seus artísticos cenários, mesmo que urbanos, como parece querer representar a nova imagem da praça central de Caxias do Sul, apenas cinco anos após a chegada do trem a cidade.

Figura 15 – A praça central de Caxias do Sul em 1915, cinco anos após a chegada do trem.



Fonte: AHMJSA

Talvez, ali, políticos e populares ambicionassem ouvir o que seria dito cerca de trinta anos depois, em 1948, pelos pesquisadores da Revista Brasileira de Geografia - RBH, quando, em pesquisa de campo intitulada “Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul”, enfatizariam que “Caxias é a capital do Planalto” (RBG, 1948, p. 506). Em tal contexto, o colonizador italiano seria amplamente destacado, pois sua mão de obra abundante, “abundante, barata e especializada [...] foi um elemento ponderável para a criação e o desenvolvimento da indústria em Caxias do Sul [...] Mas certamente o fator decisivo foi o espírito empreendedor de alguns colonos, dentre os quais Abramo Eberle” (RBG, 1948, p. 510).

Embora Neves (1933), por sua vez, não deixe muito claro o que considere como ‘povo local’, a vantagem particular da raça seria amplamente destacada por ele. Logo, percebe-se que, atentos aos discursos que chegavam tanto de países distantes quanto de importantes centros urbanos brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, alguns articulistas, políticos

e industriais evidenciavam suas proximidades com os preceitos eugênicos⁶¹ já reconhecidos em tais espaços, valendo-se, com certa frequência, de contextualizações relacionadas à raça, com suas possíveis virtudes ou degenerações, hereditariedade de vícios ou perversões, miscigenações desabonadoras, a essencial constituição da moralidade social em diálogo ao higienismo e ao sanitarismo, a regeneração social, a capacitação intelectual das lideranças. Tais percepções direcionariam seus enobrecimentos a determinados grupos, em especial aos imigrantes europeus e seus descendentes, ao passo que seria contraposta com inevitável desalento aos mestiços, negros, pobres e periféricos naquilo que, por alguns, seria compreendido como uma espécie de “choque das raças inimigas. A vitória do mais fraco sobre o mais forte” (CAXIAS, 1931, p. 06), entendimento desenvolvido pela articulista Sylvia Serafim, originalmente publicada no Lux-Jornal, na cidade do Rio de Janeiro, e, posteriormente republicada no Jornal Caxias.

O texto dedicar-se-ia a problematizar a condenação à cadeia elétrica imposta a “cinco negros de 16 a 19 anos (moleques, como nós por desprezo poderíamos chamar a esses menores), pelo fato de terem assaltado raparigas brancas que, em um trem de carga, iam disfarçadas em roupas masculinas” (CAXIAS, 1931, p. 06), no Estado do Alabama, localizado no Sul dos EUA. Após discorrer sobre todo o ocorrido, Serafim salientaria que lá a justiça teria classificado tal crime “não pelo assalto ou atentado ao pudor, mas pela profanação da raça, pela pigmentação da pele” (CAXIAS, 1931, p. 06). Realizada a contextualização, Serafim logo dirigiria seu olhar para a presença negra em terras brasileiras afirmando que:

Nós, brasileiros, se para uso próprio conservamos o preconceito de raça, se por uma questão estética não amamos a pele negra, nem mesmo aqueles que de nós a possuem, sentimos no entanto que não há crime em possuir uma epiderme que retém todos os raios solares e legislamos para o cidadão sem cogitar a sua cor. Possuímos,

61 O termo eugenia (boa geração) foi cunhado em 1883 por Francis Galton, primo de Charles Darwin. ‘Eugenia’ seria a ciência que lidaria com todas as influências que supostamente melhorariam as qualidades inatas de uma pressuposta raça em favor da evolução da humanidade. Galton partiu de uma proposição estatística de distribuição de talentos entre uma dada população, para defender que o caráter e as faculdades dos seres humanos seriam distribuídos de acordo com certas leis estatísticas. Dessa forma, ele justificou que, como os cérebros de uma raça-pátria-nação encontravam-se principalmente em suas elites, aí se deveria concentrar a atenção e os esforços para o aprimoramento. Seria estatisticamente ‘mais proveitoso’ investir nas elites e promover o ‘melhor estoque do que favorecer o pior’. Galton procurou demonstrar que as características humanas (inclusive, as intelectuais, culturais e morais) decorriam da hereditariedade mais do que da própria História, dando início ao que seria conhecido como Darwinismo Social. O uso distorcido e falseado do pensamento darwinista agrediu a Darwin, que discordou dele publicamente e radicalmente. No entanto, o ‘darwinismo social’ foi ainda mais caro à História das Ciências, pois ajudou a criar pressupostos de uma pretensa evolução biológica/cultural que incentivou e favoreceu diversas formas de segregacionismos. Foi na invenção dessa tradição científica que muitos racistas do fim do século XIX e início do XX nutriram-se. A noção de ‘raça’ em seu sentido científico foi introduzida aos debates acadêmicos por Georges Cuvier e a de ‘degeneração da raça’ por Arthur de Gobineau. Esses homens defenderam a supremacia do noroeste da Europa por uma pretensa superioridade racial. Essa presunção serviu como justificativa para imperialismo do capital europeu e estadunidense sobre o mundo. Formou-se um campo conceitual em que setores das elites econômicas e seus intelectuais elaboraram novos conceitos a serviço da perpetuação, por uma modernização conservadora, de uma sociedade de exclusão e de exploração (AGUILAR FILHO, 2011, p. 16).

relativamente, menos negros, como também menos brancos do que a América do Norte e a esse caldeamento devemos a aparição da sub-raça que somos, e que inegavelmente não revela nenhuma inferioridade junto aos demais latinos, *slavos* ou anglo-saxões. Dos defeitos inerentes aos brasileiros são responsáveis a sua educação cívica e social. E sabemos que para o aperfeiçoamento dessa sub-raça devemos atacar os males hereditários que degeneram a espécie, e cuidar a purificação de costumes que conserva as conquistas alcançadas. A mais ampla divulgação dos preceitos de Eugenia, e o maior aperfeiçoamento da educação coletiva são processos bem mais elevados e produtivos do que a cadeira elétrica para os profanadores da raça (CAXIAS, 1931, p. 06).

Assim, os discursos xenófobos ou racistas não tardariam a aparecer cada vez mais intensamente nos periódicos locais e, mais uma vez, tencionaram tanto o próprio território da cidade quanto as possibilidades adjacentes a tal experiência. Distanciados da respeitabilidade social, os cidadãos vistos como não europeus, ali, experimentariam a dura realidade de, por longa data, serem percebidos como cidadãos de segunda classe. Du Bois (1999), ao destacar a difícil situação enfrentada pelos negros norte-americanos, na década de 1920, faz perceber que de modo algum pareciam diferenciar-se das situações enfrentadas pelos cidadãos negros brasileiros. “É uma sensação estranha”, afirmaria Du Bois (1999), “essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos dos outros, de medir a própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade” (DU BOIS, 1999, p. 55). Além disso, “sempre a sentir sua duplicidade – americano, e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroce” (DU BOIS, 1999, p. 55).

Em Caxias do Sul, ao longo do processo colonizador, e mesmo depois de já amplamente consolidada a tendência urbana, antipatias e intolerâncias impactavam diretamente os grupos discrepantes de tais tradições europeias, como os negros ou indígenas. Esquecidos, invisibilizados ou silenciados, tal comportamento não se daria somente no espaço em que desenvolvi meu estudo, mas se faria perceber em grande parte do território brasileiro, envolvido em questões sociais e étnicas tão profundas, “que deita raízes em um passado colonial recente e nas sequelas que ele produziu e que ainda não foram ultrapassadas” (FERNANDES, 1989, p. 06). Essas percepções relacionadas ao não europeu já se faziam notar poucos anos após o término oficial da escravidão no Brasil, como pode ser constatado mediante a análise do decreto⁶² número 528, de 23 de junho de 1890:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas Art. 2º Os agentes diplomáticos e consulares dos Estados Unidos do

62 www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html

Brasil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos imigrantes daqueles continentes, comunicando imediatamente ao Governo Federal pelo telegrafo quando não o puderem evitar. Art. 3º A polícia dos portos da República impedirá o desembarque de tais indivíduos, bem como dos mendigos e indigentes. Art. 4º Os comandantes dos paquetes que trouxerem os indivíduos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os privilégios de que gozarem, nos casos de reincidência (Decreto nº 528 de 23 de junho de 1890).

Se a oficialidade governamental regulava a condições específicas o ingresso de africanos no Brasil, o cidadão negro aqui existente enfrentaria toda ordem de preconceitos, intolerâncias e segregações. Nas palavras de Azevedo (2004), em contrariedade aos migrantes europeus, o cidadão negro, sobrevivente no Brasil, seria “considerado de raça inferior porque descende de africanos, viciado, imoral, incapaz para o trabalho livre, criminoso em potencial, inimigo da civilização e do progresso, que os discursos imigrantistas repudiavam abertamente” (AZEVEDO, 2004, p. 134). Desse modo, Enders (2008) destacaria que, ao final do século XIX,

[...] numerosos estudiosos e ensaístas estimam que o branqueamento da população brasileira é inevitável e que, graças à imigração europeia, o Brasil será uma nação branca e, portanto, civilizada. Alguns afirmam que o elemento africano está fadado à extinção no Brasil, considerando-se as péssimas condições de saúde e a forte mortalidade que o caracterizam” (ENDERS, 2008, p. 140).

Após o término da escravidão, os braços que até então geraram riqueza para determinados grupos sociais viram-se tratados como sujeitos inferiores para o trabalho, portadores de condutas sociais duvidosas e de grande incapacidade para fomentar o desenvolvimento nacional. Tal construção discriminatória e segregacionista deu-se no “interior de um longo curso, ou seja, o racismo estava bem fundamentado em teses supostamente científicas que defendiam, com base no darwinismo social, a inferioridade de uns e superioridade de outros” (MORAES; SOUZA, 1999, p. 09). Assim, de acordo com Fernandes (1989), os negros existentes no Brasil seriam os “testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável. O mesmo ocorre com o indígena, com os párias da terra e com os trabalhadores semilivres superexplorados das cidades” (FERNANDES, 1989, p. 06).

Em 1872, apenas três anos antes do grande deslocamento de migrantes europeus rumo ao Sul do Brasil, o Rio Grande do Sul contava com mais de 31.900 negros e pardos em situação de escravidão.⁶³ Aqueles que não se encontravam escravizados totalizariam o número de 38.948 pessoas. Logo, até 1888, os colonizadores europeus provavelmente conviveram ou identificaram as ações escravistas ainda existentes no território brasileiro ao longo de seus

63 Censo brasileiro de 1872. <http://www.nphcedepplar.ufmg.br/pop72/index.html>

deslocamentos para além dos limites das Colônias Imperiais que, por força de lei, não poderiam contar com o trabalho de pessoas escravizadas. Desse modo, embora a região Nordeste do Rio Grande do Sul tenha sido colonizada predominantemente por grupos de tradição europeia, a presença negra e indígena não seria exatamente insignificante, ainda que pudesse ser passível de contundente invisibilidade social, pois, para Leite (1990), a “invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações” (LEITE, 1990, p. 41). Logo, a gradual construção sociocultural de uma italianidade imaginada como superior procuraria diferenciar-se daquilo percebido como não europeu, de modo que os outros, em especial os cidadãos negros, seriam cognominados ‘brasileiros’, expressão que, segundo Lazaroto (1981), seria “o nome dado aos pretos [...] Termo que trazia muito de pejorativo e muito de um racismo que o descendente italiano cultuou em favor da sua superioridade” (LAZAROTO, 1981, p. 92).

Pierre Bourdieu (1989) coloca em evidência que as lutas relacionadas às identidades étnicas ou regionais fazem relação ao direito de reconhecimento/propriedade que remete à “origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, [...] são um caso particular das lutas; das classificações; lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer; de impor a definição legítima das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 113). Atento ao processo, Bourdieu remete tais embates ao poder simbólico, um poder capaz de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Observa-se que tal poder possibilita a seus agentes tanto a produção quanto a reprodução de conhecimento; do mesmo modo que cria e consolida práticas e discursos, agindo, assim, como meio legitimador do pensamento transmitido pela oficialidade. Desse modo, tanto as memórias sociais que se ambicionam propagar, quanto os patrimônios culturais e as representações mentais das regiões (as regionalidades) podem ser moldados por dispositivos sociais, baseados em poder, articulação e conhecimento, que acabam por servir a determinados grupos ou a parte destes. Tais dispositivos demarcariam um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 138), que ocorreriam de modo decisivo sobre os capitais simbólicos existentes nas sociedades, independentemente das classes sociais que os produzam ou representem.

Nessa perspectiva, Bourdieu (1989) pondera que diferentes classes, e suas frações, “estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses [...] reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais” (BOURDIEU, 1989, p. 11). Além disso, tais classes poderiam “conduzir essa luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica” (BOURDIEU, 1989, p. 11). Assim, como já destacado, Le Goff (1992) considera que a “memória colectiva ha constituido un hito importante en la lucha por el poder conducida por las fuerzas sociales” (LE GOFF, 1992, p. 134), de modo que se apoderar da “memoria y del olvido es una de las máximas preocupaciones de las clases, de los grupos, de los individuos que han dominado y dominan las sociedades históricas. Los olvidos, los silencios de la historia son reveladores de estos mecanismos de manipulación de la memoria colectiva” (LE GOFF, 1992, 134). Dessa forma, ter-se-ia a criação, validação e consolidação das próprias tradições.

Ocorre que o discurso tradicionalista, fundamentado no conservadorismo discursivo e na energia das lutas pelas memórias, também dialogaria com segregacionismos de múltiplas ordens, de modo especial o étnico, evocando para si atributos superiores vinculados à cultura, trabalho ou a qualquer outro aspecto social que propicie uma pretensa distinção enaltecida. Tão intensos caminhos conseguiriam fazer-se notar tanto na efemeridade quanto na precariedade da cidadania local proposta àquele distinguido como *diferente*, potencializando subliminares ações xenófobas ou descaradamente racistas, tais quais as apresentadas por Batistel e Costa (1982) ao destacarem a difícil relação social desencadeada entre os imigrantes colonizadores e seus descendentes junto aos cidadãos negros. Segundo eles, a mentalidade imigrante chegaria a nova terra condicionada pelos prováveis perigos que ali encontrariam. Desse modo, consideravam os estudiosos que o “conceito já criado na mente dos imigrantes, na Itália, de que o Brasil estava cheio de índios que comiam gente, criara ainda maior pânico. Preconceito semelhante a este criou-se em relação ao negro” (BATISTEL; COSTA, 1982, p. 108). Assim, em meio a certa entrevista⁶⁴, ao perguntarem sobre a “história do negro que

64 As transcrições que seguem tentam aproximar-se tanto quanto possível da fala, não se registrando “sic”, quando o autor sabe que há erro para evitar o truncamento das transcrições. A entrevista, feita em Talian, com algumas partes em português, foi realizada e traduzida pelos próprios entrevistadores. As falas completas seriam as seguintes: - *Come zea a stória del negro che piantava mílio?* (Como foi a história do negro que plantava milho?) – *A ghe giéra um Giareto lá a Monte Bérico, Balin de sobrenome, ela mansava mule, el giéra fato romai colá.* (Havia um Giareto em Monte Bérico, de sobrenome Balin, que amansava mulas e já se havia arrumado.) Era *um talian qiüeo.* (Era um italiano.) *El gávea sempre nígrí caza par laorar, trapear.* (Ele tinha sempre negros em casa para trabalhar, ajudar.) *El gávea i can catívi, ghe molava drío i can...* (Ele tinha cachorros brabos e largava atrás deles os cachorros...) *E, um dí, ghé capitá um negro: el gavea bruzá na rossa par piantar mílio nó, el fava piantar,*

plantava milho”, Batistel e Costa (1982, p. 284) ouviriam do entrevistado que, em Alfredo Chaves, atual Veranópolis/RS, haveria um “Giareto em Monte Bérico, de sobrenome Balin, que amansava mulas e já estava estabelecido. Era um italiano”, reconheceria o entrevistado. O sujeito em questão contaria “sempre [com] negros para trabalhar, ajudar. Ele tinha cachorros brabos que largava atrás deles... E um dia chegou a sua casa um negro, todos batiam lá...” “O que você quer?”, indagaria Balin. “Eu vi dizé [...] que o senhor sempre justa um negro pra prantá, pra carpi, pra roçá...” Atento, o proprietário perguntaria: “Você é bom em plantar milho?”, “Eu prantá mio”, respondeu-lhe o estranho. [...] “Bem, bem, amanhã vamos plantar milho”. “Sim, sim, patrão, mas eu faço serviço de gente branca, nó de negro”. Entretanto,

el giéra um colono forte chel tempo lá. Eh! O gó conossesto bem. (E, um dia, chegou à sua casa um negro. Havia apenas queimado uma roça para plantar milho. Ele mandava plantar; era um colono forte naquele tempo. Eu o conheci bem.) *E lora cápita um negro, túti batea lá.* (E aparecera lá um negro, pois todos iam bater lá.) *Cossa vuto?* (Que queres?) *Eo ghe parlava in talian:* (Ele lhe respondia em italiano) “Eu vi dizé, *el diz*, que o senhor sempre justa um negro pra prantá, pra carpi, pra roça... *El gue parlava in talian, lú el capia istesso.* (Falava-lhe em italiano e o negro entendia assim mesmo.) *Sito bom a piantar mílio?* (És capaz de plantar milho?) O que? *Piantar mílio sito bon?* (És capaz de plantar milho?) Eu prantá míio, *el gá ito*, (disse ele) pô, pranto! *Te a cunti massa bona, lú el capia mia tuto.* (Você conta muita vantagem, ele não compreendia tudo.) *Se te sté quá [...] te vé piantar mílio!* (Se ficares aqui, vais plantar milho!) *Parlava um poco in talian, um poco in brizilian!* (Falava um pouco em italiano e um pouco em português!) *Bén, bén, diman ndemo piantar mílio!* (Bem, bem, amanhã vamos plantar milho!) Sim, sim, patrão, mas eu faço serviço de gente branca, nó de negro. Vamo vê, *diman, el gá ito, vamo vê.* (Vamos ver, amanhã, vamos ver.) *El ghe gá dato na patata grossa che'l magne intanto.* (Deu-lhe uma batata doce, grossa, para ele comer.) Eu sô fino no prantá míio, deixa pra mim, que eu sei prantá míio. *A matina drio, el ghe gá dato um, no só cossa che'l ghe gá dato, um toco de pan, de quêi che no magnava gnanca i can...* (Na manhã seguinte, deu-lhe um pedaço de pão desses que nem os cachorros comiam...). *Lé ndá dô pela rossa cossí.* (Ele foi na roça assim.) Ota! Que pedaço eh! *El parlava sempre in brizilian.* (Falava sempre em português.) Eu quero um serviço bem feito, *vui fato puito* (você faça bonito). Deixa pra mim, deixa pra mí. [...] *E, lora, sto negro el seitava brontolar* (Mas o negro continuava a resmungar) ma esse patrão há de se fino [...] Eu também sou fino, eu faço serviço de gente branca, pensa que sai todo negro que passa aqui! *E, lora, el gá volta el bocó, el fá um sie sete búzi col saraqúa.* (E, então, virou o bocó fez seis ou sete buracos com o saraqúa.) *Dopo el gá ito:* (Depois disse) vai vê que bem que vô conta. *Lora el ciápa um gran tel bocó e um zô tel buzo, dois, zô tel buzo, três, zô tel buzo, esse vai três.* (Então tomou um grão do bocó e contou: um, e jogou no buraco, dois, e jogou no buraco, três, e jogou no buraco, nesse vão três.) *El sara sú el buzo el quêrde, sú col sponcion.* (Fecha o buraco, cobrindo-o com o saraqúa.) Oia, um instante. *El ciápa, agora eo vô bota num metro e vinti, nol savea gnanca cossa che iéra lú um metro e vinti.* (Agora vou distanciar um metro e vinte, mas ele nem sabia o que era um metro e vinte.) *E nantra cova col saraqúa,* (Fez outra cova com o saraqúa) aqui vai quatro gron: *um gran al colpo como se dize le tánie.* (quatro grãos: um grão spor vez, como se dizem as ladainhas.) *Lora, el paron lé capita co a coeassion, el guea fato dôdeze, trédeze buzi de quando che lé partio.* (Aí, o patrão chegou com a merenda da manhã, ele havia feito doze a treze buracos desde quando começou.) *El gá sgorlá a testa: Ció, moro, el gá ito, vien quá,* (Sacudiu a cabeça: olá, negro, disse, vem cá.) *El gá brontoeá e chelaltro nol gá gnanca capio.* (Resmungou e o outro nem compreendeu.) *A no te dão mia gnanca a coeassion gnanca nó, el gá ito.* (Nem vou te dar a merenda, disse ele.) Até aqui? Ma até aqui sim, por quê? *Quanto ti leva pra í insima dessa roça aqui?* (Quanto tu levavas para chegar em cima dessa roça?) Té que tá acabado, *el dize.* (ele disse). *Sí, ma se te ghé fameia, te slévi i túzi...chealtro nol capia mia.* (Sim, mas se tens família e filhos a criar... O outro não entendia.) *Lora el gá ito:* (Então disse): *Iscuita, el ghe gá spricá in talian: Scolta, a zê meio che te a tui de quá, zê meio che te vai pí vánti!* (Escuta, explicou-lhe em italiano, é melhor que te arranques daqui, é melhor que vás adiante!) O que? É melhor tu sair daqui! Por quê? *Parchê* (Por quê) quando essa cova de míio aqui faz a espiga *chealtro lá sú el gá ancora de násser.* (a outra, lá em cima, está ainda por nascer.) *Tôtea, tôtea pá a pí curta!* (Saia, saia pela mais curta!) *Tôtea, moro!* (Saia, negro) *Sensa coeassion.* Sem merenda) *El ghea piantá anca a stache, par inpiantarlo drito* (Havia também fincado estacas para plantar direito o milho) (COSTA, BATISTEL, 1982, p. 284-285). Tais percepções destacam que certas práticas sociais não seriam localizadas, mas teriam um alcance bem maior e se fariam perceber ao longo de parte da região.

aparentemente não convencido, o proprietário teria exclamado: “Vamos ver...” (BATISTEL; COSTA, 1982, p. 284-285).

O trabalhador negro, ao que parece, procurava pela distinção, mesmo que imaginada. Sabe como o branco é percebido socialmente e, de igual modo, sabe como o negro o é. Assim, defende a si próprio como trabalhador sério, caprichoso, comprometido, superior, pois não trabalharia como os negros, afinal ele ‘fazia serviço de gente branca’. A aparente necessidade de assim referenciar-se indicaria como o negro seria ali percebido, impetrando-lhe fortes sujeições que chegariam, inclusive, na própria negação de si. Na manhã seguinte, antes de iniciar a plantação, o empregado teria ganho “um pedaço de pão daqueles que não comiam nem os cachorros” (BATISTEL; COSTA, 1982, p. 284-285). Depois de alimentado, foi encaminhado ao espaço onde faria o plantio: “Ota! Que pedaço eh”, teria ele exclamado; ao que Balin iniciaria as recomendações voltadas ao modo de efetuar o plantio, a quantidade de sementes, o manejo com as ferramentas, e ali o deixaria com sua atividade, que seria realizada em troca de mais alimento.

O comportamento do proprietário, entretanto, teria desagradado o contratado e, assim, o relato continua com o entrevistado salientando a insatisfação ante as recomendações que ouvira, mais uma vez relacionando a cor de sua pele com a qualidade do serviço que executaria: “Eu também sou fino, eu faço serviço de gente branca, pensa que seja como todo negro que passa aqui?⁶⁵”. Depois de certo período, tem-se o retorno do proprietário da terra que, ao não apreciar o que vê, exclamaria: “Oh, negro, venha cá. Eu não te dou nem mesmo a merenda” (BATISTEL; COSTA, 1982, p. 284-285). Após avisar que não daria nem mesmo o alimento antes combinado, Balin passaria a reclamar tanto da demora quanto da própria realização do serviço e, em tom dúbio, lembraria ao negro que se tivesse “família, filhos para criar” deveria sair dali rapidamente: “Vai, vai, negro, sem a comida” (BATISTEL; COSTA, 1982, p. 284-285). Ele havia “fincado estacas para plantar direito o milho”, afirmaria o entrevistado (BATISTEL; COSTA, 1982, p. 284-285).

O tom jocoso utilizado pelo entrevistado parece encobrir uma situação social tensa, que, mesmo posta em dúvida perante a flexibilidade das memórias, interesses ou sentimentos, não poderia deixar de ser relatada. Anedótico ou realista, a percepção preconceituosa relatada pelo entrevistado implode o sujeito negro em múltiplos campos, especialmente no campo do trabalho. Segundo os pesquisadores, das “tantas conversas infundadas que circularam nos

65 Destaque-se que em nenhum momento o referido entrevistado afirma haver mais alguém junto ao trabalhador que pudesse ter ouvido tais reflexões. Ele transmite-as com confiança, mas possivelmente são reflexões e memórias obtidas pelo que Pollack definiria como “vividos por tabela” (POLLAK, 1992, P. 200).

primórdios das colônias em referência ao negro, hoje [1982] ainda, em lugares mais retirados, onde só há descendentes de italianos, as crianças, até certa idade, tem medo dos negros” (BATISTEL; COSTA, 1982, p. 108). Segundo eles, seria por meio dos “preconceitos culturais que desencadearam preconceitos raciais. A ideia de que o negro não trabalha ou [...] que não tem organização pervade (sic) a cultura italiana como [salientado] em Nanetto Pipetta, que retrata a vida e o pensar dos primeiros imigrantes italianos” (BATISTEL; COSTA, 1982, p. 108). Por fim, os estudiosos consideram que a “situação de escravidão tornou o negro sujeito a outra experiência cultural para a qual a conceituação de trabalho e economia difere do italiano. Nesta diferença cultural, os descendentes italianos fundamentaram seus preconceitos raciais em relação ao negro” (BATISTEL; COSTA, 1982, p. 108).

Percepções distintas quanto ao trabalho, assim, disfarçariam e/ou atenuariam práticas, comportamentos ou opiniões racistas ou xenófobas. Desse modo, o “colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o, enquanto reafirma o próprio imaginário. Assim, a colonialidade do poder reprime os modos de produção do conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõe novos” (OLIVEIRA, CANDAU, 2010, p. 19). Ou, como destaca Galeano (2009), o colonialismo “visível te mutila sem disfarce: te proíbe de dizer, te proíbe de fazer, te proíbe de ser. O colonialismo invisível, por sua vez, te convence de que a servidão é um destino, e a impotência, a tua natureza: te convence de que não se pode dizer, não se pode fazer, não se pode ser” (GALEANO, 2009, p. 157), de modo que, por fim, parece coibir a própria existência enquanto visualidade social.

Poder-se-ia imaginar que tal processo social, evidenciado por Batistel e Costa (1982), encontrar-se-ia perdido em um passado distante, em que os indivíduos estariam ainda condicionados ao medo do mundo desconhecido que, a partir de agora, estariam inseridos; assim, a desumanização seria consequência do medo e das diferenciadas percepções ante um mundo novo. Entretanto, o estranhamento seria tanto percebido quanto potencializado ao longo dos anos vindouros e ganharia, até mesmo, ares de cientificidade frente algumas teorias desenvolvidas no período. Dessa maneira, tal qual o agrimensor visitante ouvira da proprietária do albergue, na obra ficcional de Kafka (2000), determinados *outros*, perante o colonialismo excludente ou a própria colonialidade do pensamento, não seriam do

[...] castelo, o senhor não é da aldeia, o senhor não é nada. Infelizmente, porém o senhor é alguma coisa, ou seja, um estranho, alguém que está sobrando e fica no meio do caminho, alguém que sempre causa aborrecimento, [...] alguém cujas intenções são desconhecidas (KAFKA, 2000, p. 55).

A percepção do romancista aparenta encontrar eco em terras muito além daquelas imaginadas por ele, quando, em Caxias do Sul, discutimos sobre aqueles que, sob certos olhares, seriam percebidos como elementos distantes da aldeia, por vezes, como os próprios sujeitos que não são nada. É essa cidade que Neves compara à antiga representação colonial que mantivera em sua memória desde a época de sua partida; uma cidade satisfatoriamente próspera e progressista, mas que, com o passar de vinte anos, “surge a meus olhos inteiramente transfigurada, na belíssima floração arquitetônica de seus edifícios, numa fase de surpreendente renascimento, oferecendo a observação de quem a têm visitado, um [...] empolgante exemplo [da] tenacidade realizadora de um povo” (O MOMENTO, 1933, nº 01). Por fim, sua percepção destacaria que, perante o espaço revisitado, “amparada nas solidas bases de uma forte e resistente estrutura econômica, que lhe assegura a extraordinária operosidade de sua população inteligente e ordeira, há de em futuro não muito distante, emparelhar com as nossas mais cultas e adiantadas *urbes*” (O MOMENTO, 1933, nº 01).

Ao que tudo indica, o articulista esforçava-se para transmitir uma imagem de sucesso e progresso vinculada ao trabalho, inteligência e ordem social de seus habitantes. O trem fora, em tal contexto, um meio com o qual tais grupos receberam ainda mais reconhecimento frente ao seu esforço colonizador que, agora, far-se-ia ver seus resultados na cidade progressista que gradualmente apresentava-se aos olhos de todos aqueles que ali viviam, transitavam ou visitavam.

Não foi possível descobrir onde Neves estivera estabelecido quando de seu afastamento do território que comentava com entusiasmo. Sua percepção, entretanto, quando do regresso, soa instigadora em face do espaço retomado após vinte anos de transformações gradualmente modernizadoras. Além disso, tem-se o indício preponderante de que determinadas ‘raças’ dialogariam com a idealização de progresso, prosperidade, tenacidade e realização, o que parece destacar que, segundo sua percepção, ‘outras’ não teriam conseguido atingir tão alto grau de desenvolvimento. Logo, em sua análise, temos o enobrecimento de alguns e a invisibilidade de *outros*, enquanto presença social, pois, na nem tão nova cidade, o capital cultural, financeiro e social desenvolvido por selecionados agentes alteraria vigorosamente a vida cotidiana dos demais cidadãos - se é que assim poderiam ser considerados -, mediante a gradativa criação de leis, códigos de posturas, normas e regulamentos que seriam aplicados “tanto a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1999, p. 302). Assim posto, a fronteira simbólica desenvolvida entre ‘europeus’ e ‘brasileiros’ sedimentar-se-ia gradualmente, estigmatizando-os de parte a parte, de modo que discursos, símbolos e representações glorificadoras serão cotidianamente constituídas por alguns,

destacando o culto à ordem social e ao trabalho, sem nunca desconsiderar a dominação ambicionada pelo campo religioso local. Contudo, como destaca Pesavento (1994), as imagens, enquanto “representação, enunciam um ausente e reportam-se a valores subjacentes e práticas sociais não explícitas” (PESAVENTO, 1994, p. 09), de tal forma que o discurso valorativo do trabalho e a possível remarcação

[...] dos papéis para posições polares e antagônicas é bem um exemplo: os negros são associados à vagabundagem e ao ócio e, conseqüentemente, propensos à contravenção, e os descendentes de imigrantes têm a sua imagem associada ao trabalho redentor, ao progresso e à honra. Estereotipadas, tais imagens presentificam uma determinada faceta do real, tal como é vista e representada pelos indivíduos (PESAVENTO, 1994, 09).

Conseqüentemente, a pretensa “superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-outsiders ilumina exemplarmente: as relações de poder” (NEIBURG, 2000, p. 08), que se fazem perceber, inclusive, na própria arquitetura urbana ou na ocupação dos espaços públicos da área central da própria cidade. Assim, dentre outras renovações ou imposições, as edificações em madeira não transmitiriam mais uma imagem de progresso local e, assim sendo, seriam combatidas pelo poder público que as compreendia como um marco símbolo a ser superado ante a cobiçada modernidade progressista.

Um exemplo dessa postura era os Códigos Administrativos apresentados entre os anos de 1920 e 1930 que destacavam estarem “terminantemente proibidas as construções com fachadas de madeira em quadras que já tiveram cordões e sarjetas”; ou que estariam “expressamente proibidas construções de prédios de madeira dentre os perímetros abaixo determinados” ou ainda que: “A partir da data da promulgação deste Código [...] [não se] admitirá construção de prédios de madeira, seja para que fim for, nos pontos da cidade que forem especificados por edital [...] As [edificações] [...] já existentes nas ruas e praças já incluídas na proibição do artigo anterior não poderão ser reconstruídas, nem reformadas, nem aumentadas, sob pena de demolição da reforma ou do aumento feito.” (CÓDIGO ADMINISTRATIVO 07/12/1920; DIRETORIA GERAL DE OBRAS E VIAÇÃO; CONSTRUÇÕES; EDITAL DE FEVEREIRO DE 1927). Assim, o futuro criador do primeiro Museu Municipal de Caxias do Sul, Demétrio Niederauer⁶⁶ (1890 – 1970), ainda quando

⁶⁶ Bacharel em Direito, professor, poeta e jornalista. Em Santa Maria/RS, cidade em que nasceu, foi secretário do município. Na cidade de Ijuí/RS ocupou o cargo de juiz distrital. Em Caxias do Sul, além de atuar como advogado, foi nomeado secretário da Intendência, conselheiro municipal, consultor jurídico, procurador municipal, juiz suplente e prefeito interino ante a renúncia de Dante Marcucci. Dentre outras tantas proposições voltadas ao desenvolvimento técnico e científico, idealizou a criação da Escola Normal, onde atuou como professor, integrou

secretário municipal, ao colaborar para o desenvolvimento de tais regramentos, afirmaria que seria necessário impor

[...] delimitações a liberdade individual e ao direito a propriedade; deve cuidar da instrução pública, da higiene, da assistência, da venda de alimentos, das vias de comunicação [...] zelar pela estética das edificações, exigindo mais capricho nas construções, para o que nem sempre a iniciativa particular está disposta a aceitar (CÓDIGO ADMINISTRATIVO, 1921, p. 65).

Seria o início de uma vigorosa tentativa para reformar⁶⁷ tanto a sociedade quanto a própria paisagem urbana, que atingiria especialmente a zona central da cidade de Caxias do Sul, voltada também para a própria qualificação das edificações⁶⁸ ali existentes, além de potencializar o combate a algumas posturas sociais que pareciam atentar para a própria ordem pública, algo muito próximo ao que já havia sido realizado⁶⁹ em outras cidades importantes do país, como Porto Alegre ou Rio de Janeiro. Assim, se a ciência

[...] condenava o povo e, com ele, a nação, o texto amargo e irônico de um Lima Barreto confirmava o abismo social entre uma elite que se queria branca, moderna, culta, a desfilar na nova Avenida Central do Rio de Janeiro - reformado pela obra do Prefeito Pereira Passos - e o povo amulhado e pobre, das periferias, das favelas e dos morros. [...] que com sua obra [...] usava o expediente literário [...] para satirizar o espírito nacional: um povo que queria ser outro... Ainda bem que não queria ser ele mesmo, pois seria muito mais triste! [...] estes anos iniciais da chamada República Velha implantada sob a inspiração da divisa ordem e progresso foram oscilantes, entre posturas otimistas a orgulhar-se de seu país [...] e um certo mal-estar diante dos impasses criados entre a civilização e a barbárie internas, ou entre a modernidade desejada e as heranças trazidas de um passado colonial e escravista (PESAVENTO, 2006, p. 206).

a comissão pela reforma do plano de ensino então existente, criou o Museu Municipal e a Biblioteca Pública, dos quais foi diretor, presidiu a primeira comissão administrativa da Escola de Belas Artes, promoveu o 2º Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia, vinculou-se ao administrativo da Festa da Uva, foi professor de Física e palestrante do Centro Cultural Tobias Barreto de Menezes, professor de Ciências no Colégio São Carlos e orientador do Centro Cívico Mauá. (O MOMENTO, O BRASIL, CORREIO RIOGRANDENSE, A ÉPOCA).

⁶⁷ Demétrio Niederauer considerava que Caxias do Sul seria uma cidade que havia surgido “da noite para o dia, de um núcleo colonial, está ainda eivada de vícios de estrutura física e social, que só a evolução normal dos usos e costumes poderá fazer desaparecer” (CÓDIGO ADMINISTRATIVO DE CAXIAS, 1921, p. 66).

⁶⁸ Dentre outras consequências, tais imposições legais propiciariam o desenvolvimento de uma arquitetura urbana representativa da elite local, disposta a superar as reminiscências de seu passado colonial. As edificações populares, que faziam perceber em si a simples funcionalidade do habitar, seriam combatidas enquanto questão estética. Seus ocupantes, por vezes, seriam criticamente analisados ante questões sanitárias e morais.

⁶⁹ Essa é a “época da ‘Regeneração’, da reforma do engenheiro [...] Pereira Passos [...] conhecida como ‘Bota-Abaixo’ [...] A ideia era transformar o Rio de Janeiro - então capital federal - numa verdadeira cidade europeia; uma Paris dos trópicos. Para tanto, a pobreza foi expulsa, os traçados urbanos modificados e as antigas edificações demolidas. O modelo de modernidade era francês, do Barão Haussmann, e a cidade cresceria, do mesmo modo que os novos hábitos dessa urbe *art nouveau*, agora repleta, segundo ele, de dândis e melindrosas. O dinheiro que afluía do café permitia a entrada de uma série de produtos importados, que iam dos automóveis aos chapéus, tecidos, meias, sorvetes e toda sorte de supérfluos que se convertiam prontamente em ícones de riqueza e ostentação. [...] Se o modelo geral, ao menos num primeiro momento, foi amplamente elogiado, já Lima assumiu para si o lugar de voz discordante. A ideia de acomodar a cidade aos padrões de civilização almejados pela elite da época, copiando e traduzindo o modelo urbanístico das cidades europeias, [lhe] parecia totalmente inadequada [...] e fora do lugar” (SCHWARCZ, 2010, p. 48). Ver mais em ‘O Imaginário da Cidade’, Pesavento, 2002.

Para Balbinot (2014), a atuação do poder público com vistas a ordenar o espaço de Caxias do Sul dava-se por meio de “mecanismos reguladores que vigiavam e puniam os proprietários das edificações ‘rústicas’ que não atendessem ao *aformoseamento* desejado pelo Código de Posturas, pois os imóveis da área central não poderiam contradizer os interesses da cultura elitista e conspurcar a cidade” (BALBINOT, 2014, p. 46). Por conseguinte, a nova imagem social de cidade ambicionada concebia a simplicidade e a pobreza como elementos a serem realocados territorialmente, uma vez que nem todas as proposições emanadas pelo Poder Público seriam “exequíveis pelos proprietários o que serviu de limitador social, pois as leis forçavam (ou constrangiam) as pessoas a se retirarem da área urbana central quando não observavam as regras elaboradas” (BALBINOT, 2014, p. 46).

A expulsão desses grupos [...] da área central demonstra a ocorrência de um claro processo de segregação socioespacial. Muitos desses grupos passaram a ocupar os arrabaldes da cidade e, longe da área central, ficaram distantes do ‘olhar’ da cidade dita ordenada. Assim, pela higienização do espaço, tem-se uma cidade que se urbaniza à custa da exclusão dos grupos mais indesejados silenciando a sua participação social e, principalmente, conseguindo seu intento de higienizar para disciplinar (BALBINOT, 2014, p. 46).

Se, por um lado, a modernidade urbana via-se continuamente potencializada pela velocidade das novas paisagens culturais, onde os cinemas também colaboravam para recolonizar pensamentos e interesses representativos daquilo que ‘de melhor’ acontecia na Europa ou nos EUA para aqueles que não poderiam deslocar-se para os grandes centros ou países ou que não o fariam com tanta frequência, a Zona Central de Caxias do Sul ficaria marcada por outros importantes simbolismos, dentre os quais a diversão perpetrada pelos bares, cafés, teatros, clubes e pelas novas edificações cada vez mais amplas e suntuosas que serviam como atrativo para que ainda mais pessoas se incorporassem ao fluxo central.

O entorno desses espaços, por sua vez, parecia servir também para apresentar os resultados decorrentes da ordem social e do organizado trabalho industrial, mediante a grandiosidade emblemática da Metalúrgica Abramo Eberle, que, localizada ao lado da Praça Dante Alighieri e Catedral Diocesana, também estaria próxima do centro de poder político e econômico da cidade, e que também servia para educar parte da sociedade para uma vida aplicada ao trabalho, como destacava a frase estampada em sua fachada principal: “Trabalho honrado e constante, tudo vence”. Além disso, a velha casinha de madeira colocada no terraço do “portentoso edifício-sede da metalúrgica vende não só a ideia do crescimento acentuado da indústria rio-grandense [...], mas a convicção de que é possível, a qualquer um, percorrer o mesmo caminho, partindo das modestas lides do artesanato para atingir as alturas de capitão da

indústria” (RAMOS, 1981, p. 18), como poderia ser imaginado mediante a amplitude da fábrica edificada bem ao centro da cidade e que pode ser vista na imagem da página seguinte.

Figura 16: Metalúrgica Abramo Eberle LTDA, localizada na zona central de Caxias do Sul.



Fonte: AHMJSA.

Ao valer-se de matérias publicadas entre os anos de 1936 e 1937, no jornal *Correio do Povo*, Pesavento (1988) apontaria que a Metalúrgica Eberle, já consolidada como a “maior metalúrgica do Rio Grande do Sul”, transmitiria a imagem de ser uma indústria em que “seus operários trabalhavam⁷⁰ em ‘disciplina quase escolar’ e aquele que se esforçava para produzir mais era recompensado, ‘existindo uma escala muito natural de acordo com o valor de cada

70 Ao analisar a caderneta de controle das multas aplicadas aos operários que ali trabalhavam, no ano de 1911, Pesavento assinala que os empregados seriam punidos “por fumar na latrina ou na funilaria, por ter assobiado na oficina, pelo estrago causado nos instrumentos de trabalho, por ter deixado o bico da torneira aberto, por ter saído para lavar as mãos antes da hora, por deixar de limpar as ferramentas, etc.” (PESAVENTO, 1994, p. 52). Os motivos são os mais corriqueiros e a maior parte da incidência das multas recaía sobre a tal proibição de fumar que, pela sua frequência, demonstra o quanto a regra era infringida. Por outro lado, a disciplinada fábrica visava ao controle de corpos e mentes. Assobiar era motivo de punição porque revelava uma evasão do espírito, um relaxamento na atenção, uma menor concentração no trabalho. O trabalho obedecia a uma sistemática implacável, e o descuido com a conservação das ferramentas ou o desleixo no seu asseio eram motivos de penalidade (PESAVENTO, 1994, p. 52).

um” (PESAVENTO, 1988, p. 39). Contudo, como já entoava Elza Soares, “A carne mais barata do mercado é a carne negra”. Logo, entre os trabalhadores mais antigos da Metalúrgica haveria entendimentos discordantes com relação aos trabalhadores negros: “teoricamente todos tem um certo respeito pelo seu trabalho sacrificado. Na prática nós sabemos que ‘os negros que trabalhavam na fundição, houve épocas em que não eram tratados como gente, eram muito ofendidos. Havia racismo. Havia bastante briga” (LAZAROTO, 1981, p. 90), demissões e abandonos por parte dos trabalhadores negros. Assim, mediante as tensões existentes entre os trabalhadores ‘brancos’ e ‘negros’, fez-se necessário “uma assembleia por causa das ofensas que lhes eram dirigidas’ Fato isolado ou não, este depoimento está evidenciando um tratamento que foi dedicado às classes que forneceram mão de obra a empresa” (LAZAROTO, 1981, p. 90). Além disso, os trabalhadores negros não seriam registrados pela metalúrgica em seu quadro geral de funcionários, de modo que Lazaroto (1981) destacaria como revelador

[...] o fato de o primeiro negro ser fichado na empresa apenas nesta data [1943]. Este fato, mesmo que indiretamente, mostra a realidade que dominava. Um número significativo de pretos é visto em fotos da época, 1906 em diante, mas apesar de seu número ser elevado, eles terão de esperar até a II Guerra Mundial para ser oficialmente registrado o seu trabalho [...] Uma percentagem insignificante (0,79%) são contratados para trabalhos de escritório, mecânica, tornearia, serviços estes que possuem um status superior dentro da hierarquia funcional. [...] o negro era contratado para ser homem de serviços gerais, serviços pesados, serviços mais sujos. A grande maioria foi contratada para trabalhar como operário, servente, aprendiz e polidor (LAZAROTO, 1981, pp. 90 - 95).

A imagem que segue procura destacar a representativa quantidade de trabalhadores negros na seção de polimento e esmerilhagem da Fábrica 2 da Metalúrgica Abramo Eberle S.A. – MAESA-, em Caxias do Sul, no ano de 1958.

Figura 17 – Grupo de trabalhadores negros atuando na sessão de polimento da MAESA.



Fonte: AHJSA.

O antigo sujeito colonizador, criador e desbravador seria, agora, representado como o empresário empreendedor, que se orgulhava e desenvolvia a cidade. Entretanto, poder-se-ia aí complexificar que a própria ascensão de capital industrial estaria “alicerçada sobre uma mão de obra operária carente⁷¹ [...] segundo a qual o negro, o imigrante, a mulher e o jovem fazem parte de uma mão de obra economicamente excedente, provinda de regiões sem estrutura industrial e que, [...] são aproveitados para o trabalho na empresa” (LAZZAROTO, 1981, p. 25). Eberle, por sua vez, destacar-se-ia como uma espécie de bom patrão, preocupado com a produtividade, bem como com a própria qualidade de vida de seus operários que, aparentemente, necessitavam seguir determinadas posturas sociais e trabalhistas na eminência de angariar alguns ‘benefícios’⁷² ofertados pela empresa. Neste sentido, em uma entrevista concedida ao *Correio do Povo*, Eberle enfatizaria que

⁷¹ A rotatividade, através dos salários baixos, funcionou, então, como elemento muito importante para a manutenção de uma política empresarial voltada para a disponibilidade natural ou forçada de mão de obra (LAZZAROTO, 1981, p. 25).

⁷² Na opinião dos seus biógrafos, este seria o motivo pelo qual não teria eclodido uma só greve entre os operários da metalúrgica em 50 anos de funcionamento, uma vez que os operários sentiam o interesse do patrão por eles, por

De minha parte fui sempre de grande parcialidade para com os meus auxiliares de trabalho. Procurei sempre dar-lhes um rendimento proporcional ao trabalho de cada um. E fui compreendido por todos, que souberam corresponder aos meus esforços e cooperar comigo no desenvolvimento dos negócios. Sempre tive em mente dar aos meus empregados o maior conforto possível na vida. Eu compreendia - e assim penso até hoje - que o operário, para produzir satisfatoriamente, precisava do conforto doméstico e de uma vida em família perfeitamente regrada. Sem grande trabalho, consegui que meus empregados se resolvessem a fazer economia. E, mensalmente, cada um deixava em caixa uma parcela do seu ordenado para a formação de um pecúlio inicial. Sobre este depósito, eu lhes pagava o juro de 8%, ficando-lhes o dinheiro inteira mente à disposição. Assim, muitos deles juntaram o suficiente para comprar pequenos lotes de terrenos, passando a tratar de construir o prédio para suas famílias. [...] Então, eu lhes emprestava a prazo longo o dinheiro necessário, mediante o juro também de 8%. Dessa forma, o pessoal de minha fábrica foi rapidamente progredindo e, hoje, em grande número, os meus operários são proprietários e levam, em Caxias, uma vida regularmente regrada e bem instalados na vida (Correio do Povo, Porto Alegre, 01/12/1931).

Percebe-se que o empresário, ao procurar o destaque de bom patrão, direcionaria a vida de seus operários para um caminho de temerosa obediência, mediante a concessão de eventuais privilégios ou benefícios assistenciais, na mesma medida em que exigiria uma ordeira moralidade do operariado frente a efervescência urbana que se fazia notar no próprio entorno das fábricas em que esses sujeitos então trabalhavam. Entretanto, tais benefícios não seriam proporcionados de modo igualitário para todos os trabalhadores, do mesmo modo que não o seria o referido conforto espiritual e material, como se pode perceber na vista parcial do bairro Burgo,⁷³ de onde provinham alguns dos trabalhadores de sua empresa além de destacar, ao alto,

seu conforto material e espiritual. Os benefícios sociais são, nesta medida, vistos como uma forma de harmonizar as relações entre o capital e o trabalho, ao mesmo tempo que têm a função de garantir a continuidade da produção. Era com orgulho que a empresa acolhia os filhos dos empregados, dando serviço a mais de uma geração e premiando com um relógio de ouro o operário que completasse 25 anos de trabalho na fábrica. É necessário, contudo, verificar que nada era absolutamente gratuito, ou seja, a retenção de uma parcela do ordenado do operário representava, em última análise, uma captação da poupança do trabalhador para a empresa, a qual aumentava assim o seu capital de giro, além de o dono da fábrica ganhar, ideologicamente, o status de ‘bom patrão’” (PESAVENTO, 1988, p. 79). Além disso, Foucault enfatiza que seria assim, “sob a forma destas instituições aparentemente de proteção e de segurança [que] se estabelece um mecanismo pelo qual o tempo inteiro da existência humana é posto à disposição de um mercado de trabalho e das exigências do trabalho” (FOUCAULT, 2001, p. 117). Mais crítico, Ramos (1981) ressalta que Abramo Eberle recebe poupanças de seus empregados, com o encargo de guardá-las e remunerá-las através de pagamento de juros. Não só o empreendedor industrial foge, por esse meio, da tirania dos bancos e outros agentes financeiros, como também internaliza na fábrica grande parte do ciclo financeiro da produção (RAMOS, 1981, p. 20).

⁷³ Tanto o ‘Bairro do Burgo’ quanto a ‘Zona do Cemitério’, também chamada ‘África’, bairros próximos à Zona Central, receberiam frequentes destaques como locais perigosos, marginais, permeado de desviantes sociais. O Boletim Eberle, que procurava “registrar os acontecimentos de maior projeção que, no passar dos dias, surgirem em nossa firma, em nosso meio, bem como, será um campo ilimitado para exteriorizarmos nossos pensamentos, ideias e aspirações. [...] orientador seguro e fiel dos princípios e normas que devem nortear nossas atividades, nos inúmeros setores da vida moderna” (1956, 01, p. 01), afirmaria em relação ao Burgo, já em 1958, que muitos caxienses pareciam viver “pertinho dos céus, tal a altitude que atingimos ao percorrermos certas ruas de nossa cidade. [...] é o caso do Bairro do Burgo. Pertinho de nós está a Casa da Criança; é uma escola para crianças pobres criada por um grupo de pessoas caridosas da cidade, e isto se confirma a medida que vamos descendo através dessa via pública; aquele samba de nossa música popular que diz ‘barracão pendurado no morro, pedindo socorro a cidade a seus pés’ se adapta muito bem às quadras que por hora atravessamos” (ANTUNES, 1958, nº 29, p. 13).

o prédio da Casa da Criança, que contrasta brutalmente com as próprias edificações de seu entorno.

Figura 18 – Vista do bairro do Burgo, próximo a zona central de Caxias do Sul.



Fonte: AHJSA.

Além disso, a matéria intitulada ‘O Natal dos pobres em Caxias’ parece corroborar que a pujança tão propagada não pertenceria a todos, especialmente aos periféricos da localidade:

Graças a iniciativa e ação de espíritos abnegados e bons e a generosa cooperação dos caxienses, os nossos pobres tiveram com que festejar a grande data da cristandade: o Natal. Comovedor e estranho — misto de alegria e de tristeza — foi o espetáculo que presenciamos junto aos pobres que residem em nossa cidade, nos dias 24 e 25. Se fossemos contar quantos vimos desfilar ante nós em busca do que ali nas portas lhes era ofertado, subiríamos, entre velhos e crianças, a mais de um milhar. Todas as idades, desde a tenrinha criança pegada ao peito até a figura simpática do velhinho de 114 anos, e homens e mulheres, estavam representadas nessa população que chorava, não sabemos se de tristeza ou de alegria. Alegria, porque, bem lembravam por certo, até esse dia não haviam recebido tanta atenção dos que vivem aqui mais em cima com roupas mais bonita Tristeza, porque haveriam de pensar nos outros 364 dias do ano, talvez com o único conforto de esperar outro Natal ou com a saudade do que ficava. De qualquer fôrma, porém, eles, na sua grande humildade, exteriorizavam o seu profundo reconhecimento àquelas distintas senhoras e àqueles filantropos cavalheiros que amavelmente lhes estendiam, em gesto amigo e carinhoso, as mãos cheias, cheias de cousas boas. Roupas, agasalhos, alimentos, guloseimas, brinquedos etc., recebiam em profusão, numa distribuição justa e equitativa. O ambiente enternecia, ao tempo que espelhava como tudo é relativo na vida dos seres. Naquelas criancinhas inocentes, com feições tristes, dois olhinhos profundos brilhavam numa ânsia de compreender alguma cousa. Era-lhes tão estranho que lhes estivessem dando tudo àquilo que

sempre lhes fora negado. E não fosse o instinto e nem mesmo saberiam o que fazer com aquelas cousas que passavam a sua fortuna. E os velhos? Que saberia dizer aquele pretinho que o tempo tornou quase branquinho, como neve em arvore verde? Ele, que viveu 114 Natais, encontraria alguma diferença neste último? Daria graças por ter vivido tantos anos? Acredito que sim, porque ali no ranchinho dele — falou dela com o entusiasmo de um jovem — vive a sua companheira, uma velhinha que já não sai de casa. Quantos anos? — Perdeu a conta, por que vê apenas o coração e este não branqueia nunca. Ele também fazia mais de ano que não via a Praça Dante. Isso, foi parte do Natal que vimos na Sociedade Caxiense de Auxílio aos Necessitados (Scan) e na Sociedade Espírita ‘Fora da Caridade Não Há Salvação’ (A ÉPOCA, 01/01/1941, nº 112, p. 12).

A busca por melhores condições continua a atrair para as cidades contemporâneas uma enormidade de pessoas ávidas pela melhora de sua qualidade de vida. Em sua maioria pobres, com baixa escolaridade e com um capital cultural diferente daquele ali exigido, muitos acabam por perceber-se miseráveis em terras estranhas. Assim, como já mencionado, a cidade identifica-se como receptora de contínuos grupos sociais, com suas múltiplas origens, culturas, crenças, que, em contraposição aos sonhos de prosperidade que os põem em movimento, surgiriam no novo espaço como a própria ampliação da pobreza.

6.2 ... e a vida que parecia encardida e tosca quer parecer limpa e polida

Segundo o boletim Memória (1992), o “desenvolvimento gerado na região, a chegada do trem, a luz elétrica – estimulou novos hábitos – e a vida que parecia encardida e tosca quer parecer limpa e polida” (MEMÓRIA, 1992, nº 09), de modo que o espaço urbano surgia como instigante visibilidade das transformações em face das cenas que valorizavam a imponência das edificações, as personalidades locais ou regionais, percebidas como símbolos de empreendedorismo e trabalho, a beleza feminina, as praças ou, por fim, as novas sociabilidades, tal como o *footing*, realizado na zona central, com suas novas ideias e comportamentos⁷⁴, mas que não se efetivariam sem algumas tensões ou práticas então identificadas como degradantes, dentre as quais o sexo, o jogo, o alcoolismo ou a vadiagem.

Menores há, a todo momento, espalhados pela *urbs*, na mais expressiva demonstração de vadiagem. Ao mais das vezes são o fruto amargo de uma série de males e desgraças. Sem pais ou responsáveis, encontram-se, desde cedo ao sabor do minuano da vida. E vão perambulando numa existência fácil e nociva, rindo e chorando, descendo, quase sempre, ora rápidos, ora lentos, nos degraus do vício e do crime. Terão eles culpa?

74 Segundo Machado, tais regramentos apresentavam o “tempo do lar, da casa, que se dava no interior; havia o tempo para o trabalho na fábrica, na loja, no escritório e o tempo de lazer, nos cafés, bares, no cinema, nos bordeis, espaços frequentados quase só pelos homens, exceção feita aos cinemas. A missa aos domingos e em dias santos e o *footing* na Praça Dante também faziam parte do espaço de lazer, do qual as mulheres participavam sem restrições. Qualquer papel fora disso era visto como ‘estranho’ ou ‘marginal’. As ruas consideradas espaço para movimentação ficavam desertas nos horários destinados de acordo com o papel que tinham a desempenhar no grupo social.” (MACHADO, 2001, p. 275).

Nunca escutaram uma voz carinhosa e amiga que os confortassem, estimulando-os para a luta quotidiana. Seus passos nunca foram guiados e, nos momentos mais difíceis, jamais sentiram o contato de um braço protetor. Cresceram. (A ÉPOCA, 20/11/1938, p. 01).

Além disso, algumas insatisfações originárias do campo agrícola local, que então se percebia submetido a administradores que “pouco ou nada [...] entendem sobre a agricultura, somente conhecendo os campos para festejos e convescotes, preferindo unicamente, o cultivo de si mesmos e cingindo-se ao cuidado de uma ou outra parte do urbanismo” (O MOMENTO, 1938, nº 262, p. 02), também se fariam notar. Em meio a tantas mudanças, tal manifestação chamaria a atenção e faria parte de uma “brilhante peça oratória do Dr. Marcos Ribeiro, orador oficial daquele certame,⁷⁵ o qual produziu uma oração deveras notável, dado seu conteúdo verdadeiro e certo” (O MOMENTO, 1938, nº 262, p. 02). Assim, valendo-se de sua influência social e política decorrente do status de ser percebido como Engenheiro Agrônomo, Inspetor Federal do Ensino e suplente de Juiz Municipal, Ribeiro destacaria que “ser administrador no Brasil é hoje sinônimo de urbanista e isso é um grande mal, deixar que o agricultor guiado pelo seu empirismo subverta os princípios básicos de ciência agrônômica, perdendo tempo e dinheiro e, por fim, tomado de desânimo, roubando braços à lavoura” (O MOMENTO, 1938, nº 262, p. 02). Logo, para Ribeiro, tais as dificuldades propiciariam o gradual abandono da zona rural, tendo como consequência a agressiva

[...] invasão das cidades, vilas e povoados, por levas e mais levas de trabalhadores rurais, **criando para a administração o sério problema do urbanismo**, oriundo da superpopulação desses aglomerados humanos, **daí decorrendo a miséria, a promiscuidade, o relaxamento de costumes, a prostituição progressiva, o aniquilamento da raça** (O MOMENTO, 1938, nº 262, p. 02, grifos meus).

Ter-se-ia o regresso das manifestações eugênicas mediante algumas manifestações discursivas, fossem elas através de oratórias eloquentes ou em matérias jornalísticas. Por vezes, as próprias festividades realizadas em clubes da sociedade elitizada local lhe fariam menção, como pôde ser observado quando da dupla coroação da senhora Lourdes Ponzi como a ‘Rainha de Maio’ e a ‘Rainha da Gratidão’, em um evento que causara grande *frisson* urbano devido à presença da então Miss Brasil e vice Miss-Universo, a loura Marta Rocha, que estava na cidade para participar de um grande número de atividades, além de um baile de gala realizado em sua homenagem nas dependências do Clube Juvenil, em 1955 ou na própria matéria de divulgação da Festa da Uva de 1954, quando se noticiaria que já estaria “definitivamente traçado o plano para o lançamento do mais sensacional concurso que apaixonará a opinião pública do nosso

⁷⁵ Exposição Agrícola realizada no salão principal do Clube Juvenil, promovido pela Associação Rural e Sociedade Agrícola Caxiense.

Estado com a eleição das beldades que representarão a eugenia do Rio Grande do Sul durante os festejos da Festa da Uva de 1954” (PIONEIRO, 1954, 49, p. 01).

Figura 19: Destaque para a beleza da eugenia das mulheres caxienses.

BELEZA, GRAÇA E EUGENIA



No baile de gala em homenagem a Martha Rocha e às antigas Rainhas do Clube Juvenil, realizado a 21 de maio p. passado e que constituiu um dos mais brilhantes saraus que, por motivo de seu Jubileu de Ouro, celebrou o Clube Juvenil, foi coroada «Rainha de Maio», pela Srta. Martha Rocha, Miss Brasil e Vice-Miss Universo de 1954, a Srta. Lourdes Ponzi. Sua eleição para aquele título constituiu, além do reconhecimento dos méritos pessoais em graça, simpatia, esmerada educação e sociabilidade que lhe ornou a encantadora personalidade, um gesto de homenagem ao seu pai, Sr. Josué Ponzi, presidente do Clube, a quem um grupo de sócios juvenis quis assim surpreender, para significar-lhe, mais uma vez a alta consideração e estima em que s. s. é tido na família juvenista, cuja perene gratidão conquistou. Assim, a Srta. Lourdes Ponzi, além de «Rainha de Maio», título para o qual lhe sobejam qualidades, teve a coroa-la, também, o título de «Rainha da Gratidão». (A foto é uma gentileza do DEPARTAMENTO FOTOGRAFICO desse estabelecimento que, pela competência de seus profissionais e pela alta qualidade de seus artigos, é dos mais preferidos pela população caxiense, qual seja a O'TICA CAXIENSE LTDA.)

FOTO

OPTICA CAXIENSE LTDA.
RUA JULIO DE CASTILHOS Nº 1967
- CAXIAS DO SUL -

casa Especializada
Oculos Modernos
LENTE S. H. P. I. A. N. S. PREPARADAS
MEDIANTE RECEITUÁRIO MÉDICO
Nº 818

Fonte: PIONEIRO, 1955, p. 13.

Embora algumas menções colocassem em dúvida a validade de tais pensamentos, elas fizeram-se perceber até a década de 1960, como é possível constatar na manifestação explanada nas páginas do Boletim Eberle, em 1957, onde certo articulista ressaltaria que a “verdade é que

as raras competições de atletismo disputada na cidade, apontam atletas com índice técnico dos mais animadores. É a eugenia, pujança e formação da gente de nossa zona que independentemente de treinos e locais apropriados revela uma forma física das mais invejáveis” (RAMOS, 1957, p. 09), o que o faria concluir que os resultados obtidos pelos “jovens atletas caxienses [...] em competições, inclusive em caráter estadual, servem para corroborar totalmente nossas afirmativas” (RAMOS, 1957, p. 09). O mesmo Boletim, já no ano de 1960, salientaria que aquele ano havia sido aclamado como o ‘Ano Mundial da Saúde Mental’.⁷⁶ Assim, envolto tanto em discursos sanitaristas quanto valorativo das atividades médicas e das ciências da saúde física e mental, o colunista realçaria que então todos conheceriam a “higiene, a eugenia, os princípios saudáveis para uma boa alimentação, a maneira ideal de comportamento para que o organismo não sofra e [...] se desenvolva ao máximo” (FACCHIN, 1960, p. 18).

Não deixa de causar espanto que um impresso local, superados quase duas décadas do fim da II Guerra Mundial, em que a eugenia teria atuado como mecanismo fundamental para a morte de milhares de seres humanos ainda seja uma ideia corrente, enaltecida publicamente como fator de distinção social em um periódico voltado a ser um “campo ilimitado para exteriorizarmos nossos pensamentos, ideias e aspirações. [...] orientador seguro e fiel dos princípios e normas que devem nortear nossas atividades, nos inúmeros setores da vida moderna” (BOLETIM EBERLE, 1956, 01, p. 01). Contudo, uma das matérias mais contundentes relacionada ao tema foi publicada ainda em 1939, no jornal A Época. O longo discurso manifestaria uma espécie de campanha voltada ao regramento eugênico, em que que dialogava com os poderes contemporâneos das ciências médicas como meio para evitar o temido aniquilamento da raça.

O que se percebe na matéria, que opto por citar integralmente, é que determinadas instituições, inclusive governamentais, passavam a considerar que a população poderia ser “manipulada como um ‘laboratório’, onde se poderia prever a entrada ou o desaparecimento de determinados tipos, raças, etnias, grupos e sangue. Portanto, e em nome da eugenia, certas alianças começavam a ser priorizadas, enquanto eram outras francamente proibidas” (SCHWARCZ, 2010, p. 23).

⁷⁶ “Ação [...] lançada pela Federação Mundial para a Saúde Mental, com sede em Londres [...] Em São Paulo, as atividades [...] realizam-se sob a orientação da Liga Paulista de Higiene Mental, [...] através de palestras, imprensa, rádio, televisão e outros veículos de idéias, um programa de educação e de alerta do público, com a experiência já acumulada pelas organizações existentes em São Paulo e [...] se propõe a preconizar melhores cuidados à humanidade no setor psíquico, a prevenir a eclosão dos distúrbios mentais e a assegurar a conquista de personalidade sadia, eficiente, vitoriosa e feliz. J. CARVALHAL RIBAS Presidente da Liga Paulista de Higiene Mental. 05/05/1960.” In: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/57734/60787>

A ciência médica, com seus estudiosos em eugenia, já demonstrou amplamente que as boas condições de saúde de ambos os cônjuges são indispensáveis a formação de filhos sadios sob todos os pontos de vista. **Qual é o ideal máximo de um pai ou de uma mãe?** É evidentemente a felicidade de seus filhos. Lembrai-vos, moços e moças, de que a saúde é complemento indispensável dá felicidade. A vida sem saúde não passa de um simulacro de morte. **A negligência ou a ignorância:** Ninguém tem o direito de entregar ao mundo seres infelizes, aleijões, tarados mentais, e predispostos a doenças diversas. A infelicidade dos filhos é muitas vezes causada pela negligência ou ignorância dos pais. O mal oriundo da ignorância é desculpável, mas da negligência, é crime imperdoável. **O papel da sífilis e da tuberculose na degeneração da raça:** A sífilis e a tuberculose representam um papel salientíssimo na degeneração da raça. Evidentemente, indivíduos doentes não podem gerar filhos sãos. O sífilítico é o grande causador das anormalidades e o tuberculoso transmite a predisposição a doença e com toda a probabilidade irá contaminar o filho após o seu nascimento. **Não é de se estranhar:** Em geral os homens se preocupam mais com os animais, do que consigo mesmo. Apuram-se as raças bovinas, equinas etc. Isolam-se os animais que possam dar maus produtos. Indiscutivelmente o homem tem sido, para com sua espécie, de imperdoável negligência. Não é de se estranhar, portanto, que vivam superlotados os asilos de loucos, os sanatórios de tuberculosos e os hospitais de clínicas. **O que o exame pré-nupcial vos trará?** 1) Certeza de que não levareis ao vosso esposo ou esposa alguma doença transmissível, 2) Certeza de que tudo fizeste pela felicidade de vossa futura prole, 3) Certeza de terdes contribuído com vossa parcela para o engrandecimento da Pátria, 4) Certeza de que praticastes um ato de humanidade evitando a degeneração da espécie, 5) Tranquilidade de espirito. Ausência de remorsos futuros. **Vós também, moças!** Vós também, moças, deveis submeter-vos ao exame pré-nupcial. Ele não vos rebaixará, ao contrário, demonstrará toda a dignidade de vosso caráter, todo o amor latente que tendes aos vossos futuros filhos. Os cuidados para com a saúde desses pequeninos entes devem começar antes do vosso casamento. **A pátria apela:** A Pátria apela para que todos os que vão contrair matrimônio submetam-se ao exame pré-nupcial e sigam o tratamento indicado, quando necessário for. **Quando deveis submeter-vos ao exame pré-nupcial:** A melhor época é cerca de 6 meses antes da data marcada para o casamento, ou mesmo anteriormente a este prazo. **Onde deveis submeter-vos ao exame pré-nupcial:** Podeis encontrar todas as facilidades para vos submeterdes, gratuitamente, ao exame pré-nupcial, nos seguintes serviços do Departamento Estadual de Saúde: 1) Na Capital: Divisão Técnica, sita a rua Riachuelo, 1071. 2) Nas cidades de Rio Grande e Pelotas: Centros de Saúde 4 e 5, respectivamente. 3) Nos demais municípios do Estado: Postos de Higiene respetivos. Em todos os serviços de exames pré-nupciais do Departamento Estadual de Saúde encontrareis um ambiente discreto e digno, onde podereis, sem constrangimento, submeter-vos ao exame médico pré-nupcial. Si, entretanto, preferirdes o vosso médico particular, consultai-o. A finalidade que se tem em vista, será cumprida, da mesma maneira. **O Departamento Estadual de Saúde fornece:** O Departamento Estadual de Saúde fornece a todos os que se submetam ao exame pré-nupcial, em seus Serviços, um atestado de boas condições físicas para o matrimônio. Este atestado, não tem ainda todo o seu valor, pela não obrigatoriedade do exame pré-nupcial, por lei. É, porém, um documento a atestar toda a vossa boa vontade, toda a vossa compreensão dos deveres para convosco mesmo, para com a vossa família e para com a vossa Pátria (A ÉPOCA, 25/11/1939, nº 60, p. 02, grifos no original).

A matéria desempenha um importante papel comunicacional e pedagógico no que tange ao relacionamento entre os grupos existentes na localidade. Assim, para combatê-los, destaca parâmetros médicos, biológicos e sociais que, se não respeitados, ou negligenciados, acarretariam o surgimento de seres infelizes, passíveis de doenças físicas ou mentais, além da degeneração racial que abalaria as próprias pretensões de se constituírem famílias sadias, que

empoderariam tanto a própria cidade quanto a pátria brasileira. O grau de alcance de tais teorias pode ser percebido nos próprios processos criminais voltados às violências sexuais existentes na cidade, como pondera Balbinot (2014) ao destacar que expressões como “um homem italiano não deve namorar/casar com uma brasileira” ou ainda que “mesmo sendo ele casado e um preto, quando é certo que ela é uma moça branca” (BALBINOT, 2014, p. 67) não seriam raras. O relaxamento de costumes⁷⁷ e da própria raça, então mencionado pelo Inspetor de Ensino, não excluiria a própria projeção dos corpos em movimento, que se exibiriam com as mais diversas intenções, fossem elas sexuais, ostentação social, curiosidade contemplativa ante o outro ou a simples boemia participativa que também poderia ser percebida na prática do *footing*, uma espécie de

[...] hábito domingueiro da cidade, importado das grandes capitais, e que envolvia, principalmente, os jovens solteiros. [...] as moças caminhavam em redor das ruas da praça enquanto os rapazes as ‘fogueteavam’ sentados pelos bancos. Caso houvesse interesse entre as partes, partiam em direção a um café ou uma *bombonière* próximos a praça para uma conversa. Os jovens ainda tinham à disposição alguns cinemas, como o Cine Central e o Cine Guarani, que exibiam filmes nas matinês. Todos esses locais de sociabilidade juvenil serviam para ver e ser visto na sociedade, assim como para se deixar fotografar, o que se constata pelos olhares cúmplices de alguns retratados para com o fotógrafo. Também, devido à composição da imagem, incluindo diversos elementos modernos na cena (*footing*, praça, palacetes em estilo eclético, automóvel, etc.), percebe-se que o desejo do fotógrafo era justamente mostrar os novos hábitos citadinos em meio ao cenário urbano (TESSARI, 2013, p. 68).

Aparentemente voltada para as camadas sociais mais favorecidas, tal prática seria identificada como uma nova possibilidade de ocupação do espaço público (Baldissera, 2011), mas também seria utilizada pelos desviantes da ordem ou por aqueles percebidos como inconvenientes enquanto presença social. Com base em tal percepção, Adami redigiria o artigo intitulado “Os incomodados que se mudem” (O MOMENTO, 14/04/1941, nº 424, p. 04), no qual abordaria tanto a visível percepção pelo desprezo direcionado aos cidadãos negros em um mundo social hostil. Assim, o autor, ao direcionar suas palavras e pensamentos aos que se dispunham a ler o jornal O Momento, aparenta ter um objetivo específico: marcar sob nova perspectiva as intolerâncias e incivildades relacionadas aos cidadãos negros residentes ou em trânsito na cidade de Caxias do Sul, objetivando uma renovação de pensamento que romperia as zonas de sombra e silêncio ante os elementos não europeus.

⁷⁷ Percy A. Lima, por exemplo, destacaria ser impossível esconder a alegria que “nos visitou o coração, quando constatamos a presença de homens e senhoras e jovens de ambos os sexos, que acorreram à nossa sede para emprestar à festividade a solidariedade firme e espontânea de brasileiros que preferem conhecer e sentir a vida heroica do nosso povo a verem filmes, fazerem footings ou se estirarem preguiçosamente, lendo romances ou retalhando reputações alheias” (A ÉPOCA, 1939, nº 35, p. 01). Embora possa aqui ser percebido como uma espécie de conservador, Percy logo passaria a ser perseguido por sua postura política socialista.]

Para tal, evidenciaria o protesto realizado por parte dos frequentadores do Café *Sport*, localizado na área central da cidade, próximo à Praça Dante Alighieri... “*Varda*”, afirmaria um dos clientes... Tal chamamento ao olhar fazia menção ao cidadão negro que, ao cruzar a praça, rapidamente se aproximava e, fatalmente, ingressaria em um café agora tomado pelo silêncio e indignação. Transcorrido um breve momento, por fim, outro cliente exclamaria: “*Ma, vegnara il giorno que foremo fora que brute bestie li!*”⁷⁸ O que o cliente, descendente dos colonizadores europeus, procura salientar é que chegaria o dia em que aquele ‘animal’ poderia ser colocado para fora, sem maiores problemas. A brutalidade exteriorizada por alguns dos frequentadores do mencionado café que emoldurava a prática do *footing* faz Adami elaborar um questionamento notadamente impactante: “Qual seria o dia que [tais clientes] esperavam que chegasse [...] no qual deveriam por ordem de um terceiro alguém começar, segundo sua bestial expressão, a matança dos cidadãos brasileiros de cor, no Brasil?” (O MOMENTO, 14/04/1941, nº 424, p. 04). Logo, ao relacionar a afirmativa racista ao chamamento da imolação étnica, Adami talvez desvele aquilo que realmente ambicionavam os clientes em questão: eliminar o diferente, mandá-lo embora, fazê-lo sumir do espaço que não lhe pertenceria. Assim, precedendo o que viria a escrever tanto sobre o famoso jogador de futebol quanto sobre outras situações sociais enfrentadas pelo cidadãos ali observados ou descritos como *brasileiros*, o cenário relatado por Adami soa intenso e conflitivo, pois desvela a representação social direcionada ao sujeito negro em Caxias do Sul, ou àquele que poderia então ser percebido como tal, além de nunca desconsiderar o olhar de reprovação então direcionado aos empobrecidos que conspurcariam⁷⁹ o novo ambiente urbano.

Percebe-se que a invisibilidade social relacionada a certos códigos disciplinares soaria como uma espécie de mecanismo de controle ou correção social. Entretanto, os grupos de sujeitos desviantes não são invisíveis e, assim, encontrari-se-iam tanto sob contínua e sutil observação quanto dialogariam com uma instável cidadania imposta perante as efervescências resultantes das transformações urbanas e sociais. Como destaca Pesavento (1990), para as “classes dominantes, a higienização das zonas proletárias da cidade [e aqui lembremos que a indústria mais importante da cidade estava então localizada ao lado da própria praça central do município, da Igreja Matriz, dos bares, cinemas, cafés...] fazia parte de uma estratégia mais ampla de disciplinarização das classes trabalhadoras” (PESAVENTO, 1990, p. 46). Tais estratégias consistiriam em um “conjunto de práticas burguesas que se interligam a outras,

⁷⁸ Mas chegará o dia que *que foremo fora que brute bestie li!*

⁷⁹ Devemos lembrar das normativas legais que, gradualmente, repeliam do espaço central os empobrecidos mediante as diversas restrições de construção e/ou reforma de suas habitações (BALBINOT, 2014).

presentes dentro da fábrica e fora dela e que se relacionam com a própria conformação de trabalho livre no país e na elaboração de instrumentos de controle sobre a classe subalterna” (PESAVENTO, 1990, p. 46). Desse modo, nas empresas, tal processo viabilizar-se-ia por meio

[...] da divisão do trabalho, da introdução de máquinas, da utilização de fiscais para controlar a produção, da imposição de códigos de disciplina, da aplicação de multas etc. Fora dos muros da fábrica, o processo de dominação do capital sobre o trabalho se expressava pela tentativa de reordenação da vida dos operários nos seus múltiplos aspectos: habitação, educação, lazer, saúde etc. O sentido último deste movimento era circunscrever espaços, hábitos e atitudes segundo um padrão desejado; conformar um proletariado trabalhador, dócil, morigerado, saudável, satisfeito, adaptado; era ainda contornar os focos de tensão social pela imposição de uma ética e uma ordem burguesas, norteadas pelos ideais de higiene, poupança, trabalho livre e ordem social. O povo das ruas, habitante dos cortiços, era o objeto preferencial da ‘desodorização’ (PESAVENTO, 1990, p. 46).

Para os que não se intimidavam perante críticas⁸⁰ sorrateiras ou publicitadas, os jornais passariam a destacar alguns estilos ou posturas sociais dos novos adeptos do *footing*. Em razão disso, “vemos cruzando nossas ruas ou fazendo o *footing*, ali, na praça Dante, o que Caxias tem de mais representativo, sempre a ostentar os trabalhos artísticos das inúmeras Academias de Beleza que se espalham por todos os recantos da cidade” (A ÉPOCA, 1939, nº 04, p. 03). Assim, atentos às silhuetas, posturas sociais, padrões de beleza e aos próprios rigores da moda, alguns transeuntes receberiam minuciosas análises dos observadores que por ali espreitavam-nos. Como se percebe, especial olhar seria dedicado ao público feminino, em particular, às que se destacavam socialmente mediante sua postura social e profissional enquanto educadoras.

Senhorinha C. M., jovem e formosa educadora de Caxias, foi vista, domingo último, quando descia a majestosa escadaria de nossa Catedral. Vinha de assistir à missa das 9h. A missa chique da cidade. Como estava bonita elegante senhorinha. Vestia, com muito gosto, um finíssimo casaco de pele marrom, gola alta que se casava admiravelmente bem com a saia brique muito bem talhada que senhorinha soube escolher com inteligência e bom gosto. Com seu suave semblante, onde a mais terna doçura de expressão encontrou morada, senhorinha saía àquela hora da Igreja, para atravessar a praça em demanda a sua residência, indiferente por completo aos olhares de todos aqueles moços que, encantados, abriam alas a sua passagem [...] Senhorinha Y. G. foi também vista, fazendo o *footing* na radiosa manhã de domingo passado. Porte mignon, muito bem calçada, trazia um riquíssimo casaco de pele preta, de admirável talhe. Cobria-lhe a cabeça vistoso chapéu do feltro, abas largas levantadas em círculo, e dele caía em laço final a *negligé* numa tira de fino véozinho branco. Senhorinha estava realmente maravilhosa. E com que graça conduzia sua fina bolsa de couro preto lavrado (A ÉPOCA, 09/06/1939, nº 04, p. 03).

80 O *footing*, segundo Del Priore, asfixiava a “organização tradicional do namoro com bilhetes, palavras bonitas, serenatas, e, ainda mais importante, enfraqueciam as iniciativas casamenteiras da família. Agora, eram as partes interessadas que decidiam. O matrimônio, porém, continuava em alta. O presidente Vargas, em um decreto assinado em abril de 1941, insistia em que a educação feminina deveria formar mulheres “afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa” (DEL PRIORE, 2014, p. 54). Logo, também em Caxias, “Namoros e noivados nasciam no *footing*, sinônimo de passeio na praça para encontrar um par, um namorado e até um marido” (ABREU; GIRON; GIROTO 2013, p. 34).

A presença de visitantes ocasionais também seria garbosamente realçada nos impressos locais:

Senhorinha [...] é professora e exerce o magistério em Venâncio Aires. Muito simpática, morena, de estatura mediana, tem a linha impecável das criaturas que sabem se conduzir, inspirando confiança, provocando a mais respeitosa admiração. Seu semblante, muito terno e meigo, quase triste, denota a bondade de sua alma bem formada. Senhorinha costuma fazer o *footing* na Praça Dante, ao lado de uma colega sua, nossa conterrânea, que, está agora de luto. Melhor companhia não poderia ter escolhido. Assim, ambas muito discretas, sem espalhafatos e risos exagerados, passeiam, sem alarde, sem chamar a atenção. É muito retraída e, ao que parece, ainda não encontrou o príncipe encantado de seus sonhos de moça sensata. Foge, tanto quanto possível, das futilidades que enchem tantos cérebros vazios... Traja-se com elegância, porém discretamente. Tira suas férias; aproveita-as em Caxias e, terminado esse período de repouso, senhorinha se vai, para voltar no ano seguinte, a mesma moça, distinta, discreta, respeitada e mui, justamente admirada pela simplicidade encantadora de seus modos bonitos e maneiras que deveriam ser imitadas... (A ÉPOCA, nº 117, 09/02/1941, p. 02).

Nesse cenário, as sociabilidades pareciam intensificar-se na mesma potência que os próprios fluxos humanos, e a experiência do ver e ser visto parece ganhar cada vez mais simpatizantes conectados com a própria intensidade dos convívios explícitos, como parece evidenciar a imagem que segue.

Figura 20 – O fluxo urbano dos transeuntes se intensifica.



Fonte: AHMJSA

No momento retratado, a chegada do trem já havia ocorrido há mais de trinta anos. As indústrias e instalações comerciais já não eram mais uma simples novidade, eram, na verdade, uma consolidação amplamente estabelecida com segurança e representatividade nacional. O *footing* era um dos tantos indícios que a sociedade local havia se alterado drasticamente em pouco tempo, outros mais poderiam ser citados como as próprias edificações, o surgimento de cinemas, teatros, cafés, livrarias, com ampla visualização de um capital simbólico que procuravam evidenciar perante a rápida mudança nos costumes existentes. Dessa forma, a mesma edição destacaria que, os primeiros anos da década de 1940, em Caxias do Sul, o próprio calor do verão seria relacionado para contestar determinados papéis sociais e as tradições de um velho mundo que as pessoas, gradualmente, libertavam-se. Assim, certo colunista ressaltaria que

O verão está aí. Chegou abrasador. Em Porto Alegre, segundo sabemos, tem se registrado temperatura sem precedentes. Quase 40 graus à sombra. É de torrar [...] por isso **a população da Capital, população culta e acorde com o século XX**, em que vivemos, busca todos os meios de minorar o mal. Antes o refúgio das praias e arredores. Agora é o casaco e a gravata que estão sendo banidos. **Nesta época de materialismo e blitz-kriegs não há mais lugar para convenções sociais.** Que importa que se vá aos cafés ou aos cinemas sem casaco, se as moças do tempo sacudiram as modas de suas vovós e não usam mais meias e nem vestidos até os pés? **Quem foi que disse, há cem anos, que cigarro não era coisa para mulher? Quem de nossos avós diria que homens e mulheres, em promiscuidade, vestiriam os trajes de banho usados em 1940?** Assim, justifica-se de sobra a campanha contra os casacos e gravatas, nos dias tórridos que correm. **Não podemos e nem devemos viver atados a tradições de um passado que já longe vai!** Se o casaco nos incomoda, abaixo com o casaco. Se a gravata aperta nosso pescoço, lembrando-nos o martírio de Tiradentes, guardemo-la no roupeiro! **Trabalhar e andar pela cidade sem casaco ou sem gravata não indica desrespeito à sociedade como muitos querem fazer crer. Denota, sim o senso de oportunidade de um povo que vive numa época de grandes transformações.** Que se mantêm alheio ao pensamento e a vontade do próximo, somente atento ao desejo de minorar os sofrimentos e as provações dos dias que passam!” (A ÉPOCA, 01/01/1941, p. 12, grifos meus).

Nos impressos, também haveria espaço para cartas ou colunas relacionadas a amores não correspondidos, paixões secretas ou desilusões amorosas, por vezes, decorrentes das aceleradas transformações verificadas na própria sociedade. Algumas, por sua vez, parecem simbolizar um possível alerta sobre os perigos decorrentes dos contatos generalizados entre os mais diversos grupos que se fariam perceber na localidade, de modo que mais aparentam soar como críticas subliminares aos prazeres encontrados na agitação das festas e casas noturnas quanto em meio ao próprio *footing* ou *trottoir* semanal ou dominical, onde seus adeptos poderiam estar sendo espreitados pelos mais diferentes agentes ou adeptos da prostituição, boemia ou malandragem local. Assim, em uma delas, um colunista d'A Época (1939) revelaria a paixão arrebatadora por qual fora tomado impetuosamente em uma animada noite de sábado. No dia seguinte, contudo, quando novamente a encontrara, em meio ao *footing* realizado por

parte da sociedade elitizada de então, tal sentimento logo se transformaria em vergonha e arrependimento. Em face de tais desencantos, a solução seria uma eventual adoração aos princípios de Jesus Cristo. Tal coluna, com ares de conto prescritivo, indicaria que as raias do delírio se encontrariam agora tensionadas ante conflitos sociais de múltiplas ordens, especialmente com comércio sexual praticados nos mais diferentes pontos da cidade, inclusive em sua zona central. Desse modo, o colunista destacaria que sua vergonhosa paixão seria

[...] morena, alta e elegante. Tipo de mulher que faz sentir algo de estranho em nosso íntimo, em todo o nosso ser. Nasceria de uma família pobre. Trabalhava para sustentar-se e ajudar seus pais. Divertimentos para ela eram os bailes realizados em sótãos de casas iluminadas com dois bicos de gás. Foi lá, num desses ambientes que a vi pela primeira vez e, confesso, a sua figura me impressionou. Costumava ir nesses bailes com o fim de variar e de me divertir, procurando, também, compreender esses seres humanos, o seu modo de vida, o seu pensar, as suas aspirações. A minha posição na sociedade, o meu traje, tudo influiu no espírito daquela mulher morena, alta e elegante. Foi assim que dançamos toda a noite. Dançamos⁸¹ com a impetuosidade de dois seres que se compreendem e que comungam o mesmo ideal. Trocamos palavras carinhosas. Acompanhei-a até a sua casa. Sentia-me inebriado por aquele ser. Soletrei um soneto. E, juntos, cantamos o hino do amor. Era sábado. No dia seguinte, ainda sob aquela impressão que me fazia feliz, caminhava no *footing* da praça. Momentos depois ela apareceu. E, cousa interessante, paralisei. Quiz falar-lhe, mas não pude. Evitei-a. Qualquer coisa impedia-me de ir até onde ela estava. Compreendi, naquele instante, a verdadeira significação da minha atitude. É que eu não a amava, não lhe tinha afeição. O que eu sentia era pejo e vergonha de acompanhá-la. Então, eu, acompanhar semelhante criatura? Que diriam os outros? Que pensariam os que me vissem? Eu, um ser humano que se julgava predestinado, que queria viver um amor diferente dos outros compreendi que tinha tido vergonha de um ser que julgava amar. Vergonha de ser achincalhado pelos outros. Vergonha de ter que ver e suportar sorrisos irônicos. Vivera até então em mundo de ideias que não me deixavam ver a realidade. Naquele instante, descí do terreno do sonho para o real. A minha atitude revelara as minhas ideias. O reformar do mundo era trágico pela revelação inconsciente de suas próprias atitudes... Amanhã é Dia de Natal. Associar-me ei as homenagens que serão prestadas. Àquele que soube amar e compreender os seus semelhantes. Foi um reformador. Curvo-me diante de sua superioridade... (A ÉPOCA, 1939, p. 02).

A mensagem do agora envergonhado ‘Rafael’ parece percorrer dois caminhos principais: primeiramente, desvela relevantes similaridades com os depoimentos de várias jovens então estupradas, defloradas ou enganadas sexualmente por seus namorados ou amantes, como refere Balbinot (2014) ao mencionar a condição econômica e social das vítimas de tais crimes. Além disso, parece dar continuidade à preocupação de alguns impressos, dentre os quais

81 “Este conjunto de contorções ‘ginicas’; concretizadas e materializadas pela música [...] cadenciada pela malícia, [...] de passos com contatos mais ou menos canalhas, com poses mais ou menos ambíguas, sensuais e lascivas, com o cruzar arriscado de pernas, é a mais perfeita desfiguração e caricatura da arte [...] O tango é imundo e sórdido; o foxtrote cínico e descarado; a Java grosseira e baixa; o schottisch hespanhol provocador e indecente; o shimmy e o azul corrompidos e semelhantes ao mal e bailado de San Guido; tudo isso é [...] a devassidão e a prostituição toleradas pela sociedade moderna. No ponto de vista médico, todos os peritos [...] [reconhecem] na dança a pior e a mais doentia excitação entre as jovens modernas e o fator mais prejudicial à perpetuação da espécie, como é o excesso mais fatal a personalidade e a saúde humana [...] o baile arruína e estraga em lugar de fortalecer, envelhece em vez de remoçar. [...] afrouxa a dignidade e a vontade e cria em nós o oitavo sentido... o da indecência. [além de] perturbações físicas e psíquicas” (O MOMENTO, 27/05/1940, p. 01)

o jornal O Popular (1930), que, cerca de dez anos antes publicara, em suas páginas, uma matéria intitulada “Contra a prostituição uma campanha se impõe”. Nela, consta que, já destacada a preocupação pelo uso social de cocaína e morfina, hoje “temos de abordar um outro assunto, indiscutivelmente, de maior gravidade, pois que além de tudo, é o que prepara o terreno para os vícios de que acima falamos. Queremos nos referir a prostituição de menores, cujos exemplos se repetem com uma frequência alarmante” (O POPULAR, 05/06/1930, p. 01).

Os lupanares caxienses, sob a denominação de ‘cabarés’ escondem em suas sombras ingênuas criaturas na primeira fase da primavera da vida, que para lá são levadas por perversos e felizes sedutores, que arrebatando-as do lar pobre, mas feliz, sepultam-nas na pior das sepulturas, que é aquela em que, sobre o corpo vivo da vítima, pesa não a terra fria na necrópole, mas a lousa gélida da indiferença e do abandono social. [...] Arrastam-se pelas ruas, alugando o corpo por meia dúzia de tostões, jovens dignas de boa sorte, que para lá foram atiradas por cidadãos de posição social, entre eles casados e chefes de família, aos quais nada aconteceu e quase nada temem (O POPULAR, 05/06/1930, p. 01).

O mesmo periódico, alguns dias depois, enfatizaria a situação enfrentada pela menina Arminda da S., que até então viveria sob a tutela de seus ‘padrinhos’, o casal T., em uma casa situada rua Tronca. Autorizada pela madrinha, Maria T., a criança passaria a viver maritalmente com Manoel L. na própria habitação da Família T. Arminda, na ocasião com treze anos de idade, logo engravidaria. Seu companheiro, Manoel, “procurou por meio de remédios, fazê-la abortar, o que conseguiu com a auxílio da preta Constantina da S.” (O POPULAR, 26/06/1930, nº 81). Descobertos, seriam processados e presos. Embora possuíssem o mesmo sobrenome, a publicação não faz qualquer menção à possível relação de parentesco entre Arminda e Constantina. Nada seria relacionado à família T. ou ao que acontecera com Arminda. A matéria, entretanto, indiciava para um território social diferenciado, permeado por práticas de confrontação ao estabelecido, além de contundentes manifestações de pertencimento étnicos e políticos. Olha de quem vem o ‘auxílio’... não há um qualificativo do branco, mas o ‘preto’ precisa ser dito. Terrível!

6.3 Faíscas portuguesas

Por vezes, exposta nos impressos da época como palco para desordens, prostituição e algazaras, a Rua Tronca seria originária da Zona Tronca, o bairro lusitano de Caxias do Sul. Em sua origem, essas terras pertenceram ao alfaiate e empresário italiano Domingos Tronca. Localizados no limite urbano da época, alguns lotes seriam gradualmente vendidos para os imigrantes portugueses que chegavam da região do Douro, atendendo o chamamento dos

patrícios que já trabalhavam em Caxias do Sul. Segundo Antônio Mano,⁸² o objetivo era que esses imigrantes trabalhassem nas cantinas organizadas após a chegada do trem, naquele momento carentes de “tanoeiros, de preferência portugueses, da zona onde se cultivava muito a videira. Então vieram vindo, uma batatada deles” (FAVARO, 2002, p. 265), para dar início à vital produção de pipas e barris.

Assim, acompanhando a “instalação das numerosas cantinas-tanoarias, ocorreu a ocupação progressiva dessa área⁸³ pelos imigrantes de origem lusa, originando uma comunidade diferenciada do conjunto da sociedade local, dada às suas raízes étnicas comuns” (FAVARO, 2002, p. 265). Em tal processo de ocupação, surgiriam domicílios residenciais junto a pensões organizadas pelas companheiras dos tanoeiros já estabelecidos. Logo, em 1920, a Rua Tronca seria espaço residencial e social para cerca de 300 a 500 imigrantes portugueses (FAVARO, 2002), politizados e anarquistas, conforme pontua Andrade (2012), ao mencionar o próprio estatuto da União dos Operários Tanoeiros, e que teriam resistido a múltiplas “adversidades na região que os escolheu para trabalho pesado” (FAVARO, 2012, p. 13).

Talvez com a intenção de subjugar tais adversidades, em especial as trabalhistas, ainda em 1913, trinta tanoeiros de Caxias do Sul já integravam a lista de filiação da Federação Operária do Rio Grande do Sul, entidade de cunho anarquista, localizada em Porto Alegre (VALDUGA, 2007, p. 104). Em Caxias do Sul, já no ano de 1917, tal grupo trabalhista daria início a sua associação “destinada a zelar pela classe dos tanoeiros, denominada ‘A Libertadora’”⁸⁴ (O BRAZIL, 1917, 32, p. 01), estabelecida em uma edificação próxima à Praça Dante, local que até então não estaria nada acostumado a contemplar grandes insubordinações ou greves trabalhistas pois, como destaca O Caxiense (2007), poucos teriam sido os imigrantes italianos

[...] que se engajaram na luta proletária. Na fundação do Partido Socialista Rio-Grandense, dos 33 assinantes de seu manifesto aparecem apenas 4 italianos, enquanto são 15 os alemães. Nos sindicatos que se organizavam na época, a participação de italianos é ínfima; quando aparecem, são normalmente anarquistas provenientes da

⁸² Entrevista concedida a Favaro (2012).

⁸³ Espaço territorial próximo tanto a Estação Ferroviária quanto ao que hoje seriam os bairros São Pelegrino e Rio Branco.

⁸⁴ O Brasil destacaria que o 1º de maio de 1918, “data consagrada a festa do trabalho, não passou despercebida nesta cidade. A ‘Libertadora’, associação da classe dos tanoeiros deste município realizou atraente festa, inaugurando nesse dia o seu custoso e fino estandarte social. Após a sessão solene, a diretoria ofereceu aos seus convidados farta mesa de doces e líquidos. Falaram durante a sessão os senhores coronel Pena de Moraes, Francisco Leitão e o nosso companheiro Américo Mendes” (O BRAZIL, 1918, 17, p. 02). A metalúrgica Rossi surge na matéria ao promover um piquenique aos empregados, além de desfilar pelas ruas da cidade com uma banda de música e o Curtume Social Caxiense, além de inaugurar suas ampliações estruturais, oferecera um grande churrasco abundantemente regado aos empregados. A Libertadora seria dissolvida em 1921, entregando seu “patrimônio [dinheiro, bandeiras, bancos, cadeiras, mesa, armário, campainha, porta canetas] ao Hospital Pompéia [...] A Diretoria do Hospital ficou também como depositária do arquivo da sociedade extinta” (O BRAZIL, 1921, 07, p. 02).

frustrada Colônia Cecília no Paraná. [...] Durante o período de greves da década de 1910, os italianos estão mais ao lado dos patrões como médios e pequenos proprietários que como grevistas (O CAXIENSE, 2007, p. 104).

Em 1928, insatisfeitos com as condições de trabalho a que se encontravam sujeitos, além da carga horária extenuante aliada à baixa remuneração, tais imigrantes decidiram interromper suas atividades. O fim da greve dar-se-ia “mediante a ação [...] amistosa de diversas pessoas”, de modo que fora “aceito pelos interessados a proposta [...] [de] os grevistas trabalharem 9 horas por dia. Pleiteavam eles 8 e os patrões 10 horas [...] ficou solucionada a greve que vinha movimentando os centros operários desta cidade” (CAXIAS, 23/02/1928, p. 02). A intensidade portuguesa não esmoreceria e, dois anos depois, organizariam uma nova associação. A frequência com que eram criadas poderia indicar certo descontentamento ante as negociações realizadas entre poder público, patrões e empregados ou eventuais conflitos entre a própria classe trabalhadora que continuamente organizava-se, conforme se verifica em mais uma notícia relacionada ao tema.

Está aparecendo à luz da vida a associação de classe dos tanoeiros. Que sejam bem vindos esses laboriosos oprimidos e que não se cansem de lutar pelo que lhes pertence e por isso, os felicito lembrando-lhes de que o Papai Carlos dizia: ‘Operários! Uní-vos e orientai-vos! São estes os meus ardentes votos (CAXIAS, 14/07/1930, p. 02).

As tensões entre patrões e empregados, por vezes, necessitariam da intervenção do poder público municipal. Em tal caminho, Valduga (2007) ressaltava uma matéria publicada no jornal Estrela do Sul, editado em Porto Alegre, onde se afirmava que, em Caxias do Sul, o intendente

[...] solicitará do Conselho Municipal verba extraordinária para não ter de despedir numerosos operários. O Conselho, sob a alegação de não haver verba para custear o crédito, extraordinário, negou o pedido, em vista do que o edil licenciou os trabalhadores. Estes, que ficavam sem sustento, exasperaram-se e tomaram atitude ameaçadora. O caso foi solucionado, porque posteriormente o conselho votou a verba extraordinária necessária (ACM, Estrela do Sul, 12/10/1930).

As dificuldades intensificaram-se e, em novembro de 1931, os tanoeiros portugueses organizariam uma nova greve trabalhista, justificando que estariam exercendo seus ofícios em

[...] oficinas mal iluminadas, em condições de higiene precárias, expostos a umidade e a fumaça dos fogareiros. Todo o trabalho era feito a mão e exigia um grande esforço, especialmente para envergar a madeira que dava o formato bojudo dos barris. Como a remuneração era proporcional ao quanto conseguissem produzir, enfrentavam jornadas de até 12 horas de trabalho [...] muitos tiveram que se aposentar devido às sequelas físicas causadas pela profissão (ANDRADE, 2012, p. 13).

Embora a intensidade do movimento grevista não seja destacada nos periódicos locais, a ação pareceu assustar o intendente Miguel Muratore, que enviaria um telegrama ao governo do Estado solicitando apoio policial para solucionar a questão, já que grande parte do corpo

policial da cidade estaria em outro ponto do município, também envolvido em questões trabalhistas. Em comum entre tais situações, os ideários anarquistas e grevistas dos trabalhadores: de um lado, os tanoeiros portugueses, costumazes reclamantes ante as dificuldades enfrentadas, de outro, os operários do lanifício São Pedro, existente no então distrito de Galópolis, organizado em sua origem por um grupo grevista deportado da Itália, mediante ameaças realizadas pelo proprietário do lanifício que até então trabalhavam.⁸⁵ Desse modo, afirmaria o intendente que

Palácio – P. Alegre

Tendo classe tanoeiros se declarado em greve, atualmente pacífica porém com ameaças, não mantendo prefeitura força número suficiente, visto estarem vários praças destacados sede Galópolis, garantindo trabalho fábrica tecidos, e prevendo, devido atitude grevistas, duração movimento, solicito V. Ex^a providências remessa dez homens Brigada, para auxiliar destacamento aqui (AHMJSA, SECRETARIA DO GABINETE, PARTIDOS POLÍTICOS, 04/12/1931).

Afrontado o poder político e econômico local, ao lado do Subchefe Chefe de Polícia do Estado, os policiais militares logo partiriam da capital rumo a Caxias do Sul com a intenção de monitorar a referida insurreição trabalhista e, se necessário, reinstaurar a ordem. Superadas as tensões da greve, os portugueses alcançariam algumas melhorias salariais e a almejada redução da carga horária de trabalho para oito horas diárias. Aparentemente, a greve fora o ponto inicial para a organização sindical da cidade, como se perceberia com a constituição da própria “Sociedade União Operária, criada em 1931 em reuniões secretas ocorridas no Parque Cinquentenário, na época longe o bastante do centro da cidade e dos órgãos repressores” (ANDRADE, 2012, p. 14), uma vez que os ideais sindicalistas da Sociedade não

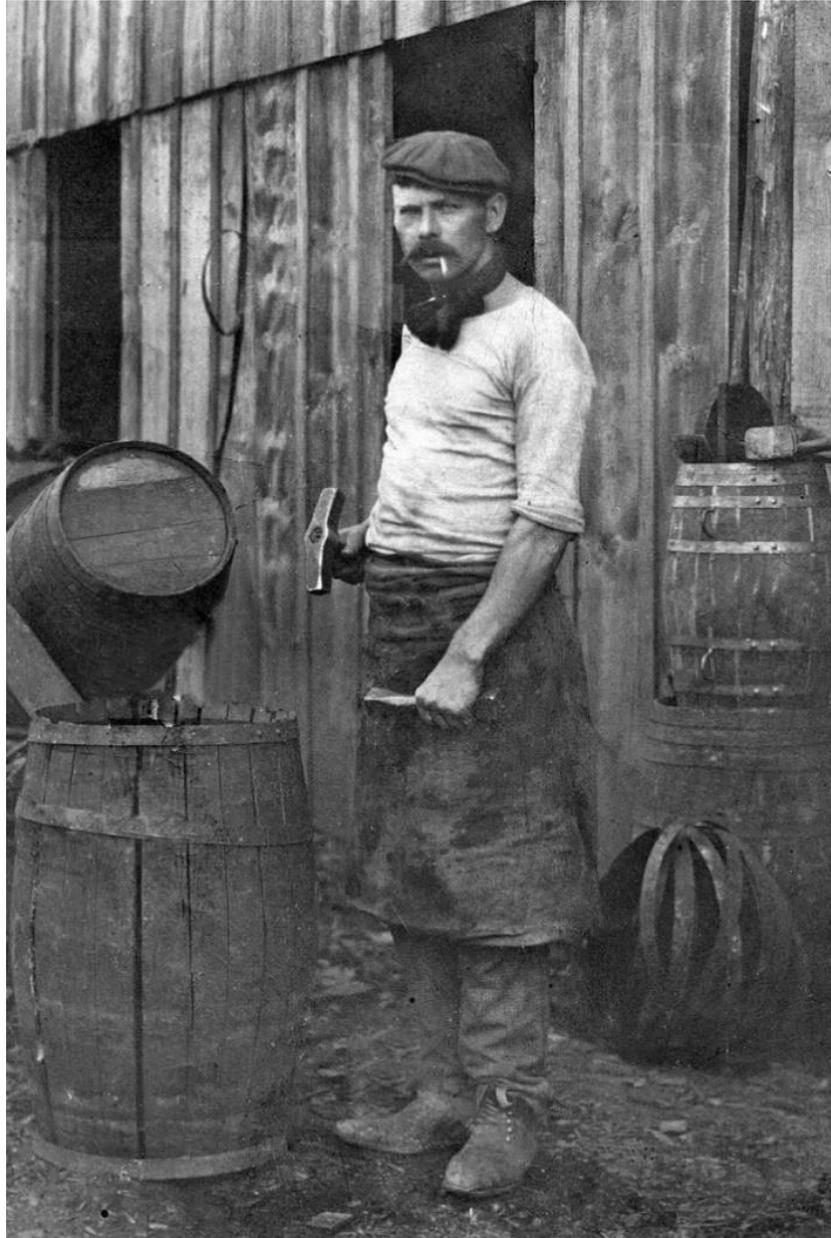
⁸⁵ Tais imigrantes teriam sido expulsos da mesma cidade de onde partira a família Eberle rumo ao Brasil. Os “Eberle saíram de Schio alguns anos antes de a cidade ser palco de um acontecimento que marcou a história do operariado italiano. Em 17 de outubro de 1891, a produção do Lanifício Rossi, maior complexo fabril de Schio, foi completamente paralisada por um ato grevista de grande repercussão [...] em função do anúncio de redução por hora trabalhada. Verona afirma que esse movimento deu força a alcunha de ‘cidade vermelha’ e levou a Schio a repressão policial e a imprensa de Vicenza, a capital da província” (TISSOT, 2008, p. 51). Assim, decidido a perdoar os “líderes do movimento que eram casados e tinham família” teria tal conde afirmado: “Aos jovens e solteiros, a prisão ou o Brasil” (BUENO, 2012, p.23). Dos 308 tecelões grevistas que emigraram rumo ao Brasil, alguns se estabeleceram em Caxias do Sul, em um local então identificado como “*Il Profondo*, por estar localizado entre dois morros e 250 metros abaixo de Caxias, tomando-se por base o nível do mar” (BUENO, 2012, p.23). Em 1894, eles organizaram uma cooperativa chamada Sociedade de Tecidos Tevere, que seria adquirida, em 1907, por Hércules Galló. Com experiência no ramo têxtil, transformaria radicalmente a situação da empresa, elevando-a à categoria de uma das “maiores indústrias têxteis do Estado” (HERÉDIA, 1997, p. 115). Além disso, ele organizaria seu espaço territorial de modo a oferecer uma boa estrutura urbana, econômica, social e cultural a seus empregados “com clara intenção de reter a mesma na vila” (HERÉDIA, 1997, p. 159), sob seu controle social. Por fim, Galló teve seu sobrenome adaptado para nominar a localidade, agora chamada Galópolis. Hoje, tanto as características naturais, que propiciaram o desenvolvimento do lanifício e da própria localidade, quanto os culturais, edificados para absorver a vida dos trabalhadores, converteram-se no chamado Museu de Território de Galópolis.

compactuavam com aqueles propostos⁸⁶ por Getúlio Vargas, já então oficializado como novo Presidente da República.

Desse modo, como destaca Isaura Mano, seu pai Guilherme foi um importante agente mobilizador e conscientizador dos colegas tanoeiros, pois, segundo suas lembranças, durante as greves, as “piores lutas não eram contra os patrões ou contra a polícia, mas sim entre os trabalhadores que paravam e os colegas que preferiam continuar trabalhando” (ANDRADE, 2012, p. 15). Com a gradual mecanização das cantinas, o ofício especializado dos portugueses foi perdendo importância. Insatisfeitos, os tanoeiros, em prática similar ao antigo ludismo, danificavam os maquinários “propositalmente para terem mais trabalho”, como salienta Antônio Mano (FAVARO, 2002, p. 265). Atentos às aceleradas mudanças, o grupo finalmente optaria por não mais transmitir os saberes e fazeres da profissão aos filhos, decidindo encaminhá-los à “escola aprender ofícios preferencialmente mais leves e bem pagos [...] A União dos Tanoeiros [...] teve vida breve. É de 1937 o último documento encontrado. A hegemonia italiana também ajudou a sufocar a trajetória portuguesa – e tantas outras – em Caxias do Sul” (ANDRADE, 2012, p. 15). A imagem que segue apresenta Guilherme Mano, pai de Antônio e Isaura, em meio ao ofício da tanoaria.

⁸⁶ A década de 1930, no Rio Grande do Sul, segundo Pesavento “foi marcada pelo desenvolvimento do sindicalismo cooperativista. A sindicalização foi incentivada pelo governo como uma forma eficaz de encaminhamento dos problemas econômicos e de mediatizar as relações entre as classes sociais e o Estado. Os produtores sindicalizados, em troca dos favores recebidos, prestavam apoio político ao governo. Tentava-se assim, dentro dessa prática, eliminar qualquer manifestação política das classes dominantes no sentido do retorno às práticas oligárquicas. Para com as classes subalternas, a sindicalização objetivava também anular o seu potencial político, mantendo-as submissas e controladas pelo governo” (PESAVENTO, 2014, p. 108).

Figura 21: Guilherme Mano, importante líder trabalhista português.



Fonte: AHJSA

Por fim, constata-se que tais tensões acarretariam a antipatia dos setores conservadores locais, potencialmente inserindo-os tanto em um contexto que procurava desmerecer o espaço territorial ocupado pelos imigrantes portugueses quanto fomentaria a própria negação da sua memória cultural e trabalhista. Tais relações podem ser observadas na matéria intitulada ‘Tanoarias: Uma herança portuguesa de artesanato em madeira’ onde se destacaria que, em Caxias do Sul, três seriam as

[...] indústrias tanoeiras que expandem seus produtos, diariamente aos diferentes pontos do território nacional. Assim, por volta de 1946, uma modesta tanoaria estava dando os primeiros passos nas proximidades de Caxias do Sul, iniciando em roupagens de uma modesta marcenaria. Aos poucos a ideia se expandiu e já em 1959

se mostrava sólida, no bairro Pio X. Além da região colonial e mesmo dentro de Caxias, os produtos [...] alcançam com grande escala, o progressista estado de São Paulo. [...] Segundo nos conta [...] Antoniazzi, proprietário daquela tradicional tanoaria em Caxias do Sul, a cultura deste artesanato, de origens primitivas, mas sempre atuais pela sua procura e produção, veio com os colonizadores portugueses na época da colonização (Brasil-Colônia). Nos primeiros tempos da Europa, somente os portugueses eram os especialistas no ramo do artesanato tanoeiro. Após os italianos vieram aprender dos portugueses a mesma arte e suas utilidades, implantando na região vinícola do Estado a indústria de pipas e barris. No entanto, quem primeiro instalou sua indústria no gênero em Caxias do Sul foi o Sr. Guerino Bianco, fundador da atual firma de pipas e outros recipientes de vinhos, a Irmãos Bianco (PIONEIRO, 03/06/1978, p. 35).

Nem uma palavra sobre o cooperativismo ou associativismo português foi publicada. A menção ao imigrante lusitano surgiu vaga e dúbia, mediante um pretenso contexto colonial, em que teriam repassado tais saberes e fazeres aos imigrantes italianos. Assim, as leituras de mundo desenvolvidas pelo grupo português, ao confrontarem-se com o a ordem estabelecida, acarretar-lhes-ia tanto a invisibilidade em face à historicidade local quanto a de sua própria existência.

6.4 ...eles sobrevivem ao minuíano da vida

A prostituição, entretanto, existia para além de depreciações simbólicas relacionadas ao campo econômico, político ou cultural. Além de fermentar algumas tensões sociais, fosse ela juvenil, ou não, praticada em espaços residenciais ou nas ruas, até a publicação do novo Código Penal brasileiro,⁸⁷ ela não parecia ser combatida com medidas mais rígidas ou de maior alcance social. Analisando-a como o que considerava uma espécie de negligência socio-moral-administrativa, o *Jornal Caxias*, por sua vez, daria início a uma campanha a favor dos moradores que residiam próximo ao que então seriam denominadas de “Zonas onde ficam localizadas as casas de tolerância [...] [pois] diariamente há ali desordens, gritos e tiros, pondo tudo numa polvorosa medonha” (*JORNAL CAXIAS*, 10/04/1930, nº147). Dessa maneira, explícitos, ou não, inseridos na paisagem urbana da cidade, tais espaços logo seriam percebidos como “territórios condenados, malditos, desprezados, são eles os tais maus lugares da cidade, sobre os quais converge um tipo de representação construída e dada a ver pelo olhar cidadão que preside a ocupação formal do território” (PESAVENTO, 2001, p. 25). Aparentemente, o

⁸⁷ Decreto Lei nº 2.848/1940. Segundo Vannini (2008), a elaboração e implantação do Código Penal de 1890, colocado em prática pelo novo regime republicano, “precisava contemplar, entre outras ‘inovações’, os padrões morais contemplados pela sociedade, ou, pelo menos, pela ascendente classe burguesa. O saber científico destronava as imposições e concepções religiosas; a ciência médica e jurídica, entre outras áreas, eram a base de construção da sociedade. Nos primeiros anos da República as preocupações em torno dos parâmetros reguladores do país também se direcionaram para as questões morais (VANNINI, 2008, p. 71).

impacto da referida campanha não teria alcançado seus objetivos. Assim, somente alguns anos depois, seriam identificadas algumas novas tentativas de intervenção quando, por ordem do “sub chefe da 10ª Região Policial, de ora em diante serão encerradas as casas de tolerância às duas horas da madrugada, sendo proibido taxativamente qualquer movimento de entradas como também música, nas mesmas casas daquela hora em diante” (O MOMENTO, 25/01/1933, nº 03).

A intensidade da prostituição levaria os ex-alunos do Colégio Nossa Senhora do Carmo, reunidos em Associação, a manifestarem-se a favor de uma “campanha de saneamento moral, afastando as casas de tolerância do centro da cidade” mediante a publicação de um manifesto intitulado “Defendendo a família caxiense”, publicado no Momento, em 1933.

A prostituição, mal de caráter universal, [...] é um mal, infelizmente inevitável por completo. [...] **Urge impedir a infiltração de elementos cuja extensão, paulatinamente, poderia confundir-se com as próprias famílias caxienses. O primeiro passo, pois, é a localização desta praga social em zonas afastadas**, em lugar especial e próprio. Quem ainda conserva em si a verdadeira noção de dignidade humana, considera a prostituição como um cancro social. **Esta verdadeira lepra moral deve pelo menos encobrir-se aos olhos dos forasteiros e da população moralmente sadia, como se faz para os infelizes atingidos por doenças fisiológicas contagiosas.** Além disso, carece exercer rigorosa sindicância no sentido sanitário e coibir por completo o acesso de menores nas zonas de localização. Estes três pontos ficariam a cargo da polícia. Outra tarefa de urgência seria procurar livrar estas infelizes estigmatizadas pelo desprezo popular e oferecer-lhes ocasião de se regenerarem em casas *ad hoc* como as que existem em Pelotas, São Paulo e Rio. Atingidos os *caftens*, desamparadas estariam estas pobres criaturas e mais facilmente se retirariam do local de depravação no qual, por culpa daqueles, caíram e se debatem em vão (O MOMENTO, 27/11/1933, p. 02).

Destacando a prostituição como uma espécie de doença contagiosa e repulsiva a ser higienizada ou combatida, a associação, contudo, não clamava pelo seu fim, mas somente pelo seu disfarce social, afastando-a da zona central da cidade, fato que, dentro de alguns anos, daria origem a então famosa Vila Jardim (SCOTTI, 2010). Aparentemente, o nível de tensão social não teria arrefecido com a implementação de tal sugestão de cunho extremamente autoritário. Logo, prostituição, criminalidade, vadiagem e uma possível degeneração social passariam a ser mais bem observados tanto pelos impressos jornalísticos quanto pelo próprio poder jurídico, policial e social, como Balbinot (2014) faz perceber por meio de análises processuais relacionadas a determinados crimes sexuais praticados no período que Caxias do Sul,

[...] a nossa cidadezinha colonial, está infectada, está cheia de tão perigosos e indesejáveis elementos. A prostituição que por aí campeia, faz questão de, audaciosamente, infiltrar-se no seio das famílias, de fato que por certo constitui grave perigo ao meio social, se medidas acauteladoras, urgentes e enérgicas, não se fizerem sentir. A prostituição caxiense, enfim, prima por atentar contra a moralidade pública e o tem feito, impunemente (CMRJU/IMHC/UCS, CX. 2C, PROCESSO 17).

Entretanto, a realidade logo se mostraria adversa, assim como as dificuldades e impedimentos para realizar tal controle, o que acarretaria a própria prisão ou expulsão de algumas desobedientes prostitutas que, justamente por desobediências e arruaças, seriam presas ou expulsas da cidade, como teria ocorrido com Carlota. F. e Celina. C. que, “receberam ordens de desocupar o município” (O MOMENTO, 17/10/1935, nº 139). Assim, a vida idealizada pelo progresso transformador dialogaria continuamente com tais campos e seus agentes, como poderiam ser mencionados os boêmios, os bêbados, os empresários, o operariado, aqueles que sofrem ou fazem sofrer por amor e os que não conseguem edificar ou manter suas residências dentro dos planos e posturas urbanísticas que os levariam continuamente a ampliar a população que habita os arrabaldes da cidade e para onde se esperava que a zona do meretrício se estabelecesse.

A intensidade levaria a uma nova ambição de se ampliar o controle social sobre tal campo de modo que, em fevereiro de 1936, O Momento informaria que reforços policiais haviam sido solicitados para dar cabo do circuito social alternativo que transtornaria a cidade. Assim, destacava que quando “chegarem as 15 praças pedidas pelo delegado de Polícia Humberto Silveira, serão tomadas enérgicas medidas contra frequência de menores em casas de jogos e pensões de mulheres, e bem como pela repressão da vadiagem” (O MOMENTO, 1936, nº 1907). Seria em tal ocasião que o impresso radicalizaria suas manifestações contra aquilo que entenderia como a própria ‘perversão’ ou ‘degeneração’ da sociedade. Desse modo, ao estabelecer um paralelo entre o Departamento Estadual de Saúde, o Serviço de Polícia Sistemática Sanitária e as próprias ações desenvolvidas por parte da população local, enfatizaria sem meneios que “Caxias está materialmente sanada. [...] Entretanto, um dos problemas que está a exigir providência enérgica, é, sem dúvida alguma, a higienização moral da cidade” (O MOMENTO, 1936, nº 1907). Para justificar seu posicionamento ressaltaria que qualquer pessoa que se “dê o trabalho de passar alguns instantes na delegacia de Polícia local, constatará o grau de adiantamento e da vergonhosa ausência de moral ou de pudor que vem minando o organismo da chamada inferior classe social e até mesmo média” (O MOMENTO, 1936, nº 1907). Assim, ao exemplificar, assinalaria que:

Ora é um cidadão que ali comparece queixando-se da infidelidade da esposa, ora um pobre pai operário ou jornalista que pede proteção da polícia no sentido de fazer casar a filha desonrada pelo namorado ou noivo. Até mesmo um *cáften* da própria esposa e das cunhadas, aliás menores, deu com os contatos na polícia. Defendendo-se afirmou que os fatos passavam invertidamente. No dia imediato a polícia deitava mão num solteirão conquistador de menores, especialista na arte, obrigando-o a casar-se com uma pobre órfã de pai e mãe a quem infelicitara. Outros casos foram desfilando pela delegacia, todos no mesmo gênero (O MOMENTO, 1936, nº 1907).

A reportagem segue crítica, destacando que, em “poucos dias, 15 casamentos eram celebrados sob a pressão policial, isso não se levando em conta as muitas investigações enviadas a promotoria pública, por delitos contra a honra” (O MOMENTO, 1936, nº 1907). A criminalidade sexual masculina logo seria apresentada em sentido inverso, culpabilizando as vítimas, ao considerar que tais ações e investigações, além de desabonadoras, constituir-se-iam como uma “nova e perigosa modalidade para arranjar maridos” (O MOMENTO, 1936, nº 1907). Por fim, a culpabilidade também seria direcionada às famílias empobrecidas, onde os: “Pais e mães inescrupulosos, certamente da baixa camada social, possuem determinado número de filhas moças e meninas. Estão desempregados, de quiçá, não gostam do trabalho honrado e tido de seda, o cinema, e, especialmente os automóveis – que fazer então?” (O MOMENTO, 1936, nº 1907).

O teor preconceituoso da matéria procura moldar as vítimas como parte de um contexto social que, carente de moral, menospreza a prática do trabalho, mas não a ambição do bom sustento. Desse modo, a reportagem destacaria que: “Instruídas por semelhantes monstros que se dizem pais, essas moças vivem noite e dia perambulando pelas ruas e praças da cidade, provocantemente, em busca de colóquios amorosos e até mesmo sexuais, recebendo em pagamento, dinheiros, presentes, sapatos etc.” (O MOMENTO, 1936, nº 1907). Por fim, subordinadas à exploração de si: “Lá pelas tantas da noite regressam a casa onde prestam então, cinicamente, contas de fim do dia” (O MOMENTO, 1936, nº 1907).

A longa reportagem publicada no mesmo jornal em que Neves destacara sua esfuziante percepção sobre a cidade, agora enfatizaria: “Já que estamos percorrendo a escandalosa escada da cidade, vamos descer um degrau a mais” (O MOMENTO, 1936, nº 1907). Ali, segundo o periódico, nos encontraríamos diante de um misto de hotel e casa de cômodos localizado na zona central da cidade, identificado como “‘beco da maxambomba’⁸⁸ com [seu] habitual grupo de brancas, morenas e mulatas que fazem das portas das referidas casas, ponto de encontro com os amantes, ali permanecendo, principalmente à noite, em posição de verdadeiro desafio à polícia de costume” (O MOMENTO, 1936, nº 1907).

Percebe-se que as atividades sexuais relacionadas à prostituição não seriam ocasionais, veladas ou restritas a alguns poucos espaços da cidade. Apresentadas de modo pessoal ou coletivo, as matérias dedicavam-se aos grupos que se postavam em esquinas, ruas, praças ou diante das ‘casas de tolerância’, onde ficariam à espera de seus clientes. Essas prostitutas,

88 Segundo Marcolin (2007), maxambomba seria “uma locomotiva mirim que puxava vagões de passageiros [...] corruptela da expressão inglesa machine pump (bomba mecânica) -, como acabou popularmente batizada” e seria utilizada em ferrovias urbanas. Fonte: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2007/02/01/no-tempo-da-maxambomba/>.

segundo o periódico, precisariam ser vigiadas, reprimidas e punidas por seus atos libidinosos, assim como dever-se-ia também atentar para as jovens menores de idade que já estariam inseridas em tal estilo de vida, logo,

[...]coibindo os abusos enumerados, fazendo conduzir a delegacia, toda e qualquer menor que for encontrada nas ruas e praças da cidade em condições das descritas” para um interrogatório que indicará os “responsáveis pela insegurança dessas criaturas, promovendo-se a conseqüente responsabilidade criminal daquele ou daquela degenerada. Só assim, nos parece, será devidamente higienizada, enriquecida por uma população honesta e trabalhadora (O MOMENTO, 1936, nº 1907).

Dessa forma, a matéria considera importante que sejam descobertos os responsáveis pela insegurança social imposta aos jovens prostituídos, mas opta por pouco problematizar sobre os agentes consumidores de tais mercados. A necessidade de higienização moral, aparentemente, credita a exploração do sexo como uma espécie de doença social, que teria sua causa geradora na sobrevivência das famílias periféricas. No entanto, como se perceberá adiante, parte da sociedade local, que se fazia então considerar como distinta ou respeitável, seria a mesma que fomentaria parte da prostituição local, inclusive defendendo-a legalmente ou financeiramente, quando necessário. Assim, a prostituição não parecia ser praticada ou consumida somente por grupos empobrecidos ou degenerados, como também não seria somente por eles composto os dados policiais que destacavam terem ocorrido, apenas no primeiro semestre de 1939, em Caxias do Sul, quatro crimes contra a honra e a moral, nove crimes sexuais (estupro), uma tentativa de estupro, uma tentativa de defloramento, quarenta e quatro defloramentos, nove raptos seguidos de defloramentos, uma ação por corrupção de menores, uma ação por atentado ao pudor, uma tentativa de rapto e dois raptos consumados (A ÉPOCA, 05/11/1939).

Ela, a prostituição, seria, aparentemente, um negócio lucrativo que tensionava frequentemente a tolerância social e a repressão moralizadora emanada por parte de alguns agentes locais, dentre eles, a saúde pública, o poder político, policial e a efervescência religiosa conservadora que compelia os demais campos a movimentarem-se em busca de providências, mesmo que dissimuladas ou visivelmente preconceituosas, como se percebe na manchete “Mulatas Fichadas”, onde o termo ‘mulata’ surgiria como genérico para prostituta:

As morenas, brancas e mulatas que haviam transformado certa casa de cômodos da nossa cidade em beco da maxambomba foram devidamente fichadas pela polícia e o ‘beco’ foi desinfetado, não mais de reproduzindo as ‘cenas amorosas’ que o público assistia durante o dia e principalmente à noite [...] O delegado [...] parece [...] mesmo disposto a higienizar [...] a cidade. Há poucos dias [...] tomando conhecimento de que uma outra menor de 15 anos de idade fora infelicitada pelo namorado, agiu incontinente e o d. Juan moderno teve de entregar suas fichas... casou-se. Estamos seguramente informados que serão severamente punidos os pais inescrupulosos que suas filhas perambulam pelas ruas e praças da cidade, desacompanhadas, como vinha

acontecendo com certo de certo tempo a esta parte. Muito bem [...] continue moralizando os usos e costumes dessa gente porque a imprensa bem intencionada, e especialmente o nosso jornal, acompanhará com carinho vossa desassomburada ação, aplaudindo tão benéficos resultados. Bravos! (O MOMENTO, 1940, 397, p. 01).

Os encantos de tais mulheres pareciam tanto atizar imaginários quanto retardariam as ações políticas ou policiais ante os apelos moralizantes. Cerca de um ano após a manifestação do periódico local, a prostituição voltaria às páginas locais com notoriedade, o que serve de indício para o entendimento de que as autoridades legais não teriam atingido, de pronto, seu objetivo na tentativa de coibir tal prática. Neste sentido, o jornal informava que “Hermínia M., vulgo Salomé, francesa-judaica, foi proprietária de uma casa de tolerância que constituía verdadeiro cancro social enquistado no seio das famílias proprietárias e residentes nas circunvizinhanças do antro por ela dirigido” (O MOMENTO, 29/07/1940, nº 385). Em tal espaço, as luzes

[...] multicolores, algazarras, bebedeiras e os ensurdecadores *jazz* traziam os moradores das adjacências em constantes sobressaltos [...] Felizmente **os poderes públicos** e especialmente aqueles **que têm o dever de precípua de velar pela higiene material e moral da cidade, promoveram uma desinfecção em ordem** – a proprietária do lugar desocupou o ‘beco’ e foi andando. Deixou o município. O prédio foi demolido e as suas famílias próximas sentiram-se libertadas de tamanha praga. **As máquinas da indústria Salomé funcionaram por largos anos em plena rua Marques do Herval esquina com a rua Vinte de Setembro, há duas quadras, apenas, do principal centro da cidade!** (O MOMENTO, 29/07/1940, nº 385).

A mesma reportagem, contudo, demonstrava algum desencanto com certos setores da sociedade, pois, estaria sendo comentado pela cidade que “pessoas destacadas nos meios sociais e industriais da cidade pretendem mandar construir ali um prédio de alvenaria, destinado ao funcionamento de um *cabaret!*” (O MOMENTO, 29/07/1940, nº 385). Como resposta, os vizinhos contrários ao empreendimento enviariam um memorial contra tal iniciativa ao próprio delegado de Caxias do Sul, assinado por cerca de noventa pessoas, “cuja autoridade prometeu que promoveria em breve, a localização do meretrício” (O MOMENTO, 29/07/1940, nº 385).

Desinfetar a moral da sociedade local, além de retirar tais elementos da paisagem urbana, para o periódico, parecia ser a ordem ambicionada no período. Para tal, “Doutor Adão [delegado de polícia], por certo, continuando sua aplaudida atitude de higienizar moralmente a cidade, promoverá em breve a localização do meretrício, mais uma medida de ordem pública” (O MOMENTO, 11/12/1941, nº 455). Os quinze meses que separam as matérias demonstram que a prostituição nos espaços centrais e os crimes de toda ordem não pareciam perder folego, apesar das frequentes tentativas de assepsia social e moral desenvolvidas pelo delegado de polícia local. Entretanto, as mínimas ações recebiam amplos elogios d’O Momento que as destacava frequentemente como necessárias ‘ações moralizadoras’.

Sob essa perspectiva, com a chamada “Moralizadora ação policial. Enérgicas providências contra as decaídas”, a edição de 03/07/1943, destacaria os esforços da autoridade policial “no sentido de evitar que a vida normal da cidade sofra qualquer alteração ofensiva aos brios e a pacatez caxiense”. A matéria segue problematizando aquilo que chamaria de infiltração no “meio das famílias e das moças que fazem seu costumeiro *footing*, nos passeios fronteiros aos cafés e cinema central, determinou providências moralizadoras, saneando aquele logradouro público da pernicioso presença das inúmeras decaídas, as quais disputavam lugar de relevo” (O MOMENTO, 30/01/1943, nº 515). Chamado, doutor Arão não titubeou e, dentre as “providências adotadas contra semelhante elemento, figuram determinações no sentido de ficar vedado que tais mulheres tenham acesso público, senão a contar das 16 até as 24:00hs. Ao ilustre Delegado, nossas efusivas felicitações pela atitude moralizadora que tomou” (O MOMENTO, 30/01/1943, nº 515). No entanto, passados alguns anos, O Momento reiteraria que:

Ainda vimos em número alarmante, em proporções berrantes, seguindo ao lado daqueles miseráveis, a legião das meninas que se degradam. É uma doença que campeia desenfreadamente. É um mal que rasga o edifício social do Brasil que deseja sua independência. As meninas pobres que se degradam com 12, 13 e 14 anos representam uma maior tragédia que as menores desviadas, com pais sem energia e sem autoridade, elas caem no local da imoralidade, deixando-se levar pelo oferecimento de um vestido bonito ou de um simples vidro de perfume. É a miséria que gera esse caos apavorante. É o descontrole dos responsáveis. É por essas coisas, por esses dolorosos dramas de dor e infortúnio, aumentam dia a dia, as hóspedes das casas do meretrício. Aí está a desgraça, a absoluta perdição. A ruína de uma mocidade que muito poderia fazer pela construção social, econômica e cultural da nossa terra. Outro problema, esse das meninas que se prostituem, clamando atenção dos governantes, daqueles que prometeram reerguer a nossa cidade. Assim começou os tenebrosos dias da queda moral da sociedade francesa (O MOMENTO, 14/06/1947, nº 740).

A prostituição seria ‘retirada’ do espaço urbano central na década de 1950, quando Eliseu Rech vendeu parte de uma propriedade localizada no Km 148 da BR-116 para

Vitor De Lazer e Amadeu Perini, que tinham a intenção de fazer um loteamento com o nome ‘Vila Jardim’. Após a aquisição, os novos proprietários dividiram a área de terras em lotes. Em seguida, contrataram os construtores Antônio Costa e sua esposa Maria para construir as casas. A instalação elétrica ficou a cargo do electricista João Andriqueti. Tão logo foi concebida a construção das casas, as boates e casas de tolerância – antes situadas nas proximidades do centro foram transferidas para a Vila Jardim. A transferência aconteceu na década de 1950. Omar Pires da Silva que atendia pelo apelido de ‘Nenê’ foi um dos transportadores. Ele e sua equipe fizeram quatro mudanças. Carregavam roupas, móveis e objetos que faziam parte da decoração dessas casas. E foi assim que surgiu um novo bairro em Caxias do Sul: a Vila Jardim (SCOTTI, 2010, p. 19).

O antigo proprietário, quando descobriu que suas terras haviam sido loteadas para abrigar as casas de prostituição até então existentes na cidade, teria ficado “muito bravo” e

manifestaria sua indignação afirmando que “não vendi minhas terras para construírem um Tabaré (sic) (cabaré)” (SCOTTI, 2010, p. 19). Assim, a ação política e econômica de determinados agentes locais havia propiciado uma paliativa ‘higienização’ ao passo que constituído um novo território urbano, idealizado para, de certo modo, confinar os percebidos como indesejáveis. Observa-se em tal movimento a atuação fundamental das mulheres proprietárias das então destacadas ‘casas de tolerância’. A nova organização levaria a um deslocamento constante de pessoas residentes no espaço urbano central para o então espaço identificado como ‘curva da zona’. A organização comunitária logo se faria presente, tanto para o bom andamento da prática da prostituição, quanto para superar as dificuldades impostas pela vida cotidiana. A ausência de água, por exemplo, seria superada com a coleta em fontes próximas, atividade realizada pelas crianças, ou mediante o abastecimento desenvolvido por meio de caminhões enviados pela prefeitura. Nota-se que a prostituição não seria somente opção para delinquentes e desocupados, mas que poderia envolver a ação financeira e política de muitos agentes locais. A dinamicidade do público⁸⁹ seria compatível ao fluxo intenso dos trabalhadores que ali exerciam seus mais diversos ofícios. Neste sentido, a grande quantidade de casas e clientes levaria à organização de um loteamento próximo, identificado como Vila Primor, onde morariam algumas pessoas que prestariam serviços aos moradores da ‘zona’ e ao novo bairro que gradualmente se constituía. Assim, enquanto o novo espaço se estruturava, as mulheres que seriam percebidas como

[...] mães de família, para ajudar no orçamento doméstico, começavam a prestar serviços às suas vizinhas, moradoras da Vila Jardim. Elas cuidavam das crianças das mulheres que trabalhavam nas boates [logo algumas mulheres se destacariam pelo zelo aplicado às crianças e passariam a organizar a própria ‘hospedagem das crianças’ que, por vezes eram abandonadas pelas mães ou não eram mais devolvidas pelas cuidadoras] [...] [outras] faziam cucas, biscoitos, pastéis para seus filhos venderem na ‘Zona’ [...] Alguns moradores vendiam flores, ovos, leite, banha, carne de porco, carne de gado, verduras da horta etc. (SCOTTI, 2010, p. 75).

Por fim, repelida a prostituição organizada, restaria a indisfarçável favelização do entorno da zona central da cidade, onde continuavam a residir os moradores sem trabalho, pobres e periféricos, além das próprias crianças abandonadas ou sujeitadas ao que a vida lhes pudesse ofertar. Seria a ‘cidade dos pobres’, que, com seus ocupantes, cenários e modos de sobrevivência, o Momento destacaria em uma tríade de capas a situação enfrentada pelos que não teriam obtido sucesso em terras de imigrantes: “A dolorosa tragédia dos abandonados”, de

⁸⁹ A agressividade social ainda seria manifestada sobre tais desviantes e culminaria em um atentado a bomba “quando morreu uma moça que estava num dos quartos. Pouco sobrou dos restos mortais para fazer o enterro. O sinistro atraiu para o local a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e o próprio Exército, que investigou o caso (SCOTTI, 2010, p. 35).

14/06/1947, nº 740, “Ainda o drama dos transviados”, de 30/08/1947 e, por último, “O povo passa frio de fome”, de 16/08/1947.

Constata-se que, a quase cem anos, a cidade já dialogava com a pobreza extrema, refúgios habitacionais precários e a própria brutalidade, por vezes, exigida diante do desejo de sobrevivência social e simbólica. A primeira capa destacava a situação enfrentada pela “infância desamparada, que perambula pelos cafés, parques e avenidas implorando uma esmola para mitigar a fome. Meninos que a noite, não tendo onde repousar, perdem-se no extravio das coisas mundanas, da degradação moral que acarreta o enfraquecimento do físico” (MOMENTO, 1947, p. 01). Percebendo tais grupos como “uma procissão de verdadeiros tuberculosos”, o periódico enfatiza haver nas ruas de Caxias, para além dos meninos, “um número alarmante, em proporções berrantes, seguindo ao lado daqueles miseráveis, a legião das meninas que se degradam [...] com 12, 13 e 14 anos” (MOMENTO, 1947, p. 01).

Ao clamar por atenção política e social, o Momento salientaria que se poderia gastar “menos em festas pagãs e orgias e ajudem-se mais as obras sociais”, pois o “destino é impiedoso. O destino é preto. É negro como a alma daqueles que não se interessam com esses terríveis problemas. O cancro cresce e alarga” (MOMENTO, 1947, p. 01). Como paliativo, ganharia destaque a atuação religiosa ante os patronatos agrícolas que, ao realizarem um “grandioso e soberbo trabalho”, mediante a constituição de “verdadeiras cidades de meninos” procuravam retirar das “estradas perversas da vida, aqueles que amanhã dirigirão o Brasil” (MOMENTO, 1947, p. 01). Segundo Luchese (2019), a criação dos patronatos agrícolas no

[...] contexto brasileiro, remete [...] ao Decreto 12.893 de 28 de fevereiro de 1918 que autorizava a criação de patronatos agrícolas pelo Ministério da Agricultura e ao Decreto 13.706 de 25 de julho de 1919 que estabelecia nova organização aos patronatos agrícolas afirmando como fins dessas instituições, atender exclusivamente ‘classes pobres, [que] visam a educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos, e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, a disposição do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio’, além disso, afirmava que eram instituições voltadas para ‘assistência, proteção e tutela moral dos menores’ promovendo o ‘trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar, até incorporá-los no meio rural’ (DECRETO 13.706 de 25/07/1919). Uma educação para os pobres, tornando-os úteis e produtivos (LUCHESE, 2019, p. 58).

Em Caxias do Sul, entretanto, parte da sociedade percebida pelos cronistas seria a imagem do próprio fracasso... “fracasso intelectual, com meninos analfabetos, [...] fracasso cultural com meninos sem escola [...] fracasso físico com meninos sem amparo social. Com meninos sem teto, sem pão, sem agasalho” (O MOMENTO, 28/06/1947, nº 742, p. 01). A imagem que segue destaca a imponência da edificação voltada para o acolhimento dos referidos jovens carentes e parte do entorno de tal espaço. Seu entorno, na época identificado

popularmente como ‘baixada do patronato’, seria concebido como “uma verdadeira vila de mendigos” (O MOMENTO, 16/08/1947, p. 01).

Figura 22 – O prédio do Patronato Agrícola, a ‘baixada do patronato’ e parte de seu entorno



Fonte: AHMJSA.

Nem tão distante da empobrecida ‘Zona do Cemitério’, ou ‘África’, o atendimento social desenvolvido pelo Patronato Agrícola poderia despertar certo sentimento de esperança, mas aparentemente duvidoso, frente a ampla e potente favelização da cidade (Davis, 2006), local onde a referida transformação converter-se-ia em contínua busca pela sobrevivência... seria a cidade dos pobres, miseráveis ou empobrecidos, percebidos, por vezes, como intrusos.

Mapa 05 – Em linha reta, pouco mais de 380m separam a Zona do Cemitério do antigo Patronato Agrícola.



Fonte: Google Maps.

A imagem que segue apresenta uma visão parcial da ‘baixada do patronato’.

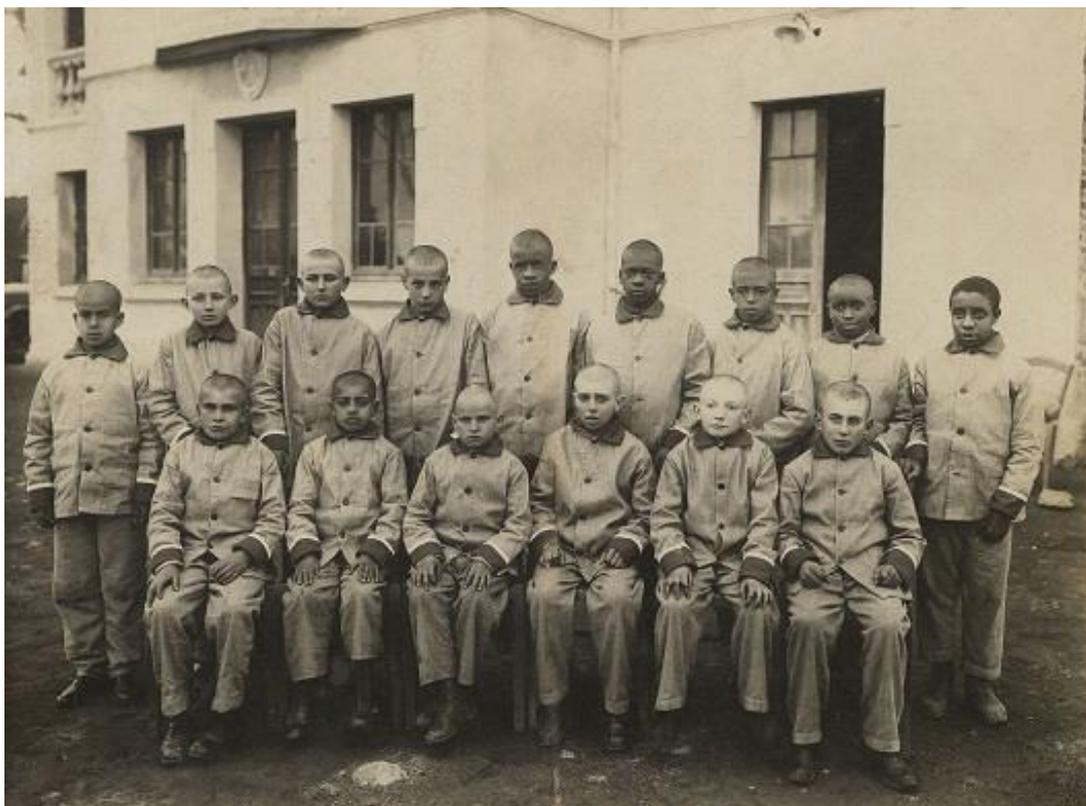
Figura 23 – ‘Baixada do Patronato’



Fonte: AHJSA

Algumas das crianças então atendidas no citado espaço podem ser visualizadas na imagem que segue, recuperados dos vícios, abandonos ou dificuldades de toda ordem, passariam a integrar o campo social mediante novas posturas e capacitações profissionais.

Figura 24 - Crianças atendidas pelo Patronato Agrícola de Caxias do Sul.



Fonte: AHJSA.

Era o que se destacava em discursos jornalísticos ou manifestações públicas. Tais visualidades, porém, não incomodariam, ou mesmo se fariam ver, por todos os cidadãos, pois quando se ousava, “pelas colunas dos jornais tocar nestes assuntos que desprestigiam o país, então surgem aqueles retrógados que nos chamam de revolucionários e escandalosos. Dizem que tudo é mentira e que nada passa de alarmes infundados de repórteres sem assunto” (O MOMENTO, 28/06/1947, p. 01). A tristeza de tais crianças, entretanto, é facilmente perceptível ao olhar. Mãos e corpos dispostos e ‘fabricados’ numa imagem que comove, que provoca, que faz pensar multiplicidades da infância, da pobreza, o que nem sempre é questão de branco ou negro, urbano, periférico ou rural, mas do pobre – útil, silencioso, operoso e conformado com seu lugar social (Luchese, 2020).

6.5 ... e chupando a laranja podre, amarga como a vida

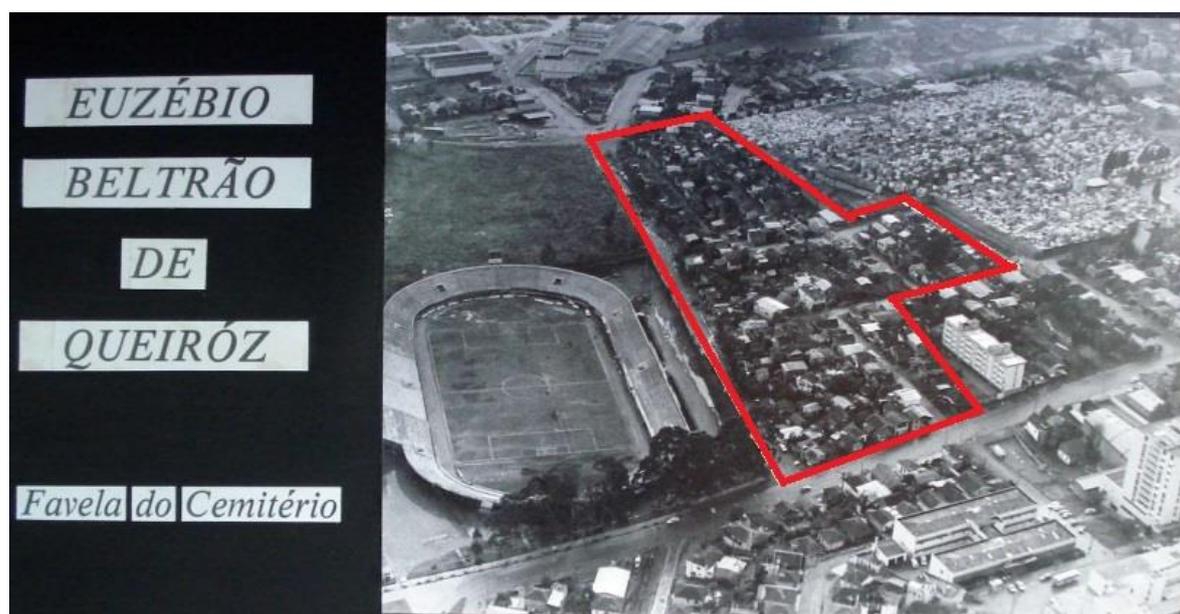
Ao percorrer menos de dois quilômetros para chegarem a Praça Dante Alighieri, percebe-se que os bairros mais empobrecidos de então localizar-se-iam a poucos minutos da zona central. Desse modo, o poema escrito por Charles Baudelaire (2016), intitulado ‘Os olhos

dos pobres’, parece sintetizar as tensões decorrentes desses encontros, tais quais aqueles anteriormente mencionados pelos estudantes quando do início da tese, ao passo que parece refletir sobre as próprias transformações urbanas e sociais desenvolvidas nas cidades, por vezes, carentes de sentimentos e empatias. Em meio a alguns trechos, destaco parte da exposição fotográfica intitulada Eusébio Beltrão de Queiroz: Favela do Cemitério, organizada por um grupo de arquitetos e fotógrafos da Secretaria de Habitação e Ação Social, da prefeitura de Caxias do Sul, em meados da década de 1960. Nela, também consta um poema, de autoria não identificada que reproduzirei na íntegra.⁹⁰

As imagens que compõem a exposição procuram evidenciar o histórico do espaço, suas ruas, o contexto em que seus moradores encontravam-se inseridos, a ausência de passeios públicos e espaços de lazer, o adensamento do solo, a dificuldade dos caminhos, a insalubridade do espaço em meio a necessidade da sobrevivência, a carência de saneamento e abastecimento, um local onde “pessoa, bicho e lixo convivem em comum”, a condição imprópria para o desenvolvimento das crianças e jovens em um espaço, onde “só restam caminhos entre as casas, neles as pessoas se reúnem, jogam bola, cheiram cola, conversam adultos e meninos, muita casa, muita gente, pouco espaço”. Em tal contexto, “sua escola: a vida; sua herança: sua cultura; seu brinquedo: a rua; seu habitat: degradado; sua geração: comprometida”. Nesse ambiente, os empobrecidos de Baudelaire não parecem distantes daqueles existentes nas proximidades da zona central de Caxias do Sul. A imagem que segue destaca a vista aérea de tal espaço.

⁹⁰ Nos tempos de menino/ na Favela do Cemitério/ via de um lado toda a tristeza/ e de outro toda a alegria/ num o choro/ e noutra o aplauso/ vivia num barraco apertado e destelhado/ mas isso eu ainda via/ saia na corrida, fugindo de minha mãe/ eu, meu irmão e o cusco sarnento de estimação/ pé no chão/ pé no barro/ pé no cocô do cachorro/ pulando barranco/ ciscando no lixo/ e chupando a laranja podre, amarga como a vida. Assim eu vivia/ pulando a pequena cerca de arame farpado do cemitério/ brincando de esconde-esconde entre as capelas/ curtindo as flores na inocência de menino/ assim eu vivia/ atravessando pela tábuca solta do campo do Flamengo [atual SER CAXIAS]/ para ver o tricolor, nos domingos de sol/ assim eu vivia/ assim eu crescia/ e comigo crescia o estádio/ e comigo crescia o cemitério. Hoje já não cresço/ quem cresce é meu filho/ e com ele cresce o estádio/ e com ele cresce o cemitério/ pé no chão/ pé no barro/ pé no cocô do cachorro/ pulando barranco/ ciscando no lixo/ e chupando a laranja podre, amarga como a vida/ assim ele vive/ só que não pula mais a cerca/ ela também cresceu/ virou muralha/ e é ela que quer pular sobre ele. (Autoria não identificada).

Figura 25 - ‘Favela do Cemitério’ próxima ao bairro São Pelegrino e Zona Central.



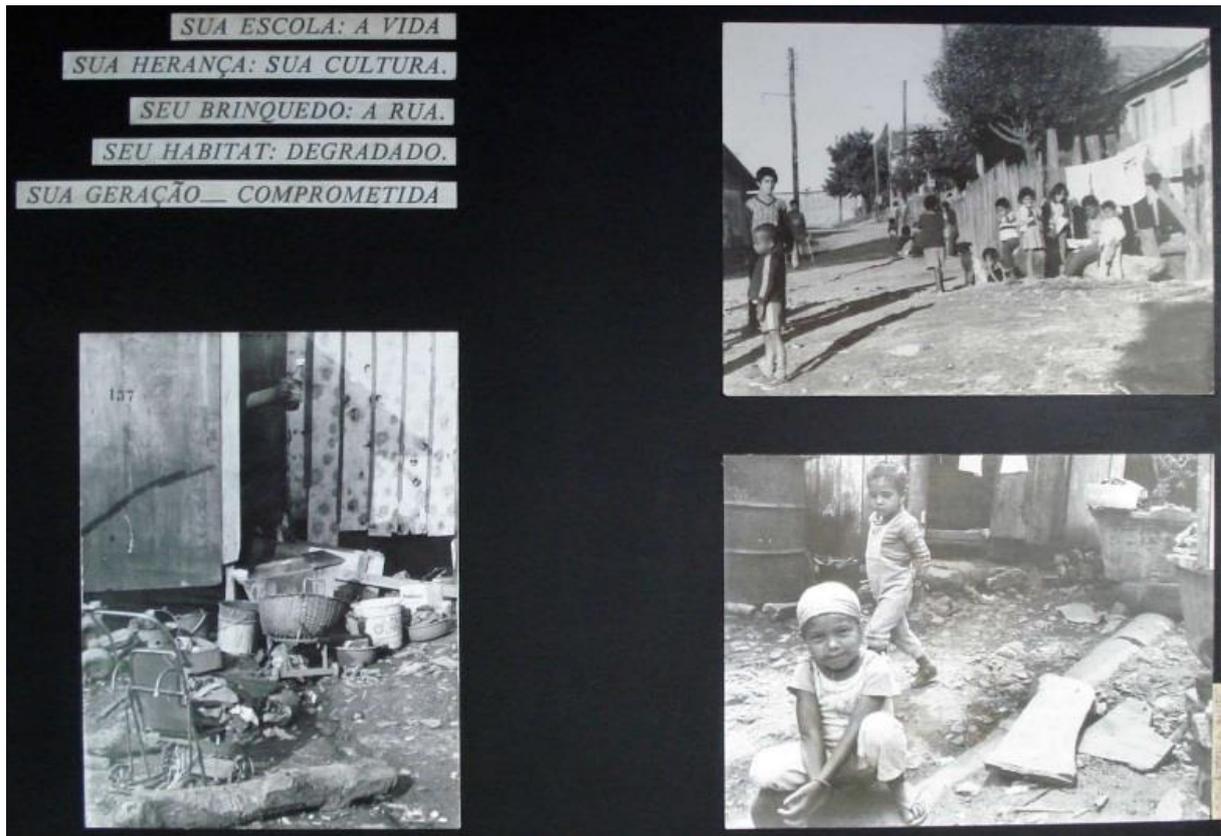
Fonte: AHJSA. Reprodução de fotografia por Antônio Carlos Galvão.

Assim, na distante Paris, Baudelaire questionaria: “Ah! Quer saber por que hoje eu a odeio? Pois será certamente mais difícil a você entender do que a mim explicar”. Tal indignação seria o ponto final de um passeio que havia durado boa parte do dia, em que os amantes teriam realizado a promessa de “compartilhar todos os nossos pensamentos, a promessa de que nossas almas, a partir de então, formariam uma só: um sonho que, afinal, de original não tem nada, exceto que, sendo sonhado por todos os homens, não é realizado por nenhum” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). O prolongado passeio os levaria até a “esquina de um novo boulevard, [onde] você quis se sentar em frente a um novo café, ainda cheio de entulho, mas já dando mostras de seus esplendores inacabados” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). Percebe-se que o destaque dado pelo narrador aos entulhos existentes nas proximidades simbolizaria a própria transformação da cidade e de seus espaços, sejam eles públicos ou privados. Assim, em tal café, o “gás exibia o entusiasmo de uma inauguração, e iluminava com todas suas forças as paredes ofuscantes de tão brancas, a superfície deslumbrante dos espelhos, o dourado das molduras, das cornijas, os pajens bochechudos arrastados pelos cães que traziam à coleira” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86), além das sorridentes damas que empunhavam “falcões, as ninfas e as deusas carregando frutas, empadas e animais de caça sobre a cabeça, as Hebes e os Ganimedes oferecendo, de braços estendidos, a pequena ânfora de creme *bavaroise* ou o obelisco bicolor de sorvetes misturados” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86), de modo que, por fim, vislumbrava-se a “mitologia e a história a serviço da glotonaria” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). A intensidade das transformações propiciava “novos fluxos e [...] novas experiências, [além de tornarem] visíveis e próximos

outros atores sociais, as então ‘classes perigosas’ (CHEVALIER, 1978), cuja presença nas ruas não seria atestada, em ocasiões posteriores e em distintos contextos, apenas pelo incômodo olhar” (MAGNANI, 1993, p. 02). Seriam justamente alguns elementos pertencentes a tais classes que, em sua exclusão ou marginalidade, sem proferir uma palavra sequer, abalariam a paixão existente entre os caminhantes apaixonados, uma vez que, em “meio a tal processo de “modernização e higienização da cidade, os pobres se viam obrigados a morar em arrabaldes, em novos lugares, mais facilmente controláveis pelo poder público” (PESAVENTO, 1997, p. 86).

Assim, à sua amada, o sujeito lembraria que logo à “nossa frente, na calçada, estava plantado um bravo homem, de cerca de quarenta anos, de rosto cansado, barba grisalha, trazendo por uma das mãos um menino pequeno, e carregando no outro braço um serzinho frágil demais para andar por si só” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). Tal homem, segundo o poeta, cumpriria a “função de ama, levando os filhos para tomar um ar em plena noite. Todos maltrapilhos. Os três garotos eram extraordinariamente sérios, e os seis olhos contemplavam fixamente o café novo, com a mesma admiração, em nuances que divergiam apenas pela idade” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). O observador, que já havia atentado tanto aos cansados semblantes quanto para as indumentárias envelhecidas, daria agora atenção aos próprios olhares daqueles que a tudo observavam... Segundo o poeta, os “olhos do pai diziam: - Como é belo! Como é belo! Parece que o ouro todo deste pobre mundo veio se depositar nessas paredes” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). Os do menino, por sua vez, também se encantavam com a beleza, embora com algumas ressalvas e, assim, parecia dizer: “Como é belo! Como é belo! Mas é um lugar onde só podem entrar pessoas que não são como nós. Quanto aos olhos do menor, sua fascinação era tanta que não exprimiam senão uma alegria estúpida e profunda” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). Tais semblantes também poderiam ser percebidos nas crianças que estampam o quadro seguinte, mas não demonstrariam encantamento por quaisquer belezas.

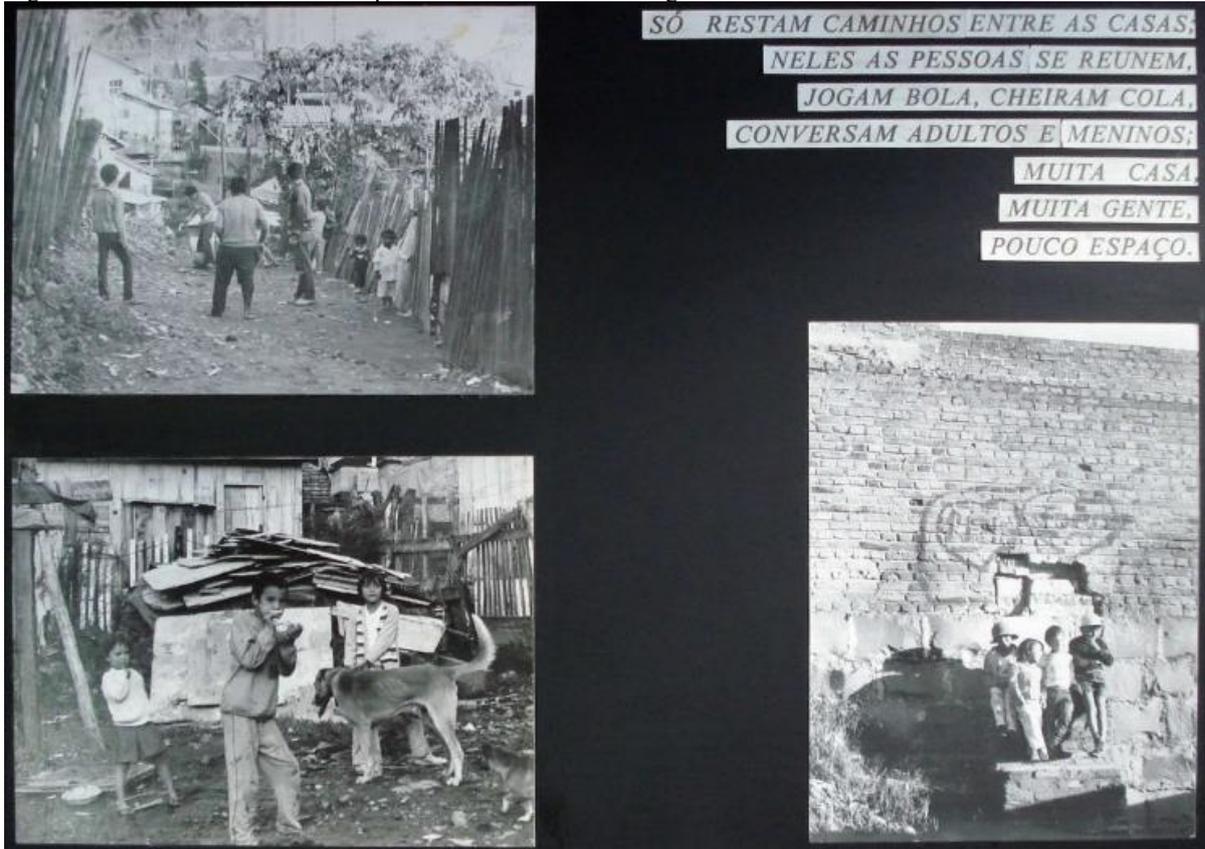
Figura 26 – Crianças ocupam as ruas da Zona do Cemitério.



FONTE: AHMJSA. Autoria: Maria Conceição Baldisserotto.

Percebe-se que os miseráveis não estariam mais escondidos em meio a antiga cidade. Agora teriam tanta visibilidade quanto as obras enobrecedoras, os ricos cidadãos, as mulheres elegantes que passariam a ostentar sua riqueza real ou imaginada, portadora de consideráveis desprezos sociais, por entre prostitutas, mendigos ou pedintes. Assim, Haussmann poderia tê-los deslocado para os bairros mais distantes, mas não poderiam negar-lhes a circulação pela nova cidade que se desvelava. A beleza dos novos locais, públicos e privados, os passeios, calçadas ou parques parecia atrair os olhares de todos, inclusive dos ‘indesejáveis’ que, ao passo que visualizam a vida ali existente, como destaca Berman (2007), “eles também são vistos: visão e epifania fluem nos dois sentidos” (BERMAN, 2007, p. 184). Similar jogo de olhares poderia ser constatado entre as crianças que se drogavam ou simplesmente conversavam e contemplavam o movimento e aquele que as observava e lhes imortalizaria simbolicamente ante a história local, como pode ser percebido na imagem seguinte.

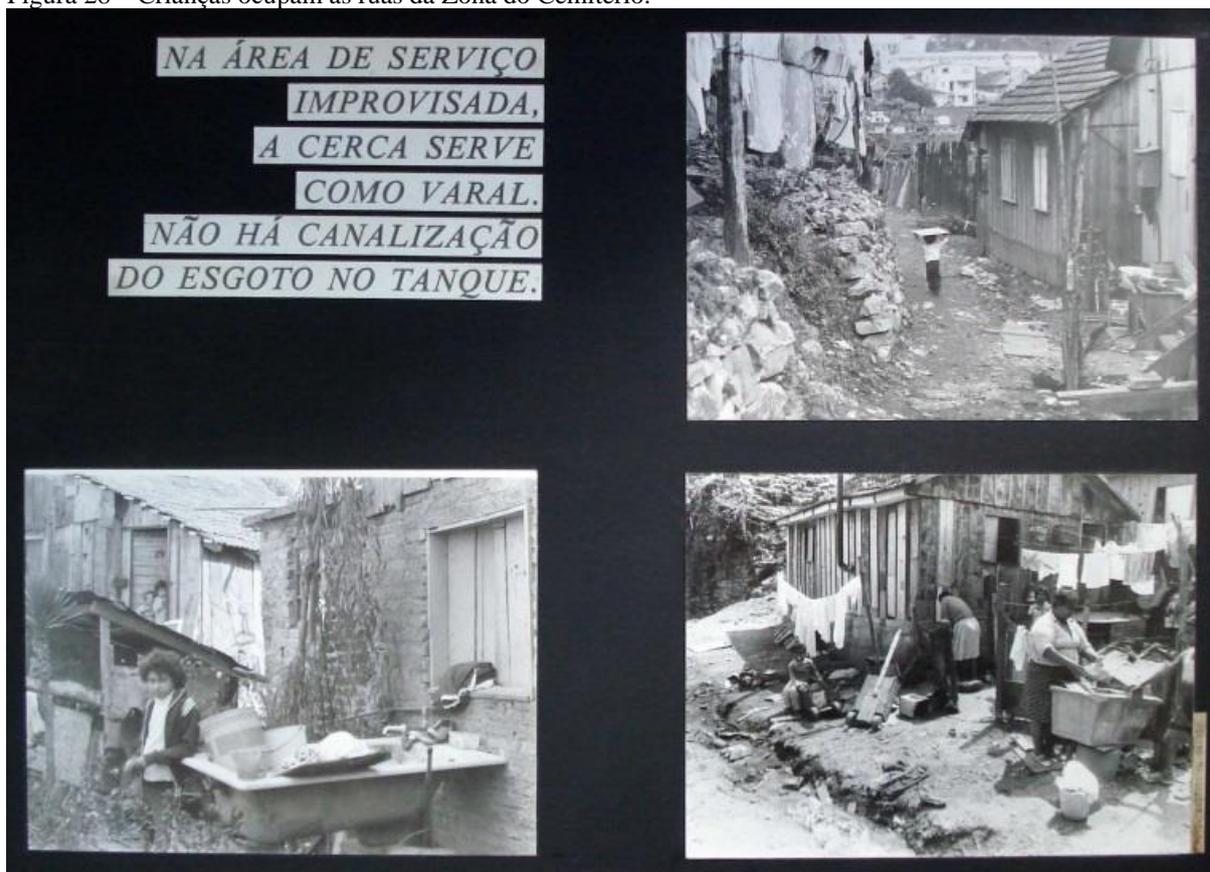
Figura 27 - 'Favela do Cemitério' próxima ao bairro São Pelegrino e Zona Central.



FONTE: AHMJSA. Autoria: Maria Conceição Baldisserotto.

Logo, seria assim, com seus olhares arregalados e contemplativos, que aqueles percebidos como ‘marginais’ observariam as mudanças urbanas que até a pouco pareciam inimagináveis. Tais contrastes, entretanto, envergonhariam o amante apaixonado. Almejando uma possível compaixão perante a miserabilidade tão próxima de si, ele esclareceria para a amada que os “compositores de canções dizem que o prazer torna a alma boa e amolece o coração. A canção tinha razão naquela noite, no que diz respeito a mim” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). Aquela “família de olhos me enternecia e, além disso, eu sentia um pouco de vergonha dos nossos copos e das nossas garrafas maiores que nossa sede. Eu buscava, minha cara, com meu olhar também o seu, para aí ler o *meu* pensamento” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). Para tal, “mergulhava nos seus olhos tão belos e estranhamente doces, nos seus olhos verdes, habitados pelo Capricho e pela Lua, quando você disse: - Não suporto essa gente de olhos escancarados como porteiras! Será que você poderia pedir ao proprietário que os afastasse daqui?” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). Seria, talvez, o que parte da sociedade gostaria que ocorresse com os favelados da zona do cemitério.

Figura 28 – Crianças ocupam as ruas da Zona do Cemitério.



FONTE: AHMJSA. Autoria: Maria Conceição Baldisserotto.

Em meio à fantasia e ao luxo, os amantes conheciam as transformações, a vida e os deslocamentos em seu fluxo; entretanto, no momento em que os observadores passaram a ser motivo de observação por aqueles que ali não poderiam adentrar, ou permanecer por muito tempo, deu-se o desconfortável desencanto da amada, que solicitou a retirada dos empobrecidos que atentamente lhe contemplavam. Estavam em um local que não lhes pertenceria... deveriam partir, pôr-se em marcha a fim de não serem mais percebidos. Ali, com seus curiosos olhares, estariam a incomodar os que consumiam a nova cidade e seus novos equipamentos urbanos. A brutal indiferença perante a pobreza, manifestada no olhar alheio, por sua vez, desencantaria o amado que, ao final de sua explanação, diria: “Tal é a dificuldade de entendimento, meu caro anjo, tal é a incomunicabilidade do pensamento, mesmo entre os que se amam” (BAUDELAIRE, 2016, p. 86). As desigualdades sociais, ao passo que abalaram o romance dos apaixonados, tornar-se-iam lugar-comum nas cidades contemporâneas, cidades “sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo” (PESAVENTO, 2007, p. 11). A qualificação

desabonadora dos moradores da zona do cemitério seria sintetizada na legenda do quadro que segue, onde as pessoas, os bichos e os lixos convivem em comum.

Figura 29 – O espaço das crianças.



FONTE: AHMJSA. A autoria: Maria Conceição Baldisserotto.

Assim, tanto na Caxias do Sul do final da década de 1940, quanto naquela que poderia ser destacada nos anos que se seguiram, os observadores participantes similares aos representados por Baudelaire poderiam ser destacados como aqueles que não tiveram a “felicidade de nascer numa alcova de cetim. [...] de receber instrução em colégios bonitos, em bancos finos, com livros luxuosamente encadernados” (O MOMENTO, 1947, p. 01). Desse modo, a reportagem concluía ao enfatizar que, para tais “crianças, devemos voltar nossos olhos, abrir com a chave da filantropia o nosso coração e trabalhar por eles, para sua felicidade, para a sua alegria, **para que possam viver e não rastejar pelos caminhos da existência**” (O MOMENTO, 1947, p. 01). Tal percepção parece revelar para todos aquilo que Berman (2007) viria a definir como um “turbilhão [transformador] da vida moderna alimentado por muitas fontes” (BERMAN, 2007, p. 25), dentre as quais ganhariam destaque as “grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia,

cria novos ambientes humanos e destrói os antigos” (BERMAN, 2007, p. 25), de tal forma que a contínua aceleração do ritmo de vida geraria

[...] novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica [e migratória], que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu *habitat* ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (BERMAN, 2007, p. 25).

Para, ao menos parte da população, o próprio fluxo humano, as imagens, jornais e revistas ilustradas informavam e, até mesmo, educavam sobre o novo mundo social que se formava, com suas características, valores, modos de ser, portar e estar, além de oferecerem certas estratégias perante os necessários enfiamentos ou adaptações. Desse modo, tanto as próprias reportagens, quanto as colunas elaboradas por articulistas, anúncios comerciais ou a oferta de prestação de serviços demonstrariam que o dito novo mundo seria diferente e transformador. No entendimento de Berman (2007), onde “quer que o processo ocorra, todas as pessoas, coisas, instituições e ambientes que foram inovadores e de vanguarda em um dado momento histórico se tornarão a retaguarda e a obsolescência no momento seguinte” (BERMAN, 2007, p. 98). Percebe-se que as mudanças sociais estariam pondo abaixo as tradições de uma época que parecia não encontrar mais lugar. As relações sociais, os novos meios de transporte e comunicação fazem-no, gradualmente, definir. Restariam, assim, as nostálgicas beatitudes de um tempo que foi...

A maior circulação do dinheiro, as novas ideias, as novas relações culturais, a percepção do sexo como produto, a chegada constante do *outro* e o gradual desenvolvimento das periferias abalariam as poucas certezas que restavam. A dinamicidade ambicionada exigiria uma sociedade igualmente dinâmica, o que parecia deparar-se com resistências de múltiplas ordens. Logo, as transformações que poucos anos antes teriam levado alguns às raias do delírio, agora, apresentavam suas novas faces sociais, dentre elas, a miséria, a vulnerabilidade social e a criminalidade em um espaço frequentemente enaltecido e reproduzido somente como trabalhador e desenvolvimentista. Assim sendo, haver-se-ia de edificar uma monumentalidade para simbolizar que o “trabalho honrado tudo vence”, já comumente relacionado ao incansável labor dos imigrantes europeus. Assim, materializar tal processo histórico em toneladas de basalto, mármore e bronze seria equivalente a superar a frieza da morte simbólica advinda da implacável passagem do tempo, ao passo que tal monumento, assim, poderia ser percebido

como um documento a ser repassado aos pósteros habitantes da então jovem localidade, o qual era ambicionado, como uma espécie de arquitetura de espetáculo, a representação do poder simbólico que, tenuamente, fomentaria uma intrínseca incorporação de sentimentos políticos, sociais, afetivos, visto que, conforme Foucault (2008), “tradicionalmente, o poder é o que se vê, se mostra, se manifesta e, de maneira paradoxal, encontra o princípio de sua força no movimento com a qual a exhibe” (FOUCAULT, 2008, p. 156).

Aqueles sobre o qual ele é exercido podem ficar esquecidos; só recebem luz somente daquela parte do poder que lhes é concedida, ou do reflexo que mostram um instante. O poder disciplinar, ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória (FOUCAULT, 2008, p. 156).

Logo, simbolicamente, o monumento seria um dispositivo voltado para algumas poucas e selecionadas memórias, geralmente direcionadas pelo, e/ou para, o poder governamental, um equipamento voltado a algo que deverá ser cultuado, lembrado, enaltecido, mas que, cedo ou tarde, não conseguira esquivar-se das problematizações decorrentes da passagem do próprio tempo e das mudanças de pensamento... Potencializado como marco simbólico, poderia ser excludente em sua própria ambição de propagar a diversidade social, de modo que poderia constituir, simbolicamente, alguns poucos grupos como agentes excepcionais enquanto outros seriam estabelecidos sob a sombra das esfuziantes cerimônias de glorificação. Elas, enfim, poderiam atenuar a imagem de uma cidade que tornava insegura, onde alguns grupos, percebidos como inconvenientes, estariam à espreita tensionando os mais diversos temas urbanos.

A criminalidade, a violência sexual e a prostituição haviam sido combatidas, com maior ou menor potência e eficácia. Os perversos delinquentes, contudo, não estariam somente em espaços obscuros da sociedade. Por vezes, alguns, valer-se-iam de seu capital econômico, político ou simbólico para atingirem seus objetivos, usufruindo de prazeres e praticidades. Outros, por sua vez, fomentavam campanhas moralizadoras e clamavam pelo afastamento de tais grupos, identificados como inconvenientes ou degenerados, dos espaços centrais além de desestimular possíveis contatos que comprometessem a boa constituição da ‘raça’.

A presença do ‘outro’, em vários momentos, constituiu uma preocupação central para grupos e meios de comunicação. Os bairros empobrecidos seriam indisfarçáveis e ampliavam sua visibilidade. As mudanças aceleravam-se no mesmo ritmo que o ambicionado controle social sedimentava-se enquanto representação ideológica de si. Dever-se-ia, acreditava-se, sedimentar também a boa imagem a ser cultuada, pois, aparentemente, enquanto equipamentos político-culturais, os monumentos tanto poderiam atuar como representantes interpretativos de

algo que se deveria conhecer, contemplar ou, até mesmo, glorificar quanto ser percebidos como documentos históricos, que ambicionam comunicar mediante a percepção interpretativa do simbólico ali representado, ao menos quando não se tornam invisíveis frente às sociedades contemporâneas diante do inevitável esgotamento de sua força simbólica que, decorrente da inevitável passagem do tempo, por vezes, lhes convertem em símbolos envelhecidos de algo que já não se sabe muito bem o que procuram representar ou comunicar.

Convertem-se, assim, em uma espécie de restos históricos marcados a fogo na paisagem local, marcas que, quando percebidas e problematizadas, captam e narram, mas, também, educam para uma outra realidade a ser decifrada. Por fim, a concepção, imposição e materialização do que passaria a ser denominado de Monumento Nacional ao Imigrante talvez seja o exemplo mais teatral, simbólico, político e pedagógico que se possa mencionar frente a Cidade Educadora de Caxias do Sul. É o que procuro explorar no capítulo que segue, junto a própria organização de seu Museu Municipal.

7

ENTRE VITRINES MUSEAIS E MONUMENTALIDADES:
BREVE NOTAS SOBRE A HISTORICIDADE DE DOIS CENÁRIOS PEDAGÓGICOS

A possibilidade de articulação entre a Cidade Educadora e alguns de seus espaços de memória, dentre os quais os museus e monumentos, aqui percebidos como palcos que tanto desvelam a construção quanto a transmissão de memórias e identificações, seria útil para apresentar e/ou convencer pedagogicamente visitantes e visitados sobre aquilo que se considerou importante frente à polifonia da historicidade local. Como destacam as letras gravadas em bronze ao interior de um de seus museus, “Neste local, adquirido em homenagem ao Centenário da Imigração Italiana, recuperou-se uma peça valiosa. **Cada pedra desta casa, cuja construção data do último quartel do século XIX, é uma testemunha silenciosa do trabalho gigantesco do louro e bravo imigrante**”. Considerando tal manifestação, pareceu-me que seria importante contextualizar a constituição de tais espaços ante a historicidade local, com especial atenção quanto à organização do primeiro Museu público da cidade, criado em 1947, e o Monumento Nacional ao Imigrante, iniciado em 1949. Desse modo, logo percebi que tais espaços também comungariam de seus elementos marginais, irregulares ou invisibilizados em meio a cidade diversa e permeada de desigualdade econômica, social e cultural.

Quando nos dispomos a defesa dos direitos do brasileiro e da sua inclusão na história da fundação do município de Caxias do Sul, embora contra a vontade dos que entendem que somente podem figurar nela os imigrantes italianos e os seus descendentes, não visamos vantagens político-econômicas, porque sabemos de antemão que o resultado é muito ao contrário para os que defendem esses direitos (ADAMI, 09/07/1949, p. 01).

Inaugurada⁹¹ em 27 de abril de 1946, a Rádio Caxias rapidamente destacar-se-ia por sua habilidade em educar os pensamentos políticos e culturais de Caxias do Sul. Como destaca Mário Gardelin (1996), embora toda a grade de programação tivesse um grande interesse popular, o “ponto central de sua atividade era o noticioso do meio-dia. Era um autêntico ‘diário’, com a formação de opinião pública. Esta é chave da emissora. Como vai atuar a Rádio Caxias nesse ambiente? A resposta é óbvia: ela influenciará tudo quanto depender da comunicação” (GARDELIN, 1996, p. 18). Antigo jornalista da instituição, Gardelin corroboraria o poder da rádio sobre um público que dela valer-se-ia tanto para informar-se sobre o que acontecia na cidade e região, quanto para idealizar opiniões sobre assuntos políticos, sociais ou culturais. “Caberá aqui recordar que a Rádio Caxias, sob a direção de Nestor Rizzo, interferiu muito na vida política”, além de ter exercido “extraordinária influência cultural, fato facilmente compreensível, considerando-se as condições do ensino e a mentalidade reinantes quando ela começou suas atividades” (GARDELIN, 1996, p. 20). Em tal contexto, discursos e ambições seriam adaptados para ouvintes urbanos e rurais, manifestados em diferenças culturais e linguísticas⁹² que despertariam diferentes sentimentos no público ouvinte.

Até sua inauguração, os programas noticiosos ou de entretenimento, com seus conteúdos musicais, teatrais, novelísticos ou esportivos seriam provenientes das grandes emissoras estabelecidas em outras cidades do Brasil. Da mesma forma, era comum a audiência de rádios europeias ou de países da América do Sul, como salientam os comentaristas do jornal Caxias, que, graças a cortesia de Matte e Bornhein, proprietários de uma “casa de eletricidade [...] tivemos o prazer de ouvir magníficos concertos musicais de Buenos Aires, São Paulo e Montevidéu. [...] foi ótimo o programa que aproveitamos, tanto mais o aparelho posto a nossa

⁹¹ Ação capitaneada pelo uruguaiano Arnaldo Ballvé, antigo dirigente das rádios Gaúcha e Farroupilha, João Pedro Lisboa, criador e dirigente da Festa da Uva de Caxias do Sul, e Luiz Napolitano, que, responsável pelo serviço de alto falantes então existente na Praça Central, informava a população, divulgava o comércio local e animava o ritmo do *footing* com sua seleção musical.

⁹² Jimmy Rodrigues destaca que “além de redator, [...] subgerente, rádio ator, comentarista de futebol [...] [apresentou] um programa humorístico – o Felizardo – narrando casos engraçados contendo críticas, em que imitava o sotaque dos meus amigos e vizinhos portugueses do então bairro lusitano [...] na área tradicionalista [...] era o tempo dos ‘trovadores’, superlotando o pequeno auditório. ‘Bepi e Nani’ [...] ganharam as simpatias do interior. Os personagens imitavam o dialeto vêneta que os colonos falavam, linguagem que eu escrevia figuradamente: *Cassias, saruto, bolassa, caroca, tera*” (RODRIGUES, 1996, p. 43-44).

disposição [...] [que] funcionou esplendidamente” (CAXIAS, 14/07/1927, S/P). Sua popularização dar-se-ia sem demora, de modo que os anúncios relacionados à venda, reparos e produção de aparelhos radiofônicos logo se faria presente nos mais diversos jornais.

A rede de distribuição de energia elétrica, entretanto, acarretaria problemas aos apreciadores do rádio, como se evidencia na redação do decreto/ato administrativo que almejava regulamentar o funcionamento dos demais aparelhos elétricos que atrapalhavam a boa sintonia radiofônica, “constantemente perturbada por ruídos parasitas, ocasionados por irradiações de aparelhos e máquinas elétricas” que geravam “constantes e justificáveis reclamações”, de tal forma que, “mais que o desenvolvimento e popularidade da indústria do rádio, o qual é, sem dúvida alguma, a maior invenção do século que atravessamos, merece todo amparo oficial, especialmente na parte que se refere a audição” (ATO ADMINISTRATIVO - AA Nº 42, 02/07/1938). Segundo o decreto, os ‘inimigos’ da boa sintonia seriam os equipamentos “cinematográficos, gabinetes dentários, máquinas e aparelhos para indústria de qualquer natureza, inclusive domésticos” (AA Nº 42, 02/07/1938) ou, por fim, todo e qualquer aparelho que se valesse das correntes elétricas fornecidas pela usina local e que poderia interferir na boa qualidade das transmissões.

A solução apontada seria a obrigatoriedade do uso de filtros condensadores, boas antenas, fusíveis compatíveis e aterramentos. Aos que não respeitassem a lei, dar-se-ia a suspensão do fornecimento de energia elétrica e multa no valor de Cem mil Réis. Além disso, uma equipe municipal estaria vigilante, de modo que “nenhum proprietário ou arrendatário de aparelhos elétricos [inclusive dos próprios rádios] poderá impedir a fiscalização dos mesmos, no interior dos domicílios, se isso for necessário, por parte da Comissão” (AA Nº 42, 02/07/1938). O decreto também enfatizava que, para “fins de estatística, todos os aparelhos de rádio deverão ser registrados em livro especial, que ficará a cargo da Seção de Obras Públicas da Prefeitura” (AA Nº 42, 02/07/1938). Tais medidas se, em um primeiro momento, aparentavam preocupar-se com a boa qualidade das transmissões radiofônicas, pouco depois, passariam a apresentar outros fins, pois o período identificado como “era do rádio não foi somente a era de Roosevelt e Churchill, mas também de Hitler, Mussolini e Stalin” (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 21).

7.1 Nas ondas do fascismo

Nas primeiras décadas do século XX, o rádio passaria a simbolizar o fim das fronteiras comunicacionais, de modo que os programas informativos ou culturais dividiriam a atenção

com a disseminação dos mais diversos discursos políticos globais no interior de qualquer residência, comércio ou espaço público, exercendo importante fluência cultural, mercadológica ou geopolítica. Desse modo, em conformidade com Giron (2017), o já presente fascismo parecia ter conseguido difundir,

[...] após 1935, o hábito de ouvir os programas fascistas italianos, transmitidos para os ‘Italianos no Exterior’. Segundo o testemunho de Mattia D’Andrea, que trabalhava no comércio de aparelhos elétricos, o número de rádios aumentou de forma sensível. Conta o informante que um sacerdote de Caxias comprou um aparelho para as irmãs josefinas, que trabalhavam no Hospital Pompéia, para que as mesmas pudessem acompanhar o rosário. Encontrando a superiora das religiosas, o vendedor procurou informar-se se o aparelho funcionava de forma adequada. A irmã respondeu que não sabia, pois o padre ficava o tempo todo tentando ouvir os programas vindos de Roma (GIRON, 2017, p. 181).

Em meio a II Guerra Mundial, muitos dos aparelhos radiofônicos existentes em Caxias do Sul seriam severamente fiscalizados, por vezes, recolhidos e armazenados nas salas das delegacias, sob o cuidado das forças policiais locais, pautadas pelas ações políticas, repressivas e renovadoras do Estado Novo de Getúlio Vargas. Pesavento (1994) afirma que a proposta autoritária e nacionalista manifestada naquele período “teve a sua complementação ideológica através da educação e da propaganda” (PESAVENTO, 1994, p. 52). Além disso, seria criado o

[...] Ministério da Educação e Cultura, dirigido por Gustavo Capanema, e o Departamento de Imprensa e Propaganda, dirigido pelo jornalista Lourival Fontes, que dividiam entre si os ‘saberes’: ao MEC cabia a educação e a cultura das elites; ao DIP, o controle da informação e de uma cultura popular. Juntos, contudo, articulavam-se na mesma missão: difundir valores, pautar condutas, ajustar os indivíduos ao ideário nacionalista da manutenção da ordem, da construção do progresso e da valorização dos elementos da cultura local. Patrocinando a arte, estimulando as edições, buscava-se produzir uma cultura nacional e uma postura favorável ao regime através de uma relação pedagógica para com o cidadão. A censura da imprensa corroborava estas tarefas. A Hora do Brasil transmitia a voz do presidente para todos os brasileiros, enquanto nas escolas cartilhas e livros didáticos exaltavam a figura de Vargas e estimulavam o amor pátrio. A música popular brasileira não escapou dos tentáculos da censura e os compositores deviam submeter suas produções a um prévio exame para posterior liberação. Surgiram assim sambas estado-novistas, nos quais o ‘malandro’ era substituído pelo ‘trabalhador’. Da mesma forma, sambas-enredo dos desfiles carnavalescos, que haviam tido grande expansão no pós-1930, eram submetidos também à censura prévia e, por imposição do governo, deviam escolher temas nacionais e de cunho patriótico. Os desfiles patrióticos das forças armadas e a comemoração de datas cívicas nas escolas, com apresentação de corais, desfiles da mocidade e números de ginástica, completavam este quadro de aprimoramento moral e físico da ‘raça’ brasileira. Este quadro de exaltação cívica, de culto às virtudes morais e de incentivo a uma produção intelectual dirigida, contrastava com a liberação do jogo nos cassinos e com os requintados *shows* de vedetes. O povo construía o progresso na ordem, e a elite divertia-se na noite... Por outro lado, nos subterrâneos do Estado Novo, os inimigos do regime sofriam torturas e espancamentos (PESAVENTO, 1994, p. 52).

Em tal caminho, ao desenvolver o estudo intitulado ‘Ouvir é obedecer’, Cida Golin (2006) ressaltaria as memórias do professor Paulo Zugno que, quando criança, teria presenciado

algumas dasações controladoras junto a sua família após o ingresso do Brasil na II Guerra Mundial. Assim, segundo as palavras do professor, em um determinado

[...] final de tarde, minha mãe ouvia a rádio do Rio de Janeiro, a Nacional, eu acho, havia um programa religioso, a ‘Hora da Ave-Maria’, e ela era muito devota. Naquele momento, entraram dois brigadianos⁹³ em casa e disseram que iriam levar o rádio. Meu pai disse ‘tudo bem, se quiserem levar, vocês são autoridade, podem levar’, mas fez assinarem um documento sobre o confisco. Daquele dia em diante, ficamos sem rádio em casa até o final da Guerra, em 8 de maio de 1945. No dia 9 de maio, meu pai me chamou, eu era o caçula, e fomos até a Delegacia com o documento assinado pelos brigadianos. [...] Meu pai era amigo do Delegado, chegou lá, se cumprimentaram e ele disse, ‘olha, vim ver se meu rádio ainda está aqui’. O delegado nos levou para uma sala relativamente grande, toda lotada de rádios, parecia um depósito de uma loja de eletrodomésticos, só rádio, rádio, rádio que tinham sido confiscados. O delegado perguntou ‘qual é o teu rádio?’, meu pai olhou, olhou e encontrou o nosso numa caixa grande, o delegado pegou, devolveu, estava funcionando, não havia sofrido avaria nenhuma (GOLIN, 2006, p. 99).

Considerada essa perspectiva, poder-se-ia afirmar que o Estado Novo (1937-1945) foi um divisor de águas sobre a cultura brasileira percebida e a própria nacionalidade ambicionada. D’Araújo (1999) considera a Era Vargas (1930–1945 e 1951–1954) como um período de grandes transformações na sociedade e no Estado brasileiro, “que marcaram de maneira indelével os rumos posteriores do país” (D’ARAÚJO, 1999, p. 08).

Norteadas por uma concepção centralizadora, a Era Vargas caracterizou-se pelo desenvolvimento econômico, o nacionalismo, o controle sobre os trabalhadores e sobre os sindicatos, o planejamento estatal, a legislação social, os investimentos públicos e, sobretudo, pelo papel atribuído ao estado como agente econômico. Do ponto de vista político, foi marcada pela precariedade das liberdades públicas, pela fraqueza da participação, por entraves à organização e a institucionalização política. [...] a Era Vargas imprimiu [...] conotações autoritárias, populistas e populares, e produziu um modelo econômico e institucional cuja durabilidade foi surpreendente (D’ARAÚJO, 1999, p. 08).

Em vista disso, segundo Bomeny (1999), Gustavo Capanema, ao exercer o cargo de ministro da Educação e Saúde, ao longo de uma década consecutiva, usufruindo do acompanhamento de ilustres intelectuais do campo das artes, educação e cultura, buscava pelo novo. Contudo, essa “nova escola, do ministério modernista foi o mesmo que perseguiu comunistas, apoiou a política educacional nacionalizante e a repressão a estrangeiros” (BOMENY, 1999, p. 137). Preston James, professor de Geografia da Universidade de Michigan, ao palestrar para os membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1939, salientaria, com temor, o perigo desses grupos de imigrantes tornarem-se alheios à cultura e à política brasileira, haja vista que, em conformidade com o geógrafo, “essas colônias de

⁹³ Integrantes da Brigada Militar, termo como a Polícia Militar é identificada no Rio Grande do Sul.

estrangeiros, [...] permaneceram grandemente separadas do resto do Brasil” (JAMES, 1939, p. 78). Desse modo, segundo seu entendimento:

Que eles não se assimilaram e que, no nosso mundo nacionalista de hoje, são talvez inassimiláveis, é inegável. A dificuldade é com as ideias, não com o povo; as colônias mais antigas, estabelecidas antes da presente era de intenso nacionalismo, foram sendo absorvidas pouco a pouco na formação de vida brasileira. Mas o espírito dos novos colonos é diferente (JAMES, 1939, p. 78).

À medida que geógrafo norte-americano destacava seu temor ante a transgressão ao nacionalismo varguista que se estruturava no território brasileiro, uma atenta rede de olhares tomava forma perante aqueles identificados como inassimilados. Estes, por sua vez, reproduziam tais olhares de reprovação, permeados de múltiplos preconceitos e intolerâncias aos que fossem externos aos grupos de tradição europeia. Quanto aos imigrantes ou seus descendentes, ter-se-ia a necessidade de adaptação, ou o imediato fechamento, das escolas que instruissem em língua estrangeira, repressão e discriminação de tais grupos por sua origem étnica, social ou política, além da rígida restrição ao direito de ir e vir imputado tanto aos imigrantes quanto aos seus descendentes. Ao refletir sobre tais ações, James (1939) consideraria que o “ponto de vista brasileiro é compreensível”, tendo em vista que “essas colônias de estrangeiros, insistem eles, permaneceram grandemente separadas do resto do Brasil” (JAMES, 1939, p.78). Além disso, havia o receio de que “novas ideias políticas, formuladas em outros continentes, tenham pronta aceitação nesses grupos inassimilados e que o resultado venha pôr em perigo a estabilidade política do país” (JAMES, 1939, p. 78).

As imagens a seguir destacam alguns dos possíveis temores evidenciados pelo geógrafo: a primeira apresenta, em pose, um grupo fascista em frente ao prédio da Sociedade Príncipe de Nápoles, localizado na Av. Júlio de Castilhos, ao lado do Hospital Pompéia, na zona central de Caxias do Sul.

Figura 30 – Membros do grupo Camisas Negras fascistas em Caxias do Sul/RS.



Fonte: AHMJSA.

A segunda imagem traz a presença do sociólogo italiano, criminalista, ativista político e professor da escola italiana de direito penal, Enrico Ferri (1856-1929), em trânsito por Caxias do Sul. Genro e discípulo de Cesare Lombroso,⁹⁴ Ferri ganhara fama ao ser considerado o

⁹⁴ Famoso médico italiano residente em Turim, “tributário dos pensadores evolucionistas da época, como Spencer, Darwin, Haeckel e mesmo Comte [...] tão caro às elites republicanas gaúchas. [...] criador da antropologia criminal,

“criador da chamada sociologia criminal. Para ele, a criminalidade derivava de fenômenos antropológicos, físicos e culturais” (PENTEADO FILHO, 2018, p. 28).

Historicamente vinculado a partidos socialistas italianos e reconhecido crítico ao processo migratório de colonos para o Brasil, Ferri teria passado também por São Paulo, Rio de Janeiro e Recife⁹⁵ antes de dirigir-se ao Sul do Brasil a fim de avaliar as condições de vida dos imigrantes italianos. Suas análises, inclusive no campo político, não foram positivas, de modo que, quando do seu regresso a Itália, passaria a valer-se da tribuna da Câmara Italiana para discursar sobre o que aqui havia constatado.

“Não nos surpreende essa falsa apreciação das condições do nosso país”, responderia o jornal O Brasil. “Estamos habituados a ver a superficialidade com que somos julgados pelos *touristes* estrangeiros, ainda mesmo quando são eles portadores de um nome ilustre na ciência, como é E. Ferri” (O BRAZIL, 03/07/1909, p.01). O debate decorrente da visita continuaria por algumas edições e demandaria novas visitas ao Brasil por parte do sociólogo. Ao final de sua carreira, Ferri tornar-se-ia simpatizante dos ideais fascistas de Benedito Mussolini, inclusive, integrando seu governo no ano de 1922.

Sem entrar no mérito de suas percepções, parece interessante a constatação de que Caxias do Sul já surgiria como espaço relevante para a problematização de algumas questões sociais e políticas por alguns dos chamados ‘homens de ciência’⁹⁶, vindos até mesmo de terras distantes, com o propósito de analisar e repassar suas considerações eurocêntricas sobre a diversas condições humanas. Por fim, na imagem, é possível perceber a representativa quantidade de pessoas que, ao passo que o cercam, acompanham-no em seu deslocamento pela

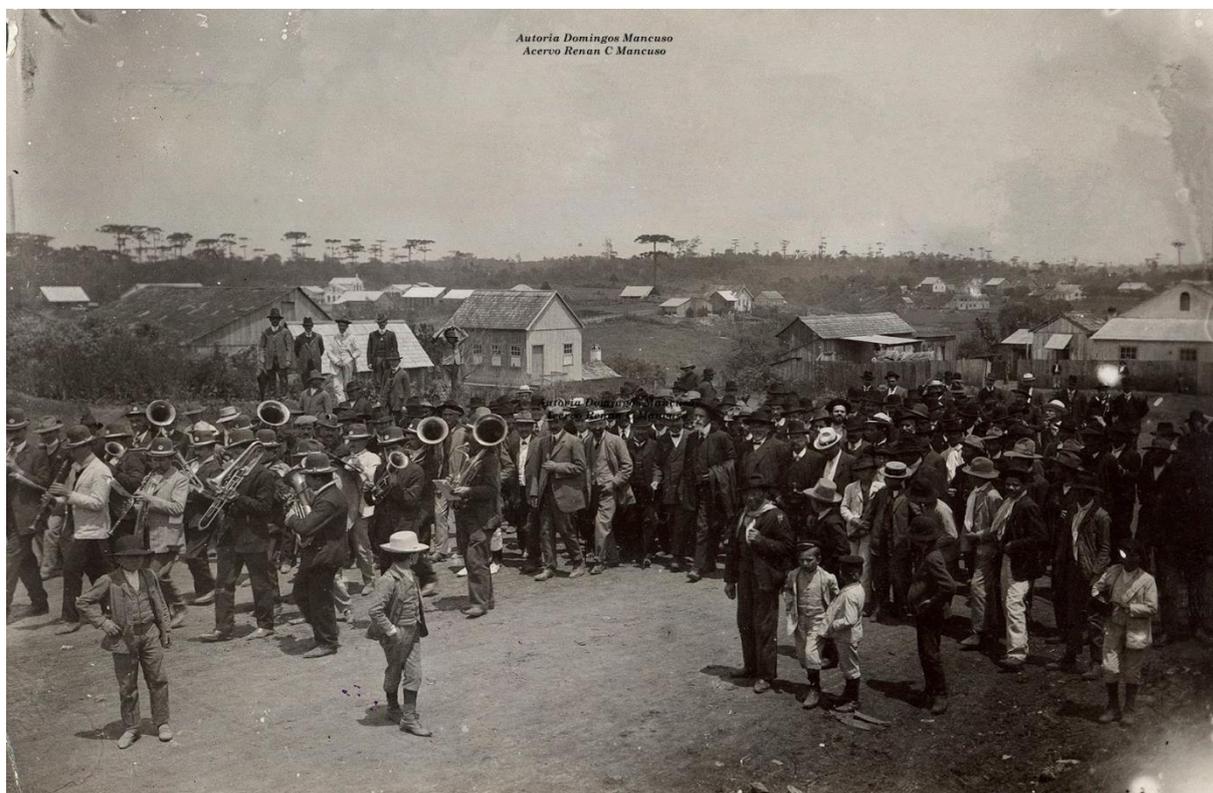
Lombroso desenvolveu a tese do criminoso nato. Os indivíduos nasceriam [...] predispostos ao crime e se configurariam como um tipo inferior e atrasado com relação à evolução geral da espécie. Estudando o criminoso com os olhos de um médico, [...] quis encontrar a base da alteração social em razões de tipo biológico. Mais do que isso, ele conseguiu estabelecer uma explicação e descrição morfológica do crime pela fixação do tipo físico do criminoso nato. Pouca barba, mas cabelo abundante, mandíbulas proeminentes, tal como arcadas superciliares salientes eram traços que se repetiam nos chamados tipos pré-dispostos ao crime pela biologia. A motivação que deu nascimento às teorias de Lombroso parece, segundo alguns autores, encontrar-se na diferenciação italiana entre o Norte, industrializado e burguês, e o Sul, pobre, não desenvolvido e violento. Assim, [...] ao definir o criminoso como um tipo inferior na escala de evolução, legitimava a supremacia do Norte sobre o Sul, do cidadão sobre o camponês e, enveredando nos domínios da raça, dos povos claros sobre os escuros e daí por diante. As idéias de Lombroso difundiram-se amplamente, dando um suporte científico para a legitimidade da dominação-subordinação presente na sociedade burguesa” (PESAVENTO, 2009, p. 59).

⁹⁵ Na Faculdade de Direito do Recife, foi recebido com o grande “entusiasmo dos alunos ‘que com euforia atiravam-lhe flores e estrepitosos aplausos’ [afirmava a revista do departamento]. Nota-se, no entanto, certo distanciamento [às suas idéias] sobretudo quando a teoria é pensada em sua viabilidade local. Condena-se, nesse caso, o determinismo racial da escola criminal italiana, considerando-a, nas palavras de Pedro Lessa ‘o resultado de um movimento reacionário contra as teorias humanitárias... Não há desenvolvimento moral e racial sem certas condições de bem estar social’” (SCHWARCZ, 1993, p. 234).

⁹⁶ Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos [...] limites que os modelos lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo já muito miscigenado (SCHWARCZ, 1993, p. 25).

localidade sendo antecedido em seus passos por crianças e músicos que procuravam tanto animar a caminhada quanto destacar a relevância do visitante, o que poderia mobilizar ainda mais a atenção dos demais moradores.

Figura 31 – Visita de Enrico Ferri, quando deputado socialista italiano, à cidade de Caxias do Sul/RS.



Fonte: blogcaxiaspormancuso.blogspot.com Acesso em 05/03/2018.

A postura social e política inserida no Estado Novo, como se percebe, não seria apaziguadora e, ao contrário, potencializaria agressões, intolerâncias e manifestações de apoio aos regimes de toda ordem, tanto na cidade de Caxias do Sul quanto na região, como se pode verificar na indiciosa imagem em que se nota um grupo de homens, em pose, diante da *Società Italiana Principe di Piemonte*,⁹⁷ local em que se desenvolvia boa parte das ações culturais,

⁹⁷ O estatuto ressalta a importância do auxílio mútuo, honrar e defender o nome italiano, colaborar para o engrandecimento e bem-estar da localidade hospedeira, cooperar para o desenvolvimento do país acolhedor, “*per conservare alto l’onore ed il decoro della Patria lontana, dovrà impedire, com tutti i mezzi possibili, che nel seno della colônia italiana vengano esercitate industrie e mestieri deprimenti e tutto quanto há relazione col vagabondaggio; [...] la società creera um instituto d’arti e mestieri per impiegare gli orfani d’ambo i sessi, insegnando loro uma professione; In quest’instuto sara impartito l’insegnamento delle lingue italiana e portoghese; [...] La società è obbligata, in segno di eterna memória, a collocare um modesto ricordo sul tumulo del defunto. [...] La baidiera della Società è la tricolore italiana; [...] Il presidente avrà per distintivo sul braccio destro uma stella d’oro; Il Vice-presidente, sul sinistro, purê uma stella d’oro.*” Para manter elevada a honra e a dignidade da pátria distante, ele terá que evitar, por todos os meios possíveis, que indústrias e profissões deprimentes e tudo relacionado à errância sejam exercidos dentro da colônia italiana; [...] a sociedade criará um instituto de artes e ofícios para empregar órfãos de ambos os sexos, ensinando-lhes uma profissão; O ensino das

sociais e políticas da época, na cidade de Alfredo Chaves, e que, na ocasião, ostentaria em sua fachada principal o cartaz ‘Mussolini Fala’. A organização dessas sociedades, segundo Giron (2017), foi uma resposta por parte dos “imigrantes contra o abandono ao qual estavam submetidos, bem como contra a inexistência de proteção por parte das autoridades brasileiras. As sociedades italianas constituíram-se não só em uma organização de mútuo socorro, como também de culto à pátria distante” (GIRON, 2017, p. 78).

Figura 32 - *Società Italiana Príncipe di Piemonte*. Na diagonal inferior direita, vê-se o cartaz *Mussolini Fala*



Fonte: Acervo de Eligio Parise.

De acordo com a estudiosa, o fascismo regional não teria ocorrido de modo espontâneo, mas teria sido induzido de fora para dentro por ‘imigrantes tutelados’ pelo regime fascista italiano com a intenção de ampliar seu poder geopolítico. Seriam os chamados “italianos no exterior” (GIRON, 2017, p. 139). Caxias do Sul seria o destino de alguns deles,

línguas italiana e portuguesa será ministrado neste instituto; [...] A sociedade como sinal de memória colocara uma recordação modesta no tumulto do falecido. [...] A bandeira da Sociedade é o tricolor italiano; [...] o presidente usará uma estrela de ouro no braço direito; O vice-presidente, no esquerdo (STATUTO SOCIETÀ ITALIANA PRINCIPE DI PIEMONTE, 1911, pp. 6-7, 28-29). A título de comparação, Mussolini, ao discursar em Roma, no Primeiro Congresso dos Fascios no Exterior, em 1925, destacaria que: “Os fascistas que estão no exterior devem ser consequentes com as leis do país que os hospedam [...] Não participar das políticas dos países onde estão hospedados. Não criar dissensões, mas saná-las, à sombra do Lictório. Dar exemplo de probidade política e privada. Respeitar e representar a Pátria no exterior. Defender a italianidade no presente e no passado. Fazer trabalho de assistência aos italianos que se encontram em estado de necessidade” (GIRON, 2017, p. 115).

dentre outros, Silvio Toigo, arquiteto e construtor, condecorado pelos seus feitos quando soldado italiano na Primeira Guerra Mundial. Logo que estabelecido, capitanearia a construção da Coluna da Liberdade existente na Praça Dante, a sede do Recreio da Juventude e do Recreio Juvenil e o Cineteatro Apolo, depois chamado Ópera e o futuro Monumento Nacional ao Imigrante. A atividade fascista, conforme Giron (2017), “parece ter sido elemento fundamental para conseguir contratos de futuras construções, visto que o fascismo na RCI se articulava diretamente com a burguesia local” (GIRON, 2017, p. 140), de modo que as Sociedades Italianas teriam um papel importante na organização dos *fasci* locais ou regionais, que se daria mediante a sedução econômica e social de seus membros.

Os convidados a participar dos núcleos fascistas deveriam ser os elementos mais representativos da sociedade regional: industriais, comerciantes, médicos e profissionais liberais de sucesso. O movimento dirigia-se a elite regional. Ser convidado a participar do fascismo passou a ser considerado como a máxima honra que um imigrante italiano poderia receber. [...] Para os associados, era acenada a possibilidade de receberem títulos, realizarem viagens para a Itália às expensas do governo italiano, bem como a segurança de negócios lucrativos, através de contatos a serem intermediados pelo partido com os industriais e importadores da Itália. A entrada no *fascio* requeria o ingresso no Partido Nacional Fascista (GIRON, 2017, pp. 142-143).

Um registro dessas seduções pode ser observado na imagem que segue, ao apresentar o importante industrialista Abramo Eberle recebendo uma comenda fascista em um evento realizado em Caxias do Sul. Junto ao Cav. Aristides Germani, Abramo, quando da II Guerra Mundial, passaria a “liderar o movimento nacionalista com o mesmo ardor com que antes defendiam os ideais fascistas” (GIRON, 2017, p. 200). Afinal, tratava-se de negócios e oportunidades. Tais homens de negócios não tardariam em associar-se à Liga de Defesa Nacional, manifestando freneticamente o amor que possuiriam pela pátria brasileira.

Figura 33 – O industrial Abramo Eberle recebendo uma comenda fascista.



Fonte: AHJSA.

Assim, geralmente acompanhados de relevantes vantagens políticas, econômicas ou sociais, vários membros da elite local passariam a integrar os quadros fascistas caxienses, como pode ser verificado na edição de *O Momento*, quando, ao apresentar as esfuziantes comemorações realizadas em honra ao 12º aniversário da Marcha sobre Roma, na *Società Principe di Naples*, na zona central de Caxias do Sul, destacaria terem tomado assento na mesa principal do evento, o

[...] Sr. Cel. Miguel Muratore, prefeito municipal, Tte. Cel. Januário Coelho da Costa, comandante do 9º Batalhão de Caçadores, tenente Hermeto Silveira, delegado de polícia, por si e pelo dr. subchefe, sr. João Abbott Sob., subprefeito do 1º distrito, dr. Celeste Gobatto, vice-cônsul da Itália, sr. Guido D'Andrea, secretário do *Fascio Giovanni Berta*, Angelo Mazzer, presidente da Sociedade Italiana, e Sylvio Toigo, chefe dos Ex-Combatentes italianos. Estavam presentes os representantes da imprensa local e de Porto Alegre, numerosas senhoras e senhoritas, um grupo de integralistas caxienses, de camisa verde, diversos fascistas, de camisa preta, e muitos cavalheiros e operários da Sociedade de Caxias. Aberta a sessão, foi convidado o Cel. prefeito municipal para presidir os trabalhos. Dando início a comemoração, o sr. dr. Celeste Gobatto, depois de agradecer as autoridades, aos camisas verdes, e aos representantes da imprensa [...] leu curto, mas vibrante discurso, demonstrando a transformação realizada na Itália pelo fascismo, nos 12 anos em que este se acha no poder. Sempre interrompido por aplausos, assim o representante do Governo Italiano terminou seu brilhante discurso: 'Somos reconhecidos e gratos a este imenso país que nos hospeda e que é o berço de nossos filhos. Reforcemos cada vez mais os laços de fraternidade

que nos prendem ao generoso povo gaúcho que nos rodeia e em cujo seio vivemos como em nossa casa. Mas vibremos também em uníssono com os irmãos de além oceano, na aurora radiante deste XII ano da era fascista, lembrando que ao generosíssimo sangue da mocidade que se sacrificou para esmagar a hidra do bolchevismo italiano, se deve o desenvolvimento da Revolução do Littório, que hoje não é mais privilégio e esforço da Itália, mas palavra de ordem e esperanças do mundo! Permita o destino que as glórias do passado sejam sobrepujadas pelas glórias do porvir! Viva o Brasil! Viva o Rei! Viva a Itália! Viva o Fascismo! Foi dada, depois, a palavra ao cav. Dr. Romulo Carbone, orador oficial, que pronunciou brilhantíssima oração, muitas vezes entrecortada por aplausos e na qual, feita a gênese do fascismo, lembra o mal-estar reinante na Península nos anos que se sucederam a grande Guerra Mundial. Disse que a salvação da Itália foi o aparecimento de Mussolini que, com propósitos alevantados e são patriotismo, conduz a nau do governo italiano entre a admiração de todo o mundo. Terminou fazendo uma vibrante saudação aos camisas verdes ali presentes, desejando as melhores venturas ao Brasil. Terminada a sessão cívica, procedeu-se a eleição da nova diretoria da Sociedade Príncipe di Napoli (O MOMENTO, 01/11/1934, p. 01).

Em uma região ocupada por grupos de múltiplas origens, as políticas nacionalistas impostas pelo Estado Novo teriam consequências intensas e transformadoras. Ruas e praças tiveram seus nomes alterados, pessoas seriam vigiadas, festas controladas ou interrompidas por grupos policiais, festividades étnicas proibidas, as línguas de origem, ou suas eventuais adaptações, seriam proibidas. Por fim, segundo um edital publicado a mando da Delegacia Regional de Polícia, seria determinado que

1) Os estrangeiros nacionais da Alemanha, Itália e Japão devem comunicar sua residência em 30 dias, à Delegacias de Polícia; 2) Não lhes é permitido: a) viajar para outro lugar, sem licença da Delegacia de Polícia; b) reunirem-se ainda em que casas de particulares e a título de caráter particular (aniversários, bailes, banquetes); c) discutir ou trocar ideias sobre a situação internacional; d) mudar de residência sem prévia autorização; 3) Devem entregar suas armas na Delegacia de Polícia acompanhadas do respectivo registro; 4) Ficam cassadas permissões para negociar com armas, munições e explosivos; 5) É proibido: a) distribuição de escritos em língua dos países com os quais o Brasil rompeu relações; b) cantar ou tocar hinos das referidas potências; c) fazer saudações características dos referidos países; d) exhibir retratos de membros dos governos dos referidos países; e) usar o idioma estrangeiro em locais públicos (bares, restaurantes, lojas); 6) Todos os livros e materiais de propaganda daquelas potências devem ser entregues à Delegacia de Polícia (A ÉPOCA, 01/02/1942, p. 06).

Quanto aos adeptos do regime fascista, que, com suas vestes negras, até então, circulavam orgulhosamente pelos mais diversos espaços da sociedade, a resposta também seria pública, por meio dos jornais locais, que, ligados às linhas políticas das mais variadas essências, quando não aos próprios partidos políticos, propiciariam debates e enfrentamentos diversos, de modo que, segundo Pozenato e Giron (2004), a “expansão da propaganda fascista acabou por revoltar os brasileiros que viviam na região. Sua reação logo se fez sentir através da imprensa regional, na qual os conflitos se manifestaram” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 90).

Compactuando com tal percepção, A Época daria grande destaque às palavras de Valentim Benício, então General Comandante da 3ª Região Militar, que, em visita a Caxias do Sul, recomendaria: “Os quinta-colunistas⁹⁸ são traidores e devem ser exterminados com as armas a nosso alcance: a bofetadas, a pauladas ou a pedradas” (A ÉPOCA, 23/11/1942, p. 01) conforme destaca a figura a seguir:

Figura 34 – Manchete do Jornal A Época em 23/08/1942.

Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.

A agressividade de tal proposição havia sido antecedida por manifestos mais comedidos, embora fomentassem continuamente a delação daqueles percebidos como subversivos ao novo sistema sociopolítico. Desse modo, segundo O Momento, os brasileiros que desejassem a “felicidade do berço nativo têm o dever de velar pelos seus destinos, denunciando as atividades subterraneamente subversivas dos maus elementos, daqueles que simulam sentimentos de brasilidade que nunca possuíram e que são, conseqüentemente, traidores do regime e da Pátria” (O MOMENTO, 18/07/1938, p. 01).

A Época, por sua vez, ressaltava que o grave momento “que atravessamos não deve ser a hora de vacilações e do mercantilismo. Separemos o joio do trigo: vejamos quem está conosco – os demais estão contra nós” (A ÉPOCA, 01/01/1942, p. 05), e, por fim,

⁹⁸ A fim de elucidar o que seriam os tais ‘quinta-colunas’ A Época já havia publicado uma matéria de capa destacando como reconhecê-los em meio a sociedade: “Se alguém disser que: Não deseja lutar pelos Estados Unidos, nós brasileiros não temos nada com a guerra; A guerra foi provocada pelos judeus; O Brasil foi arrastado pela guerra pelos Estados Unidos; É absurda a supressão da imprensa em língua estrangeira; A Inglaterra e os Estados Unidos querem terminar com a nossa soberania; Não há quinta-colunas no Brasil. Este é um inimigo do Brasil e um quinta-coluna. E ainda é quinta-colunista aquele que: A vitória será do Eixo; Há liberdade religiosa na Alemanha; Os periódicos que têm anúncios da Merck, da Editora Século XX, ou qualquer outro produto do Eixo; E as notícias que comecem com Roma, Tóquio e Berlim” (A ÉPOCA, 12/07/1942, p. 01).

conclamaria:⁹⁹ “Sacrifiquemos não só as nossas amizades e as nossas simpatias, [...] nosso conforto e até a nossa vida, se forem exigidos pela segurança da nossa estremecida Pátria! Não somente o nosso desprezo, mas a nossa ação mais violenta e decidida contra os quintacolonistas que por aí surgirem!” (A ÉPOCA, 01/01/1942, p. 05). Não são poucos os relatos de articulistas que, tomados pela inquietação nacionalista, seguiriam por tais linhas de pensamento. Assim, fomentariam continuamente o medo, a intolerância e, por vezes, a inevitabilidade das vias de fato para rechaçar o elemento imigrante, ou seus descendentes que - ao não se naturalizarem brasileiros ou defenderem publicamente as políticas governamentais nacionalizantes -, seriam identificados como pretensos apreciadores do fascismo italiano.

Em tal contexto, muitos foram chamados de traidores da pátria, observados com desconfiança ou percebidos como pretensos criminosos, mesmo sem terem vínculos com as políticas ou práticas fascistas. Tais ações tanto transformavam os comportamentos sociais quanto as formas de viver na zona urbana ou rural, pois, como havia enfatizado o articulista, nada poderia servir de desculpa para combater-se *o outro*, de modo que amizades, simpatias, conforto social, trabalho ou a própria vida deveriam ser colocados em segundo plano perante a ambicionada brasilidade que parecia receber cada vez mais apoio em meio as agitadas manifestações realizadas nos espaços públicos de Caxias do Sul. O Pioneiro, passados alguns poucos anos, afirmava ainda estar “na memória de todos, e principalmente da população da chamada Zona Colonial Italiana, [que] durante a última guerra, indivíduos menos escrupulosos, sob o manto de um pseudo patriotismo, praticaram atos de selvageria de toda a espécie (O PIONEIRO, 20/08/1949, p. 01).

Na próxima página, a imagem que segue, registrada em 1937, apresenta uma das intensas manifestações de apoio ao Estado-Novo. Além dos impactos gerais da imagem, nota-se uma faixa colocada no prédio da própria Catedral¹⁰⁰ que ostentaria o seguinte dizer: “Os caxienses saúdam no Estado Novo a extinção dos extremismos”.

⁹⁹ Em um momento de “consolidação do Estado-nacional capitalista e de triunfo do individualismo, do mercado, da industrialização e da técnica, nada era mais caro ao chamado ‘mundo civilizado’ ou ‘adiantado’ do que a ideia de pureza e de compartimentalização. Para essa mentalidade, o maior sintoma de atraso era a convivência num mesmo sistema de dois ou mais códigos culturais que liam o mundo de modo diferenciado. Para ela, o básico era que o Estado-nacional tivesse um só chefe e uma só cara, funcionando como um indivíduo dotado de um conjunto de traços similares. Tal ideal marcou a trágica história do século XX, exprimindo-se em brutal totalitarismo de esquerda e de direita, em duas sangrentas guerras mundiais e em odiosos holocaustos, cuja ideologia, convém lembrar, tinha como objetivo a ‘purificação racial’” (DA MATTA, 2000, p. 25).

¹⁰⁰ Graças a Marcha Sobre Roma, o campo católico local converteria Mussolini em parâmetro de conduta moral e social a ser seguido tanto pela Igreja quanto pela sociedade, pois a “vida de um homem é uma batalha onde se necessita de um *duce* e de uma bandeira. Na ordem das crenças e da moral, qual é a nossa bandeira e o nosso *duce*? Cristo e sua cruz” (STAFFETTA RIOGRANDENSE, 14/09/1927). A Igreja Católica, ao assinar os Pactos Lateranenses com o governo de Mussolini, em 1929, encerraria a Questão Romana iniciada em 1870, que

Figura 35 – Comemorações em apoio ao Estado Novo de Getúlio Vargas na praça central da cidade.



Fonte: AHMJSA

Permeada de intensas consequências políticas e psicológicas decorrentes das relações sociais desenvolvidas no período em questão e potencializadas no contexto que abrangeu o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Caxias do Sul parecia ambicionar uma aparente normalidade social quando superado o conflito global. Logo, as tensões anteriores ao embate seriam subordinadas a um silencioso e rigoroso ‘esquecimento’ que, sutilmente, atenuaria os ressentimentos demandados entre os grupos sociais adeptos do fascismo, integralismo, nacionalismo e do próprio comunismo e chegaria ao ponto de ser percebido por De Boni (1993), como um “fato [que] desaconteceu (sic) em Caxias do Sul e na Zona de Colonização Italiana do Estado; um fenômeno foi apagado da história. Ele ocorreu nas décadas de 1920, 1930 e

princiariara com a Unificação Italiana, “quando as tropas do Piemonte invadem os territórios da Igreja, que, através de plebiscito, se tornaram estados do Reino da Itália. A invasão [...] pelas tropas de Vitor Manuel e de Garibaldi, e a promulgação do Reino da Itália determinaram os contornos da questão. Os territórios [...] do Estado Pontifício são anexados ao novo reino. Os Papas Pio IX a Pio XI consideram-se ‘prisioneiros do Vaticano, recusando-se a deixar os muros do palácio papal. [...] [além de não] reconhecer o Reino, considerando-se lesados pelo novo Estado” (GIRON, 2017, p. 119). Pacificada a Igreja – que recebera terras para criar o Estado do Vaticano, uma indenização de 1,5 bilhões de liras e as promessas regulamentadas de liberdade de culto, relações internacionais e de o catolicismo ser a religião oficial do Estado Italiano” (GIRON, 2017, 121). A “adesão ao governo de Mussolini se tornou maior, e na região colonial a ação fascista ganhou novo impulso [...] pelos párocos locais. Nos jornais católicos e regionais, a nova orientação da Igreja é revelada de forma clara” (POZENATO, GIRON, 2004, p. 90).

1940” (DE BONI, 1993, p. 13). Alguns de seus protagonistas ainda estariam vivos, mas tanto eles “quanto os mortos, nada têm a dizer a respeito” (DE BONI, 1993, p. 13). Assim, o que o estudioso procura salientar seria o silenciamento relacionado ao “movimento [fascista que] existiu por estas plagas, que houve não só admiradores de Mussolini, mas até mesmo indivíduos que vestiram a camisa negra, pertenceram ao *Fascio* e reuniram-se civicamente com a consciência de constituírem o grupo dos *italiani all'estero* (DE BONI, 1993, p. 13).

Em seu entendimento, de modo extremamente reducionista, conta-se que a “Itália de Mussolini perdeu a guerra, na qual se aliou à Alemanha de Hitler, que enviou milhões de pessoas para os campos de concentração. E com facilidade constitui-se uma ligação direta entre pessoas e fatos: Mussolini-Hitler-campos de concentração-derrota” (DE BONI, 1993, p. 14). O Brasil, em tal contexto, tanto proibiria o uso das línguas estrangeiras entre imigrantes e seus descendentes, quanto teria lutado ao lado das democracias ocidentais. Dessa maneira, para alguns, “quase toda a ‘gringaiada’ era fascista de coração, enquanto para outros, uma colônia inocente foi perseguida” (DE BONI, 1993, p. 14), o que, conforme o estudioso, seria uma leitura seletiva e superficial dos fatos ocorridos naquele período em que a democracia se via atacada ou manipulada pela ideia de que os governos fortes seriam a melhor opção para a governabilidade das nações.

Segundo De Boni (1993), no Brasil, as simpatias pelos regimes governamentais externos oscilariam entre o comunismo soviético e o nazifascismo, embora não pudesse ser desconsiderada a forte influência francesa no campo cultural e militar e do respeito internacional “para com o desenvolvimento dos Estados Unidos” (DE BONI, 1993, p. 14).

Quanto ao interior do Brasil, na década de 1930, as opções pareciam reduzir-se a uma espécie de “tripé ditatorial: o Integralismo, o Comunismo e o Vargasismo. Criticava-se um sistema ditatorial em nome de outro, raramente em defesa da democracia. Foi dentro desta conjuntura mundial e nacional que o Fascismo chegou à Zona de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul” (DE BONI, 1993, p. 14). Assim, envolvidos nessa trama histórica, houve aqueles que

[...] eram fascistas e permaneceram até o fim; os que o eram, mas habilidosamente trocaram de bandeira na hora certa; os que admiravam o *Duce* (e o forte governo de Vargas), e que, ao verem o Brasil voltar-se para o lado dos Estados Unidos, resolveram seguir retamente as curvas que a política nacional estava fazendo; os que eram comunistas e combatiam o fascismo não porque o Brasil o combatia, mas porque a extinta União Soviética entrara na luta; os que eram contra a Itália por não gostarem dos colonos; os que não conseguiam conceber um Brasil único [...] no qual língua e costumes não fossem uniformizados; os que viraram suspeitos pelo crime de não saberem falar português; os que esperaram sobre o muro até a hora de decidir-se; e outros, tantos outros, em tantas e tantas outras situações (DE BONI, 1993, p. 14).

Com o término do conflito, pareceu “à maioria – e para tanto não foi preciso convocar os envolvidos: o acordo foi tácito – [...] que era melhor silenciar a respeito. Não seria de bom tom continuar a chamar-se fascista, nem recordar que em certo período se foi fascista, ou que algum dia se admirou aquele regime” (DE BONI, 1993, p. 14). Logo, percebidos os novos tempos do pós-guerra, não parecia interessante “confessar que se defendera ardorosamente o Estado Novo, ou que por motivos os mais diversos procurou-se o caminho da delegacia, para apontar à polícia de Felinto Müller e Aurélio Py o nome de supostos colaboracionistas e de quintas-colunas, que continuavam sendo vizinhos (DE BONI, 1993, p. 14).

Dessa forma, considerando que a região converter-se-ia em espaço de permanência para imigrantes de diversas nacionalidades, com eles também se propagavam costumes, ideias e ideais importados de vários territórios, mais rotineiramente de uma efervescente Europa. Assim, aparentemente, tanto ao geógrafo norte-americano, quanto aos fascistas locais ou a alguns dos jornalistas e historiadores regionais de ontem, Elias (2000) responderia que os “sonhos das nações (como os de outros grupos) são perigosos. Um ideal do *nós* hipertrofiado é sintoma de uma doença coletiva” (ELIAS, 2000, p. 43). Neste sentido, tal espaço geográfico e cultural, ao que tudo indica, teria elevado ao limite o posicionamento de Freire (2000), quando afirmava que o que tornaria o Brasil “particularmente interessante como experiência social da civilização moderna em um ambiente não europeu é o fato de que os brasileiros conseguiram, vencendo grandes dificuldades, desenvolver certo número de valores essencialmente europeus num ambiente essencialmente não-europeu” (FREIRE, 2000, p. 51), inclusive, em suas sequelas mais sombrias, nos mais diversos campos sociais. Sob essa perspectiva, como destaca Bourdieu (2003), qualquer “que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade” (BOURDIEU, 2003, p. 29), pois os “agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições” (BOURDIEU, 2003, p. 29).

Por fim, Bourdieu (2003) considera que tais estratégias “orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição (BOURDIEU, 2003, p. 29). Seria em meio a tais contextos e silenciamentos que agora almejar-se-ia a representação monumental do imigrante italiano e, sobre tal intento, tanto o rádio, antes perseguido, quanto os jornais locais e nacionais exerceriam um papel preponderante sobre a sua realização, além da própria representação a ser edificada.

7.2 ‘O Monumento será um poema de pedra’

[...] e perpetuará a nossa gratidão para com aqueles que, impavidamente, empreenderam a conquista de uma parte rica de nosso território, para entrega-la sob a forma de campos fulvos de trigais ondulantes, de latadas rescendentes de cachos de uva madura, de cidades prósperas que espelham na alegria de seus moradores a fartura e o contentamento da vida, e que no seu casario que avança e sobre para o céu, atesta a vertiginosidade deum progresso que parece abençoado por Deus (O PIONEIRO, 09/03/1949, p. 01).

Nesse contexto, a Rádio Caxias e o jornal Pioneiro dariam início a sua campanha midiática com a intenção de legitimar a proposta do deputado integralista Luiz Compagnoni¹⁰¹ para criar “Um Grande Monumento aos Colonizadores desta Região”. A ambição do político, e dos veículos comunicacionais, seria que a monumentalidade “exteriorizasse o sentido da colonização e pudesse estar sempre presente como um exemplo de gerações presentes e futuras, do trabalho, tenacidade e civismo daquele que, oriundos de outra pátria, souberam amar intensamente gleba dadivosa e boa que os acolhera” (PIONEIRO, 06/01/1949, p. 01). De forma análoga, seria propagado na primeira edição do programa ‘Monumento em Marcha’, executado pela rádio Caxias, as coletividades humanas, então percebidas como a

[...] soma das tendências, aspirações, anseios dos elementos que às compõem, tem [...] os seus momentos de recolhimento, de lembranças e de exaltação a homens e gerações

¹⁰¹ Nascido em Caxias do Sul, em 1913, estudara no Ginásio do Carmo e na “Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre, bacharelando-se em 1942. Além da advocacia, dedicou-se ao jornalismo e lecionou italiano na Universidade Católica de Porto Alegre. [...] [em] 1947, é eleito deputado [...] no RS pelo Partido de Representação Popular (PRP). Em [...] 1950, candidatou-se a deputado federal [...] e obteve a primeira suplência. [...] [em] 1954, [elegeu-se] deputado federal pelo RS sempre na legenda do PRP. [...] em 1961, foi nomeado [...] [na] embaixada brasileira em Roma. Afastado da vida pública, [...] dedicou-se à religião. Em 1963 fundou [...] o Clube Serra, [...] na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Faleceu em 1981, no Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/compagnoni-luis-alexandre> Seu partido, o PRP, foi fundado em 26/09/1945 por Plínio Salgado [...] [que] havia sido o líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político fortemente identificado com o fascismo italiano, organizado no Brasil na década de 1930. Baseada no pensamento cristão e nas doutrinas nacionalistas desenvolvidas na década de 1920, a AIB pregava uma concepção espiritualista da existência e defendia a unidade da pátria, a coordenação das forças econômicas e a justiça social cristã. [...] **dever-se-ia ‘ministrar ao povo, em solenidades de culto cívico, os conhecimentos da história, da vida e dos feitos dos heróis nacionais’**. [...] o PRP defendia uma política de confraternização americana baseada nos fatores comuns de formação histórica, na identidade dos interesses de defesa e nas aspirações da consciência jurídica do Novo Mundo, ‘tendentes a efetivar uma paz estável entre os povos’. Segundo [...] Plínio Salgado, ‘infelizmente nem todos os integralistas se inscreveram nesse partido, embora muitos continuassem fiéis à nossa doutrina em outros partidos’. Ainda segundo a mesma fonte, o PRP teria sido fundado para lutar contra o fascismo, o comunismo e o nazismo, ‘condição essencial para o estabelecimento do Estado corporativo’ [...] porém, [...] ‘defendendo [...] a manutenção da hierarquia e da disciplina, do autoritarismo e do governo das elites’. [...] durante o governo Dutra, por ocasião do cancelamento do [...] PCB [...] [cogitou-se que o PRP] deveria ser igualmente fechado, já que conservava em seu programa princípios da ideologia fascista [mantido o PRP] [...] Plínio Salgado, na Câmara dos Deputados, às vésperas das eleições de 1962, retomou os princípios defendidos no programa de 1947, afirmando que seu partido continuava a ser regido pela mesma doutrina que havia orientado a atuação política da AIB.” <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-de-representacao-popular-prp>

que plasmaram uma diretriz segura, um patrimônio comum ou realizaram uma obra duradoura. E é nesses momentos em que o reconhecimento de cada um se cristaliza num reconhecimento geral, que essas coletividades pagam dívidas de gratidão, reconhecem o mérito, exaltam o trabalho e dignificam o sacrifício. E é assim que a pátria reverencia a missão evangelizadora dos jesuítas, a coragem indômita dos bandeirantes que [...] plantaram cidades, o sacrifício [...] dos inconfidentes e de todos os heróis da independência. [...] a cidade do Rio de Janeiro enaltece Osvaldo Cruz, que a saneou, e Porto Alegre honra Otávio Rocha, que a modernizou. [...] Caxias, no imigrante, quer enaltecer a obra que aqui se realizou no passado, e que a ele devida, propiciou a esplendente realidade de hoje e a magnífica promessa de amanhã (PIONEIRO, 26/03/1949, p. 01).

Desse modo, tais meios de comunicação tanto passariam a promover reuniões organizacionais, a valorização dos grupos econômicos abastados e a salientar a relevância das classes conservadoras locais para o progresso de Caxias do Sul quanto organizariam a própria Comissão Executiva do Monumento, que se reuniria em diversos espaços da cidade, dentre eles, na Biblioteca e Museu Municipal, Câmara de Vereadores, clubes sociais ou residências de particulares. Neste aspecto, as reuniões tinham o propósito de organizar a mobilização popular, política, técnica e econômica pró-Monumento, além disso, havia o programa ‘O Monumento em Marcha’, apresentado pelo presidente da Comissão, nos estúdios da Rádio Caxias.

Procurando enfatizar o comprometimento dos participantes sobre a Comissão, o Pioneiro incumbiria um potencializado “compromisso de honra, [com a] resolução de só descansar quando [fosse] entregue a população caxiense o Monumento projetado” (PIONEIRO, 12/02/1949, p. 01). A imagem a seguir apresenta os membros da referida Comissão. Da esquerda para a direita, vê-se o Tenente Artemin Karan, Reinaldo de Carli, vereador Humberto Bassanesi, vereador Duilio Gianella, Américo Garbin, Silvio Toigo e vereador Guerino Zugno. Sentados, na mesma ordem, tem-se o Padre Ernesto Brandalise, o deputado Luiz Compagnoni, o capitão João Evangelista Mendes da Rocha, representando o 9º Batalhão de Caçadores e que desempenharia importante papel social de contestação pública ante os interesses da própria Comissão, e Janir Marcon. (PIONEIRO, 03/02/1949, p. 01). Conforme a percepção do periódico, a monumentalidade seria um movimento capitaneado pelas mais “altas autoridades do município, representantes das classes conservadoras, comércio e indústria caxienses, solidários com a meritória iniciativa, destinada a enaltecer [...] o nome e as tradições de nossa terra” (PIONEIRO, 06/01/1949, p. 01). A imagem que segue apresenta a Comissão responsável pela organização do Monumento.

Figura 36 – Comissão organizadora do Monumento.



Fonte: PIONEIRO, 03/02/1949, p. 01

A Comissão também seria responsável por organizar o concurso que selecionaria o escultor responsável pela criação da monumentalidade. Uma seleção prévia dos candidatos coube ao antigo tutelado Silvio Toigo, que elencaria os “principais escultores e artistas brasileiros, através da direção do Instituto de Delas Artes, de Porto Alegre. A vista dessa relação será redigido o regulamento para a concorrência¹⁰² das maquetes” (PIONEIRO, 19/03/1949, p. 01). A grande mobilização faria com que o “Professor Dr. Ernani Correa, catedrático de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, e presidente do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre” se dirigisse a Caxias do Sul para palestrar sobre as questões técnicas, desenvolvimento, edital de chamamento de artistas, apresentação de maquetes e “considerações em torno dos valores espirituais sobrepondo-se as contingencias da vida e aos choques humanos [...] que o Monumento representaria” (O PIONEIRO, 09/04/1949, p. 07). Destacando outras manifestações em tom similar, Giron (2017) afirma que o “ufanismo dos imigrantes e seus descendentes – gerado pela ação fascista [...] tornou-se uma constante regional. Os colonos chamados de heróis italianos pelas autoridades italianas passaram a sentir-se como tal” (GIRON, 2017, p. 180) e então ambicionavam-se monumentais.

¹⁰² O júri será composto dos seguintes membros: um arquiteto, representando o Instituto de Arquitetos; um Escultor, representando a Sociedade Brasileira de Belas Artes; um Historiador, representando o Instituto Histórico e Geográfico; um representante da Comissão Organizadora do Monumento [depois seria integrado ao júri, um representante do poder público local] (O PIONEIRO, 02/07/1949, p. 01).

Logo, considerada a proximidade das comemorações do 75º Aniversário da Colonização Italiana, ganhava destaque a atitude política e simbólica pautada pela grande valorização social de um grupo que, com nova força política e teórica, comporia tal ideário de monumentalidade: colonos imigrantes, trabalho incansável e desenvolvimento pulsante, constatado ante os olhares de todos de modo a perpetuar em “bronze a sua veneração aos valorosos imigrantes que a colonizaram, dela fazendo brotar as lavouras e as indústrias. [...] [ninguém] negará seu apoio moral e material à consagradora homenagem [...] **Glorifiquemos o pioneiro desta terra bendita**” (PIONEIRO, 13/01/1949, p. 06), afirmaria o periódico, ao mesmo tempo em que subliminarmente destacava alguns dos ideários do próprio Partido de Representação Popular.

Nota-se que tais entendimentos firmar-se-iam em heranças simbólicas que converteriam um grupo, e seus descendentes, em importantes elementos que ousaram vencer socialmente em terras distantes, edificando uma imagem ao mesmo tempo simbólica e idealizada de si, portadora de grande capital que, segundo Schwarcz (2008), seriam “eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados ‘naturais e essenciais’; poucos passíveis de dúvida e de questionamento” (SCHWARCZ, 2008, p. 16). Logo, tal perpetuação da imagem vencedora permitiria que se valorizasse a continuidade representativa do desenvolvimento, assim como criaria uma sutil norma social de pertencimento que se faria perceber tanto pelo mito da origem quanto pela afinidade à ordem e ao trabalho.

As reações públicas frente à iniciativa alternar-se-iam entre repúdios e deslumbramentos que procuravam relacionar símbolos, gostos e ideias ao resultado¹⁰³ obtido pelos descendentes dos imigrantes mediante a percepção das indústrias, comércios e modernidades que passavam a ocupar a vida cotidiana. O Monumento, desse modo, procurava sedimentar uma pretensa estabilidade social, de modo que o “uso do ‘nós’, presente nos hinos nacionais, nos dísticos e nas falas oficiais, faz com que o sentimento de pertença se sobreponha à ideia de individualidade e apague o que existe de ‘eles’ e de diferença em qualquer sociedade” (SCHWARCZ, 2008, p. 16). Assim, salientando a sua autoridade de propositor, o Pioneiro destacaria que o Monumento deveria basear-se, fundamentalmente, na expressividade dos primeiros tempos da colonização italiana. Para tal, relatava que alguns imaginavam o

¹⁰³ Tal percepção pode ser identificada na manifestação de Vita (1949): “nós, os moços, que pertencemos ao rol dos principiantes na labuta pela vida, concentremos o nosso pensamento, na responsabilidade que pesa sobre nossos ombros no dia de amanhã, de conduzir a nossa querida Caxias, a um nível sempre mais alto de progresso. O campo já está aberto e preparado por nossos avós. O necessário é que continuemos com o nosso trabalho útil e progressista” (O PIONEIRO, 20/01/1949, p. 03).

Monumento como um “grandioso bloco monolítico; outros, numa estátua gigantesca; outros, ainda, numa espécie de arco triunfal; e assim por diante” (PIONEIRO, 20/01/1949, p. 01).

O jornal, entretanto, sabia a estilística da representação que ambicionava e a torná-la pública na matéria “Como Concebemos o Monumento ao Imigrante” (PIONEIRO, 20/01/1949, p. 01), em uma concepção que, de modo geral, não seria estruturalmente revista ou transformada até a conclusão da própria obra, mas que fomentaria diversos debates e tensões pelos elementos a serem inseridos de modo complementar.

Nossa ideia sobre o Monumento aos pioneiros da colonização, pode ser apresentada como uma espécie de conjunto monumental. Granito e estátuas. Diversos planos em pedra, encimados pelas esculturas simbólicas. Num espaço aberto, ao centro de uma área regular, seria localizado o Monumento. Um primeiro plano, a base. Desta subiriam várias escadarias até um segundo plano. Aí, então, surgiria o conjunto, como um pedestal de vários metros de altura, suficientemente espaçoso para receber às várias esculturas (PIONEIRO, 20/01/1949, p. 01).

Assim, se, durante certo período, os representados perceberam-se como sujeitos desprezados, seja pelo próprio governo brasileiro ou por aqueles que, na localidade, detinham algum poder de decisão, eles, naquele momento, ambicionavam-se valorizados mediante a visualidade geral das grandes esculturas que comporiam o Monumento. Representar o pioneiro...

Ideias sobre as esculturas também existem muitas. Cada um fundamenta a seu modo a própria maneira de pensar. **Nós julgamos que deve existir um grupo principal: um casal de pioneiros. Jovens, corajosos, resolutos.** Esta ideia tem muitas variantes. Uma delas é que **o casal deve ser acompanhado de um filho.** Outra, de vários utensílios domésticos e agrícolas. Outra, seguido de animais domésticos ou espantando feras. Enfim, parece não haver dúvida que a ideia do casal de pioneiros é a que maior número de adeptos possui (PIONEIRO, 20/01/1949, p. 01).

Aos críticos, como se fazia perceber o provocativo Adami,¹⁰⁴ o Pioneiro salientava a necessidade de uma postura política de apaziguamento das diferenças mediante a própria edificação do Monumento como uma espécie de

[...] sinal da união de todos quantos habitam este solo sagrado, sejam eles desta ou daquela origem. Será o símbolo da conjugação do Brasil do passado com o Brasil do futuro. O Brasil dos que lutaram para a conquista do solo; dos que trabalharam para que a terra produzisse; com aqueles que concebem nossa pátria como um cadinho de várias raças, formando uma só e única Nação grande e próspera, unida num só

¹⁰⁴ Publicava sobre os diversos grupos que deveriam constar no Monumento. Destacando a presença indígena, enfatizaria que: “Surge, de repente, a mão devastadora dos pioneiros [...] mãos calejadas ou afeitas ao trabalho árduo, por madeiras de toda a espécie, pela caça, pesca, frutas, e o que é mais interessante: pela assistência direta dos poderes públicos com o fornecimento de ferramentas agrícolas, alimentação, tudo enfim. Verdadeiro paraíso” (O MOMENTO, 06/08/1949, p. 01). Salientava pouca relevância dos cemitérios indígenas e de imigrantes, suprimidos para venda de terras, e invisibilidade dos locais de memória existentes (O MOMENTO, 22/01/1949, p. 02). Valorizaria os tropeiros, guias e demais imigrantes que acompanhavam os colonos até suas terras.

sentimento de amor e fraternidade. Construindo um Monumento ao emigrante, diremos bem alto a todos os povos oprimidos da terra que no Brasil há lugar para todos os homens de boa vontade; que aqui se recebe de braços abertos todo aquele que tenha vontade de trabalhar e de cooperar na maior pujança desta grande nação (PIONEIRO, 20/01/1949, p. 01).

A contraposição à legitimação da crença, para além de Adami, encontraria outras vozes dissonantes, pautadas pelo capital simbólico, econômico e político. Dentre outras, poder-se-ia destacar a de Jerônimo Rodriguez, Comandante do 9º Batalhão de Caçadores, que ao identificar a exacerbada manifestação em prol dos imigrantes italianos afirmaria: “Tudo muito bem. Mas é preciso que não se procure nunca nesta comemoração, menosprezar o autóctone, nem o descendente lusitano [...] Alisados àqueles desbravadores, vimos o índio e o negro combaterem com denodo” (O PIONEIRO, 27/01/1949, p.01). Embora sua fala englobasse a própria conquista territorial regional e brasileira, o militar deixava claro que o Monumento não poderia ser uma exclusividade, de modo que, embora percebesse como “justa a homenagem que quereis prestar e a ela me associo de todo o coração, mas tenho o direito de o pedir que o façais com o olhar voltado para o Brasil, e que a prestais no altar da pátria, a que temos o orgulho de pertencer” (O PIONEIRO, 27/01/1949, p.01). Assim, mesmo imaginária, a representação monumental ganhava forma ante o público local, na mesma medida em que já propiciava certos tensionamentos. Além disso, alguns percebiam a necessidade de se validar a brasilidade daqueles que aqui nasceram, mas traziam em seu interior a procedência europeia. O reflexo da guerra ainda se fazia presente, ao contrário dos discursos fascistas, sumidos dos debates públicos. Logo, os cidadãos que haviam colaborado para dar fim ao conflito global e às ditaduras nazifascistas ambicionavam agora pelo reconhecimento.

E, neste caso, nada mais expressivo que evocar o Expedicionário Brasileiro, filho, neto, bisneto destes mesmos pioneiros. Teríamos, então, um outro grupo, representando o Pracinha dessa região **que foi aos campos da Itália lutar pela liberdade contra a ditadura e o totalitarismo.** Como antes, aqui também existem várias ideias. Uma seria a do Pracinha desta zona despedindo-se da velha mãe pioneira. Outra, poderia ser a volta gloriosa a sua Pátria. Enfim, existe um mundo de ideias sobre o tema, cada qual mais expressiva, a espera de um escultor inspirado. Sendo o Monumento construído em vários planos, teremos, então, espaço para colocar, de futuro, **baixos-relevos comemorativos** das efemérides mais importantes da Nacionalidade em geral, e dessa soma, em particular (PIONEIRO, 20/01/1949, p. 01).

Publicamente, o Monumento convocava a localidade para uma possível integração, permeada de respeito e reconhecimento ao outro, ao passo que recomporia certas memórias relacionadas a sujeitos percebidos como mártires de uma nação que, até então, lhes havia negado o reconhecimento de seus feitos. Caxias, como o próprio Brasil contemporâneo, deveria ser moderna, cosmopolita, valorativa daqueles que ofertavam seus saberes e fazeres diante da

necessidade de progresso, desenvolvimento e integração nacional. Assim, constituída tal legitimidade emocional, a cidade poderia converter-se em um representativo exemplo a ser seguido pela própria nação brasileira, pois: “Incalculável, desta forma, é o alcance patriótico do Monumento ao Imigrante” (PIONEIRO, 20/01/1949, p. 01).

Desse modo, os referidos meios de comunicação apresentariam indicações similares a um romance de fundação, com seus apegos memorialísticos, sofrimentos e dificuldades que foram superados, adaptados e transformados em um importante e educativo exemplo de sucesso mediante ‘o trabalho honrado que tudo vence’. Além disso, destacaria o Pioneiro que: “Necessitando o Brasil de enormes levas de imigrantes, [...] o Monumento ao Imigrante servirá para dizer de maneira eloquente, [...] como o povo brasileiro bem recebe o bom imigrante e cultua a memória daqueles que colaboraram para a maior grandeza do Brasil” (PIONEIRO, 20/01/1949, p. 01), pensamento que será rispidamente contraposto pelo periódico italiano *La Stampa*, e este, por sua vez, pela revista *O Cruzeiro*, como se perceberá adiante.

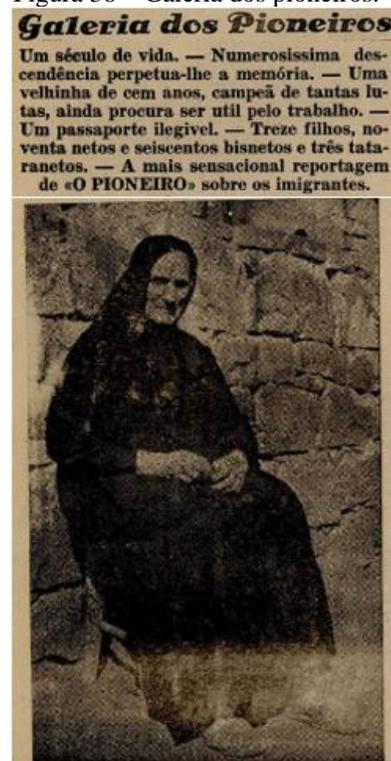
O Pioneiro, por seu turno, passaria a apresentar em uma série de reportagens “Os que merecem o Monumento” – posteriormente denominada “A galeria dos pioneiros” -, desenvolvidas por Compagnoni e Gardelin, com trabalho fotográfico de Carlos Bedin e José Dalabilia, onde seriam entrevistados antigos imigrantes italianos ou seus descendentes diretos, como destacam as imagens da página a seguir.

Figura 37 – Os que merecem o monumento.



Fonte: Pioneiro, 12/02/1949, p. 01.

Figura 38 – Galeria dos pioneiros.



Fonte: Pioneiro, 28/05/1949, p. 08.

Nessas reportagens, a emotividade potencializada pelos jornalistas direcionava o olhar do público leitor àqueles que lutaram, venceram e propiciaram o desenvolvimento local e regional. Assim, procurando sensibilizar o público, bem como alertava sobre o perigo de tais memórias esvaírem-se mediante o passar do tempo, Compagnoni bradaria: “Esta gente, que nos legou tão grande exemplo de trabalho, de virtude, de religiosidade bem merece um Monumento. Um Monumento, onde as pedras e o bronze possam falar com toda a eloquência e onde os gestos de heroísmo [...] não morram num criminoso esquecimento” (O PIONEIRO, 27/01/1949, p.01).

Neste sentido,, elas não seriam modicas em relacionar os entrevistados a expressões como ‘monumental odisseia’, ‘glorioso acontecimento’, ‘raríssimos sobreviventes da grande jornada’, ‘venerados anciões’, ‘heróis anônimos’, ‘poema épico que é Caxias do Sul’, ‘gloriosa jornada’, ‘venerados anciões’, ‘santa velhinha’, ‘veneração’, além de possibilitarem “reviver na retina do repórter a imensidão e grandiosidade das selvas do nordeste, para onde se transportavam os ‘expedicionários’ do progresso” (PIONEIRO, 19/03/1949, p. 01).

Ainda ausente de consenso quanto à relevância de sua representação no Monumento, o jogo de palavras de Gardelin desvela que os Expedicionários da Força Expedicionária Brasileira – FEB - ver-se-iam socialmente tensionados ante os ‘expedicionários’ que teriam trazido o progresso para região e não somente lembranças desagradáveis ou permeadas de luta e tristeza decorrentes dos regimes ditatoriais que também haviam encontrado adeptos em solo caxiense. Atento a tais movimentações, o próprio campo católico manifestaria sua vontade em fazer-se presente na representação monumental. Assim, ao reproduzir uma publicação do jornal Correio Riograndense, o Pioneiro ampliaria o alcance de tal manifestação que recomendava:

Não nos esqueçamos, porém, na parte religiosa do Monumento, de destacar a atuação benemérita e constante daquelas figuras veneradas e heroicas, daqueles condutores dos imigrantes, daqueles Moises que acompanharam o intrépido desbravador da serra riograndense; sendo em todas as circunstâncias, o pai, o mestre, o amigo: o sacerdote. [...] Esquecê-los ou deixá-los num plano secundário nesse Monumento e nessas comemorações [...] seria falta imperdoável diante de nós mesmos, diante de nossos avós e diante de nossa fé (PIONEIRO,

Adami, por sua vez, ao problematizar a relação documento/monumento/homenagens destacaria que o modo como estava sendo conduzida a campanha pró-Monumento ao Imigrante italiano seria ofensiva para as gerações mais velhas, pois, a Comissão daria a entender que

[...] não fosse esse grupo, nossos avós passariam ao esquecimento, entretanto, essa primazia não terão a aventura de obter [...] quando seus divulgadores dizem que é preciso que ergamos um Monumento aos pioneiros desta região colonial, demonstram que ignoram ou fingem ignorar, que tal lacuna – se é uma lacuna a não existência de tal Monumento – não existe, e que nossos avós já possuem tal marco, e, em triplicata, como homenagem pelo bem que fizeram nesta terra, homenagens estas que, por

quanto tal grupo se esmere para igualá-las, jamais as conseguirão. **NUNCA MAIS! O Parque do Cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, não é, por acaso, um Monumento a nossos avós? O livro no Cinquentenário [...] que é mais uma BÍBLIA, do que um livro, propriamente, não é outro Monumento? Os poemas que foram escritos [...] por poetas brasileiros, especialmente para nossos avós, não são, por acaso, também Monumentos que falam bem alto do seu mérito?** O Monumento que se pretende erigir agora, não aumenta em absoluto as homenagens que já lhes foram prestadas; ao contrário, às prejudica (O MOMENTO, 18/06/1949, p. 02).

Enquanto Adami valendo-se da publicação de livros e colunas, dedicava-se à valorização dos espaços e referenciais de memória já existentes, além dos diversos grupos sociais que comporiam a localidade, Gardelin direcionava sua verve a potencializar o mito da italianidade. Para tal, não se furtava em desenvolver possíveis relações entre heróis a serem homenageados e aqueles que pleiteavam tal honraria, mas não estariam aptos para tal. Neste aspecto, em meio as diversas manifestações pró-Monumento, Gardelin publicaria uma impactante reportagem sobre o trânsito de grupos indígenas na região. Pejorativa e simplificadora, sua manifestação poderia ser uma crítica subliminar à ambição de Adami de inserir o elemento indígena no planejamento estratégico do Monumento ao Imigrante.

Assim, relataria que, depois de acompanhar a inauguração oficial da Escola Abramo Eberle, em meio a festividade, enquanto todos saboreavam o “suculento churrasco oferecido à caravana de visitantes, apareceram no local vários legítimos índios de Sananduva. Não é necessário dizer que atraíram a atenção de todos. Rodeamo-los e começou-se a submetê-los a um interrogatório pormenorizado” (O PIONEIRO, 09/07/1949, p. 01).

Segundo as informações que obtivera, o referido grupo partira daquela cidade com destino a Porto Alegre. Estariam “fartos das surras que levavam do cacique” e iriam “queixar-se ao Pai Grande, ao Governador do Estado”. (O PIONEIRO, 09/07/1949, p. 01). Em meio a outras reflexões, procurando enaltecer a relevância da Educação para o desenvolvimento dos povos, Gardelin salientaria que o quadro “não poderia ser mais lúgubre. De roupas destroçadas, rostos brancos e famintos, as faces borradas de cicatrizes, coágulos graúdos de sangue derramados na fronte, mais pareciam espantalhos de homens que entes humanos” (O PIONEIRO, 09/07/1949, p. 01). Ante a situação percebida, o articulista argumentaria: “Mais instrução e mais assistência. Nada dessas fagulhas de civilização; dessas pinceladas superficiais. Urge algo mais sólido e consistente” (O PIONEIRO, 09/07/1949, p. 01).

Figura 39 – A percepção dos indígenas como destroços humanos



Fonte: O PIONEIRO, 09/07/1949, p. 01.

O olhar da pequena indígena posta ao colo da mãe, entretanto, chamaria a atenção do repórter, que logo a conceberia como uma possível redenção, pois, segundo seu entendimento, a “salvação dos restos dos descendentes dos indígenas está na educação da mocidade. Quanto aos adultos, não há mais esperanças. Frangalhos humanos. Rostos bronzeados, pareciam de ferro batido, recortados pelo cinzel das desgraças” (O PIONEIRO, 09/07/1949, p. 01).

Percebendo-os como um grupo desconfiado ao “extremo, assemelhavam-se aos seus ascendentes como um dia de luz a uma noite de trevas. Instrução. Eis o milagroso ‘Abre-te Sésamo’ que os ajudará a sair desse estado de barbárie” (O PIONEIRO, 09/07/1949, p. 01). Por fim, ao validar a importância da educação para a cidade de Caxias do Sul, Gardelin afirmaria: “Não foi uma coincidência [...] estarem presentes à inauguração da escola [...] creio que foi o discurso mais sensacional de quantos lá se pronunciaram. Era um exemplo vivo (O PIONEIRO, 09/07/1949, p. 01).

Aparentemente, o imigrante de bronze, como ato político e artístico, não teria espaço para tais grupos. Haveria para o vigor imigrante, não para indígenas esfarrapados ou grupos abafados e invisibilizados, mesmo que alguns manifestem-se em colunas valorativas de si, ou de sua europeizada origem, feitos históricos e impérios colonizados de além mar: “Somos

descendentes, na grande maioria, do português, povo ibérico, de acentuado pendor religioso, literário e artístico”, diria E. Palvez (possível pseudônimo) em coluna intitulada “Nossa gênese espiritual, artística e social” (O PIONEIRO, 30/07/1949, p. 03). Tais ‘feitos’, aparentemente, não seriam relevantes, pois a dimensão simbólica da monumentalidade somente reproduziria em bronze, mediante a contemplação de um passado-presente, os que teriam sido encarnados pela fé e pelo trabalho que “Encarnou-os em sua vida magnificamente. A fé dos Santos e Trabalho dos Heróis. Surja, pois, o Monumento, mais duradouro que o bronze e o granito” (O PIONEIRO, 06/08/1949, p. 08). Mais duro que o metal e a pedra, acreditava Gardelin, seria a ideia e a própria imagem constituída. Em meio a tais tensões e ambições, a própria Comissão passaria a conflitar-se sobre a temática monumental. A rusga pública mais controversa seria decorrência da inclusão simbólica dos Ex-Combatentes da FEB no Monumento a ser edificado. Sobre o tema, o Momento, indo contra algumas de suas manifestações anteriores, destacaria que

É, pois justo e natural, é razoável, é lógico e é intuitivo que, se o Monumento deve gravar para a posteridade a memória de quem colonizou esta região, se deve perpetuar o culto dessa epopeia, só o merecem os realizadores da epopeia, só o merecem os imigrantes. Por outro lado, que relação direta tem o heroísmo de nossa força expedicionária, constituída por bravos de todos os quadrantes do Brasil, com a colonização de Caxias? Nenhuma. Porque, portanto, incluir” (O MOMENTO, 30/06/1949, p. 01).

A Comissão seria definitivamente abalada quando um de seus membros, o Capitão Evangelista Mendes da Rocha, decidira tornar público, por meio de uma carta aberta, aquilo que teria percebido enquanto membro do grupo e que poderia ser sintetizado no seguinte fragmento:

Pobre desta terra que possui como mentores elementos tão achincalhadores dos reais sentimentos de nacionalidade e tão insensíveis aos interesses da Pátria; tidos e havidos no consenso da opinião pública como fascistas saudosistas, ou para-fascistas ou gananciosos inveterados e conhecidos, a quase totalidade dos membros da Comissão, para não dizer toda, porquanto há alguns indiferentes ou simples cópias de personalidades, constitui um acinte ao ideal democrático de nossa gente e a real expressão da verdade histórica no caso do Monumento, uma vez que continuo afirmando que só três razões orientam os trabalhos ao seio da Comissão: 1ª – política pequena de partido; 2ª - espírito racista que procura desmerecer nossa gente e endeusar o elemento imigrante (não o imigrante de um modo geral, que nesta região se fez sentir, mas o italiano tão somente); 3ª - o interesse degradante de bolso, em detrimento da nacionalização do Monumento (A ÉPOCA, 18/06/1949, p.03).

A manifestação de Evangelista retumbaria no campo social e político local. Neste aspecto Pesavento (2002) refere que os Monumentos teriam uma “materialidade e uma historicidade de produção, sendo passível, portanto, de datação e de classificação. Mas o que

interessa a nós, quando pensamos o Monumento como um traço de uma cidade, é a sua capacidade de evocar sentidos, vivências e valores” (PESAVENTO, 2002, p. 16).

Aparentemente, Evangelista seguira pelo mesmo caminho e contestaria publicamente o sentido e os valores que permeavam Comissão e Monumento. Além disso, demonstrara, em sua manifestação, que a ambição de se envolver em tal Comissão as mais altas autoridades da cidade, ao lado dos representativos membros das classes conservadoras locais, conjugaria tensões e sentimentos que há pouco haviam silenciado, mas que ainda pareciam ressoar internamente, pois, em seus mais diversos setores e cargos far-se-iam presentes pessoas que até pouco tempo seriam notáveis adeptos do fascismo italiano, do integralismo, que teriam organizado o próprio jornal *Pioneiro*, além dos entusiasmados nacionalistas.

A consagração de alguns ante o silenciamento de outros teria colocado o campo memorialístico da cidade em movimento. Para Bourdieu (2018), o princípio de potência dos “atos de consagração não é outro senão o próprio campo, lugar de energia social acumulada, reproduzindo com a ajuda dos agentes e instituições através das lutas pelas quais eles tentam apropriar-se dela, empenhando o que haviam adquirido de tal energia nas lutas anteriores” (BOURDIEU, 2018, p. 25). Tais lutas haviam sido destacadas pelo Capitão Evangelista, ex-combatente da FEB e que passaria a ser identificado publicamente como membro expulso de uma Comissão que o processaria por injúria em “rumoroso processo” (O PIONEIRO, 24/09/1949, p. 01). O fim dessa movimentação jurídica, entretanto, chocaria a Comissão: Evangelista foi “absolvido por unanimidade [...] [e] felicitado por amigos e colegas de farda que ali se encontravam. A Comissão Pró-Monumento Italiano, não conformada com a decisão do Júri, renunciou coletivamente” (O MOMENTO, 28/01/1950, p. 01).

Os motivos que os fizeram chegar à decisão seriam expostos na publicação de um suplemento especial do *Pioneiro*, lançado na mesma data, em que expressariam suas percepções sobre a situação que se encontravam inseridos, consequência das “poderosas forças [que] se opunham à homenagem aos pioneiros da imigração” (O PIONEIRO, 28/01/1950, p.01). Além disso, enfatizariam suas representações sobre o colonizador, as democráticas intenções que possuiriam enquanto organizadores do Monumento, além de contestarem veementemente a sentença judicial que lhes desautorizava publicamente, bem como atingia as próprias diretrizes da Comissão. Ao entregarem a carta de renúncia à Comissão Central dos Festejos do 75º ano da Colonização Italiana, entretanto, ela não seria aceita e os que se percebiam como vítimas de injuriosas acusações continuariam “orientando as tarefas para que o Monumento seja realmente realizado” (O PIONEIRO, 18/02/1950, p. 08). Evangelista, por sua vez, sairia da cidade e

seguiria sua carreira militar até ser aposentado,¹⁰⁵ como Tenente Coronel de Infantaria, poucos dias depois de ocorrido o golpe civil-militar de 1964.

Dez dias após a recusa da renúncia coletiva, em uma cerimônia que contaria com a presença do Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, ter-se-ia o lançamento da pedra fundamental do Monumento ao Imigrante. Até então em silêncio, Mário Gardelin manifestaria grande alegria com os desdobramentos, de modo que, se anteriormente havia glorificado o imigrante italiano como um sujeito encarnado pela santa fé e trabalho heroico, sua similaridade a um deus que cuida e guia seu povo seria finalmente desenvolvida:

Caxias erguerá o Monumento àqueles que a construíram. Ele se alçara solene, desafiando o tempo e os acontecimentos, como uma página de epopeia imorredoura. Ele será como uma tocha ardente iluminando os flancos do caminho. O bronze e o granito poderão diluir-se como a neblina que a brisa destrança sobre a cabeceira dos rios. A ideia, porém, que vivifica o Monumento, essa não morrerá. Não haverá força que o possa destruir, porque simboliza e personifica os agigantados heróis que erigiram Caxias. E a imigração de 1875 já é um fato consumado que varou os umbrais da história. E a história é a eternidade. Setenta e cinco anos gravados no bronze. Setenta e cinco marcos emparelhados a via triunfal do progresso no Nordeste. Setenta e cinco anos de lutas, de sacrifícios contra tudo e contra todos, mas também de vitórias e realizações. E o Monumento o atestará, impassível as ondas que se despedaçam as suas bases. Pela tradição. Pela conservação dos nossos costumes. Para manter eternamente vivo o nosso espírito de trabalho. Para reacender sempre mais e testemunhar nossa gratidão a nossos maiores, o Monumento ao Imigrante deve surgir. Elevar-se-á majestoso como um deus. O Monumento materializará o espírito do imigrante. Esse espírito que aplaudimos no 75º aniversário. Esse espírito que nos ensinou o amor ao trabalho e a pátria brasileira. E os pioneiros do nordeste viverão na perenidade do bronze. (O PIONEIRO, 27/02/1950, p. 02).

A percepção de parte da mídia italiana sobre a situação dos imigrantes daquele país que ainda rumavam para a Argentina e o Brasil, em meados do século XX, seguiria por outros entendimentos. Assim, ao contrapor uma reportagem publicada pelo jornal italiano *La Stampa*, a Revista O Cruzeiro revelaria que, na Argentina, mais de trinta mil imigrantes italianos haviam solicitado ajuda ao consulado para retornar ao país de origem. Aos que teriam se aventurado em terras brasileiras, a reportagem italiana destacaria que eles “logo se tornam ‘destroços humanos’ [...] [pois haveria] uma copiosa documentação das condições intoleráveis infligidas a nossos imigrantes” (O CRUZEIRO, 13/04/1950, p. 78). Além disso, ao problematizar a situação social e econômica enfrentada pelos novos imigrantes, a matéria salientaria que o orçamento brasileiro estava

¹⁰⁵ ATO DO COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO Nº 03, DE 11 DE ABRIL DE 1964. [...] O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do inciso 1º do artigo 7º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, transferir para a Reserva os seguintes Oficiais das Forças Armadas: EXÉRCITO: [...] 68) Ten-Cel Inf João Evangelista Mendes da Rocha” [...] Rio de Janeiro, Guanabara, 11 de abril de 1964. Gen Ex Arthur da Costa e Silva. Diário Oficial da União – Seção 1 – 11/04/1964, p. 3258. Coleção Leis do Brasil 1964, p. 7, vol. 03.

[...] terrivelmente desequilibrado, [além de enfrentar a] escassez de dólares, está atormentado pela inflação e por múltiplas dificuldades econômicas [...] salienta que o Brasil não pode receber uma imigração que de frutos e que os italianos aqui não tem sequer o mínimo de uma vida civilizada e humana, lembrando as condições intoleráveis a que eles foram submetidos nos primeiros anos deste século (O CRUZEIRO, 13/04/1950, p. 78).

Segundo o periódico italiano, dentre tais questões intoleráveis que relacionavam às dificuldades dos imigrantes do início do século XX aos de meados do mesmo século estariam a extrema “miséria di abitazioni in gran parte com pavimenti di terra battuta e senza caminho, insufficienza di salari, enorme diffusione dell’anchilostoma e del tracoma [...] mancanza di assistenza sanitaria i scuole”¹⁰⁶ (LA STAMPA, 28/03/1950, p. 01). O Cruzeiro ainda se mostraria estarecida quando, em Washington, EUA, “outra bomba estourou” pois, o “chefe da Missão de Administração do Plano Marshall na Itália, senhor J. D. Zellerbach, afirmou perante as mais destacadas autoridades do dito Plano e pelos mais importantes jornais americanos que no Brasil o imigrante é tratado como um cachorro” (O CRUZEIRO, 13/04/1950, p. 78). Em Caxias do Sul, a matéria do jornal italiano seria destacada como fantasiosa, pois, por meio de “ampla reportagem fotográfica, ‘O Cruzeiro’ pulveriza as acusações formuladas contra nossa Pátria, mostrando as reais condições em que vivem os imigrantes atuais” (O PIONEIRO, 22/06/1950. p. 01), que se mostrariam sorridentes, trabalhando ou dormindo em uma série de imagens posadas.

Figura 40 – Imigrantes italianos no Rio de Janeiro sob as lentes da revista O Cruzeiro.

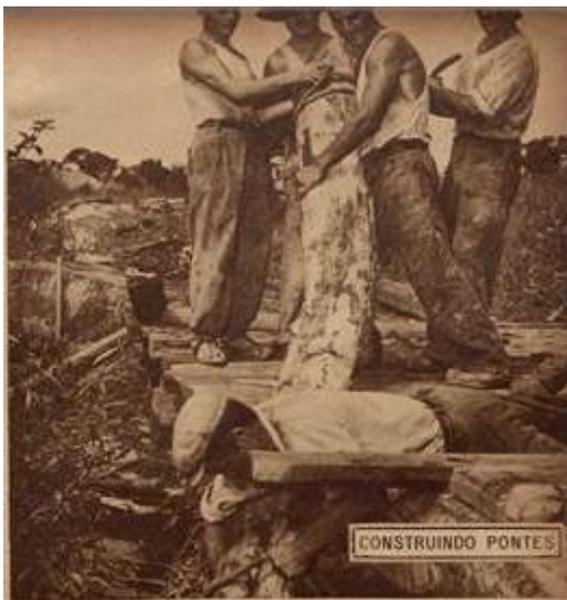


Fonte: Revista O Cruzeiro, 13/05/1950, p. 75.

¹⁰⁶ Precariedade de habitações, em boa parte com piso de terra batida, e sem estradas, salários insuficientes, além da grande difusão de verminoses [...] falta de assistência sanitária e escolas (tradução livre).

Nelas, além das próprias expressões daqueles que são fotografados, chama a atenção as legendas que revelam a ausência de famílias e vida social organizada, mas que não os fariam viver como bichos. Não comeriam salmão, tomariam champagne ou dormiriam em colchão de molas, mas teriam mais conforto do que necessitavam. O responsável pela vinda de tais sujeitos, o comendador Francesco Torelli, presidente da ‘Cooperativa Abruzzo Porto e Gentile’, afirmaria, em ofício reproduzido pelo *Cruzeiro*, que as revelações seriam difamações esquerdistas, que “visam perturbar, com notícias inverídicas, o intercâmbio com a América Latina, no intuito de dificultar a imigração de pobres, mas honestos agricultores”, além de considerar que o articulista italiano “provavelmente se baseou nas condições e nos sacrifícios dos colonos italianos do meio século passado” ao que a revista pontuaria: “Ele tem razão”. Nem uma palavra sobre o representante do governo dos EUA seria manifestada. A seguir, a figura do comendador Torelli e dos imigrantes italianos edificando uma ponte.

Figura 41 – Imigrantes italianos, RJ



Fonte: Revista O Cruzeiro.

Figura 42 – Comendador Torelli



Fonte: Revista O Cruzeiro.

Em meio a celeuma, o Monumento seria enfatizado como “uma questão de honra, não só para os descendentes dos imigrantes, mas também para todos os brasileiros interessados na solução de seus mais graves problemas” (*O PIONEIRO*, 22/06/1950. p. 01). Realizado o concurso para selecionar a melhor representação monumental, o primeiro lugar coube ao pelotense Antônio Caringi (1905 – 1981) que - tal qual Silvio Toigo, responsável pelo projeto e edificação do Monumento, também tivera alguma proximidade com partidos ou regimes ditatoriais, tendo em vista sua experiência artística e profissional na Alemanha nazista de Adolf

Hitler, onde chegara aos 23 anos para estudar plástica monumental com Arno Breker, “artista oficial das obras monumentais encomendadas pelo governo de Adolf Hitler” (MÜTZENBERG, 2006, p. 21). Em virtude da Segunda Guerra Mundial, Caringi retornaria ao Brasil¹⁰⁷, onde o momento político do período lhe propiciaria o “contexto ideal para que conjugasse a ideologia nacionalista alemã, sob a qual passara 12 anos e a ideologia nacionalista brasileira. Em razão disso pode trabalhar com tranquilidade suas encomendas que serviram para homenagear heróis e fatos históricos brasileiros” (MÜTZENBERG, 2006, p. 33). Na sequência, a primeira imagem apresenta um esboço do Monumento desenvolvido por Caringi e o seu desenvolvimento escultórico.

Figura 43 – Primeiro croqui do Monumento.



Fonte: AHJSA.

Figura 44 – Caringi preparando o molde do Monumento.



Fonte: AHJSA.

¹⁰⁷ No Rio Grande do Sul, produziu obras em estilo clássico, as quais estavam dentro do padrão estético exigido pelos governantes, que comissionavam Monumentos, para fazer homenagens políticas e de propaganda. Getúlio Vargas aproveitava para exaltar seus ideais políticos com a instalação de estátuas monumentais, pregando sua ideologia e seduzindo, assim, o povo através da imagem. Também promovia grandes cerimônias em locais públicos, reunindo multidões de jovens, para estimular os sentimentos cívicos, instigando todos os brasileiros a atingir um ideal máximo de patriotismo. Caringi produziu estatuetas, Monumentos, medalhões, cabeças e maquetes. Suas obras encontram-se em praças, jardins, pinacotecas e logradouros públicos, no exterior e no Brasil. Foi um artista de grande talento e prestígio, como é evidenciado pelo número expressivo de prêmios e condecorações que obteve. (MÜTZENBERG, 2006, p. 21). Faleceu em 1981, em Pelotas.

Valendo-se de forte perspectiva nacionalista, Getúlio Vargas, em visita ao estúdio de Caringi, no Rio de Janeiro, afirmaria congratular-se com os “idealizadores do Monumento, obra de iniciativa particular, e faço votos para que este Monumento Imigrante não seja apenas a homenagem do Rio Grande do Sul,¹⁰⁸ mas sim, de todo o Brasil. Eles merecem essa homenagem, porque foram os grandes pioneiros de nossa pátria” (PIONEIRO, 02/08/1952).

Figura 45 – Getúlio Vargas em visita ao ateliê de Caringi.



Fonte: AHMJSA.

¹⁰⁸ Os “Diários e Rádios Associados”, ao destacarem seu apoio ante a magnificência da obra, sugeririam que não fosse uma homenagem local, mas do “RIO GRANDE DO SUL AO IMIGRANTE”. “graças ao [...] jornalista Ernesto Corrêa, dirigente dos Diários e Rádios Associados do Rio Grande do Sul, a ideia foi admiravelmente ampliada. Por que um monumento de características gigantescas como o que está sendo construído não homenagear todos os imigrantes, todos aqueles que vindos de outras terras contribuíram para a grandeza daquele Estado? A magnífica proposição foi aceita e [...] no fronteiroço do monumento será gravada a seguinte frase: ‘O Rio Grande do Sul ao Imigrante’” (PIONEIRO, 02/08/1952, p. 08).

Um ano antes de Caringi receber a visita do Presidente da República para, juntos, refletirem sobre a discursividade do Monumento, em Caxias do Sul, “vândalos, recheados de ódio, puseram suas mãos sacrílegas sobre o gesso [...] [das maquetes que haviam participado do concurso] e transformaram-nas em monstregos decepados” (O PIONEIRO, 17/02/1951, p. 01). Até então, a cidade teria “orgulho daquelas belezas” que haviam sido mantidas em exposição no prédio da Biblioteca e Museu Municipal, mas que, naquele acontecimento, haviam sido “barbaramente violentadas. Alguém é culpado desse sacrilégio” (O PIONEIRO, 17/02/1951, p. 01). Os principais suspeitos seriam os antagonistas da monumentalidade, pois “existe, entre nós, a certeza de que há um covil de vândalos agindo em surdina, contra o Monumento ao Imigrante” (O PIONEIRO, 17/02/1951, p. 01). Interessante destacar que havia resistências...

A ainda perceptível contrariedade à edificação do Monumento levaria o jornal a entrevistar representantes de algumas categorias profissionais locais, dentre elas, o representante do poder judiciário, que consideraria tal ato “além de reprovável sob o ponto de vista moral, [...] uma violação à lei penal”. O representante da classe médica destacaria que tal feito só poderia ser “obra ou de um débil mental para o qual tais atitudes encontram justificativas no próprio estado mórbido, ou façanha de um despeitado e covarde, que com sua atitude destruiu um patrimônio artístico valioso”; o diretor do Museu e Biblioteca Municipal, ao enfatizar a abertura de um processo administrativo, ponderariaa que tal ação tanto poderia ser uma “arteirice de criança” quanto a atitude de “algum espírito tarado e demasiado supersticioso, ou xenófobo inconformado com a ideia de uma homenagem aos valorosos imigrantes”; o representante da classe econômica, por fim, considerava tratar-se de uma evidente “falta de serenidade e dignidade dos que combatem a ereção do Monumento [...] impossibilitados de deslustrar os merecimentos dos homenageados e dos idealizadores [...] seu desespero evidenciou os vis sentimentos humanos que se acham possuídos” (O PIONEIRO, 1951).

Vargas, ao exigir a mudança do nome da monumentalidade associada às dificuldades financeiras encontradas pela Comissão em dar continuidade a obra, levaria a própria nacionalização do Monumento, mediante a Lei nº 1.801, de 02 de janeiro de 1953, que destacava, em seu artigo 2º, que ele passaria a ser identificado como Monumento Nacional ao Imigrante, “homenagem do Povo e do Governo aos bravos pioneiros da colonização do país reconhecimento da Pátria à colaboração do bom imigrante, e terá em seu pórtico a seguinte legenda: A NAÇÃO BRASILEIRA AO IMIGRANTE”. A lei que o nacionalizaria foi impressa em bronze e colocada na porta de acesso ao obelisco, aos fundos do Monumento.

Seria a redução dos embates públicos sobre o que deveria constar ou não no Monumento, pois o dinheiro enviado pelo Governo Federal surgia como elemento fundamental para dar-se fim a obra. De modo geral, todos os antigos pontos de tensão seriam contemplados por Caringi: O “Grupo central do Monumento” tem aproximadamente “cinco metros de altura e foi fundido na Metalúrgica Abramo Eberle S.A. [...] sob a direção do Mestre Tio Bettini” (FOLDER INSTITUCIONAL, S/D).

Em suas quase três toneladas de bronze, o casal de imigrantes apresenta trajes da “época da imigração desta região: 1875 – 1885. O vigor e o espírito resoluto, traços que caracterizam o homem-imigrante, contrastam com os da mulher, que representam a renúncia e o espírito do sacrifício – valores morais consagrados no bronze de Caringi” (FI, SD).

Figura 46 - O casal de imigrantes



Fonte: Fonte: Acervo MMMCFH. Foto de Márcia Dall Ago - Clube do Fotógrafo de Caxias do Sul.

Sob o “Obelisco e o grupo escultórico está localizada a Cripta do Monumento [atual espaço cultural Antônio Caringi] [...] com cerca de 250 metros quadrados [...] revestidos em mármore branco e de cor, oferecido pelo Governo Italiano” (FI, SD). Segundo o antigo material de divulgação, ali seriam colocados “objetos pertencentes a pioneiros da colonização, documentos históricos e tudo quanto possa servir para reviver os heroicos tempos da imigração”, o que, de fato, ocorreu em meados dos anos 2000. Na figura a seguir, tem-se a visualidade de seu espaço interno, onde, atualmente, existem vários objetos relacionados à imigração e cultura italiana, além de moldes, fotografias e recortes de jornais que destacam, superficialmente, a constituição da obra monumental.

Figura 47 – Corredor de acesso ao saguão da cripta



Fonte: Acervo MMMCFH. Foto de Daniel Herrera. Clube do Fotógrafo de Caxias do Sul.

Além de objetos relacionados à imigração italiana, as imagens procuram apresentar outros grupos que se dirigiram para o Brasil ao final do século XIX e parte do século XX. Os textos, por sua vez, destacam que são os imigrantes ali merecedores das homenagens e, para tal, ressaltam que “**Nem todos os estrangeiros são considerados imigrantes**” (TI, S/A, grifo no original). Os portugueses, por exemplo, até 1822, seriam identificados como “súditos da Coroa. Os africanos [...] forçados a abandonar sua terra e a submeterem-se ao regime da escravidão” (TI, S/A). Por fim, a definição a quem o monumento representaria: “A imigração

que este Monumento evoca é [...] a grande movimentação oriunda de diversas regiões do continente europeu no século XIX que, juntamente com o índio, o negro e os portugueses, plasmou o povo brasileiro” (TI, S/A). A imagem que segue procura apresentar uma visão geral do espaço. Os textos encontram-se afixados em placas móveis, colocadas sob o mármore enviado pelo governo italiano, ao redor de todo o espaço existente.

Figura 48 – Saguão da cripta, atual espaço cultural Antônio Caringi.



Fonte: Fonte: Acervo MMMCFH. Foto de Daniel Herrera – Clube do Fotógrafo de Caxias do Sul.

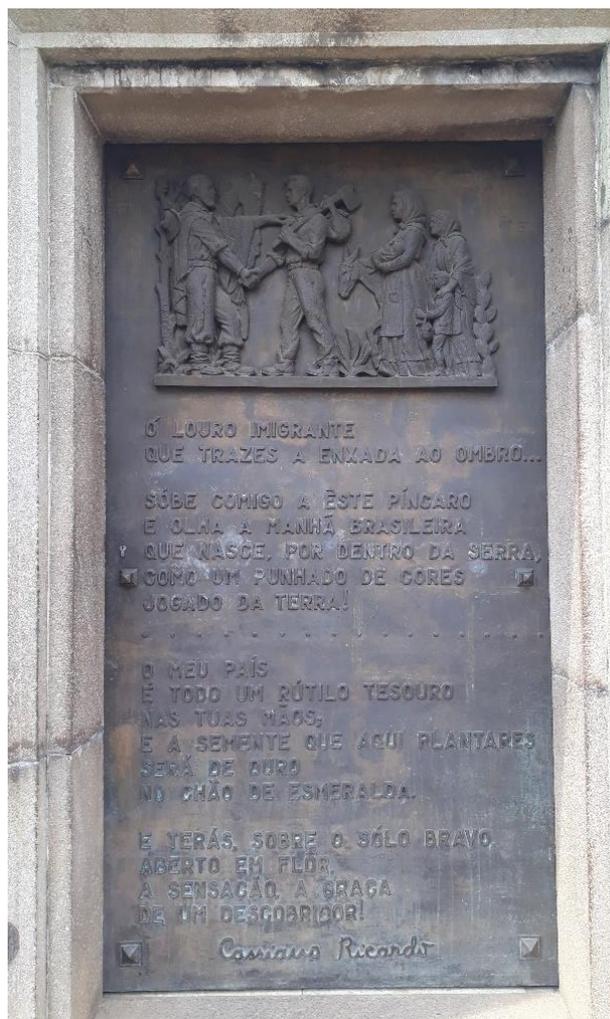
A porta que lhe dá acesso apresenta “Feijó Junior, um grande amigo dos imigrantes desta região, recebendo uma família de colonizadores. Completa esta porta versos de Cassiano Ricardo,¹⁰⁹ [...] Sobre o mármore das paredes da Cripta, serão gravados os nomes dos pioneiros da imigração” (FI, S/D), o que não ocorreu. Os versos¹¹⁰ do poeta não escondiam aqueles que seriam percebidos como *os* imigrantes que enobreceriam a nova pátria e o que eles aqui iriam

¹⁰⁹ Cassiano seria um “homem de fortes ligações ideológicas e políticas com os movimentos pró *faccis* (AGUILAR FILHO, 2011, p. 141). Chegou ao RS, na cidade de Vacaria, em 1919, vindo de SP. Atuou como advogado e jornalista, ligando-se ao Partido Liberal. Jogador contumaz de roleta, nela perderia altas somas. Ameaçado de morte, voltaria para São Paulo aproximando-se do Modernismo. Incomodado com a Semana de 1922, ingressaria em uma das correntes que “passaram do nacionalismo estético ao político, e até ao fascismo: o *Verde-amarelismo*, o movimento da *Anta* (Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado)” (CANDIDO, 2006, p. 128).

¹¹⁰ Em 1975, essas palavras seriam fixadas em bronze também no Museu Ambiente Casa de Pedra, o mais visitado da cidade.

encontrar: “Ó louro imigrante/ que trazes a enxada ao ombro.../ Sobes comigo a este píncaro/ e olha a manhã brasileira/ que nasce, por dentro da serra/ como um punhado de cores/ jogado da terra!/ O meu país/ é todo um rútilo tesouro nas tuas mãos;/ e a semente que aqui plantares/ será de ouro no chão de esmeralda./ E terás, sobre o solo bravo/ aberto em flor,/ a sensação, a graça/ de um descobridor!” (CASSIANO RICARDO).

Figura 49 – Porta de acesso a cripta.



Fonte: Acervo de pessoal do autor.

As obras de cantaria, realizadas no mármore e no basalto, foram dirigidas por “Silvio Toigo [...] e pelo mestre canteiro José Zambom” (FI, S/D). Os relevos existentes no obelisco detalharam a “chegada dos imigrantes” (FI, S/D), onde o indígena estaria em destaque de representação diante do sujeito imigrante; “A vitória do imigrante pelo trabalho” (FI, S/D), apresentaria homens carregando cestos abarrotados de uvas e a “integração do imigrante no Espírito da Pátria. (Homenagem à Força Expedicionária Brasileira)” (FI, S/D) evidenciaria um

soldado cumprimentando uma família de imigrantes. Em meio a ambos, com destaque central, a imagem de Cristo crucificado.

Figura 50 – Obras de cantaria e afrescos.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Iniciado em 1949, com forte apoio da Rádio Caxias e do Jornal Pioneiro, o Monumento foi inaugurado em 1954, com a presença de Getúlio Vargas, então Presidente da República. Seu término, entretanto, não ocorreu de modo efetivo, pois a segunda parte do projeto nunca obtivera o apoio social e político necessário. Assim, a ambicionada Praça dos Imigrantes, com “150 m de frente por 200 m de fundo” nunca foi realizada. Sua fachada seria a

Estrada Federal e terá como centro o Monumento. A Praça dos Imigrantes conterà as homenagens dos Estados Brasileiros ao Imigrante e das várias colônias estrangeiras e descendentes a seus antepassados pioneiros. Em artística e harmoniosa disposição, serão colocadas obras de arte, frisos, bronzes, que cobrirão toda a área da Praça, secundando a imponência do Monumento ao Imigrante (FI, S/D).

Tal ambição, nunca iniciada, foi projetada pelo arquiteto francês Roberto Lacombe e Flávio Barbosa. Outros projetos surgiram ao longo do tempo, inclusive com edificação de uma passarela – projeto de 1984 - que integraria o Monumento ao Imigrante “com a Praça Vestibular Abramo Eberle [...] no início da Av. Júlio de Castilhos” (PIONEIRO, 10/02/2014, S/P). Na figura, a seguir visualiza-se a relação entre o passado imigrante, ao fundo, e o futuro desenvolvimentista, representado pelo busto de Abramo Eberle. Os dois direcionam seus olhares para a efervescente dinamicidade urbana.

Figura 51 – Praça e monumento a Abramo Eberle, defronte ao Monumento ao Imigrante.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

O referido projeto, segundo o jornal Pioneiro, teria sido “apresentado quando o local já apresentava sinais de abandono, mas também acabou não avançando” (PIONEIRO, 10/02/2014, s/p). A iniciativa mais recente data de 2008 e seria proposição da Secretaria de Planejamento do Município de Caxias do Sul - SEPLAM. A imagem que segue apresenta o Monumento quando da sua inauguração, em 1954.

Figura 52 – Cerimônia de inauguração do Monumento ao Imigrante



Fonte: AHMJSA.

Adentrar, ou mesmo contemplar, o Monumento Nacional ao Imigrante de Caxias do Sul remete a múltiplas possibilidades históricas e educativas. Seu espaço interno possui uma entrada única, acesso simbólico ao discurso que ali, com poucas diferenças e muitas repetições, é reproduzido, e bem conhecido, há longa data. Admirá-lo, por sua vez, faz lembrar Tamara, cidade imaginada por Calvino (2001), onde “o olhar se fixa numa coisa, e, quando isso acontece, ela é reconhecida pelo símbolo de alguma outra coisa” (CALVINO, 2001, p. 08), de modo que faria rememorar que os Monumentos são atos políticos, como também seriam os museus ou os discursos e instituições de saber... A imaginação que propagava a ideia de um Monumento ao Imigrante europeu não surgia desconectada de tais percepções. Assim, ele também poderia ser entendido como uma importante complexidade ante a Cidade que se quer Educadora, algo que, marcando a fogo em sua visualidade espacial, poderia representar a diferença social entre os grupos, a ideia de distinção perante o mito de origem, o tradicionalismo, o culto ao trabalho, o descaso frente o outro, o papel social das mulheres em uma sociedade de cunho patriarcal...

7.3 MUSEUS, DISCURSOS E SOMBRAS

Em Caxias do Sul, a grande maioria dos museus ali constituídos opta por um modelo cultural instituído a partir de 1975, onde se retomaria a valorização da memória dos primeiros tempos da colonização, transmitindo-o, quando não o recriando, tanto para os próprios habitantes da cidade quanto para seus visitantes, que logo perceberiam o valor ali atribuído ao que se convencionou denominar de imigração e/ou colonização italiana. Assim, segundo o Boletim Memória, publicado pelo Museu Municipal e Arquivo Histórico João Spadari Adami (2009), o centenário da imigração, em 1975, marcaria o “início de uma nova etapa na história do Museu Municipal de Caxias do Sul” (MEMÓRIA, 2009, S/P).

A partir de então, a comunidade tornou-se a vertente que orientou a reflexão em torno do porquê existir uma instituição voltada, exclusivamente, à guarda de ‘objetos velhos’, sem nenhuma utilidade. Ao lado do quê, como e para quê preservar, a questão da identidade cultural veio à tona. [O Museu] deveria ser a expressão cultural do passado e acolher a comunidade como a protagonista das obras que testemunham a sua história. Com ela pensou, repensou, recriou através da diversidade de objetos, o cotidiano de agricultores, operários, donas de casa expresso nas roças, nas fábricas, nas ruas, na vida doméstica e lúdica (MEMÓRIA, 2009, S/P).

Não parece menos importante, entretanto, que antes da dimensão histórico-antropológica ser desenvolvida, o referido museu foi um espaço voltado para o empoderamento das ciências naturais. Desse modo, suas exposições seriam direcionadas à fauna e à flora então

existentes na localidade e região Nordeste do Rio Grande do Sul. Com o tempo, outros objetos seriam integrados às suas exposições, mas sua perspectiva naturalista seria amplamente dominante.¹¹¹ Entre alguns objetos artísticos e históricos, expunham-se as mais diferentes espécies de animais, como “Lebre, tamanduá, coruja, lontra, corvo, arara, jacaré, faisão, tartaruga, raposa, cobra d'Água, marreco selvagem, ovo de avestruz, crânio de macaco” (PIONEIRO, 09/02/2018). Segundo o jornal Pioneiro, tal relação mais pareceria a lista de algum “zoológico, mas trata-se da relação dos animais existentes no Museu [...] à época de sua inauguração, em 1947, até meados dos anos 1960. Empalhadas ou depositadas em frascos, as espécies estavam disponíveis à visitação pública” (PIONEIRO, 09/02/2018), como evidencia a imagem na sequência.

Figura 53: Exposição de animais e outros objetos no primeiro museu de Caxias do Sul.



Fonte: AHMJSA.

Seu idealizador, o ex-prefeito Demétrio Niederauer, por sua vez, não o concebia como um simples local para contemplações exóticas ou curiosidades momentâneas. Entusiasta das ciências naturais, o antigo mandatário destacava constantemente a importância do museu criado

¹¹¹ A relação original dos objetos que então compunham o acervo segue em anexo e destaca a presença de diversos tipos de animais taxidermizados, objetos históricos, arqueológicos e paleontológicos.

por ele via decreto em 1947, o mesmo que criara a Biblioteca Pública Municipal,¹¹² como um espaço de pesquisa e conhecimento decorrentes da percepção da natureza local, dos achados em escavações ou da própria análise realizada em animais ou fósseis encontrados em Caxias do Sul e região. Logo, considerava que, para aqueles que soubessem “encontrar prazer no estudo da Natureza, o solo e o subsolo de Caxias do Sul apresentam, nas suas antiguidades, novidades admiráveis e cheias de encanto” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 07).

Embora não haja maiores relatos sobre suas ambições pedagógicas, o mandatário enfatizaria publicamente o potencial do museu para a ampliação do conhecimento científico entre os membros das localidades: “Se chamo a atenção dos leitores para estes aspectos da Natureza caxiense”, afirmaria em meados de 1960, “faço com o propósito de despertar o interesse dos moços que estudam, na sua maioria inteligentes e empreendedores, para as riquezas naturais desta acidentada região cuja geografia muito tem para ser investigado e divulgado, principalmente em relação a sua petrologia” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 07).

A fala do mandatário, entretanto, não possuía somente uma ambição valorativa do pedagógico equipamento cultural criado por ele quase duas décadas antes. Assim, Niederauer ambicionava tanto empoderar quanto defender um museu constantemente questionado, quando não ridicularizado, por determinados setores da sociedade local. A própria aproximação do centenário da colonização europeia na região acirrava os ânimos locais, ao passo que potencializava alguns discursos valorativos de memórias até então sem uma clara representação histórica. Em outros tempos, o próprio Niederauer fora um dos planejadores do Pavilhão Histórico-Cultural, considerado o “relicário de nossa tradição regional” (PIONEIRO, 1950, p. 02), então preparado para as comemorações do 75º Aniversário da Imigração e da Festa da Uva de 1950 que, em meio às discussões sobre a organização do Monumento ao Imigrante, contaria com a participação organizacional de professores e diretores de escolas, conservadores de museus, orientadores de ensino e do próprio Inspetor de Ensino Federal.

Em seus espaços seriam expostas “fotografias antigas, objetos centenários dos primeiros imigrantes, [...] documentos imperiais etc. e estaria [...] dividido em duas seções” (PIONEIRO, 24/02/1950, p. 02). Na parte histórica, seriam contemplados:

Todos os trabalhos de história da região colonial italiana, compreendendo livros, artigos e monografias; Pré-história da Colonização; Pioneiros. Usos e costumes.

112Segundo informações do Arquivo Histórico João Spadari Adami, o “Museu Municipal e a Biblioteca Pública Municipal foram criados pela Lei nº 2 de 03 de outubro de 1947, assinada pelo prefeito Demétrio Niederauer. Até 1967, o Museu Municipal funcionou em pequena sala do prédio da Biblioteca Pública Municipal, situada à rua Dr. Montauray (atual Casa da Cultura). O diretor da Biblioteca Pública respondia também pela direção do Museu Municipal. Sendo assim, os relatórios e as correspondências desse período, em sua maioria, eram feitos conjuntamente” <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/museu-municipal-2>

Objetos de uso particular, fotografias, passaportes, moedas, cartas primitivas. Trajes típicos dos primeiros imigrantes. Fotografias, livros, mapas. Feitos de maior relevo de pessoas vivas ou mortas que trabalharam com os colonizadores; folclore; Emancipação [e história] dos municípios (PIONEIRO, 24/02/1950, p. 02).

Na parte cultural, por sua vez, dar-se-ia grande destaque para a

Educação e a instrução pública e particular; Publicidade: imprensa, jornais, livros, revistas, radiofusão; Bibliotecas públicas e particulares; Religião, Igrejas e ensino religioso; Sociedades artísticas, conservatórios, orquestras sinfônicas, bandas de música; Sociedades literárias, científicas. Sociedades de Medicina. Ordem dos Advogados; Sociedades desportivas; Climatologia” (PIONEIRO, 24/02/1950, p. 02).

Nos espaços disponibilizados pelo museu, a emotividade teria sido tão representativa que o próprio presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, ao visitá-lo, “mostrou-se profundamente emocionado, dando a impressão de estar comovido até as lágrimas” (PIONEIRO, 28/02/1950, p. 01). Tal comoção, contudo, não foi suficiente para materializar o referido museu em um local de memória de longa duração, pois, logo após o término das comemorações, foi desativado. O próprio entusiasmo do periódico ver-se-ia contraposto à indiferença do Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, que não lhe dedicaria espaço mais do que uma única frase junto a duas pequenas fotografias em que se faziam notar alguns poucos objetos em madeira e a parcialidade de uma rústica cozinha.

Figura 54 – Vista frontal do Pavilhão Histórico Cultural. Figura 55 – Parte da exposição existente no Pavilhão.



Fonte: AHMJSA.



Fonte: AHMJSA.

Desse modo, nota-se que, embora o processo colonizador pudesse carregar uma importante simbologia, a representação das novas transformações sociais, econômicas e industriais seriam mais instigantes do que os antigos sofrimentos ou dificuldades enfrentados pelos colonizadores. Logo, a imagem colonial dissipar-se-ia ante a modernidade percebida em

seus mais diversos espaços e sociabilidades. Tal percepção pode ser constatada na fala de Alceu Barbedo, Procurador-Geral da República, para quem a região seria um “manancial de trabalho e produção”, de modo que, juntamente com as “atividades agrícolas, que foram as primeiras, veio sendo preparado, através de pequenas tentativas, algumas quase ingênuas, o estupendo surto industrial do presente. Dessa evolução dá bem sinal aquela choupana encarapitada no arranha-céu da metalúrgica Eberle” (ÁLBUM DO 75º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO, 1950, p. 22). Ainda segundo as palavras do procurador geral, entre os

[...] árdegos pioneiros de 1875 e os lutadores de hoje, não vai diferença maior que nos métodos e meios de trabalho. A vontade de vencer, o ânimo na luta, a ambição de melhorar e ir adiante, a vibração, o entusiasmo, as virtudes e os defeitos são os mesmos. E tanta é a orgia de iniciativa que, nestas paragens amoráveis e dadivosas, cabe aos velhos vigilância constante para abrandar os ímpetus dos novos (ÁLBUM DO 75º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO, 1950, p. 24).

Pouco tardaria para que, poucos anos depois, a ‘orgia de iniciativa’ focasse seu olhar para o passado e percebesse a ausência de espaços relacionados à ‘vida’ e ‘obra’ daqueles que teriam iniciado tais mudanças. Uma possibilidade seria adequar o museu existente aos novos tempos de representação, pois, segundo alguns, ele não supriria mais as necessidades decorrentes da moderna cidade. Assim, as ambições museais seriam outras e um novo espaço de representação social deveria surgir; ele deveria ser moderno, contemporâneo, educativo e, principalmente, voltado para o campo histórico da localidade, de modo que a instituição passasse a representar criteriosamente o que teria levado a Colônia Imperial de Imigração a transformar-se em uma potente cidade industrial do Sul do Brasil. Michel Pollack (1992), ao dialogar com o pensar de Philippe Joutard, atenta que poderiam haver “acontecimentos regionais que traumatizam tanto, marcaram tanto uma região ou grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (POLLAK, 1992, p. 201). Assim posto, consolidado Monumento Nacional ao Imigrante, novos espaços de memória entrariam em discussão na localidade, com especial atenção para o Museu Municipal.

A primeira manifestação a clamar oficialmente por mudanças dar-se-ia pela voz de um intrigante forasteiro que há pouco havia se estabelecido na cidade. “Antônio Celso Maragno de Lacerda é o seu nome completo. E se dissermos que ele é jornalista não diremos nada. É um estudioso. Foi essa a conclusão que chegamos ao entrevistá-lo” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12), destacaria o jornal Pioneiro, ao mostrar-se encantado pelo abrangente currículo acadêmico e pelas experiências profissionais do jovem jornalista que, inesperadamente, optara por viver na cidade de Caxias do Sul. A imagem, em continuidade, apresenta Lacerda, então com 26 anos, bem como parte da entrevista.

Figura 56 – Antônio Maragno de Lacerda.

Página 12 CAXIAS DO SUL, 24 de abril de 1964

Jovem estudioso faz projeto para o Museu Municipal

O Início de Uma Carreira - Quando Aparece o Escritor - Quando Nasce o Estudioso - Levantamento Sobre Arqueologia

Antonio Celso Maragno de Lacerda e o seu nome completo. E se dissermos que ele é jornalista não diremos nada. É um estudioso. Foi essa a conclusão que chegamos ao entrevistá-lo. Fomos encontra-lo confortavelmente instalado na sua biblioteca e gabinete de trabalho à rua D. José Baréa em Caxias do Sul. Recebeu-nos com sua natural comunicabilidade e dispôs-se, prontamente, a responder qualquer pergunta que fizéssemos. Inquirimos sobre o início de sua vida intelectual. Contou-nos que foi há tempos, durante

anos, entre negociantes, entre gente da pior espécie, as quais terminavam sempre em conflitos». Foi promovido, então, a comentarista, e com este cargo entrou no «Diário do Povo» (também do Est. de S. Paulo) onde escreveu inúmeros artigos sobre a vida e acontecimentos públicos da época.

QUANDO APARECE O ESCRITOR

O Sr. Bráulio Mendes Nogueira, um dos maiores jornalistas de S. Paulo, agraciado com a Ordem Cruzeiro

dos. «Fiquei temeroso de um fracasso — assegurou a reportagem de o «PIONEIRO» o entrevistado — nunca havia presenciado e o enviei ao jornalista. Que não foi a — na surpresa se veio publicá-lo imediatamente SINUCA, então um dos maiores suplementos do país.

Vieram, então, as propostas de vários jornais de S. Paulo. A. C. Maragno de Lacerda colaborou e trabalhou no «Correio Popular», no «Diário do Povo», na Folha de Botucatu, no «Jornal de Piracicaba» e no «O Serrano» (de Serra Negra).



Antônio Celso Maragno de Lacerda

Fonte: Jornal Pioneiro, 24/04/1965, p. 12.

Nesse contexto, suas realizações seriam destacadas com certa intensidade e deleite. Aos repórteres que o entrevistavam, Lacerda salientaria que sua intelectualidade iniciara na vida universitária paulistana. Formado, estreara como repórter na cidade de Piracicaba/SP. Depois, também no interior de SP, fora comentarista do Diário do Povo. Ali não se demoraria pois “Bráulio Mendes Nogueira, um dos maiores jornalistas de SP, agraciado com a Ordem Cruzeiro do Sul”¹¹³ (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12), procurou-o na “redação e disse-lhe [...] que ele estava a perder tempo com reportagens e pequenos comentários [...] e que ele seria melhor sucedido como contista – porque possuía a propriedade de captar o valor real da vida” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12). Tais obras teriam sido publicados na revista Sinuca, periódico destacado por ele como “um dos maiores suplementos do país” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12).

113 Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a “Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul originou-se da extinta Ordem Imperial do Cruzeiro, instituída por Decreto de 1º de dezembro de 1822 de D. Pedro I, para assinalar de modo solene a sua Aclamação, Sagração e Coroação como Imperador Constitucional do Brasil e seu Defensor Perpétuo e em alusão à posição geográfica do país, sob a Constelação do Cruzeiro e também em memória do nome – Terra de Santa Cruz – dado ao Brasil por ocasião de seu descobrimento. A Ordem [...] foi abolida pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e restabelecida, com sua nova denominação, pelo Decreto 22.165, de 5 de dezembro de 1932, do Presidente Getúlio Vargas. Enquanto a Ordem Imperial [...] se destinava a dignitários brasileiros e estrangeiros, a Ordem Nacional [...] ficou restringida a personalidades estrangeiras. Sua concessão dá-se por decreto presidencial, configurando-se em ato de relações exteriores. É a mais alta condecoração brasileira atribuída a cidadãos estrangeiros” <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/cerimonial/5696-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>

Seu rápido sucesso profissional logo chamaria a atenção de vários jornais de São Paulo. Desse modo, Lacerda afirmaria ter atuado pelo Correio Popular, Diário do Povo, Folha de Botucatu, Jornal dos Municípios, Serrano, Jornal de Joinville e nas revistas Quarteto, Mirante e Palmeiras. “Inquirido pela reportagem sobre suas funções nestes veículos jornalísticos respondeu-nos que foram várias – passando de simples repórter a diretor de redação” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12). Em meio as tantas atividades desenvolvidas, Lacerda teria se especializado em Jornalismo Moderno, pela Universidade de São Paulo – USP, ao defender uma “tese sobre ‘Jornalismo Moderno & Caricaturas’, sendo então convidado a reformar a famosa revista do funcionalismo público de São Paulo ‘ILUSTRAÇÃO’ [...] Minha admissão como diretor de redação (com carta branca) foi um choque. Provocou reações” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12). Por fim, as constantes “lutas da imprensa e os meios circunscritos de certas redações [...] aborreceram-no” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12).

Com a intenção de transmutar suas atividades profissionais, ingressaria na “Associação de Estudos Sociológicos e Artísticos ocupando a vaga de assistente de psiquiatria [onde teria obtido vários certificados e diplomas de mérito] colaborando em importantes levantamentos e estudos sobre acidentes de trabalho” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12). Ali, seria convidado pelo “sociólogo Sebastião de Campos a participar na audiência de arqueologia da mesma associação [o que] ampliou seus conhecimentos integrando-se na equipe de estudos arqueológicos e museu [...] apresentando monografia sobre ‘Os Sambaquis [...] no litoral paulista’” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12).

Ao finalizar sua apresentação, Lacerda salientaria a realização de importante pesquisa na cidade de Parati/RJ, onde teria inventariado e filmado os Monumentos ali existentes com fins de denunciar o abandono e o descaso governamental em que se encontravam (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12).

Em Caxias do Sul, suas múltiplas experiências pareciam autorizá-lo a defender uma espécie de vanguarda cultural que logo seria direcionada para um possível projeto modernizador voltado ao Museu Municipal ali existente. Para tal, Maragno de Lacerda já havia desenvolvido um “estudo sobre os valores históricos da colonização italiana o qual pretende apresentar ao nosso prefeito Sr. Hermes João Weber, com vistas a remodelação total do Museu Histórico de Caxias do Sul” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12). Demonstrando confiança, Lacerda parecia esperar somente pelo chamamento das autoridades locais para colocar sua iniciativa de desativar o museu da localidade e criar outro, voltado para a historicidade e cultura local, em prática, pois a cidade industrial de Caxias do Sul, segundo ele, teria a necessidade “premente de um museu condigno com a sua situação dentro da história do país. [...] um museu completo,

verdadeiro, que possibilite, hoje e sempre, aos estudiosos e turistas, pelo menos um paralelo do que Caxias era e do que é” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12).

Quanto aos elementos necessários para tal transformação, Lacerda destacaria que “saberia onde encontrá-los” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12). Mostrando-se favorável à proposta, o jornal *Pioneiro*, com a experiência de quem havia possibilitado o próprio desenvolvimento do Monumento Nacional ao Imigrante, enfatizaria: “Não há dúvida que o espírito culto e empreendedor do nosso prefeito [...] saberá apoiar e incentivar tão altruístico plano, deste jovem, agora radicado em nossa cidade” (PIONEIRO, 24/04/1964, p. 12).

O poder público, por sua vez, não parecia entusiasmado com qualquer mudança. Inseridos no que seria então denominado de ‘Diretoria de Instrução e Educação Pública’, no ano de 1963, Museu e Biblioteca, juntos, teriam recebido um aporte financeiro¹¹⁴ maior, somente, do que fora direcionado à manutenção dos parques infantis existentes na localidade. No ano seguinte, em 1964, tal investimento seria ampliado, mas não o suficiente para superar o próprio montante novamente aplicado nos parques infantis. Com tão baixa atenção governamental, perceptível nos investimentos direcionados a ele, a proposição de Lacerda tanto não ganharia qualquer apoio do poder público quanto seria merecedora de consideráveis silenciamentos. Ao interessar-se pela renovação do campo museal, o *Pioneiro*, passaria a ceder espaços semanais para a publicação de colunas que evidenciaríamos os problemas identificados no museu e as possibilidades que a ampla competência de Lacerda permitiria executar.

Em sua primeira coluna, Lacerda seria incisivo: “Infelizmente a opinião pública da maioria dos centros urbanos do Brasil persiste em conservar o conceito errôneo de que museu é um ambiente rescendendo a mofo e repleto de velharias mais dignas de riso do que de estudo” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08). Segundo sua percepção, tal entendimento decorria dos “antigos pesquisadores, entrosados em ditames arcaicos, ou conservadores¹¹⁵ locais que insistiam em amontoar em velhos casarões o que podiam obter, nas horas vagas, em matéria de antiguidade ou curiosidade, chamando aquilo de museu” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08). Ao

114O jornal *Pioneiro* (15/12/1962, p. 15) destacava que a verba destinada à Diretoria da Instrução e Educação Pública seria fracionada da seguinte forma: Diretoria de instrução: 1.407.500,00; Escolas Municipais: 35.364.360,00; Biblioteca e Museu Municipal 870.000,00; Escola Superior de Belas Artes: 5.199.300,00 e, por fim, os Parques Infantis com 650.000,00.

115 “técnicos que após uma espinhosa aglomeração de conhecimentos de história, arqueologia, arte, ciência, indústria, religião e outros, são chamados a desempenhar encargos de grandes museus do mundo [...] Enquanto não faltavam indivíduos que eram verdadeiros sábios e por esse motivo deram um esplendor excepcional aos nossos museus, sobravam também certos funcionários oriundos de outras carreiras e que nem entendiam ou queriam entender da arte de trabalhar em estabelecimentos desse gênero. Era necessário vencer essa mentalidade. Lutando sempre, Gustavo Barroso o conseguiu [e] criou interessante curso em 1933 [sic], destinando-o ao preparo dos futuros especialistas” (FORÇA DA RAZÃO, 1952, p.02). O termo foi posto em desuso em 1966, sendo atualizado para museólogo.

valer-se do enfrentamento público, o jornalista procurava manifestar conhecimento, força e autonomia, frente a um possível campo de atuação pois, em seu entendimento, o Museu Municipal de Caxias do Sul seria somente um aglomerado de curiosidades, “uma cacofonia de souvenir de guerra, exemplares zoológicos, botânicos, entomológicos (sic) e muito raramente arqueológicos que, quando muito, provocavam espanto” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08).

Pedagogicamente, as ações ali desenvolvidas transformariam o museu em um “centro de diversão, quando muito um centro de ensinamentos gerais que pouco ou nada ensinava sobre o que pretendia ensinar” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08). Sob o foco de seu olhar crítico, tudo poderia e deveria ser transformado. Ao credenciar-se como um agente portador do conhecimento apto para implantar tais mudanças, destacaria que o “primeiro serviço de um especialista ao fazer o levantamento de uma cidade deverá ser o de especificar a qualidade e utilidade do museu a se formar” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08). Assim, o referido espaço deveria ser, “antes de mais nada, específico – especializado, pelo menos, no passado histórico da cidade” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08).

Estabelecida a pretensa especificidade, seria necessário potencializar o campo pedagógico. Assim, tendo, como referência, algumas ações educativas desenvolvidas em museus norte-americanos, Lacerda enfatizaria que o novo espaço deveria “promover aulas, exposições de slides, cinematográficas, quando não excursões à lugares históricos. Deverão possuir até departamentos especializados em divulgação de obras e folhetos pertinente ao que expõe – melhor falando ao que ensinam” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08).

Embora fizesse menção aos museus norte-americanos, Lacerda parecia atento às discussões realizadas no Brasil a partir de 1958 quando, no Rio de Janeiro, “vários profissionais se reuniram no Seminário Regional da UNESCO para discutir a função educativa dos Museus” (ALVES; REIS, 2013, p. 119). Neste sentido, embora o

[...] documento de 1958 expresse a preocupação com a exposição museológica e os recursos que o museu utiliza para se comunicar com o público, não se pode negar a existência de questionamentos sobre o papel educativo dos museus.¹¹⁶ Nesse documento, Georges-Henri Rivière propunha a criação de museus para jovens e museus escolares, exposições polivalentes, clubes de amigos, incorporação de recursos multimídia, mediação educativa nas exposições e surgiria alternativas para a ação educativa de base em comunidades carentes (ALVES; REIS, 2013, p. 119).

116 O cenário da Educação Museal, no período [1958], estava relacionado basicamente ao atendimento ao público, principalmente a estudantes em visitas guiadas (termo em voga na época), algumas complementadas com projeção de slides, sessão de cinema ou audição de música, distribuição de publicações, guias, folhetos ou boletins informativos sobre a instituição e/ou as exposições, realização de atividades visando à comemoração de datas históricas e/ou importantes para o calendário nacional, com a participação de estudantes do que hoje corresponderia aos ensinos fundamental e médio, capacitação de funcionários para o aprimoramento e o atendimento das visitas guiadas e publicação de artigos especializados (BRASIL, 2018, p. 12).

Além disso, em 1963, seria “criada a Associação Brasileira de Museologistas, atual Associação Brasileira de Museologia, responsável pela realização de inúmeros fóruns, congressos, seminários, encontros e debates” (BRASIL, 2006, p. 12). Os intercâmbios entre Brasil, França e Estados Unidos seriam ampliados com o apoio da representação brasileira do Conselho Internacional de Museus¹¹⁷ – ICOM. Possivelmente atento a tais dinamicidades, Lacerda destacaria que Caxias do Sul “pode e deve ter um museu condigno ao seu passado histórico. Organizá-lo não será fácil – mas será um trabalho meritoso” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08). Para tal, seria necessário contar “primordialmente, com o apoio das autoridades municipais, depois com as entidades educacionais, e, finalmente, com a colaboração do povo em geral ao qual caberá a parte ativa, praticamente a espinha dorsal do empreendimento” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08).

A historicidade seria fundamental para seu projeto, de modo que o novo museu seria voltado “unicamente aos ditames que fizeram Caxias do Sul” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08), ao edificar um “retrospecto vivo – uma mostra falaz do nosso passado: desde os utensílios domésticos (sambaquis), ferramentas de trabalho e reproduções da vida cotidiana que aqui habitavam até os espécimes históricos que pertencem aos primeiros colonos que aqui chegavam” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08).

Assim, Lacerda apresentava um modelo de ação que, segundo seu entendimento, em muito superaria o anterior, especialmente nas ações voltadas ao campo pedagógico. A compreensão que o novo museu deveria “ser vivo e atualizado, pois chegará até aos valores da nossa vida¹¹⁸ atual” (PIONEIRO, 01/05/1965, p. 08), ganharia - tal qual ocorrera com o desenvolvimento do Monumento Nacional ao Imigrante e a Rádio Caxias - o importante apoio da Rádio Princesa que “planejou e está pondo a efeito uma campanha jornalística com o fito de alertar e informar a opinião pública a respeito do problema do nosso Museu Municipal” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 03). Desse modo, ao entrevistar “diariamente [...] personalidades de Caxias do Sul fazendo-as se manifestar sobre o assunto”, a Rádio Princesa, seguindo o exemplo de sucesso da Rádio Caxias, enfatizava que iria “até o fim, nesta campanha. O Museu

117 No mesmo ano em que surgiu, na Europa, o Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1946, seria criada a sua representação em território brasileiro. “Essa criação condensava e explicitava o desejo de diversos profissionais de museus espalhados pelo país na atualização do campo museal e na intensificação de intercâmbio cultural, técnico e científico com outros países, especialmente com a França e os Estados Unidos da América” (BRASIL, 2006, p. 12).

118 Já em 1958, como destaca o relatório final do Seminário Regional Latino-Americano da Unesco sobre o Papel Educativo dos Museus, considerava-se a intensa importância dos museus para a “construção de ações comprometidas com questões educacionais, sociais, econômicas e políticas” (BRASIL, 2018, p. 16). Além disso, o seminário ocorrido na cidade do Rio de Janeiro destacaria o “papel político do museólogo e reconheceu a importância do cidadão em todo o processo de preservação, entendimento e divulgação do patrimônio cultural” (BRASIL, 2018, p. 16).

Histórico Municipal há de se efetivar e nossa Campanha há de sair vencedora” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 03).

Enquanto isso, as mudanças sociais, econômicas e culturais continuavam a alterar a paisagem urbana da cidade de tal modo que acarretariam a própria derrubada do prédio que até então abrigara o próprio museu para que se desse a construção de um imóvel condizente com os padrões contemporâneos e progressistas, que receberia a nova Biblioteca Pública, além de um representativo teatro, galeria de arte e cafeteria entre outros espaços: seria a nova Casa da Cultura de Caxias do Sul. Em tal contexto, o acervo pertencente ao Museu Municipal seria transferido ‘provisoriamente’ para o novo Museu do Centro de Tradições Gaúchas Rincão da Lealdade, inaugurado com grandes pompas sociais em dezembro de 1964. Logo, o clamor radiofônico, as matérias publicadas nos periódicos e os contínuos silenciamentos políticos produziam alguma ansiedade entre os simpatizantes dos museus, como pode ser constatado na manifestação de Ir. Pierro, religioso do Colégio Nossa Senhora do Carmo, quando, ao ser entrevistado pela Rádio Princesa, na “qualidade de Conservador do Museu daquela entidade educacional dá pleno apoio a ideia. Sugere apenas que o Museu seja criado [...] o mais breve possível para que não se perca e estrague peças valiosas existentes em Caxias” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 03).

O encerramento provisório do Museu existente e a intensa campanha radiofônica quanto à necessidade de um novo espaço passariam a exigir maiores informações sobre o projeto de Lacerda, além dos meios para realizá-lo. Seu autor, entretanto, não mais enfatizaria as mudanças anteriormente propostas, pois havia perdido a própria edificação. Adaptando-as frente uma possível praticidade, considerava válido “oficializar o Museu do CTG Rincão da Lealdade, transformando-o em Museu Histórico Municipal” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 02). Em seu entendimento, o referido espaço, “além de seu significativo acervo, possui instalações amplas, cômodas e bem iluminadas” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 03), que permitiriam a criação de quatro espaços específicos voltados para os indígenas, os imigrantes colonizadores, a religiosidade católica e a cultura gaúcha, já estabelecida no próprio CTG. As delimitações ambicionariam combater toda e qualquer ‘generalidade’, visto que, segundo o entendimento do estudioso paulista, não haveria nada “mais confuso e pior do que um museu generalizado. Todo Museu precisa de uma diretriz, e é isto que pretendemos fazer” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 03). Para tal, todo “material existente que não couber nestas quatro secções será sumariamente suprimido, através da doação ou empréstimo aos institutos educacionais” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 03).

A historicidade local surgiria criteriosamente seletiva em meio ao seu discurso não democrático. Às escolas caberia o recebimento dos materiais indesejáveis ou incompatíveis com a nova proposta. Embora Lacerda afirme que as “peças de um Museu devem ser didáticas, devem fornecer uma fotografia fiel de épocas que usavam outras utilizações, outros hábitos, outros estilos de vida” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 10), sua prática formulava um discurso conservador e excludente. Para ele, as contrariedades ao seu projeto seriam eventuais incompreensões diante dos novos tempos que se apresentavam intensamente transformadores. Em seu entendimento, seria “natural pois, que a flexibilidade e renovação da vida moderna chegue também aos museus. É natural que esta renovação pretenda ‘dar vida às pedras’, colocando-as dentro da vida atual, ao menos como material fotográfico” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 10).

Aos que se manifestavam temerosos ante a mudança, ele enfatizaria que “o homem comum se contenta em fixar a sua imagem nos seus filhos [enquanto o] homem coletivo procura uma **imortalidade petrificada** e escreve suas glórias em sólidas pedras, **alicerçadas em conceitos mais sólidos ainda**. E se ressentem quando este alicerce é abalado” (PIONEIRO, 22/05/1965, p. 10). Assim, à medida que atenta para possíveis contrariedades às suas ideias, Lacerda ressaltaria que apenas ambicionava a criação de um museu “integrado na flexibilidade e renovação da vida moderna. Um museu condicionado em espaço iluminado, bem arejado. **Com perfeito controle seletivo do passado**. [...] Deverá ser promocional. Atuante” (PIONEIRO, 29/05/1965, p. 10, grifos meus). Cabe notar que o destacado senso de controle sobre o passado, mais uma vez, iria contra a diversidade social que compunha historicamente a localidade. Seu pensamento reduziria tal complexidade ao mito glorificador da imigração europeia, realçando novamente um grupo específico dentre outros tantos invisibilizados. Por fim, optava por representar aqueles que detinham o poder de decisão e podiam, ou não, realizar seu ambicionado projeto. Assim, ao mostrar-se incomodado com o silêncio do poder público, afirmaria que alguns podem “achar modesta minha ambição. Não eu. Considero-a, pelo contrário, elevada de vaidade. Vaidade do que é nosso, do que é brasileiro, do que fomos e do que somos” (PIONEIRO, 29/05/1965, p. 10). Se “eu chegar a fazer ver, pelo menos a alguns dos caxienses, a necessidade de preservarmos os nossos Monumentos (e mesmo que não consiga esta preservação) – considerar-me-ei uma pessoa útil e terei vencido” (PIONEIRO, 29/05/1965, p. 10).

A ambicionada ‘vitória’ de Lacerda, necessariamente, passaria por múltiplos campos sociais, dentre os quais o campo político, pedagógico, espiritual e econômico. Havia optado por representar o empoderamento das classes dominantes, entretanto elas negligenciavam-lhe

qualquer atenção ou sensibilidade. Logo, a intensa proposição de se edificar um museu voltado para o passado local ainda enfrentava os impetuosos silenciamentos administrativos.

Percebendo o descaso, Lacerda optaria por uma aparente glorificação da sociedade local ao ressaltar aquilo que ‘fomos e somos’, além de clamar pela selecionada preservação de algumas representações, ‘os nossos Monumentos’. O silêncio por parte do poder público irritava-o de tal modo que os aparentes elogios teriam outro objetivo: melindrar as próprias origens colonizadoras de Caxias do Sul e região. Assim, novamente almejando destacar seu capital cultural frente o meio que habita, Lacerda relataria ter em seu poder uma arma utilizada na Guerra de Secessão, ocorrida nos Estados Unidos da América entre os anos de 1861 e 1865. O tema, aparentemente distante do silencioso conflito em que se encontrava inserido, rapidamente potencializaria o trabalho e a cultura dos norte-americanos do Sul confederado que haviam ‘migrado’ para o Brasil após o término do combate em que foram derrotados.

Seria por tais campos que Lacerda atingiria seus desafetos: “Não tenho dúvida alguma (e isto faz parte, ou melhor, é um capítulo inteiro do livro que escrevi sobre a imigração norte-americana no Brasil) que, de todos os colonizadores que chegaram ao Brasil, os mais intrépidos, os mais corajosos foram os sulistas norte-americanos” (PIONEIRO, 29/05/1965, p. 10), de modo que os imigrantes europeus logo seriam depreciados em sua percepção:

Isto porque os outros imigrantes eram de descendência europeia e traziam a desesperança de antigas civilizações que nada puderam lhes proporcionar. Quanto aos imigrantes norte-americanos deu-se ao contrário. Eles não trouxeram nenhuma desesperança de antigas civilizações. Vieram unicamente por insatisfação política (PIONEIRO, 29/05/1965, p. 10).

Ao desmerecer os colonizadores europeus, Lacerda teria decidido atacar o próprio mito de origem da localidade. Ao menosprezar tais origens, ele parecia ambicionar o desmerecimento do capital cultural e simbólico daqueles que negligenciavam suas proposições. Tal disposição, entretanto, romperia o silêncio que até então era-lhe declarado. Valendo-se da representatividade política e social de ter sido prefeito, professor da Escola Normal, pesquisador, escritor e advogado, além de criador e diretor do museu atacado, Demétrio Niederauer afirmaria, também por meio das páginas do jornal Pioneiro, não

[...] compreender o alcance desse projeto que manda desmanchar o que está feito e organizado cientificamente, deixando um vácuo em prejuízo do ensino, além de ocasionar outros inconvenientes, que facilmente podem ser percebidos, isso logo depois que, por haver atingido suas finalidades, cessou a campanha em prol dos Museus, levantada em todo o mundo, pela ONU [...] por intermédio da UNESCO [...] e esta, por sua vez, tendo como representante no Rio de Janeiro, a Organização Nacional do Com [...] a que o nosso município está ligado, como membro, que é, do Conselho Estadual de Museus (PIONEIRO, 05/06/1965, p. 11).

Ao destacar o Museu Municipal como um espaço científico, vinculado a instituições de relevância global, Niederauer enfatizaria a participação institucional nos “dois Congressos Nacionais de Museus¹¹⁹ e consta da relação de museus publicadas em livros” (PIONEIRO, 05/06/1965, p. 11). Além disso, desafiaria publicamente seu opositor: “Falta em Caxias um Museu Histórico? Criem-no. É fácil. Mas onde acomodá-lo? [...] Num museu o mais importante é o edifício” (PIONEIRO, 05/06/1965, p. 11).

Ao invocar a possibilidade de criação frente à ausência, Niederauer insinuava que as décadas de 1950 e 1960 haviam sido pródigas para edificar-se ou projetar espaços de memória ao longo da cidade. A Metalúrgica Abramo Eberle S/A, fortemente vinculada ao imaginário do processo colonizador, havia inaugurado seu museu histórico com a presença do próprio governador do Estado em 1958. Em 1960, havia sido novamente confirmada a criação do futuro Museu da Imigração, no espaço interno do Monumento Nacional ao Imigrante, com “cerca de 250 metros de área [...] chão e paredes [...] revestidos de mármore branco e de cor, oferecido pelo governo Italiano” (ANTUNES, 1960, p. 14), onde seriam expostos “objetos pertencentes aos pioneiros da colonização italiana no nordeste de nosso Estado, documentos históricos e tudo quanto possa servir aos pósteros, para reviver os heroicos tempos da imigração” (ANTUNES, 1960, p. 14). O próprio Rincão da Lealdade, constantemente mencionado por Lacerda, havia inaugurado seu museu em dezembro de 1964 com grandes pompas sociais.

Talvez, por isso, ao sublinhe que aquele que almeja ser “útil ao povo constrói com suas próprias mãos o que lhe parece faltar. Não precisa destruir o que está feito e preenchendo as finalidades para as quais foi criado, simplesmente para ver ruir o que outros fizeram, com esforço e até sacrifício, a fim de parecer como reformador” (PIONEIRO, 05/06/1965, p. 11). Niederauer também desautorizaria o opositor ao destacar que “quem resolve sobre a sobrevivência ou extinção do Museu, criado por Lei aprovada pela Assembleia Legislativa e amparado anualmente pelos orçamentos municipais são as autoridades do município: Prefeito e Câmara Municipal” (PIONEIRO, 05/06/1965, p. 11). Um sorrateiro silenciamento de Lacerda sucederia tal manifestação. Aparentemente, Niederauer havia-lhe despertado um entendimento até então desconsiderado: outros agentes fariam parte do processo administrativo local e haviam sido, até ali, negligenciados. Foram duas semanas sem qualquer manifestação pública relacionada ao Museu Municipal até uma inesperada manchete desvelar que Lacerda muito

119 Não foram encontrados registros que confirmem tal participação. O I Congresso Nacional de Museus ocorreu em Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto, em 1956, “resultado das reuniões organizadas pelo ICOM-BR com o objetivo de examinar a realidade dos museus nacionais. Na pauta, discussões conceituais e o entendimento do que era considerado ‘educação em museus’” (BRASIL, 2018, p. 15).

atentamente havia lido a crítica proferida por Niederauer, teria apresentado seu projeto reformador à Câmara Municipal de Vereadores, onde teria sido amplamente elogiado, como se percebe na imagem abaixo.

Figura 57 – Manchete de Lacerda na Câmara Municipal.



Fonte: Pioneiro, 19/06/1965, p. 10.

A aparente reviravolta deixaria Lacerda eufórico. Segundo a publicação, na saída da sessão pública, ao enaltecer seu projeto aos repórteres ali presentes, o jornalista enfatizaria entusiasticamente: “Queremos um museu para Caxias – não uma loja de curiosidades” (PIONEIRO, 19/06/1965, p. 10). A Rádio Princesa seria lembrada e receberia os mais variados elogios, pois, com seus “programas, através de entrevistas com autoridades civis, militares e religiosas, através da divulgação de extensos artigos técnicos, logrou movimentar a opinião pública favoravelmente” (PIONEIRO, 19/06/1965, p. 10). “Esboçou-se, é verdade, aqui e ali, alguns meneiozinhos de aconchegos, algumas oposiçõezinhas que nada significaram. O importante, entretanto, é que a maioria dos caxienses sentiu o problema” (PIONEIRO, 19/06/1965, p. 10).

O entusiasmo se via potencializado pois, ao final de sua fala, teria recebido dos vereadores, um “voto unânime de congratulações [...] pelo altruístico empreendimento” (PIONEIRO, 19/06/1965, p. 10). Alheio a tal movimentação, Niederauer, na mesma edição, além de agradecer aos pesquisadores, coletores e estudantes que, de longa, data colaborariam com o Museu, manifestaria sua angústia diante da ausência de funcionários para atender o público, a falta de salas para pesquisa e o próprio distanciamento existente entre os visitantes e o acervo existente. A réplica, contudo, seria publicada na edição da semana seguinte e destacaria que a indiferença aplicada a Lacerda não esconderia a percepção de que mudanças seriam necessárias, mas os investimentos decorrentes do poder público seriam poucos.

“Quando percebi que havia alguém pretendendo suprimir o Museu Municipal, que foi organizado para servir às lições concretas e objetivas de História Natural, que tem no Museu um apoio que somente os professores sabem valorizar, discordei da ideia que considero absurda” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06). Niederauer realçava não ter feito “meneios de oposiçõezinhas”. Também afirmaria que, discordando, “declarei que o fazia como qualquer cidadão que tivesse condições para opinar, porque somente nas autoridades municipais – Prefeito e Câmara Municipal – reconhecia competência para decidir sobre o caso” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06). Por fim, sublinharia que seus posicionamentos teriam um “caráter de colaboração, não de oposição” pois, como professor, “não me poderia omitir, numa questão que tão de perto interessa ao ensino” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06).

Sabedor das dificultosas linhas de ação para administrar tanto o o Museu ou a Biblioteca Pública Municipal, quanto a própria cidade de Caxias do Sul, Niederauer desvelaria que se o projeto posto em discussão fosse aprovado, a administração seria obrigada a adquirir a sede do próprio Centro de Tradições Gaúchas, “propriedade que vale alguns milhões de cruzeiros” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06), para consolidar sua efetividade administrativa.

Diante das tantas necessidades e interesses econômicos locais, implementar um novo museu já não parecia tão simples como poderia ter-se imaginado até então. Logo, o novo empreendimento, nos moldes propostos, não poderia ser pensado sem se problematizar a conta que haveria de ser paga. Além disso, segundo Niederauer, a cidade já contaria com espaços valorativos da historicidade relacionada à ação humana local, tal qual o “Museu do Imigrante, que seria um dos ramos do Histórico planejado, já [...] criado,¹²⁰ para ser instalado na cripta do Monumento ao Imigrante” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06). Com tal manifestação, Niederauer acreditava desfazer qualquer “equivoco que me atribuía uma oposição que nunca pensei em fazer” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06).

Ao final de sua coluna, entretanto, destacaria “alguns absurdos que foram publicados e que, não contestados, passariam em julgado na opinião pública” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06). Tais ‘absurdos’ estariam relacionados à inovação do espaço e aos conceitos utilizados por Lacerda: “Li [...] que ‘não há nada mais confuso do que um Museu generalizado. Este adjetivo, que nunca vi qualificando Museu, deve ser entendido como significando ‘Geral’, porque o Museu que não é especializado é Geral; como Geral é o maior museu do Brasil” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06), o Museu Nacional, que “faz parte da Universidade do Brasil, possuindo

120 Embora houvesse seguidas manifestações destacando a criação do Museu do Imigrante, na própria cripta do Monumento Nacional ao Imigrante, ela somente seria efetivada em meados dos anos 2000.

desde insetos até os maiores esqueletos fósseis encontrados no território nacional. E ali não há confusão” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06).

Além disso, sem nominar seu opositor, Niederauer destacaria que, com o propósito de depreciar, alguém escrevera: “Queremos para Caxias um Museu, não uma loja de curiosidades’. Observem a contradição: [...] distribuir entre as escolas o material que não pudesse ser recolhido ao Histórico. Que vantagem haveria para as escolas recebendo cada uma um punhado de ‘curiosidades’?” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06). Por sua vez, ao tempo que “alguém acha [...] nosso Museu [...] confuso e parece uma loja de curiosidades, um culto professor de Ciências Naturais o visita, acha-o bem organizado e promete escolher uma hora [...] para trazer os seus alunos para uma visita [...] que se repetem com frequência” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06). A ineficiência administrativa também seria lembrada: “Dizer que todo Museu deve ter uma diretriz é chover no molhado, pois todo mundo sabe disso” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06). Para Niederauer, as maiores dificuldades para implementarem-se tais diretrizes seriam as próprias dificuldades financeiras do município e de seu corpo de servidores. Para ele, seria necessário um: “Diretor muito afeiçoado à ciência museológica, técnicos, pesquisadores, guias explicadores, zeladores, serventes etc. - pessoal que não trabalha de graça, como o fazem os funcionários da Biblioteca que atentem ao Museu” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06). Segundo seu entendimento, tais problemas não seriam enfrentados pelos museus particulares, pois ali o visitante seria atendido pelos próprios organizadores do espaço, os “quais sentem prazer em por essa forma servir a Pátria” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06).

Ao concluir sua manifestação, considerava ter “deixado bem claro, acerca da suposta divergência, que não fiz oposição a ideia de criação de um Museu Histórico, que julgo necessário, mas deve ser instalado em prédio adequado, o qual como ensinam os mestres, deve ser também tradicional” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06). O espaço criado pelo Centro de Tradições Gaúchas possuiria tal “requisito, mas é novo, em início de desenvolvimento e está preenchendo suas úteis finalidades” (PIONEIRO, 10/07/1965, p. 06).

Nada do que fora afirmado por Niederauer seria contraposto por Lacerda. A opinião pública não prolongou o embate que parecia ter desvelado representativos abismos, administrativos e intelectuais, que inviabilizariam qualquer esperança de mudança. Após tal manifestação, Lacerda saíria da cidade. Afirmava seguir para Parati/RJ, onde desenvolveria uma pesquisa sobre o patrimônio cultural lá existente. Transcorridos trinta dias, quando de seu regresso, afirmaria ter realizado uma viagem de caráter investigativo, com fins de inventariar o patrimônio cultural lá existente. Curiosamente, ele já teria realizado um estudo semelhante, mencionado ainda na sua primeira entrevista ao Pioneiro. Sem maiores detalhes, tal

manifestação seria a última realizada por ele no referido periódico. Também sem qualquer alarde, a Rádio Princesa encerraria sua campanha de apoio ao Novo Museu. Sem espaços na mídia local, com a mesma dinamicidade com a qual surgira, Lacerda desapareceria da cidade de Caxias do Sul.

Embora o suposto jornalista propagasse seus conhecimentos com segurança, suas experiências acadêmicas e profissionais, talvez, não fossem tão brilhantes quanto procurava enfatizar. As relações de força haviam sido pesadas e, talvez, teriam atraído sobre si uma atenção para além do que esperava em um primeiro momento. Assim, ao compararmos o que afirmava sobre si, tanto na cidade de Caxias do Sul quanto em São Paulo, é possível perceber uma representativa quantidade de informações contraditórias: em São Paulo, afirmaria ter estudado jornalismo e antropologia quando morara no Sul do Brasil. Em Caxias do Sul, por sua vez, teria enfatizado que, em São Paulo, havia exercido funções jornalísticas de destaque em múltiplos periódicos e revistas, amparado pela expressiva tese que havia desenvolvido na Universidade de São Paulo – USP, além de realçar a relevância de suas múltiplas pesquisas. (PIONEIRO, 24/04/1964).

Em um site voltado à literatura de ficção, ao relatar sua história, afirmaria que, desde a mais remota infância, havia trabalhado no jornal do avô. Encantado com as letras, abandonaria os estudos de antropologia para dedicar-se à escrita ficcional, de modo que já teria “vários livros publicados”. Na mesma manifestação, Lacerda também mencionaria que, em “1964, casou-se e partiu para o Rio Grande do Sul, para lutar contra a Ditadura, ao lado do Dr. Leonel Brizola”.¹²¹ Além disso, no Sul do Brasil, teria realizado “panfletagem, rádio e jornalismo”. Ao destacar suas atividades atuais, anotaria sua opção pela “poesia libertária, em favor dos índios e excluídos em todo o mundo.” Tais obras lhe propiciariam “galhardo (sic) da UNESCO pelo seu trabalho.”¹²² Em outros *sites*¹²³, Lacerda não mencionaria qualquer vinculação política. Mencionaria, por sua vez, os motivos pelos quais teria incorporado o título honorífico de ‘Don’ ao próprio nome, passando a identificar-se então como Don Antônio Celso Maragno de Lacerda: tal titulação lhe teria sido dado pela própria “colônia italiana, por causa do seu esforço em torná-la cidadã de primeira classe.” Assim, ao referir que morara no Rio Grande do Sul por

121 www.poetasnelmundo.com Acesso em 24/07/2019.

122 www.poetasnelmundo.com

123 Embora utilizasse o Don, como um claro fator de distinção social e intelectual, “considera-se livre de títulos e tabus, embora tenha estudado antropologia e teologia.” Por fim, além de novamente afirmar ter recebido um “Prêmio da Unesco”, destacaria ter sido homenageado pelo “Grupo Mibasa, no seu MUSEU AO AR LIVRE, com um pé de Umbu, uma rocha de Quartzo e uma placa com o seu nome, em Jaramataia, Alagoas.” A homenagem lhe emocionara: “fora de mim, tenho filhos, um pé de Umbu e uma rocha de Quartzo. Na literatura sou um ferreiro que maneja o malho e a bigorna” www.casadacultura.org

pouco mais de dez anos, destacaria que ali fez “rádio e jornalismo e fundou o Museu Municipal de Caxias do Sul.”¹²⁴ Morando em Campinas/SP, Lacerda indicaria outros projetos de sua autoria, como a fundação do “Jornal dos Municípios que tem 39 anos” e a publicação “do romance ‘Conflito’ pela Editora Paulino [e] posteriormente ‘O homem da Jaqueta Plástica’. Em Paris ‘Mystère D’Ange’ uma tese sobre Voltaire, Pöe e Doyle, que teve grande repercussão”. Além disso, apontaria “‘O círculo vicioso’ - empolgante romance sobre a vida nas Embaixadas.” Seria nela que Lacerda destacaria a “oportunidade de planificar o atual moderníssimo Museu Municipal de Caxias do Sul, e receber votos de Congratulações da Câmara de Vereadores e reconhecimento internacional” (LACERDA, 1976, s/p).

Em Caxias do Sul, paralelamente à sua partida, um longo silêncio seria dedicado ao Museu Municipal. Geograficamente distante, Lacerda edificara imagetivamente o museu que poderia ter sido, uma invenção proposta por ele, mas negligenciada pelo poder público por cerca de dez anos. Superada tal temporalidade, um novo movimento pelo ressurgimento do Museu seria iniciado na cidade. Agora, a dimensão de futuro mostrar-se-ia ainda mais intensa do que fora presenciada por Lacerda, de modo que as migrações de grupos muito diferentes dos tradicionais colonizadores intensificavam sua chegada frente a nova cidade industrial.

A proximidade do Centenário da Colonização da região Nordeste do Rio Grande do Sul acarretaria a necessidade de se reafirmar algumas existências, por vezes, desconsideradas, frente às intensidades dos novos fluxos urbanos. Uma década depois, as ideias e ideais de Lacerda seriam revigoradas e postas em diálogo, devido à proximidade de tais comemorações. Ele, entretanto, não seria lembrado como aquele que tentou desenvolver ou representar tal capital simbólico sobre determinado grupo de imigrantes. A organização do novo espaço seria direcionada a agentes da própria localidade, descendentes diretos daqueles que, no presente representariam. Por fim, o projeto de Lacerda seria realizado, mas por outras mãos. Lacerda faleceu em 2006, em Campinas/SP. A imagem que segue apresenta a contracapa de uma de suas obras. Nela, salienta seu papel na organização do referido Museu.

Figura 58 – Contracapa da obra *O Círculo Vicioso*, de Antônio C. M. de Lacerda.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Sobre o Museu Municipal de Caxias do Sul, Lacerda e Niederauer seriam audaciosos em suas argumentações. À Lacerda interessaria a própria deposição simbólica do museu existente para, sobre os poucos escombros úteis, edificar sua ambicionada criação. Não seria, de todo modo, uma deposição generalizada, mas uma recriação fundamentada tanto na historicidade quanto em um fracionado simbolismo da cultura local. Niederauer, por sua vez,

resistiria em perceber o esgotamento do espaço que havia criado e administrado, ainda na década de 1940. Assim, defenderia ‘seu’ museu como um espaço voltado ao estudo da história natural, local e regional. Embora, como procurou explicar-se em meio ao embate, não fosse um opositor daquilo que seria concebido como um ‘novo museu’, nota-se que Niederauer não seria, em momento algum, seduzido pela ambiciosa glorificação da memória ou de qualquer representação da herança tal qual fora proposto por Lacerda. Com o retorno do jornalista para São Paulo, a transformação seria evitada, mas o acervo então existente esvanecer-se-ia em meio às idas e vindas institucionais. Por fim, ambos sairiam derrotados em suas intenções e interesses.

O hiato relacionado ao tema seria rompido quando da proximidade do Centenário da Imigração Italiana para a região Nordeste do Rio Grande do Sul, afinal era o que se dizia festejar, em 1975. Segundo Caon (2010), mediante a proximidade dessas comemorações surgiria uma importante necessidade: a “busca de símbolos que retratassem os primeiros momentos da cidade. Além de edificações relativas ao período da instalação dos imigrantes provindos da Europa que se distribuíram pela América, havia a necessidade da criação de um museu, que até aquele momento inexistia” (CAON, 2010, p. 86). Assim, tal qual fora organizado com o Monumento, caberia aos ‘herdeiros culturais’ e não a forasteiros,¹²⁵ a criação teórica e representativa de qualquer memória a ser revalorizada pela localidade. Neste aspecto, constituir-se-iam em atores de seu próprio discurso.

Em conformidade com Mocellin (2008), tal ação dar-se-ia a partir de três movimentos fundamentais: o primeiro seria a “constituição de um campo específico de conhecimento sobre a temática da imigração italiana”, o segundo corresponderia à “atuação conjunta de empresários e intelectuais nas políticas de ações culturais e de desenvolvimento regional” e, por fim, ter-se-ia o intensificado “processo de modernização da economia local e as representações simbólicas associadas a tal processo” (MOCELLIN, 2008, p. 188).

Curiosamente, o último movimento fora contemplado por Frosi (1996) como um dos caminhos percorridos para que se desse o rompimento com o passado que se tentava reconstruir. Logo, o modelo pautado pela contínua orgia de iniciativas empreendedoras, o “crescimento e expansão econômica da região, seu parque industrial, a moderna tecnologia e tudo o que disso decorre instaura e determina uma nova ordem e um novo universo de valores” (FROSI, 2005, p. 266). Além disso, novos “valores culturais são introduzidos, principalmente através da

125 Maragno de Lacerda seria natural de Piracicaba/SP e Demétrio Niederauer de Santa Maria/RS. A própria Festa da Uva de Caxias do Sul teria iniciado mediante o empenho político e social de um imigrante português.

televisão, presente em todos os lares, são assimilados e passam a integrar a vida do dia a dia” (FROSI, 2005, p. 266). Por fim, ter-se-ia, segundo a estudiosa, a própria

[...] **anulação da cultura tipicamente italiana, há abandono de usos e costumes italianos, há o aniquilamento das formas populares da expressão** oral, dentre elas, a fala dialetal italiana e os provérbios dialetais italianos. Mesmo nas comunidades rurais, **mostra-se a desintegração do patrimônio** oral tradicional (FROSI, 2005, p. 266).

Em uma cidade tomada por fábricas e operários por todos os lados, a velocidade da vida contemporânea impunha-lhe uma aparente desmemória, consolidada de modo silencioso e gradual, transformando tanto o cotidiano quanto as paisagens urbanas. A cidade encontrar-se-ia tomada, novamente, por novas cores, vozes, religiões e culturas que deveriam trabalhar orgasticamente para legitimar a imaginada *cucagna*. Tal cenário faria a ideia de Lacerda retornar a pauta da cultura local, mesmo que o desconsiderando como antigo proponente. A nova organização, entretanto, inverteria a ordem do discurso: se antes buscar-se-ia pela representação daquilo que ‘fomos e somos’, agora dar-se relevo ao que ‘somos e fomos’. Em tal processo, o que uniria os criadores – e aqui ganha especial destaque a representação do intensivo trabalho diante das adversidades de qualquer ordem e o mito comum da origem – seria mais intenso do que qualquer possível diferença. Tratar-se-ia, neste ponto, de potencializar um discurso fundamentado no enaltecimento radical de alguns valores culturais imaginados como comuns frente àquilo que, no limite, os diferenciariam e/ou valorizariam diante do outro. Pozenato (2003), neste aspecto, anota:

No sentido etimológico, valor é o que tem validade. [...] Valor representa aquilo que tem validade, no sentido de estabelecer um significado, que tenha uma racionalidade, isto é, que dê inteligibilidade a um determinado processo histórico-cultural visto concretamente. O que caracteriza os valores, chamados valores culturais, nesse sentido, não são as coisas materiais, mas são significados que são postos nas coisas. A coisa não é um valor em si, ela recebe um valor. Então está no plano das representações culturais e, portanto, também no plano da ideologia. Entende-se ideologia como sendo esse conjunto da organização racional que dá significado a um determinado universo. O valor está no plano das representações, está no plano da ideologia, e estabelece aquela racionalidade que preenche de significados a vida cultural. Se uma comunidade não projeta valores, ela também não vê significado na sua organização cultural (POZENATO, 2003, p. 61).

Surgiria de tais esforços um patrimônio cultural comum a ser enaltecido, uma possibilidade de superar o aparente esquecimento, percebido como decorrência da velocidade transformadora, que faria a cidade apressar-se em “registrar a memória e o conhecimento daquilo que foi um dia: assim é que se elaboram os mitos das origens, se recolhem as lendas, se constrói uma história da cidade”, pois, de igual modo como “pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente” (PESAVENTO, 2012, p.

80). Assim, quando da proximidade da comemoração do “Centenário da Imigração Italiana, foram reativadas as atividades museológicas. A convite do Prefeito [...] Mario Bernardino Ramos, a professora Maria Clary Frigeri Horn coordenou um grupo de colegas professores, visando a montagem de um museu que resgatasse a trajetória do município” (MEMÓRIA, 1999, nº 20, S/P). Novamente atento a iniciativa, o Jornal Pioneiro sinalizaria para a cidade de Caxias do Sul que o “Museu da colonização quer ajuda” (PIONEIRO, 14/12/1974, p. 11).

Seu o local para instalação, antiga preocupação de Niederauer, estaria agora garantido e surgiria “imponente, no alto da lombada da Visconde, um sobrado¹²⁶ colonial [de características portuguesas]. As janelas alinhadas em jogo simétrico desenhavam sua tradição neoclássica, traduzida pela concepção eclética. Todavia, seu repertório de adornos mostrava as condições das construções da época” e acabaria por conferir à “sua arquitetura uma característica robusta e simplificada”, que, diferente da “sorte de outros prédios históricos, reveste sua presença de uma importância singular. Torna-se um portal para investigar o passado, oferecendo-nos amplas possibilidades, recheadas de mistérios e aventuras, disponíveis a descobertas reveladoras para nossa cultura” (FILIPPINI, 2011, p. 17). Consolidada, dessa forma, a representação do imigrante colonizador, legitimaram-se e, por fim, cristalizaram-se algumas ideias sensíveis fundamentadas no poder simbólico e na força da imigração europeia, tal qual ambicionava Lacerda, mas, assim como ele próprio enfatizava, os novos espaços consagrariam somente alguns poucos frente à conveniência das comemorações.

Logo, os museus e monumentos ali estabelecidos não seriam locais de memória múltiplos, diversos ou plurais. Instrumentos de comunicação e educação, neles, selecionados valores culturais seriam transmitidos como cristais preservados *no* e *do* tempo, relacionados a um mundo social que foi, mas que parecem encontrar alguma dificuldade para dialogar com o mundo social que a cidade hoje é, ou mesmo foi, para além dos próprios grupos glorificados.

Deu-se, assim, o aprisionamento da representação histórica de um modo similar ao qual Lacerda clamava pelo controle seletivo do passado local. O museu de Lacerda e aqueles que ali se seguiram não seriam múltiplos, mas individualistas, carentes de empatia, reconhecimentos ou percepções de quaisquer outros grupos que ainda existam, ou tenham

126 Tal edificação, que data de 1884, primeiramente, foi a residência da família Otolini. Alguns anos depois, já sob a administração pública, mediante aquisição em leilão, seus espaços foram utilizados para abrigar o Fórum, o Colégio Elementar, a Delegacia, a sede da Guarda Municipal, a Intendência Municipal e, por fim, para a própria Prefeitura de Caxias do Sul. Quase tão antigo quanto a própria colonização a ser comemorada, o prédio recebera “modificações nas instalações, no espaço interno e nos acabamentos para abrigar as exposições, os acervos, as oficinas e as salas temáticas do Museu Municipal” (FILIPPINI, 2011, p. 17). Sobre sua pluralidade de usos, o Boletim Memória ressaltaria que, apesar “de ter sofrido várias modificações e reformas no transcorrer dos anos, o prédio preserva suas características iniciais que lembram o estilo colonial português” (MEMÓRIA, 1999, nº 20, S/P).

existido, mesmo que momentaneamente, na cidade. Desse modo, segundo Possamai (2001), o museu seria, ao “lado de outras instituições, um produtor e veiculador de sentidos na sociedade”, um espaço que operaria a “construção de um discurso através da disposição de artefatos e imagens num determinado espaço físico e no ato de selecionar e/ou descartar aquilo que deve ou não ser considerado *peça de museu*” (POSSAMAI, 2001, p. 10).

Coletar, registrar, catalogar, classificar, fotografar e submeter o objeto aos procedimentos de conservação e restauração marcam a mudança do estatuto do objeto comum em peça de museu. Inserido no museu, o objeto ainda passará por outras mediações que permite que ele seja mostrado, exibido em uma vitrine e exposto ao olhar. [...] Assim, os museus, além de possibilitarem o entendimento da realidade social através de suas coleções, constituem-se em fontes para a compreensão da sociedade que os engendrou, ao instituírem conjuntos de objetos destinados a terem uma duração para além de sua própria trajetória (POSSAMAI, 2001, p. 09).

Mário Chagas (2011) pondera, contudo, que por “longo tempo os museus serviram para preservar os registros de memória e a visão de mundo das classes mais abastadas; de igual modo funcionaram como dispositivos ideológicos do estado e também para disciplinar e controlar o passado, o presente e o futuro das sociedades” (CHAGAS, 2011, p. 05). No entanto, na “atualidade, ao lado dessas práticas clássicas um fenômeno novo já pode ser observado. O museu está passando por um processo de democratização, de ressignificação e de apropriação cultural” (CHAGAS, 2011, p. 05), mas que, como qualquer processo histórico, dialoga com avanços e retrocessos. Percebe-se, desse modo, que

[...] não se trata apenas de democratizar o acesso aos museus instituídos, mas sim de democratizar o próprio museu compreendido como tecnologia, como ferramenta de trabalho, como dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro. Trata-se de uma denodada luta para democratizar a democracia [...] No entanto, diante de um ente devorador como o museu, tantas vezes chamado de dinossauro ou esfinge, não se pode ter ingenuidade. É prudente manter por perto a lâmina da crítica e da desconfiança. Ele é ferramenta e artefato, pode servir para a generosidade e para a liberdade, mas também pode servir para tyrannizar a vida, a história, a cultura; para aprisionar o passado e aprisionar os seres e as coisas no passado e na morte (museus necrófilos). Para entrar no reino narrativo dos museus é preciso confiar desconfiando” (CHAGAS, 2011, pp. 05 – 07, grifos meus).

Nota-se, portanto, que os museus tanto podem ser entendidos como um cenário representativo de uma dominação de longa duração, um local onde, direta ou indiretamente, enaltecer-se-ia a ideologia dominante, quanto um possível palco para ampliar-se o conhecimento, potencializar a tomada de consciência e transformar a própria ordem estabelecida. Logo, em tal perspectiva, os museus abandonariam a passividade acumulativa “para assumirem um papel importante na interpretação da cultura, da memória e na educação

dos indivíduos, no fortalecimento da cidadania, no respeito à diversidade cultural e no incremento da qualidade de vida na contemporaneidade” (BRASIL, 2018, p. 13). Tal possibilidade dialogaria com o pensar de Freire (1970), para quem os seres humanos, “desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descobrem que sabem pouco de si [...] e se fazem problema eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas” (FREIRE, 1970, p. 29).

Verifica-se, por fim, que “só mudaremos a realidade social na medida em que mudarmos a representação que temos dela. A ciência, como toda prática educativa comprometida com a ordem democrática, deve servir para desvendar as estratégias ocultas de dominação” (SETTON, 2018, p. 13). Desse modo, seria importante atentar como a educação poderia ser compreendida pelo próprio museu, ou seja, ela seria uma “parte essencial de sua missão ou apenas [...] tradutora dos discursos expositivos para o público de não especialistas? Esse aspecto é fundamental para estabelecer as possibilidades e os limites de atuação educacional na instituição” (BRASIL, 2018, p. 47). Assim posto, ingressar nos museus ou monumentos com atenta e problematizadora criticidade frente sua potência discursiva permitiria identificar ações aparentemente desprezíveis ou insuspeitadas, até mesmo consideradas diante de seus compromissos narrativos ou pedagógicos, pois, em seus espaços, tornam-se perceptíveis outras possíveis existências, rompem-se postulados e cristalizações, abala-se o *poder simbólico*, ampliam-se as percepções de mundo, aparentemente anestesiadas pelo majoritário presentificado, movimentam-se pensamentos e reflexões que dialogarão tanto com o tradicional quanto com seu gradual rompimento e dismantelamento. Como destaca Elias (2000), o “uso de uma pequena unidade social como foco de investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas [...] microscopicamente, por assim dizer” (ELIAS, 2000, p. 20). Poder-se-ia, assim, “construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala” (ELIAS, 2000, p. 20).

Assim, considera-se que tais ações, se conectadas à própria cidade como possibilidade educadora, poderiam propiciar o desenvolvimento de interações sociais gerais, além do empoderamento de um conhecimento plural, mediante a experimentação, criação e valorização, tanto da diversidade contemporânea quanto da própria cidadania em possíveis espaços de saberes transversais, opondo-se aos saberes verticalizados, por vezes percebidos como dominadores, simplificadores ou desinteressantes. Logo, educar historicamente para uma

existência plena na cidade seria “um projeto que está ligado, ao objetivo de buscar garantir o direito à cidade, como propõe Lefebvre. Essa formação pode ocorrer na escola, onde há possibilidades de compartilhar ideias, experiências, representações urbanas” (CAVALCANTI, 2008, p. 08). Assim sendo, o interesse sobre as cidades estaria centrado na capacidade dos sujeitos inserirem-se nelas de modo pleno, com ampla participação sobre as ações, transformações e posturas existentes no cotidiano da vida urbana, inclusive nos seus mais diversos espaços pedagógicos, como são os museus e monumentos.

8

ENCAMINHAMENTOS FINAIS: A CIDADE QUE SE REPETE?

Escrevi esta tese com a ambição de compreender, por meio da historicidade, alguns dos mecanismos de exclusão existentes na Cidade Educadora de Caxias do Sul. Ao longo do desenvolvimento do estudo, saliento conflitos, exclusões e silenciamentos percebidos tanto em seu processo de constituição colonial quanto na transformação do espaço, intensificação dos fluxos humanos, ampliação das sociabilidades e no próprio uso democrático de seus espaços. Tais fatores também se fariam verificar em seus espaços educativos, sejam eles os tradicionais, como as escolas periféricas, ou em espaços de memória, como foi possível perceber ao analisar o Museu Municipal ou o Monumento Nacional existente na cidade.

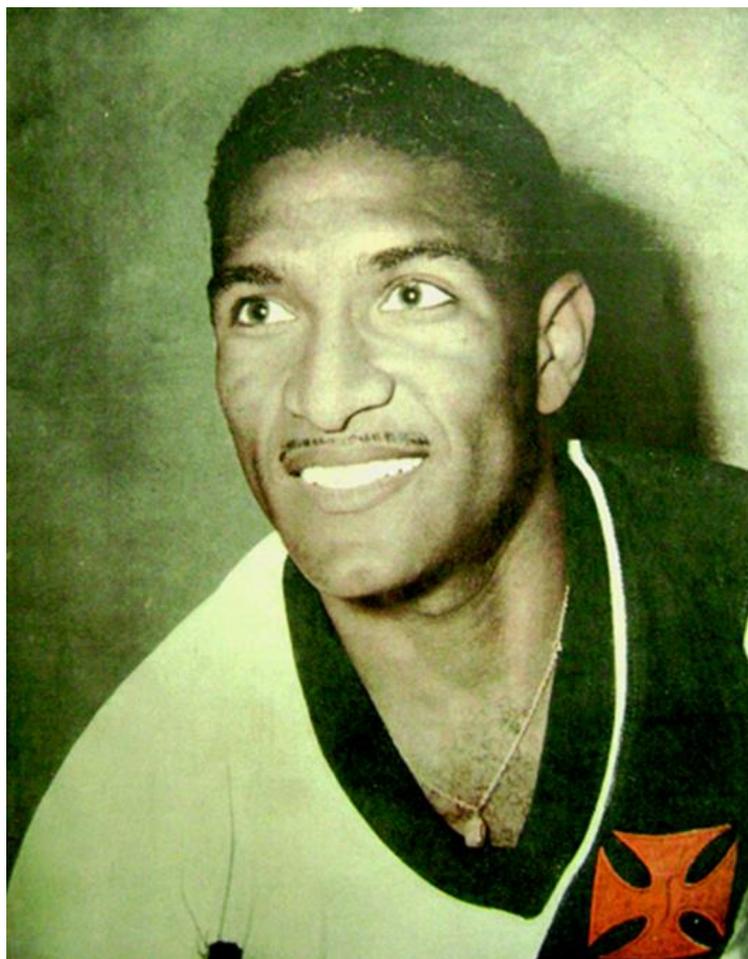
O indício que lhe dera origem foi uma atividade pedagógica onde eu procurava problematizar o racismo enfrentado por Tesourinha, antigo jogador de futebol, que, em visita esportiva a Caxias do Sul, tivera negado o atendimento em várias barbearias por ser um homem negro. Aos estudantes que ouviam e comentavam sobre o ocorrido, nenhum espanto. Tratava-se ‘somente’ de mais um caso de exclusão ou preconceito decorrente dos locais de origem, condição social, moradia, cor da pele, dentre outras tantas possibilidades que tais jovens ou seus familiares já teriam enfrentado em diversos espaços da mesma cidade.

O ocorrido teria se dado em um sábado de 1952, quando, tal qual o agrimensor imaginado por Kafka, Osmar Fortes Barcelos seria visto como um elemento indesejável ao procurar por uma barbearia na avenida Júlio de Castilhos, zona central de Caxias do Sul. Esportivamente, contudo, sua presença atraía a atenção dos mais diversos olhares, pois o ‘fantástico Tesourinha’ iria defender as cores do Grêmio *Foot-Ball* Porto-Alegrense contra o Esporte Clube Juventude.

Contratado pelo clube de Porto Alegre junto ao *Club* de Regatas Vasco da Gama/RJ, Tesourinha havia defendido a Seleção Brasileira de Futebol entre os anos de 1944 e 1950, ano em que uma lesão lhe afastara da Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil e vencida pelo Uruguai, além de ter defendido o *Sport Club* Internacional, entre os anos de 1939 e 1949, onde integrara uma equipe imortalizada na alcunha de ‘rolo compressor’. Ao enfrentar o time de Caxias do Sul, entretanto, o papel do referido atleta iria muito além de seu desempenho esportivo e representaria a ruptura institucional de um clube da capital que passaria a aceitar oficialmente¹²⁷ atletas negros em seu elenco profissional. A imagem a seguir apresenta Tesourinha, quando ainda jogador do clube do Rio de Janeiro.

¹²⁷ Negros, indígenas ou mestiços já haviam defendido as cores do Grêmio, como ocorrera com meu tio-avô, Mirandolino Comarú, que jogara pelo clube entre 1930 e 1933. Ao bacharelar-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre, atuaria como advogado criminalista e promotor público. Sua despedida como atleta gremista fora em 1937 em derrota para o Fluminense/RJ pelo placar de 4 a 0. <http://observatorioracialfutebol.com.br/historias/futebol-a-cores-uma-historia-de-racismo-no-rio-grande-do-sul/>

Figura 59 – Tesourinha atleta do Vasco da Gama/RJ.



Fonte: <http://observatorioracialfutebol.com.br>

Ao ser contratado como uma das grandes estrelas do futebol brasileiro, Tesourinha gerara a própria mudança estatutária do clube, o que foi criticado por parte da torcida e conselho deliberativo do clube. Em tal contexto, o encontro esportivo realizado em Caxias do Sul receberia grande destaque da imprensa local e da capital. O jornal Correio do Povo salientaria que, pela “primeira vez em meio século de lutas, o clube da Baixada incluirá um elemento de cor preta em sua equipe. Caberá a Tesourinha a satisfação de quebrar uma velha e arraigada tradição tricolor” (OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL - ODRF).¹²⁸ Em Caxias do Sul, o Pioneiro, além de apresentar Tesourinha como o “melhor, o maior, o mais perfeito e correto craque gaúcho da atualidade” (PIONEIRO, 15/03/1952, p. 10), sublinharia que a cidade, em relação a “questão racial, tem uma dívida de honra para com Tesourinha. E, a todo custo, devemos resgatá-la” (PIONEIRO, 15/03/1952, p. 10). Assim,

128 <http://observatorioracialfutebol.com.br/historias/futebol-a-cores-uma-historia-de-racismo-no-rio-grande-do-sul/>

segundo o articulista, a referida partida deveria ser encarada como o “capítulo final de um drama [...] a vitória completa e total dos direitos de igualdade do homem, sobre uma tradição racista que não podia persistir” (PIONEIRO, 15/03/1952, nº 20, p. 10). Por fim, Tesourinha não seria apenas um “ídolo do futebol [...] a maravilhar-nos com suas magníficas jogadas. Ele será [...] o símbolo vitorioso [...] da completa [...] igualdade humana, sem distinção alguma de cor, raça ou religião. [...] ele será a mais alta expressão da vitória do homem-homem sobre o homem-raça” (PIONEIRO, 15/03/1952, p. 10).

Nota-se que tal manifestação dar-se-ia no mesmo momento em que parte da sociedade ainda debatia a representatividade monumental a ser edificada, que simbolizaria determinados agentes locais ao passo que excluiria outros tantos. Ao condicionarem a presença de Tesourinha a uma ideia da igualdade humana perante um cenário racista, onde o racismo não poderia ser ignorado, os colunistas esportivos desvelavam sutilmente alguns pontos de discordância com seus colegas monumentalistas, que escreviam no mesmo jornal. No campo esportivo, Tesourinha não desapontou. Ao marcar dois gols na vitória de 5 x 3, foi eleito pela crônica esportiva o jogador mais importante da partida, além de receber várias homenagens. Assim, por meio de seus dribles desconcertantes e jogadas de efeito, Tesourinha continuava a alegrar as mais diversas torcidas, na mesma medida em que colaborava movimentar o próprio campo administrativo e simbólico do futebol gaúcho.

No dia anterior à partida, entretanto, acompanhado de outro atleta gremista, Tesourinha observava, possivelmente receoso, a tradicional barbearia Adami. Seu proprietário destaca que foi na manhã de um “sábado que dois moços, um de epiderme branca e um dita (sic) preta, pararam na porta de minha barbearia. Tendo o primeiro deles me perguntado se eu servia gente de cor. Respondo-lhe, eu, que não fazia distinção entre brancos e pretos, conquanto fossem [...] dignos.”¹²⁹ Ao ouvir tal resposta, o atleta de pele branca relataria ao barbeiro a razão de seu questionamento: “Eu pergunto [...] porque estivemos numa barbearia ali perto do Cine Central, [o] ‘Salão Avenida’, e não quiseram cortar a barba deste meu companheiro”. Atento ao diálogo, Tesourinha não desejava adentrar em tal recinto e afirmava que cortaria sua barba quando do retorno à Porto Alegre. O barbeiro, por sua vez, lhe responderia que “não o ia servir em atenção ao pedido de seu companheiro, e sim por não usar fazer diferença entre as pessoas, por causa de sua cor de pele”. Após ouvir atentamente as palavras proferidas pelo barbeiro, dar-se-ia o ingresso e o serviço, o posterior pagamento e o adeus.

¹²⁹ As manifestações entre aspas são fragmentos retirados do documento ‘O Barbeiro dos Negros’, de autoria de José Spadari Adami, Anexo 01.

“Naquela época”, afirmaria Adami, “gente de cor, em nossa cidade, era sistematicamente rechaçada na quase totalidade das barbearias. E quiçá, fosse eu o único barbeiro a atender”. Tal relação seria evidenciada por ele em outro relato onde se poderia contemplar tanto os choques culturais quanto as segregações existentes na localidade: “certo sábado, à noite, se [...] apresenta em minha barbearia um cidadão negro e me faz a pergunta de praxe: o Sr. serve gente de cor? Sirvo! Foi o que me disseram na Delegacia de Polícia, que viesse aqui, que seria servido”.¹³⁰

Eu não sou daqui. Cheguei a pouco de viagem, entro numa barbearia existente ali na rua Marechal Floriano, perto do Posto Bay e Cia. Sentei-me à espera da minha vez de ser atendido. E qual não foi meu espanto, ao ouvir da boca do dono daquele estabelecimento profissional (Sr. Carmelito Antoniutti): ‘Nós não servimos gente de cor’. Fui até a Delegacia de Polícia levar o meu protesto e na certeza de que algo fizessem contra tão monstruosidade contra a gente de epiderme negra. Mas não arrumei nada, porque, me disseram, não existir nenhuma lei contra tal desrespeito ao homem preto, em nosso país (ADAMI, O BARBEIRO DOS NEGROS).

Em tom de desabafo, Adami e seus clientes evidenciam alguns indícios de parte da personalidade social da localidade. Assim, quando Tesourinha nasceu, em 1921, pouco mais de trinta anos haviam se passado desde o término oficial da prática da escravidão em terras brasileiras. Na Caxias do Sul de meados de 1950, a dubiedade em relação aos cidadãos negros ainda seria latente em uma região que, de longa data, apegava-se ao passado branco e imigrante como mito de referência.

A intolerância costumeira os faria organizar espaços culturais¹³¹ próprios, compreendidos, também, como locais de valorização, resistência e confraternização, mas também perceptíveis como locais de ações afirmativas, promotoras de engajamento social perante uma sociedade ainda hoje excludente. Para os grupos negros, a formação de clubes próprios tornaria possível aprofundar a “interação, tendo como objetivo afastar dele aquelas características estereotipadas que lhes são atribuídas, como ‘sujo’, ‘criminoso’, ‘desordeiro, ‘feio’ etc. [...] Neste sentido, o associativismo negro constantemente *dialoga* com o preconceito de que são vítimas seus organizadores” (GOMES, 2008, p. 55).

Vê-se, assim, algumas zonas sombrias em face da constituição histórica da Cidade Educadora de Caxias do Sul, aquarteladas em práticas sociais, simbologias e olhares, por vezes, excludentes e preconceituosos. Desse modo, distanciados da respeitabilidade social, os

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Talvez os mais representativos sejam o Clube das Margaridas, voltado às mulheres negras, e o Clube Gaúcho, objeto da dissertação de Fabrício Gomes intitulada ‘Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988).

cidadãos encarados como não europeus, ali, enfrentaram a dura realidade de, por longa data, serem percebidos como elementos de segunda classe.

Ao longo do estudo, também procurei abordar como alguns espaços sociais e culturais da cidade representam zonas de luta, poder, representação e resistências... Ambicionei, assim, descrever como determinada singularidade ideológica, pautada pela imagem ítalo-colonial desenvolvimentista fez-se virtuosa, e ainda hoje pode ser facilmente identificada como um importante modelo de representação. Logo, tais amarras, como foi possível constatar, também estariam presentes em boa parte dos museus existentes na localidade.

Pode-se considerar, desse modo, que tais espaços far-se-iam perceber tanto como áridos campos pedagógicos ante a diversidade social contemporânea quanto prósperos e floridos jardins, cultivados cuidadosamente pelos reprodutores da crença dominante. Tais agentes, neste aspecto, produziram a disparidade entre o que poderia ali ser realizado e o que é efetivamente concretizado; também, por sua vez, constrangeriam àqueles que compreendem os museus como espaços que tramam a intensidade da vida; que clamam pelas mais diversas representações sociais ou que procuram instruir por meio das mais diferentes pesquisas e ações pedagógicas.¹³²

Tal percepção fez-se notar em tais espaços em dois momentos específicos: o primeiro, quando os organizadores e administradores possuem conhecimento relacionado ao campo e utilizam-no para fortalecer a ideologia dominante; o segundo, quando tais agentes não são possuidores de conhecimentos específicos relacionados ao campo museal e passam a agir com indiferença e descaso, simplesmente ‘ocupando’ o espaço sem desenvolver qualquer tipo de proposição, pesquisa, difusão cultural ou ações educativas. Como destaca Silva (2014), os “sentidos e as funções sociais dos museus não são estáticos, mudam permanentemente. Os museus passam gradualmente de templos da arte e da história para o espaço de atividades culturais, lúdicas e de lazer” (SILVA, 2014, p. 83), que não excluem, mas dialogam com os discursos rotineiros e previsíveis, e, por fim, superam-nos.

Adquirem, em muitos casos, o papel de articuladores de significados, esses atravessados pela discussão a respeito do lugar da memória nas relações de poder. Não deixam de desempenhar a difícil e tradicional tarefa de educar e formar, mas estão desde agora engajados em proporcionar novas experiências simbólicas e sociais. De repositórios de antiguidades, consideradas testemunhos de uma época, de grupos sociais valorizados ou de fatos notáveis, os museus passam a desempenhar um papel pedagógico, popularizando acervos e educando. Transformaram-se em espaços vivos, ao contrário da imagem de cemitério de objetos. As instituições museológicas são

¹³² “Os museus, além de preservar testemunhos da história e da memória, devem expor seus acervos, pesquisar e comunicar [...] devem produzir conhecimento baseado nos acervos sob sua guarda e buscar interlocução constante com seus públicos, sempre atentando para as mudanças sociais. Discursos contemporâneos apontam novos paradigmas para as comunidades, os indivíduos e as instituições [...] A vida urbana, as novas tecnologias, a moda, o consumo, as novas leis trabalhistas, o comportamento social e a cultura se transformaram” (SANTOS, 2017, p. 79).

ativas, múltiplas, diversas e é possível torná-las ainda mais dinâmicas. Várias são as possibilidades que perpassam essas instituições de memória [...] levando-se em consideração a formação crítica e reflexiva do indivíduo, sobretudo em relação aos valores e sentidos do patrimônio cultural (SILVA, 2014, p. 83).

De mentalidade colonizadora, alguns dos museus e monumentos existentes em Caxias do Sul excluem e/ou cerceiam presenças, saberes e fazeres, dependendo da competência de seus administradores e do sedentarismo intelectual de seu corpo funcional, cerram o olhar para novas abordagens ou possibilidades; cultuam saberes e práticas mecanicistas; menosprezam ideias e ideais de mudança, temerosos, questionam arditamente ‘como é que se poderá fazer?’. Assim, disfarçadamente, distanciam-se tanto das novas teorias e práticas históricas, museais ou educativas quanto de seus possíveis campos criativos. Finalmente, por conveniência, reproduzem o estabelecido denominando suas mecanicidades educativas como ‘ações de educação patrimonial’, carentes de qualquer ato de criação, desprezando estudos e pesquisas em prol da repetição do consolidado. Ebulição contida, talvez, o museu poderia imagetivamente, assim, refletir sobre si...

[...] sou palavras, estou feito de palavras, mas as palavras não me dizem, tenho de calar, e quando as palavras calam e me encontro na intempérie, pergunto ‘que sou’, não posso deixar de me perguntar porque já não tenho as palavras que me asseguravam, essas palavras que queriam me dizer, mas nas quais não me reconheço, e já estou outra vez nesse espaço sem palavras, mas sem palavras não posso responder a essa pergunta que me inquieta, e tenho de falar, mas falar é impossível, e calar é impossível, e estou só, e, para não me sentir completamente desgraçado, tenho de continuar contando meu conto a mim mesmo, mas meu conto não me diz, e logo o contar já me escapa, e a pergunta por que sou volta a me inquietar, e tenho de falar, e não posso falar, e estou só (LARROSA, 2015, p. 25).

Envoltos por tais abismos, alguns dos museus e monumentos ali existentes tornam-se reféns de um superado modelo pedagógico que se contenta em ‘aplicar’ planos há tempos desenvolvidos, para, finalmente, converter o próprio campo pedagógico de tais instituições em uma espécie de plácido mar de convencionalismos e reproduções discursivas sem fim... Dogmáticos, e pouco ousados, tais modelos, encontram dificuldades em perceber os museus e monumentos como espaços para desafios, interpretações e aprendizagens exploradoras, condicionando seus visitantes ao regulado papel de ouvintes¹³³, meros contempladores de um estranho e diferenciado tempo que foi. Um visitante que, se for capaz de a isso tudo perceber,

¹³³ Para Jorge Larossa, a “oralidade no ensino supõe habitualmente um controle muito estrito sobre a recepção correta do sentido e sobre as produções linguísticas dos estudantes; ao contrário, a leitura escapa muito mais facilmente a todo controle e sua dimensão solitária e silenciosa permite exercícios de interpretação muito mais arriscados e plurais, pelo menos se não considerarmos a leitura como mera apropriação de algo (informações, ideias, verdades, etc.) que já está no texto” (LAROSSA, 2015, p. 14). Parece clara a relação entre a ‘leitura’ que se pode realizar ao longo dos espaços museais ante a subserviência repetitiva dos ensaiados e decorados discursos orais, reproduzidos com indisfarçável tédio pelos jovens mediadores de tais espaços.

tomando consciência que ali é guiado e ensinado sobre o que deve saber e pensar, logo compreenderia que deve desaprender o que é ensinado, ouvir o que não é dito, ler o que não está escrito, observar a intensidade das sombras e das ausências e acontecimentos que se encontram presentificados ante a obsessiva configuração de tais espaços... Para além desses espaços de representação histórica e cultural, o corpo social, com suas representações e manifestações das mais diversas, encontra-se em movimento pelas ruas.

As diversidades ali percebidas demonstram que a aventura pela ambicionada melhora na qualidade de vida continua viva e potente. Assim, embora Elias (2000) considere que ao deslocarmo-nos “pelas ruas de uma cidade ou vilarejo como um visitante ocasional ou mesmo ao morar lá por algum tempo, pode-se não reparar nas distinções de status que os habitantes estabelecem entre si e nas fricções latentes ou manifestas que estão ligadas a elas” (ELIAS, 2000, p. 83), quando nos pomos curiosos e atentos, em meio ao fluxo, poderíamos captar as suas mais diversas linguagens, representações, tensões e antagonismos desveladas em meio a uma indiferente e generalizada velocidade. Logo, assumir-se como “ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros” (FREIRE, 1996, p. 41),

Desse modo, explorar, percorrer trajetos ou roteiros, desenvolver novas percepções sobre o efervescente meio que habitam, ampliar o alcance do olhar para além das práticas que temem ao invés de ousar, que não se esgotam, pois, em sua multiplicidade, a cidade torna possível que seus espaços, sociabilidades e limitações sejam continuamente reconfigurados - assim como parecem ser as próprias identidades que a formam enquanto capital humano, seus patrimônios culturais, a valorização dos conhecimentos tradicionais ou inovadores, as construções simbólicas e as estruturas culturais e pedagógicas que dialogam com tais campos, por vezes distintos e antagônicos -, desvelando-se como possibilidades problematizadoras e transformadoras da própria cidade.

Assim, a força ativa dos espaços urbanos, com suas mais diferentes dinamicidades e paisagens culturais, apresentaria ações e representações que não se esgotam facilmente, ampliando e conectando saberes e percepções em uma escala de força e poder, talvez, ainda mais intensa que os próprios espaços museais. Neles, educando e educadores poderiam realizar múltiplos deslocamentos pedagógicos sem a rigidez dos condicionamentos reguladores dos espaços que procuram direcionar os ‘não iguais’ para o simbólico de uma imagem social idealista a ser cultivada, uma vez que, conforme refere Freire (1996), a “experiência histórica, política, cultural e social [...] jamais pode se dar ‘virgem’ do conflito entre as forças que

obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção” (FREIRE, 1996, p. 42).

Dessa maneira, saídos dos museus, imaginar-se-iam alguns estudantes em trânsito por ruas, praças, parques. Observantes, assim como observados, circulam livremente pela cidade junto ao professor. Entusiasmados, interpelam, questionam, riem, calam. Interagem, conversam com as pessoas que junto a eles ocupam o espaço urbano. Observam tanto ações, edificações e movimentações quanto monumentos que parecem ambicionar pela eternidade de sua memória cultural. O professor, por sua vez, poderia conceber-se como uma espécie de mediador entre a vida em movimento e os saberes de ambos: educandos, educador, dispositivos territoriais e demais participantes do espaço urbano. Ele sabe que deve “testemunhar a seus alunos, constantemente, sua competência, amorosidade, sua clareza política, a coerência entre o que diz e o que faz, sua tolerância, isto é, sua capacidade de conviver com os diferentes para lutar com os antagônicos”, além de “estimular a dúvida, a crítica, a curiosidade, a pergunta, o gosto pelo risco, a aventura de criar” (FREIRE, 1995, p. 54).

O entusiasmo ali presente poderia esmaecer as certezas estabelecidas. O que impera, neste ponto, são a atenção e a percepção, com todas suas possíveis relações, reflexões e embates transformadores. E parecem tantos e tão diferentes entre si... Saberes não escritos, espaços históricos e culturais observam e são observados pelos caminhantes que, lado a lado, em meio à efervescência das ruas, problematizam a própria vida em movimento, com seus múltiplos estranhamentos, pois a

[...] consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem ‘tratar’ sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 1996, p. 57).

Novos enredos¹³⁴ sobre velhas histórias ou memórias, olhares que miram para novos ou velhos espaços, que expressam sentidos, aprendizagens, experimentações. Atento, o professor

¹³⁴ Valer-se de memórias e representações como possibilidade pedagógica requer atenção redobrada de parte dos educadores, pois, hoje, sabe-se que as “identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais

desvia das submissas linhas retas da ordem simbólica, desvela novos discursos, relaciona o que ali percebem com alguns temas anteriormente abordados, valoriza as diferenças, visto que “o necessário ensino dos conteúdos estará sempre associado a uma ‘leitura crítica’ da realidade” (FREIRE, 1996, p. 54), o que exige a atualização contínua por parte do educador.

A sensibilidade do grupo parece alterar-se ante a presença simbólica do que agora é problematizado, edificando novas perspectivas e leituras sobre o mundo que contemplam em movimento, diferença e multiplicidade social, histórica e política ou, como destaca Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47).

Um grito, entretanto, surge como faísca e chama a atenção de todos... em pouco tempo as vozes alteradas são muitas... dentre elas, algumas parecem desesperadas... Logo, os educandos percebem que tais espaços de fluxo também podem ser vistos como campos potenciais¹³⁵ para manifestarem-se apoios, indignações ou violências de múltiplas ordens e potências... O impacto inicial logo seria superado pela curiosidade contemplativa que trazia a consciência de todos à imagem explícita das tensões enfrentadas por aqueles que sobrevivem mediante o trabalho informal em meio à dinâmica da cidade.

Assim, junto ao emaranhado de vozes destemperadas, seria possível ouvir que tais ambulantes estariam comercializando alguns produtos não autorizados pelo poder público e que teriam suas mercadorias recolhidas pela autoridade policial. A energia do acontecimento chegaria ao seu momento crucial quando a Guarda Municipal opta por submeter fisicamente os transgressores ao poder da lei, valendo-se do uso de suas armas de choque. Os vendedores de chapéus foram, finalmente, rendidos e seguiriam para a Delegacia de Polícia mais próxima... A

identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. Sabemos também que as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções. Quem pergunta pela sua identidade questiona as referências hegemônicas, mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição de outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação. Os artistas europeus raramente tiveram de perguntar pela sua identidade, mas os artistas africanos e latino-americanos, trabalhando na Europa vindos de países que, para a Europa, não eram mais que fornecedores de matérias primas, foram forçados a suscitar a questão da identidade. A questão da identidade é assim semifictícia e seminecessária. Para quem a fórmula, apresenta-se sempre como uma ficção necessária. Se a resposta é obtida, o seu êxito mede-se pela intensidade da consciência de que a questão fora, desde o início, uma necessidade fictícia. É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados. Sabemos, por último, que a resposta, com êxito, à questão da identidade se traduz sempre numa reinterpretação fundadora que converte o déficit de sentido da pergunta no excesso de sentido da resposta. E o faz, instaurando um começo radical que combina fulgurantemente o próprio e o alheio, o individual e o coletivo, a tradição e a modernidade”. (SANTOS, 1994, p. 31-32).

¹³⁵ Como destaca Magalhães, de “tempos em tempos, os movimentos sociais urbanos e rurais, geralmente de uma forma mais amiúde nas grandes cidades, ocupam as praças e avenidas centrais e realizam protestos” (MAGALHÃES, 2013, p. 08). Tais manifestações, hoje também realizadas efusivamente pelos mais diversos grupos conservadores, seriam “ações políticas que, apropriando-se da plenitude da palavra público, buscam a dimensão da cidade, acreditando que suas ideias não podem ficar guardadas ou reservadas para os espaços privados da vida social” (MAGALHÃES, 2013, p. 08).

cena teria provocado “indignação [em] quem assistia: ‘O pessoal está trabalhando, não são criminosos. Foi tudo na frente das crianças, achei abuso de autoridade. Eles estão pegando pesado” (PIONEIRO, 21/01/2017). Tal reflexão seria acompanhada pelos movimentos ágeis do telefone celular que a tudo registrava em vídeo. Outro, ainda impressionado, destacava o horror da ação, “horrível por ter acontecido na frente das crianças do casal” (PIONEIRO, 21/01/2017). Para outros, a manifestação de força do poder público¹³⁶ foi necessária, porque eles “conversaram mais de vinte minutos com os índios, e eles não cederam. Eles resistiram até o fim” (PIONEIRO, 21/01/2017). Seria a percepção de que se tratava de um grupo indígena, ‘destróços humanos’, bradaria Gardelin.

Figura 60 – Casal indígena é preso ao comercializar produtos na zona central.



Fonte: Jornal Pioneiro, 21/01/2017.

Terminado o ocorrido, o professor reúne seus educandos ao centro da Praça Central. Explica-lhes sobre o que havia acontecido, poderia também abordar a constituição das leis municipais, o trabalho informal, as relações de poder, as condições históricas que validam estigmatizações e segregações, além disso poderia destacar a movimentação dos empobrecidos que se deslocam globalmente em busca de um futuro melhor, e que dera origem à própria cidade que agora habitam, as inquietantes dificuldades de existir socialmente enquanto diferença, a origem social das desigualdades...

¹³⁶ O então secretário de Segurança Pública e Proteção Social, ao defender a ação da Guarda Municipal, considerava que a insistência dos indígenas em comercializar produtos que não fossem artesanais seria uma provocação às leis vigentes na cidade. Segundo seu entendimento, eles só poderiam “vender artesanato, e foram alertados sobre isto ainda na sexta. Eles insistiram, provocaram. Eles precisam se submeter e respeitar nossa legislação. Nos disseram que vendem pouco quando é artesanato, nós entendemos, mas é ilegal” (PIONEIRO, 21/01/2017). Desse modo, ainda conforme o secretário, a “remoção de índios que venderem produtos industrializados será feita sempre que necessária. O casal [...] foi levado à delegacia e responderá em liberdade por desacato e desobediência. Os produtos foram apreendidos” (PIONEIRO, 21/01/2017).

As palavras do professor levam a novas perspectivas e questionamentos. A enunciação logo se tornaria coletiva e a dinamicidade do conhecimento lhes remeteria novamente ao que fora visualizado no Museu Municipal, onde teriam sido apresentados à presença indígena apenas como uma espécie de pré-história local, concebidos apenas pela silenciosa e exótica existência de alguns poucos fragmentos de sua silenciosa cultura material... Ao ouvir tal manifestação, o professor lembrar-lhes-ia que a presença humana na região Nordeste do Rio Grande do Sul seria muito antiga e teria se iniciado bem antes da chegada de qualquer colonizador... Afirmaria, também, que alguns pesquisadores teriam evidenciado a presença humana “há pelo menos 1.600 anos, onde está o Distrito de Vila Seca” [onde¹³⁷] em 1966, foi coletado material para análise de datação radio carbono (carbono 14) que revelou a data de, aproximadamente, 430 d.C.” (CORTELETTI, 2002, p. 24). Outro local, identificado como Sítio Vergani, “foi ocupado por pelo menos 800 anos, entre o ano 470 e o ano 1320 d.C. Depois destes [...] aparece um sítio próximo a atual Barragem do Faxinal [...] datado para o ano 1330 d.C.” (CORTELETTI, 2002, p. 24). Ao percebê-los instigados, o professor destacaria que há, em Caxias do Sul, cerca de trinta e oito sítios¹³⁸ arqueológicos identificados, com mais de 160 antigas estruturas subterrâneas utilizadas como moradia por tais grupos.

A força simbólica da ação presenciada, conectada às palavras do educador, logo levaria alguns ao uso de seus telefones celulares com a intenção de obterem maiores informações sobre o que ouviam. Em seguida, uma imagem publicada em um *blog*¹³⁹ voltado à história visual de Caxias do Sul ganharia destaque... Se sua baixa qualidade gráfica não era satisfatória, a brutalidade humana far-se-ia visível sem dificuldades em meio à presença de alguns homens que tanto ostentam suas armas quanto o resultado de sua caçada.

Rapidamente, tal registro demonstraria que, além do armamento dos tais caçadores, eles seguravam em suas mãos alguns objetos indígenas, como lanças ou outros instrumentos... Outros mais se encontrariam postos ao chão. Defronte aos caçadores, duas pequenas crianças

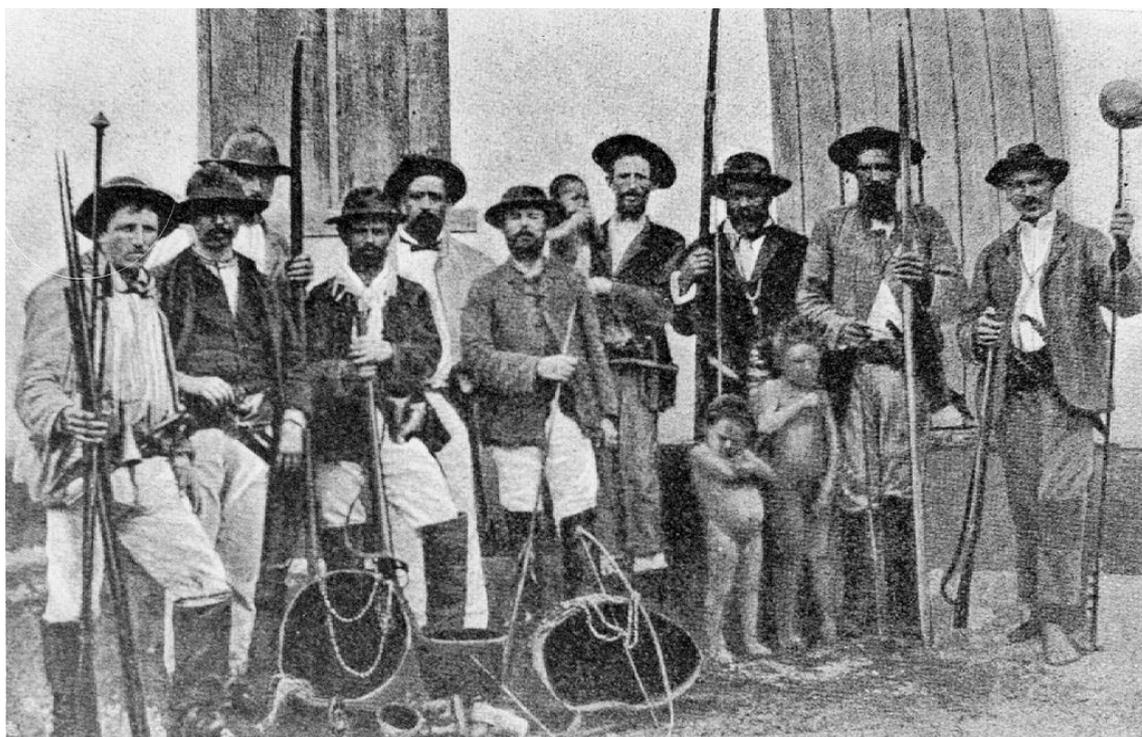
137 Sítio Alves de Araújo (RS-40).

138 A relação que segue destaca a identificação arqueológica dos sítios existentes em Caxias do Sul e o consequente número de ‘buracos de bugre’ utilizados para moradia que ali foram encontrados: sítio RS-32, 03 buracos, sítio RS-33, 02 buracos, sítio RS-34, 03 buracos, sítio RS-35, 01 buraco, sítio RS-36, 01 buraco, sítio RS-37, 36 buracos, sítio RS-38, 03 buracos, sítio RS-40, 02 buracos, sítio RS-62, 01 buraco, sítio RS-63, 02 buracos, sítio RS-64, 03 buracos, sítio RS-65, 09 buracos, sítio RS-66, 02 buracos, sítio RS-68, 03 buracos, sítio RS-69, 08 buracos, sítio RS-70, 03 buracos, sítio RS-73, 02 buracos, sítio RS-74, 03 buracos, sítio RS-75, 01 buraco, sítio RS-76, 06 buracos, sítio RS-77, 03 buracos, sítio RS-78, 09 buracos, sítio RS-80, 01 buraco, sítio RS-101, 08 buracos, sítio RS-102, 01 buraco, sítio RS-103, 01 buraco, sítio RS-104, 02 buraco, sítio RS-105, 01 buraco, sítio RS-106, 05 buracos, sítio RS-107, 07 buracos, sítio RS-108, 02 buracos, sítio RS-121, 01 buraco, sítio RS-123, 06 buraco, sítio RS-126, 02 buracos, sítio RS-130, 14 buracos, sítio RS-131, 01 buraco, sítio RS-133, 01 buraco, sítio RS-A-2, 01 buraco. (REIS, 2002, p. 111 – 112).

¹³⁹ Blog Caxias por Mancuso (2018)

pareciam proteger-se perante o registro fotográfico. Uma surge especialmente emburrada, cruza seus braços e baixa o rosto em direção ao solo. A outra, que está ao seu lado, parece tentar, com um braço, proteger seu próprio peito, enquanto, com o outro braço, protegeria sua virilha... Por fim, tão ou mais fragilizado que as anteriores, um bebê encontra-se no colo de quem, possivelmente, colaborou para dizimar seu grupo étnico ou aldeia em benefício de alguém que os teria remunerado para tal.

Figura 61 – Grupo de caçadores



Fonte: Blog Caxias por Mancuso.

Outro jovem destacaria que, em Santa Catarina/SC,¹⁴⁰ estado vizinho ao Rio Grande do Sul, os frequentes embates entre indígenas e colonizadores levaria à criação de grupos especializados em eliminar os antigos habitantes das terras, ‘os bugres’, diria um amigo próximo que fora prontamente corrigido pelo professor, que se valeria da percepção de outra professora,¹⁴¹ sobre quem, em seu entendimento, poderiam ser considerados como ‘bugres’.

¹⁴⁰ Em algumas regiões daquele Estado, os colonos que ali estavam organizavam “verdadeiras caçadas pela mata e algumas colônias eram providas de uma Cia. de Pedestres, que nada mais era que um grupo especialmente designado para proteger as colônias dos ataques dos ‘bugres’ e que, juntamente com os chamados ‘bugreiros’, tratavam de afugentar e perseguir os nativos pela floresta densa. Aos poucos, os nativos foram sendo escoraçados, mortos ou empurrados para fora dos limites das colônias” (VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER; 2008, p. 109).

¹⁴¹ Em Santa Catarina, em Chapecó, [...] existia um bugreiro chamado Índio Condá. [...] o bugreiro mais famoso que a história relata. [...] dizimou diversas aldeias para pegar mulheres, crianças, homens para escravizar.

Nós não somos bugres. Bugre é uma forma pejorativa de você chamar o índio. [...] Chama a gente pela nossa etnia, [...] Kaingang, [...] Xokleng, [...] Pataxó, [...] Guarani, mas não [...] de bugre, porque é a mesma coisa de eu estar chamando os italianos, [...] alemães, [...] poloneses por um nome pejorativo. [...] bugre vem do termo bugreiro. Os bugreiros eram uma mistura de negros e indígenas, que eram casamentos que saíam de estupros, de violências que aconteceram durante a colonização, saíram esses mestiços, que [...] caçavam a própria etnia a mando de coronéis, de capitães e colonizadores das grandes plantações. [...] o índio jamais vai aceitar ser chamado de bugre porque ele é um traidor da própria raça. Na visão do índio é assim (VÂNGRI, 2012, p. 31-32).

Espantados, os educandos questionavam como tais ações teriam sido permitidas pela sociedade de então. Ante o eco de espanto e indignação, o educador explicaria que tal ação seria fomentada pelo próprio governo, pois, na região Nordeste do Rio Grande do Sul, quando da chegada dos colonizadores, a população indígena já seria quase inexistente. Seu entendimento estaria fundamentado em “dois documentos emitidos diretamente de punho [por] D. João VI e que determinavam diretamente a eliminação das populações *Kaingangs* da região do Paraná. Esse documento é o processo inicial da colonização da Serra Gaúcha” (BRAGA, 2012, p. 25). Ao pôr-se em prática tais determinações, ponderava o educador, dar-se-ia tanto o extermínio de grande parte das populações indígenas ali existentes quanto o próprio deslocamento¹⁴² de parte dos grupos sobreviventes para o próprio Rio Grande do Sul, ao longo do tempo, resultando no “cercamento dessas populações” (BRAGA, 2012, p. 25), fator principal que daria origem aos aldeamentos ‘indígenas’ existentes na região Norte do Estado.

Assim, por vezes caçados, expulsos de suas terras, assassinados, tendo seus filhos sequestrados, adotados, vendidos ou aculturados, acabavam se identificando como fugitivos de sua própria história. Observados, tanto pelo colonizador, quanto por seus descendentes, com insegurança ou temor, seriam, hoje, novamente destacados como vagabundos, preguiçosos, indolentes, seres primitivos ou subalternos, mas que, como sublinharia a própria voz da

Massacravam e matavam quem resistisse [...] tirava a orelha [...] e colocava em um colar [de] muitas voltas [...] que eram todas de indígenas e de inimigos que ele [...] matava. Para ele aquilo era um troféu. Por isso não aceitamos o termo bugre. [...] Os colonizadores estupravam as mulheres indígenas, matavam os homens, criavam as crianças fora da cultura e daí descendia uma nova linhagem de índios que eram desaculturados. Depois de criados, eles se casavam com essas crianças que iam crescendo e iam tendo filhos e isso ali afastava muito essas crianças da cultura porque eles já eram criados fora daquele costume. Eram filhos da violência, de estupros, de morte, de criação de crianças que eles roubavam. Essa descendência é muito próxima, que as pessoas têm de indígena aqui na região Sul. Foi uma descendência forçada, não foi uma coisa bonita” (VÂNGRI, 2012, p. 31-32). Nome indígena de Susana Belforte, dirigente do Instituto Kaingang e coordenadora do Centro Cultural Kanhgág Järe. Manifestação realizada no **Seminário Integrado Origens de Caxias do Sul**, ocorrido em 2010.

¹⁴² Tropas de bugreiros foram contratadas para reunir índios, tentar aglutinar a mão-de-obra possível desses índios e os que não pudessem ser aglutinados, deveriam ser removidos e recolhidos à região da Vila da Palmeira, hoje arredores do município de Passo Fundo. O que cria, na verdade, senão a declaração oficial, pelo menos uma indicação de intenção muito clara: não era para essa região ser ocupada por índios. É por isso que essa lacuna na história de Caxias fica tão aberta. Na verdade, os historiadores que trabalham com imigração italiana não falam de índios, porque quando os italianos chegaram, os índios já não estavam mais aqui. O império os havia removido daqui (BRAGA, 2012, p. 25).

infelicidade, o “índio mudou, tá evol... Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós. Então, vamos fazer com que o índio se integre à sociedade e seja realmente dono de sua terra indígena, isso é o que a gente quer aqui”, disse [o atual presidente da República] Bolsonaro” (GLOBO, 24/01/2020).¹⁴³

Em outras duas imagens de estúdio não identificadas, o mesmo *blog* voltado à história de Caxias do Sul destacaria alguns ‘indígenas’ que poderiam, ou não, ser da região Nordeste do Rio Grande do Sul. Entretanto, independentemente do local que tenha se dado o registro, ambos realizados em estúdio, ou da etnia que fizessem parte, o que parece sobressair-se mais potentemente é a intensidade do olhar, aliada à diferença de semblante daqueles que foram, naquele momento, imortalizados ao edificar a percepção histórica daquilo que seria percebido por ‘indígenas’. Desse modo, mediante o próprio exercício do olhar, o educador atentaria para a força do próprio olhar dos que foram fotografados. Se, na primeira imagem, destaca-se a altivez, com dois homens fortes, de armas em punho, com seus olhares sólidos, embora tenros, observando diretamente, e até com certo destemor, àquele que, com seu equipamento, captura-lhes a imagem enquanto representação perante a historicidade do tempo, o segundo registro, por sua vez, surgiria extremamente melancólico. Ali os ‘indígenas’ apresentam olhares distantes e desviados, com suas aparências fragilizadas e inseguras perante o fotógrafo. Suas armas impressionariam menos que a tristeza transcendente de suas expressões... A expressividade de todos parece reveladora de uma aterradora angústia... Apenas um aventurase a observar o fotógrafo... Perante os olhares desviantes dos outros ali presentes, o seu, mesmo que portador de certa coragem, mostra-se desconfiado, da mesma forma que contemplativo...

¹⁴³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>

Figura 62 - Olhares altivos.



Fonte: blog Caxias por Mancuso.

Figura 63 – Olhares desviantes.



Fonte: blog Caxias por Mancuso.

Uma semana depois da ação presenciada pelos estudantes, o jornal *Pioneiro*, em uma longa matéria¹⁴⁴ intitulada: ‘Índios de Farroupilha enfrentam o desafio de reafirmar a cultura para não se tornarem invisíveis: [...] assunto veio à tona depois que um casal de caingangues [...] foi agredido pela Guarda Municipal’, seria realçado que eles agora

[...] vestiram cocares e empunharam lanças e flechas na Avenida Júlio de Castilhos, na segunda-feira, e repetiram o gesto no dia seguinte, durante reunião na prefeitura de Caxias do Sul, não desafiaram as autoridades apenas porque estavam descontentes com a fiscalização contra a venda de produtos irregulares nas calçadas ou abalados pela agressão a um casal indígena. O ato representou [...] uma tentativa de reafirmar a própria cultura numa região onde indígenas são quase invisíveis. Serviu também para reforçar que a união do grupo, que vive numa aldeia em Farroupilha e busca boa parte do sustento no comércio ambulante, é vital para a própria sobrevivência (PIONEIRO, 28/01/2017).

144 “Essa força pode ser constatada numa atitude aparentemente simples: enquanto a prefeitura convidara apenas um representante para participar do encontro que debateria a participação dos indígenas no comércio irregular de rua, os caingangues fizeram pressão para garantir que vários representantes da tribo estivessem frente a frente com secretários do prefeito Daniel Guerra. Os caingangues aceitaram o pedido de desculpas da secretaria municipal do Urbanismo, Mirangela Rossi, pela ação que prendeu dois índios que vendiam produtos na rua no sábado passado, operação fortemente questionada nas redes sociais e por antropólogos. Mesmo com o pedido de desculpas, eles não arredaram o pé do gabinete até ouvirem a promessa do governo municipal de que poderiam manter a atividade, ao menos até uma segunda ordem. Caso se sintam prejudicados outra vez, garantem: farão tudo outra vez” (PIONEIRO, 28/01/2017). <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2017/01/indios-de-farroupilha-enfrentam-o-desafio-de-reafirmar-a-cultura-para-nao-se-tornarem-invisiveis-9639105.html?impresao=sim>

Ao longo do estudo, tais tensões fizeram-se perceber em atitudes cotidianas, algumas simples, mas não menos importantes; outras densas, preocupantes. Em comum, a sedução de alguns perante certos *inimigos* comuns, a percepção do *outro* como problema; o visitante, turista, novos imigrantes ou, inclusive, jovens estudantes. Um temor que direciona para receosos questionamentos: de que espaço, localidade ou região proveriam aqueles que agora atemorizam-nos? Quais suas *reais* intenções? O que ambicionam de nós? De algum modo, nos farão mal? O que querem, ou procuram aprender, conosco? Se a cidade é, “por excelência, o *lugar do homem*, ela se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados” (PESAVENTO, 2002, p. 09). Assim posto, perceber escola, cidade e espaços de memória como locais de direito e representação da cidadania propiciaria abrir caminho contra as dominações tradicionalistas que ainda objetivam simplesmente a normalidade e a disciplina em contraponto à valorização do próprio estudante e da própria sociedade na qual está inserido, com suas diversas características.

Em constante construção social e arquitetônica, a cidade surge densa, palco potente para múltiplos estudos transdisciplinares. Dessa maneira, ao analisarmos os espaços urbanos, dois pontos parecem destacar-se: a dinâmica das produções e/ou representações sociais e as próprias relações com tais produções e/ou representações que acabam por problematizar o espaço em relação aos grupos sociais que a compõem. Tais diferenças poderiam, acredito, ser problematizadas pedagogicamente. Entretanto, em tal cidade, a incompreensão do espaço urbano, manifestada na historicidade das ações repressoras e intolerantes, desempenhadas por inúmeros agentes sociais, potencializará algumas tradições e recriminará, mesmo que subliminarmente, o espaço urbano e suas transformações relacionadas ao campo social, que seria, assim, selecionado, captado e reproduzido: a representação das ruas, dos prédios destacados, das personalidades bem quistas (ou financeiramente representativas), da elegância feminina ou da plasticidade de alguns elementos. Como já foi expresso, algumas pessoas capturariam tal dinamicidade do passado, representando-o à eternidade. Em momentos tão distintos, ângulos, linhas, detalhes, cenários seriam amplamente explorados por eles.

Perpassariam, assim, perante o tempo, a captura de imagens que destacavam as novas emoções, sensibilidades e percepções de um novo tempo, propiciadas pelas profundas transformações que se desvelavam perante o antigo espaço conhecido. Largas e velozes passadas seriam exigidas perante os artistas que se dedicassem a captar e comercializar tais mudanças e percepções, agora transformadas em representações do tempo, ao mesmo tempo

em que sua arte colaboraria para fomentar a construção de uma potente rede alicerçada em um único e instigante imaginário social: a italianidade.

A cidade, assim, não pertenceria a todos. Desse modo, aquilo que passará a ser dito, escrito, fotografado e, por fim, disseminado como discurso coletivo, será o coletivo de alguns, nunca de uma pretensa totalidade. Dito de outro modo, alguns agentes portadores de maior poder social, político e econômico ditam as normas do que deve ser cultuado, visualizado ou compreendido como local, como um todo. Eles ditariam o discurso social a ser reproduzido de modo que constituiriam fundamentações teórico/práticas sobre um passado/presente cristalizando sua posição perante a sociedade como um todo e que, por fim, funcionaria como estratégia de diferenciação e empoderamento, no entanto, que soaria empobrecida perante o campo social.

Entre o tempo passado e o que poderíamos ambicionar como tempo futuro, o mundo contemporâneo não surge menos intenso do que os fragmentos históricos e sociais aqui, brevemente, apresentados. Talvez, o que tenha mudado, se tal mudança, de fato, ocorreu, foi a disseminação da intolerância para as mais diversas redes sociais, que atingem os jovens e o público em geral, fomentando o ódio e a desinformação perante os atingidos pelas possíveis ações de xenofobia, racismo, preconceitos ou, o ainda hoje perceptível, apoio a situações limite como o fascismo ou o nazismo de modo que as antigas imagens dos fascistas, que antes pareciam congeladas no tempo, voltariam a ocupar as ruas da cidade, por hora, não mais enquanto sujeitos perfilados defronte a prédios importantes, ou realizando eventos políticos ou culturais pela cidade, mas reafirmando sua existência com seus símbolos propagandísticos, de significados nefastos, elaborados por mentes e mãos hostis, carentes de qualquer enfrentamento pedagógico mais amplo ou potente. A representação artística de jovens educandos, estampada em um dos portões que dão acesso à maior escola pública do município de Caxias do Sul parece apontar para tal entendimento. Nela, além da grande disparidade entre as crianças brancas e negras, aliada ao fato de que alguns estariam simbolizados acima de outros e em proporções diferenciadas, ao lado do portão, tem-se a representação, mesmo que por vezes equivocada, de símbolos que remetem ao ideário nazista. A foto data de 2014, mas a sinistra simbologia continuou a estampar seus significados perante a fachada da referida escola até meados de 2019.

Figura 64 – Portão de acesso lateral ao Instituto de Educação Cristóvão de Mendonça.



Fonte: Acervo do autor.

Assim, acredito que tal imagem destaca, fundamentalmente, um ponto intrigante: ela revelaria publicamente, na fachada de um espaço voltado ao ensino e à aprendizagem, uma das tantas e possíveis maneiras de se ver *o outro*, contudo, um modo de ver que o rebaixa e estigmatiza publicamente aos olhos de todos. Finalmente, a hostilidade representada na pichação do símbolo nazista, um ato simbólico tanto de intolerância quanto de desamor ao próximo. A longa duração de seus significados, aliada à aparente inércia pública em combatê-los, faz crer que tal ação é muito mais complexa, e requer muito mais do que simplesmente cobrir a marca da ideia intolerante e xenófoba da limpeza étnica com uma nova camada de tinta ou propiciar a equidade entre os que ali estão representados. Eles também estão inseridos em parte da própria sociedade que os representa, nos espaços escolares internos e externos, adentram as periferias, fazem-se ver nas ruas, nas roupas, nas próprias edificações... A escola, que passa pelo mesmo momento social, também faz parte desse processo. No entanto, ainda dividida em conhecimentos fragmentados, separados e excludentes, ela encontra consideráveis dificuldades para propiciar envolvimento pedagógico em estudantes que visualizam diariamente a potência do mundo contemporâneo enquanto velocidade de transformação, na medida em que a escola parece-lhes uma instituição congelada no tempo antigo, em sua contínua busca pela preservação de uma hoje inconsistente ordem tradicional. Como anteriormente mencionado, segundo a carta das Cidades Educadoras, no “início do século XXI,

as crianças parecem necessitar de uma educação ao longo da vida, de uma formação sempre renovada” (CDCE, 2017).

Em Caxias do Sul, porém, a Cidade Educadora segue por um caminho alternativo, ao menos enquanto oficialidade. Carente de projetos e ações que relacionem cidade, cultura e educação, a única ação pública dá-se por meio da Secretaria de Segurança Pública e Proteção Social - SSPPS, que implementaria o programa denominado CIPAVE – Comissões Internas de Prevenções de Acidentes e Violência Escolar¹⁴⁵ -, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação - SMED. Seu objetivo seria, basicamente, “diagnosticar as vulnerabilidades no âmbito escolar, planejando ações que visam a resolução dos problemas de forma viável e eficaz” (CAXIAS, 2017). A rápida implementação levou-o a representar a Cidade Educadora de Caxias do Sul no XI Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado pela AICE, em 2010, na cidade de Guadalajara, no México. São participantes de tal programa a **Polícia Federal** e **Polícia Civil**, dedicadas à prevenção ao uso de drogas, o **5º Comando Regional dos Bombeiros**, com ações voltadas para a prevenção de incêndios e primeiros socorros, a **Guarda Municipal de Caxias do Sul**, dedicada à conservação do Patrimônio Público, a **Polícia Rodoviária Federal** junto à **Escola Pública de Trânsito**, vinculada à Secretaria de Trânsito Municipal, dedicados à prevenção de acidentes de trânsito e o **12º Batalhão de Polícia Militar**, que volta para a abordagem da a violência escolar. Atualmente, também foi incorporada à relação de participantes a **Liga de Defesa Nacional**, sem atuação publicamente declarada.

Se sobre a criação da secretaria que abarcava o programa CIPAVE destacava-se sua importância para a construção de “um futuro melhor para a juventude caxiense [...] Em uma década, os avanços se mostraram tímidos. Provocaram menos barulho que o estampido de um revólver ou que o choro da mãe ao perder um filho” (PIONEIRO, 22/04/2017). Além da criminalidade e das mortes, o periódico aponta que também seria violência a “fome que acomete tantas famílias daquela região de migrantes que desembarcaram em Caxias ao longo dos últimos 40 anos para tentar a sorte; também é violência o preconceito de quem julga o morador que se anuncia da Zona Norte, na escola ou na entrevista de emprego, um bandido ou vagabundo (PIONEIRO, 22/04/2017).

¹⁴⁵ Por meio da lei nº 6.025, em 12 de junho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 13.097, de 8 de fevereiro de 2007. Em 2012, tornou-se Lei Estadual baseado no Programa de Caxias do Sul. Todas as 86 Escolas de Ensino Fundamental têm sua comissão formada na Escola, composta por pais, alunos, funcionários, direção e professores, com número proporcional aos estudantes matriculados. Essa comissão reúne-se no início de cada ano letivo e realiza um diagnóstico e plano de ação a ser executado durante o calendário escolar. Além das atividades realizadas pelas escolas e pelos eixos, a coordenação do Programa oportuniza formação para todos os integrantes da Comissão por meio de palestras, oficinas, cursos de capacitação, teatros, debates, seminário de socialização de boas práticas (CAXIAS DO SUL, 2017).

A carência de atividades pedagógicas, culturais e esportivas levaria os jovens do mencionado espaço tanto a perambular pelas ruas do bairro quanto a estabelecer-se em suas esquinas, contemplativo ao que o rodeia. Uma ação similar ao antigo *footing* praticado no espaço central da cidade. Um modo de ver-se, falar-se ou encontrar-se, sempre em diálogo com o aparelho de telefonia celular que os leva a outros lugares, informa-os e comunicam-se com outros contatos, mesmo que ali, parados na esquina.

A imagem da Cidade Educadora esfacela-se à nossa vista, sangra o olhar. Percebe-se a carência generalizada das periferias perante uma prosperidade estritamente bem localizada. A busca por um dinheiro aparentemente fácil, que surgiria ilusoriamente solucionador, em face das intensificadas dificuldades do cotidiano, dentre elas, a brutalidade da própria fome, potencializando a evasão escolar e a conseqüente reprovação do estudante, em um contínuo de reprodução que parece não ter solução perante a amplitude da desigualdade. Logo, ter-se-ia consolidada a defasagem entre idade dos estudantes e seu ano de estudo, a obrigatoriedade da ida à escola mediante ordens judiciais, a insatisfação em estar em tal espaço, e nada ali perceber de útil, ou transformador, se confrontado com as dificuldades práticas da vida e, por fim, o novo abandono e a possibilidade da reprovação escolar.

Em tal movimento, vislumbra-se a discriminação generalizada aplicada tanto sobre os afro-brasileiros quanto aos novos migrantes ou próprios grupos mais vulneráveis ou populares que ali existiam ou habitavam surgiriam como atores que desvelariam conflitos ante a oficialidade e visualidade encantada proposta pelo jurista que destaca somente a cidade que se quer desenvolvimentista e próspera ante a aparência tanto arquitetônica quanto das urbanidades decorrentes de seu esforço, ordem e capacitação.

A amplitude de fatores aqui indicados acarreta dois entendimentos fundamentais: o primeiro seria a percepção de que o conceito de Cidade Educadora pode, e/ou deve, ser múltiplo e mudar de acordo com a própria vida das pessoas e seus entendimentos sobre o mundo em que vivem ou percebam. Assim, a cidade educadora pode ser edificadora de intensas ações pedagógicas voltadas contra a violência simbólica – com suas ações de apagamento ou invisibilidade do outro -, onde o capital cultural daquele que vive fora do campo central de representação passa a ser desconsiderado, tal qual assinalava Posenato (2008) e sua percepção da cidade como um espaço sitiado culturalmente. O outro entendimento seria que a cidade que se quer educadora é filha legítima de tais tensões e inquietações. Assim, ou ela manifesta-se ativamente contra determinadas dominações ou imposições, possibilitando a ampla leitura do próprio mundo que a constitui, propiciando a intervenção social perante as exclusões de toda

ordem, a superação das ações de racismo ou xenofobia, além das questões relacionadas à insegurança, por meio da constituição de novas mentalidades sociais ou ela pouco será útil.

Ao longo do estudo, utilizei os relatos de Adami como documentos históricos que expuseram a brutalidade social existente no espaço que então habitava. O impacto de suas falas, se atentarmos para o tempo presente, evidenciam que pouco mudou, de modo que o passar dos anos não teria dissipado tais zonas de sombra e intolerância. Ao contrário, o tempo histórico torná-las-ia mais espessas, de tal forma que sua densidade pode ser percebida quando da chegada de novos imigrantes, vindos agora da África e América Central, a partir das primeiras décadas do século XXI. Aparentemente percebidos por parte da população local tais quais os bárbaros, que “vem perturbar a quietude do sedentário” (MAFFESOLI, 1999, p. 43), os discursos xenófobos ou racistas não tardariam a reaparecer e, mais uma vez, tencionando o espaço central da cidade só que agora com considerável destaque quando parte dessa sociedade que manifestara suas percepções nacionalmente, por meio de um afamado programa televisivo.¹⁴⁶

Os interesses dos novos imigrantes não diferiam em muito do que os antigos ambicionavam, por meio da tomada de armas ofertadas a eles: deslocamento, esperança e possível sucesso. A semelhança de tal processo, entretanto, muito superficialmente foi compreendida como empoderamento cultural ou pedagógico da própria localidade, elemento fundamental para trabalhar questões que afligem o mundo contemporâneo, como a globalização forçada ou livre, tensões econômicas, políticas, religiosas ou as próprias diversidades culturais. Ademais, foi entendido como um grande problema, um problema similar ao percebido por Du Bois (1999), quando considerava que o “problema do século XX é o problema da barreira racial” (DU BOIS, 1999, p. 64).

Seguindo por este caminho, temerosos perante os novos imigrantes, alguns moradores escolhidos pela reportagem obtiveram a oportunidade de externalizar seus pontos de vista tanto sobre o potencializado fluxo migratório, que novamente chegava à região sul do Brasil, quanto aos próprios imigrantes, o que, segundo o jornal *Pioneiro* (2014), chamaria bastante a atenção tanto por desvelar como as dinâmicas sociais estavam, ali, se desenvolvendo, quanto pela quantidade representativa de estereótipos apresentados. Assim posto, a ambivalência dos sentimentos e a sensibilidade das palavras utilizadas pelos entrevistados alternam-se entre a percepção do medo, a incerteza do que se dará na localidade com a chegada dos novos imigrantes e a afirmação de que sua própria presença, ali, seria uma injustiça sobre os habitantes

¹⁴⁶ Faz-se referência ao programa dominical *Fantástico*, exibido pela Rede Globo de Televisão, exibido em 17/08/2014.

locais, de modo que, dessa maneira, a busca pela assepsia social encontra alguns novos representantes, tais quais os antigos frequentadores do *Café Sport*. “Não acho justa a convivência deles aqui no meio da gente”, afirma um morador ao ser entrevistado pela reportagem. “Sem falar todas as doenças que eles estão trazendo”, assinalava uma senhora. “O pessoal daqui vai perder emprego por causa disso. Porque por qualquer mixaria eles estão trabalhando”, explicava um senhor. Por fim, outra senhora pareceu sintetizar o pensamento de todos os entrevistados: “Acho que, inclusive, até aqueles que já estão vindo aqui têm que ir embora” (PIONEIRO, 18/08/2014).¹⁴⁷

Uma consequência prática de tal entrevista foi a ampliação do foco aos novos imigrantes. A brutalidade dos entrevistados escancarou os problemas de sociabilidade existentes e, inclusive, a capacidade de o governo local administrar tal situação. Assim, logo se perceberia que tais relatos não seriam vozes isoladas; elas encontrariam eco e terreno fértil nos possíveis perfis falsos ou anônimos das redes sociais, como o *facebook* ou o *twitter*, dentre outras existentes, que demarcavam com bastante notoriedade certos posicionamentos de parte da população local. Em comum entre si, independente de perfis verdadeiros ou falsos, a valorização do medo, das ameaças e de possíveis ações violentas.

As efervescentes demandas relacionadas aos novos imigrantes pareciam resumir-se em uma simples questão: o que faremos com os imigrantes negros que chegam diariamente em nossa cidade ou região? A transformação do cenário, por meio de uma acelerada migração inesperada, exaltou ânimos e necessitou de interações e intervenções complexas. Neste sentido, fortaleceram-se as barreiras sociais e os debates tornaram-se frequentes; de igual modo, seria ainda mais evidenciado o discurso colonialista de meados de 1970, que valorizava enfaticamente o trabalho de um grupo de imigrantes muito diferentes dos que agora chegavam à localidade, ao principiar do século XXI.

Desse modo, ofensas e agressões ainda se fazem ver na cidade. Tal dificuldade em aceitar o *outro* continua a desvelar cenas de violência física ou simbólica, que potencializam os históricos grilhões da ignorância. Hoje, tal qual a antiga ambição dos frequentadores do *Café Sport*, o espaço central da cidade seria finalmente palco para ações violentas contra o *outro*. Dessa forma, conforme algumas testemunhas, o “agressor passava pela Rua Sinimbu quando passou a xingar o migrante, que trabalha como vendedor ambulante. Calado, o senegalês ignorou os xingamentos, porém, foi agredido com chutes e socos. Neste momento, um grupo

¹⁴⁷ <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2014/08/reportagem-do-fantastico-expoe-preconceito-de-moradores-de-caxias-sobre-a-migracao-de-africanos-4577773.html>

de mulheres se aproximou e o agressor fugiu do local” (PIONEIRO, 14/07/2017).¹⁴⁸ Ainda segundo as testemunhas, o “homem estaria bem arrumado e estava acompanhado de uma mulher [que] pedia para ele parar, mas ele estava com muita raiva. Fazia xingamentos por conta da cor de pele do ambulante. A Brigada Militar foi chamada, mas não conseguiu localizar o suspeito. (PIONEIRO, 14/07/2017). Escondido, ou sobreposto com sutileza, por detrás de uma imagem acolhedora e hospitaleira encontra-se, aparentemente, o impacto de uma outra cidade, com seus traços de incivilidade, exclusão, invisibilidade ou de graduais apagamentos sociais.

Entretanto, não cairei na fácil armadilha das generalizações. A mesma cidade que apresentará casos potentes de intolerância, proporcionará outros tantos de acolhimento, ajuda e hospitalidade. Porém, o pensamento da hierarquia étnica, que se traveste de hospitalidade ou intolerância, possui raízes locais profundas e que, por vezes, induziram a ações extremadas, tanto físicas quanto simbólicas. Por fim, Cidades Educadoras são cidades globais a seu modo; fazem parte de uma ampla rede internacional de cidades, atraem olhares curiosos e ambiciosos por propostas educativas, transformadoras, inclusivas que, somadas, convertem-se em cidades com intensas proposições pedagógicas, culturais, turísticas e educativas. A cidade contemporânea, contudo, também se fortifica, resguarda-se perante a própria vida ao invés de dialogar com ela, conviver, dançar a intensa música da diversidade que a compõe. Tal percepção não é regra, muito menos norma. Algumas fazem mais do que outras. Para o bem ou para o mal.

¹⁴⁸ <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2017/07/vitima-de-racismo-senegales-e-agredido-no-centro-de-caxias-do-sul-9841695.html>

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: **Escritos sobre o espaço e a história**. FRIDMAN, Tania; HAEBERT, Rogério (ORGS), Rio de Janeiro, Garamons, 2014.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ABREU, Arlene; GIRON, Loraine Slomp; GIROTTO, Maria Giuseppina Paim. **Lembranças de Vacaria**. Secretaria Municipal de Educação. 2013.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Campinas, SP. 2011.

AICE - CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. In: <http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf> Acesso em 23/05/2017.

AIETA, Vânia Siciliano; ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. Princípios Norteadores da Cidade Educadora. In: **Revista de Direito da Cidade**, vol.04, nº02. 193.

Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Ed. Revista do Globo, 1950.

ALVES, Maria Siqueira; REIS, Maria Amélia Gomes de Souza. Tecendo relações entre as reflexões de Paulo Freire e a Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST** - vol. 6 no 1 – 2013

ALMEIDA NETO, Antônio Simplicio de; SIQUEIRA, Lucília Santos. **Direitos humanos e cultura escolar**. São Paulo, Alameda, 2017.

ANTUNES, Christiano Carlos Tapes. Rua Treze de Maio. **Boletim Eberle**. Ano III, nº 30, novembro, 1958, Caxias do Sul.

_____. Monumento ao Imigrante. **Boletim Eberle**. **Boletim Eberle**. Ano IV, nº 46, Março, 1960.

ARAÚJO, Ulisses F. Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. In: BRASIL. **Ética e cidadania: construindo valores**. Brasília, DF, 2007.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco: o imaginário das elites: século XIX.** Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

BALBINOT, Elizete Carmen Ferrari. **Moral e sedução: o discurso do judiciário nos processos de defloramento na comarca de Caxias do Sul – 1900 – 1950.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2014.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **A câmara clara: nota sobre a fotografia.** Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2012.

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro história. **Revista OPSIS**, vol. 7, nº 9, julho, 2007.

BATISTEL, A. I.; COSTA, R. **Assim vivem os italianos.** Porto Alegre: EST; EDUCS, 1983.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade o pintor da vida moderna.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BELLOT, Pillar Fugueras. Cidades educadoras, uma aposta de futuro. In: **Educação e vida urbana: 20 anos de cidade educadoras.** Gráfica Almondina, Portugal, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.** Editora Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNARDI, Mansueto. Preâmbulo. In: **Revista do Globo**, Editora do Globo, nº 01, 1929.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, RJ, 2001.

BLOG CAXIAS POR MANCUSO. Disponível em: blogcaxiaspormancuso.blogspot.com
Acesso em 05/03/2018.

BOMENY, Helena M. B. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP. 2004.

_____. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, RJ, 2002.

BRAGA, Márcio André. **Os selvagens da província: índios, brancos e a política indigenista no Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868**. Dissertação de Mestrado. Unisinos. 2005.

_____. **Histórias de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Secretaria da Cultura - Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, 2012.

BRASIL – **Política Nacional de Museus** – relatório de gestão 2003 – 2006. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. _ [Brasília]: MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

BRASIL - Instituto Brasileiro de Museus. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

BRASIL - Política Nacional de Museus – **Relatório de gestão 2003-2010** (2010: Brasília – DF) Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010

BRASIL - **Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI** / Frederico Barbosa da Silva ... [et al.] – Brasília, DF: Ibram, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Editorial Presença, Lisboa, 1990.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2008.

_____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: Burke, Peter (org.) **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **Hibridismo cultural**, Editora Unisinos, São Leopoldo/RS, 2008.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade. Ouro sobre Azul** | Rio de Janeiro 2006.

CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul**. Inventário das estações 1874 – 1959. IPHAE, Porto Alegre, Palloti, 2002.

CARNEIRO, Maria Dalva Magalhaes. Apresentação. In: **Revista Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. PUCMG, Belo Horizonte, MG, V. 10, nº 11, dez. 2003.

CASTROGIOVANI, Antônio. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP, Papyrus, 2008.

CAXIAS DO SUL. **Lei municipal nº 5.988/2003**.

_____. **Boletim Memória**, 2002, nº 23, p. 02.

_____. **Boletim Memória**, 1992, nº 09, S/P.

CHAGAS, Mário de Souza. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**. V. 41, n. 41, 25/02/2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Alges, DIFEL 82, 1988.

_____. O mundo como representação. In: **Revista Estudos Avançados**. 11 (5), 1991.

COMARÚ, Francisco de Assis. **Entrevista**, IHU-UNISINOS.

CORDEIRO, Graça Índias; FRÚGOLI Jr, Heitor, Apresentação. In: AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

CORTELETTI, Rafael. Os moradores da serra antes da colonização. In: Liliana Alberti Henrichs. (Org.). **Histórias de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Secretaria da Cultura - Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, 2012.

COSTA, Rovílio. **Imigração italiana: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1975.

COUTO, Mia. **Vozes anoitecidas: Contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **E se Obama fosse africano?** São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

DAMATTA, Roberto. Brasil dois mil: um exercício de profecia. In: ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM., (ORGS). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

DANAIOLOF, Kátia. **Crianças na trama urbana: as práticas corporais nos parques infantis da São Paulo dos anos 1930**. Tese de doutorado. UNICAMP, 2006.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. São Paulo: Ática, 1992.

DARTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Graal, 2011.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1982

DE BONI, L. A. **La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos**. Caxias do Sul, RS: UCS, 1977.

_____. Apresentação (1993). GIRON, Loraine Slomp. **As Sombras do Littorio: o Fascismo no Rio Grande do Sul**. Editora da UCS, 2017.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. UNESCO, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. Editora Planeta, 2014.

DIDEROT, Denis. **O passeio do céptico, ou, As alamedas**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

DU BOIS, W.E.B. **As almas da gente negra**. Lacerda Editora, São Paulo, 1999.

ELHAJJI, Mohamm Memória coletiva e espacialidade étnica, **Revista Galáxia**, nº4, 2002.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2000.

ENDERS, Armelle. **A história do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

FACCHIN, Emyr Carlos. Saúde mental, física e moral. **Boletim Eberle**, ano V, nº 55, dezembro, 1960, Caxias do Sul.

FAVARO, Cleci Eulália. De bairro lusitano a zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul. **Revista da Faculdade de Letras. História**. Porto. III Série, vol.3, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Agnes Dantas. **O novo paradigma do saber e os dispositivos para uma cidade educadora**. Dissertação de mestrado. UFES, 2012.

FIGUEIREDO, V. G. B. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e Ambiente**, n. 32, p. 83-118, 2013

FILIPPINI, Roberto. **Formas ignoradas**. S/E. 2011.

FILIPPON, Maria Isabel. **A casa do imigrante italiano: a linguagem do espaço de habitar**. UCS – Dissertação de mestrado em Letras e Cultura Regional, 2007.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2016.

_____. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Política e educação: ensaios**. São Paulo, Cortez, 2001.

FROSI, Vitalina. Da estigmatização à solidariedade: atitudes linguísticas na RCI. **MÉTIS: história & cultura** – v. 4, n. 8, p. 257-280, jul./dez. 2005.

- FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Global, São Paulo, 2008.
- _____. **Novo mundo nos trópicos**. Topbooks editora, RJ, 2000.
- GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, 2006 n. 01, São Paulo.
- _____. **Convite a leitura de Paulo Freire**. Editora Scipione, SP, 1989.
- _____. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo, Cortez, 1985.
- GARDELIN, M.; COSTA, R. **Colônia Caxias: origens**. Porto Alegre, Suliani, 1993.
- GARDELIN, Mario. **Rádio Caxias 50 anos**. Caxias do Sul: Educus, 1996.
- GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- _____. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: LP&M, 2002.
- GASTAL, Susana. **Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio**. Campinas, SP, Papirus, 2006.
- GERMANN, Aline Rullian. **Mansueto Bernardi e o espírito franciscano**. Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 2007.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo, Companhia da Letras, 2001.
- GIRON, Loraine Slomp. **As Sombras do Littorio: o Fascismo no Rio Grande do Sul**. Editora da UCS, 2017.
- GIRON, Luís Antônio. Apresentação. In: POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional: 1897 – 1997**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2004.
- GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo, Cortez, 1999.
- GOMES, Fabricio Romani. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934 – 1988)**. Dissertação de mestrado, UNISINOS, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Centauro Editora, 2006.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 2014.
- HERÉDIA, Vânia; ROMANATO, Gianpaolo (Orgs.) **Fontes diplomáticas** [recurso eletrônico]: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. – Caxias do Sul, RS: Educus, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra Ltda, 1977.

_____. **Tempos fraturados**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, 1994.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro, Editora Aeroplano, 2000.

IANNI, Octavio. Insondável Travessia. **Lua Nova: cultura e política**. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. 2004.

_____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JAMES, Preston. O problema da colonização permanente no sul do Brasil. In **Revista Brasileira de Geografia - RBG**. 10/1939.

Jornal A ÉPOCA

APRESENTANDO. In: A *Época*, 02/10/1938, nº 01, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=097209>

N/I. **Visitou Caxias o General Valentim Benício**. In A *Época*, 23/11/1942, nº 195, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=097209>

N/I. **Ronda Sinistra**. In: A *Época*, 01/01/1942, nº 162, p. 05. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=097209>

N/I. **Círculo brasileiro de Educação Sexual**. In: A *Época*, 05/10/1941, nº 150, p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=097209>

N/I. **Campo de pouso**. In: A *Época*, 01/10/1939, nº 52, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=097209>

N/I. **Aeródromo Municipal de Caxias**. In: A *Época*, 06/11/1938, nº06, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=097209>

LIMA, Percy A. **Uma Impressão**. In: A *Época*, 28/05/1939, nº 35, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=097209>

N/I. **O footing e os automóveis**. In: A *Época*, 06/04/1941, nº 125, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=097209>

RIVA, De La. **Panorama da cidade**. In: A *Época*, 1939, nº 41, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=097209>

CRIS, Rafael. **Uma carta.** In: A Época, 25/06/1939, nº 39, p.02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=097209&PagFis=171&Pesq=pejo e vergonha>.

BALEN, Ítalo. **Desamparados.** In: A Época, 20/11/1938, nº 08, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=097209&PagFis=162&Pesq=men ores h%c3%a1>

N/I. **O natal dos pobres em Caxias.** In: A Época, 01/01/1941, nº 112, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=097209&PagFis=1&Pesq=>

BORBA, Zeca. **Em mangas de camisa.** In: A Época, 01/01/1941, nº 112, p. 12. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22891&p=11>

Jornal CAXIAS

N/I. **Polvorosas nas zonas das casas tolerância.** In: Jornal Caxias, 10/04/1930, nº 147, p. 05. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=23330&p=4&Miniatura=false&Texto=false>

Jornal O BRAZIL

N/I. **Exposição-feira.** In: O Brasil, 06/06/1909, nº 21, p. 09. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=66267&p=0>

N/I. **Salve, Caxias.** In: O Brasil, 01/06/1910, nº69, p. 01. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=25367&p=0>

N/I. **A inauguração da via férrea.** In: O Brasil, 11/06/1910, nº 70, p. 01. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=25368&p=0>

Jornal O MOMENTO

ADAMI, João Spadari. **Os incomodados que se mudem.** In: O Momento, 14/04/1941, nº424, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=104523>

CHAVES, J. Gonçalves. **A Postos.** In: O Momento, 06/01/1933, nº 01, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/104523/per104523_1933_00001.pdf

EDITORIAL. **O Brasil dos Brasileiros.** In: O Momento, 18/07/1938, nº 280, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=104523>

NEVES, Jeronymo. **Caxias de ontem e de hoje.** In: O Momento, 06/01/1933, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=104523>

N/I. **As casas de tolerância.** In: O Momento, 25/01/1933, nº 03, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=104523>

N/I. **Mulheres presas.** In: O Momento, 17/10/1935, nº139, p. 05. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/104523/per104523_1935_00139.pdf

N/I. **Policimento.** In: O Momento, 10/02/1936, nº 156, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=104523>

S. de M. **A higiene moral da cidade.** In: O Momento, 30/09/1940, nº 394, p. 01. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=104523&PagFis=1906&Pesq=moral da cidade](http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=104523&PagFis=1906&Pesq=moral%20da%20cidade)

N/I. **Um cabaret em promiscuidade com residências familiares?** In: O Momento, 29/07/1940, nº 385, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=104523&PagFis=1943&Pesq=salom%c3%a9>

N/I. **O meretrício no judiciário.** In: O Momento, 01/12/1941, nº 455, p. 06. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=104523&PagFis=1943&Pesq=salom%c3%a9>

N/I. **Moralizadora ação policial: enérgicas providencias contra as decaídas.** In: O Momento, 03/07/1943, nº 536, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=104523&PagFis=1943&Pesq=salom%c3%a9>

TOENNIGES, Guilherme do Valle. **A dolorosa tragédia dos abandonados.** In: O Momento, 14/06/1947, nº740, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=104523&PagFis=1943&Pesq=salom%c3%a9>

Jornal PIONEIRO

GARDELIN, Mário. **A tipografia.** In: Pioneiro. Caderno sete dias, 10/03/1999, p. 03.

ANDRADE, Andrei. **Olhai por nós.** In: Pioneiro. Caderno especial, 22/04/2017. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/especiais-pio/olhaipornos/index.html>

N/I. **Justiça de Caxias entende que proibir menores em shopping é inconstitucional.** In: Pioneiro, 19/05/2015. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/05/justica-de-caxias-entende-que-proibir-menores-em-shopping-e-inconstitucional-4763944.html>

N/I. **"O foco é proteger os jovens", diz direção de shopping que restringe entrada de adolescentes em Caxias.** In: 15/05/2015. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/noticia/2015/05/o-foco-e-protger-os-jovens-diz-direcao-de-shopping-que-restringe-entrada-de-adolescentes-em-caxias-4761431.html>

LOPES, Rodrigo. **Memória: o pioneirismo da família Rossato.** In: Pioneiro, 23/02/2016. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2016/02/memoria-o-pioneirismo-da-familia-rossato-4981094.html>

BRITO, Gui Sousa. **Sassaricando**. In: Pioneiro, 15/03/1952, nº 20, p. 10, Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=33865&p=1&Miniatura=false&Texto=false>

Jornal O POPULAR

N/I. **Contra a prostituição: uma campanha se impõe**. In: O popular, 05/06/1930, nº 78, p. 04. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=51805&p=3&Miniatura=false&Texto=false>

N/I. **Crime de lenocínio e infanticídio**. In: O Popular, 26/06/1930, nº 81, p. 01. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=51808&p=0&Miniatura=true&Texto=true>

Jornal Força da Razão. **Dia do Conservador**. Rio de Janeiro, 01/01/1952.

JOUTARD, Phillippe. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM., (ORGS). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

KAFKA, F. **O castelo**; São Paulo, Martin Claret, 2006.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia, SP, Ateliê Editorial. 2007.

LA STAMPA, **Emigrazione nel brasile**. 28/03/1950.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Ed. Autêntica, 2015.

LAZZAROTTO, V. A. **Pobres construtores de riqueza: absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle : 1905-1970**. Caxias do Sul, RS: EDUCS; São Leopoldo, RS: EST, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, I. **Negros no sul do Brasil - invisibilidade e territorialidade**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

LE GOFF, Jacques. **El orden de la memoria**, Barcelona, Paidós, 1991.

_____. **História e memória**. Campinas. SP. da Unicamp, 1990.

_____. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, RJ, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto, 2005.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pelo Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Fundação da Biblioteca Nacional, 2004.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade**: história de Caxias do Sul – 1875/1950. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. **Pensamento Plural**. Pelotas [12]: 7 - 35, janeiro/junho 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Rua, símbolo e suporte da experiência urbana**, 1993. In:
http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf

MARAGALL, Pasqual. A cidade das pessoas. In: **Educação e vida urbana: 20 anos de cidade educadoras**. Gráfica Almondina, Portugal, 2013.

MATEUS, Samuel. Pode uma imagem ser um argumento? In: **Revista Famecos**. Porto Alegre, V. 23, nº 02, maio, junho, julho e agosto de 2016. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/21445>

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, M.; ALVES, Nilda (Org.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004

MAUAD, Ana Maria. LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e fotografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier e Campus, 201

MOCELLIN, Maria Clara. **Trajetórias em Rede**: representações da italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul. Tese de doutorado. UNICAMP, 2008.

MOLL, Jaqueline. **A cidade e os seus caminhos educativos**: escola, rua e itinerários juvenis in: Educação e vida urbana: 20 anos de cidades educadoras. Gráfica Almondina, Portugal, 2013.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; SOUZA, Marcilene Garcia de. Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba. In: **REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA** Nº 13: 7-16 NOV. 1999.

MOTA, João Colares da. **Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borba**. Tese de doutorado. UFPA.

MORAES, P. R. B.; SOUZA, M. G. Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**. Nº.13 Curitiba, Nov. 1999.

MORIGI, Valter. **Cidades educadoras**: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Tese de doutorado, UFRGS, 2014.

MORIN, Edgar. Simples diários complexos. Entrevista para Sérgio Mélega. In: **Revista Filosofia, Ciência & Vida**. 2013, p. 10.

MORIN, Edgar. Prefácio. In: MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária**: O pensamento complexo como *Método* de aprendizagem no erro e na incerteza humana. UNESCO, 2003.

MÜTZENBERG, LENICE LUCIA. **A ESCULTURA PÚBLICA DE ANTÔNIO CARINGI EM PELOTAS**. UFPEL, Pelotas, 2006.

NASCIMENTO Jr., José do. Apresentação. In: **MUSAS** – Revista Brasileira de Museus e Museologia. Nº 03, 2007.

NEIBURG, Frederico. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC-SP**, nº 10, São Paulo, dezembro, 1993.

OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL. <http://observatorioracialfutebol.com.br/historias/futebol-a-cores-uma-historia-de-racismo-no-rio-grande-do-sul/> Acesso em 06/03/2018.

O ESTAFETA. **Cultura Italiana**. 13/08/2015.

O CAXIENSE. **Rebeldias portuguesas**. 2017.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil, in: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 01, 2010.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Machado de; GENS, Rosa Maria de Carvalho. Prefacio. In: DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio R. de. Paisagem na fotografia: sentidos e plasticidades. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, jul./dez. 2007.

PAESE, Celma. **Caminhando: o caminhar e a cidade**. Tese de doutorado, UFRGS.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio **Manual esquemático de criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O tempo social. In: MENNA-BARRETO, Luiz; ADES, César; _____ . **Os tempos biológico, psicológico e social**. Universidade de São Paulo. 1991.

_____. **Os pobres da cidade: vida e trabalho - 1880-1920**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris**, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre, Universidade, UFRGS, 2002.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In:

PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (orgs). **Narrativas, imagens e práticas sociais – Percursos em História Cultural**. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.

_____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995.

_____. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques. (ORGS.) **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <<<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>> Acesso em julho 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Narrativas fotográficas sobre a cidade**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.27, nº 53, 2007.

_____. **Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930**. UFRGS, Tese de Doutorado. 2005.

_____. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. EST. 2001.

POZENATO, José Clemente. **Processos Culturais: Reflexões sobre a dinâmica cultural**. Caxias do Sul, EDUCS, 2003.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional: 1897 – 1997**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

POZO, Joan Manuel del. O conceito de Cidades Educadoras hoje. In: **Educação e vida urbana: 20 anos de cidade educadoras**. Gráfica Almondina, Portugal, 2013.

RAMOS, Mário. Esporte base. **Boletim Eberle**. Ano II, nº 17, outubro, 1957, Caxias do Sul.

REIS, J. A.. **Arqueologia dos Buracos de Bugre**: uma pré-história do Planalto Meridional. 1º ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2002. v. 1. 228p .

REVISTA O CRUZEIRO. 13/04/1950.

ROCHA, Selma. Qual cidade educadora queremos? In: **Cadernos Cenpec**, 2006 n. 01, São Paulo, p. 23.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo, Brasiliense, 1995.

SALES, Fabiana de Lima. **A educação patrimonial e o turismo**: o caso da aula no Museu Municipal de Caxias do Sul/RS. Dissertação de Mestrado, UCS, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2006.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. Editora da USP, 1994.

SANTOS, V. Folder promocional: **Benditas raízes de nossa história**.

SARLO, Beatriz. **A cidade vista**: mercadorias e cultura urbana. WMF Martins Fontes; 2014.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil 3**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação à edição brasileira. In: BOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, RJ, 2001.

_____. **O espetáculo das raças**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SCOTTI, Mara. **Histórias da curva da zona**. Editora Gente, Caxias do Sul, 2010.

STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida**. Tese de doutorado. UFRGS.

SIMÕES, Jorge Salgado. **Cidades em rede e rede de cidades: o movimento das cidades educadoras**. Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado, 2010.

TESSARI, Anthony Beux. **Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940)**. Porto Alegre, Dissertação de mestrado, PUCRS, 2013.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF: Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TOMAZONI, Mário Alberto. **Álbuns da cidade de Caxias do Sul (1935 – 1947)**. PUCRS. Dissertação de mestrado, 2011.

VALDUGA, Gustavo. **Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)**. – Porto Alegre, Tese de doutorado. 2012.

VÃNGRI. Depoimento. In: Liliana Alberti Henrichs. (Org.). **Histórias de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Secretaria da Cultura - Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, 2012.

VANNINI, I. A. **História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958)**, Porto Alegre, PUCRS, 2008.

VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria Regina. **Roteiros nacionais de imigração – Santa Catarina**. IPHAN, 2008.

WACQUANT, Loïc J. D. Da América como utopia às avessas. In: BOURDIEU, Pierre (et. al.) **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

ZITKOSKI, Jaime. Apresentação. In: Morigi, Valter. **Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia**. Porto alegre: Sulina, 2016.

Anexos

Anexo 01 – Fotocópia do documento obtido na Caixa de Memória dos Afrodescendentes, no Museu Municipal de Caxias do Sul.

O BARBEIRO DOS NEGROS

escreveu: João Spadari Adami

Negros! Bem negros. Bonitos por serem negros, eram os olhos negros da Virgem Maria!

Essas, foram, mais ou menos, as palavras preliminares, proferidas por José do Patrocínio, ao iniciar, certa ocasião, um discurso no Legislativo Federal, em defesa da abolição da escravatura no Brasil.

Foi numa manhã, de um sábado que dois moços, um de epiderme branca e um de dita preta, pararam na porta de minha barbearia. Tendo o primeiro deles me perguntado se eu servia gente de côr. Respondendo-lhe, eu, que não fazia distinção entre brancos e pretos, conquanto fossem ~~elemento digno~~ elemento digno de ser atendido.

Eu pergunto, disse o cidadão de pele branca, porque estivemos numa barbearia ali perto do Cine Central "Salão Avenida", e não quiseram cortar a barba deste meu companheiro.

O cidadão brasileiro de epiderme negra, não queria entrar. Dizendo que ficaria sem cortar a barba, para cortá-la quando de volta a Porto Alegre. Disse-lhe, eu, então, que não o ia servir, em atenção ao pedido de seu companheiro, e sim por não usar fazer diferença entre as pessoas, por causa da côr da pele.

Dai, o descendente dos ex-escravos de brasileiro de pele branca, entrou; cortai a barba de ambos; pediram quanto era a despesa dos dois, 4 cruzeiros respondi-lhe, dando-me o de pele branca, 5 cruzeiros pelos dois, agradeceram e se retiraram.

A tarde do mesmo dia, veio em meu salão de barbeiro, um rapazola, o qual, após estar sentado na cadeira de figaro, diz, e com tom de revoltado contra os que não quiseram cortar a barba do referido patricio: "Então na barbearia do Fracasso, não quiseram cortar a barba do célebre Tesourinha!?"

Ai fiquei sabendo quem eram o cidadão de pele negra.

Os dois cidadãos em foco, tinham vindo a Caxias do Sul, para assistir uma partida de futebol entre o Juventude e o Grêmio de Porto Alegre.

Na segunda feira imediata ao fato em tela, fiquei sabendo que o moço branco, era o goleiro do Grêmio de nome Ivo. E, se não estou enganado, os dois cidadãos referidos (Ivo e Tesourinha), faziam parte da primeira divisão.

Naquela época, a gente de côr, em nossa cidade era sistematicamente recheçada na quasi totalidade das barbearias. E quicá, fosse eu o único barbeiro a atender gente de côr.

Um certo sábado, à noite, se me apresenta em minha barbearia um cidadão negro, em atitude de revoltado e me fez a pergunta de praxe: O sr. serve gente de côr? A minha resposta foi a mesma que dei ao colega do Tesourinha: Sirvo! Foi o que me disseram na Delegacia de Polícia, que viesse aqui, que seria servido. Imagina o sr. o que me aconteceu... Eu não sou daqui. Cheguei a pouco de viagem, entro numa barbearia existente ali na rua Marechal Floriano, perto do Posto Bay & Cia. Sentei-me a espera da minha vez de ser servido. E qual não foi meu espanto, ao ouvir da boca do dono daquele estabelecimento proficional, sr. Carmelito Antonutti: "Nós não servimos gente de côr".

Fui até a Delegacia de Polícia levar o meu protesto e na certeza de que algo fizessem contra tão monstruosidade contra a gente de epiderme negra. Mas não arruui nada, porque, me disseram, não existir nenhuma lei contra tal desrespeito ~~contra~~ homem preto, em nosso país.

Era comum dizerem em barbearias de nossa cidade ao cidadão de côr, que fosse lá no Adami, estabelecido com barbearia de frente a Metalurgica Eberle, que ele corta barba e cabelo também dos negros. ~~de qualquer um, até dos negros.~~

Furtuna
Certo dia eu estava cortando meus cabelos na barbearia do Lulu, no mesmo local do hoje ~~de hoje~~, e que estava me servindo era o próprio Lulu. Ocasião em que um rapaz presente perguntou: "O que foi que ouve com o Tesourinha, que o rádio tem divulgado com tanto interesse?". Tendo alguém presente dito que o Fracasso não havia permitido que servissem o Tesourinha por ser negro. Somente por isso não o quiseram servir. Mas que de pronto, diz o Lulu: Estou solidário com o Fracasso. ~~que não vou servir aqui seu lugar.~~

